

Marcos Gonzalez de Souza

A gramaticalização de *informação*:
uma abordagem sociocognitiva

Tese de doutorado
Maio de 2013





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI

MARCOS GONZALEZ DE SOUZA

A GRAMATICALIZAÇÃO DE *INFORMAÇÃO*:
UMA ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA

RIO DE JANEIRO
2013

MARCOS GONZALEZ DE SOUZA

A GRAMATICALIZAÇÃO DE *INFORMAÇÃO*:
UMA ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

ORIENTADORA: MARIA CECILIA DE MAGALHÃES MOLLICA

RIO DE JANEIRO
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Gonzalez, Marcos

G643g A gramaticalização de informação: uma abordagem sociocognitiva
/ Marcos Gonzalez de Souza. – Rio de Janeiro, 2013.
154f. : il. ; 28 cm.

Tese (doutorado) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

Orientadora: Maria Cecilia de Magalhães Mollica.

Inclui bibliografia.

1. Ciência da Informação 2. História da Informação 3. Linguística
histórica 4. Linguística Sociocognitiva I. Título.

CDD 417.7

MARCOS GONZALEZ DE SOUZA

A GRAMATICALIZAÇÃO DE *INFORMAÇÃO*:
UMA ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Aprovado em 16 de maio de 2013

Profª Dra. Maria Cecilia de Magalhães Mollica
PPGCI IBICT/UFRJ

Prof. Dr. Ricardo Stavola Cavaliere
Universidade Federal Fluminense

Profª Dra. Stella Maris Bortoni-Ricardo
Universidade de Brasília

Profª Dra. Maria Célia Lima-Hernandes
Universidade de São Paulo

Profª Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro
PPGCI IBICT/UFRJ

Profª Dra. Rosali Fernandez de Souza
PPGCI IBICT/UFRJ

Profª Dra. Maria Nélide González de Gomez
PPGCI IBICT/UFRJ

Prof. Dr. Gustavo Saldanha, suplente interno
PPGCI IBICT/UFRJ

Profª Dra. Geni Chaves Fernandes, suplente externo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho teve o apoio direto e indireto de muitas pessoas queridas. Sou grato, de modo geral, ao Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e aos amigos que lá tenho, pela compreensão dos momentos em que as demandas da pós-graduação relegaram a segundo plano outras atividades, importantes para a instituição, ainda que eu tenha feito todo esforço para minimizá-los. Em especial, gostaria de agradecer ao Dr. Lizst Vieira e a Lídia Vales, respectivamente presidente da instituição e minha chefe no Museu do Meio Ambiente. Agradeço também aos professores e colegas do IBICT, que comigo compartilharam horas de alegria e ansiedade.

Quero deixar especialmente registrado os agradecimentos a alguns amigos com quem troquei ideias, me serviram de referência ou me deram suporte emocional. A Claudia minha esposa, a quem devo indizível gratidão, e a Antonia, minha filha, pelo simples fato de existir. A minha mãe, irmãos e à lembrança de meu pai. Agradeço à querida professora Maria Cecilia, por ter me aceito como aluno e demonstrado sempre entusiasmo em relação aos achados, que muitas vezes surgiram com o processo em andamento e, confesso, de maneira ligeiramente caótica. Por fim, sou grato a Julia Güttler e aos mestres Icléia Thiesen, Bernard Colombat, Evanir Motta e Miguel Barbosa do Rosário, pelas revisões e considerações que fizeram ao texto e às ideias nele expostas.

O verbo provém de uma distribuição, não de uma divisão. O que é dividido é tirado daquilo de que é dividido, mas o que é distribuído supõe uma dispensa voluntária e não produz nenhuma falta naquilo de que é tirado [...] Eu mesmo, por exemplo, vos falo, e vós me ouvis, e eu, que me dirijo a vós, não sou privado do meu verbo porque ele se transmite de mim a vós, mas, emitindo meu verbo, proponho-me organizar a matéria confusa que está em vós.

Taciano, *Discurso aos gregos*, 172 d.C. (apud GILSON, 2007 [1986], p.12)

Ao meu pai (1930-2011)

RESUMO

GONZALEZ, M. **A gramaticalização de *informação*: uma abordagem sociocognitiva** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IbiCT/UUniversidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. 2013. 154 f.

Informação é um conceito e um item lexical que emergem quando de uma “mudança na tecnologia da comunicação”: emergiram com a invenção do alfabeto grego, com a introdução da escrita na Portugal do séc. XIV e, ao que parece, em nossa era, com as novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC). Com a introdução da escrita numa sociedade estruturada pela oralidade, o termo se torna útil a uma noção da realidade que mergulha raízes no dualismo sujeito-objeto. Não se trata de uma mudança na cognição humana, mas de um “enriquecimento” da linguagem, a fim de dar conta de um novo mito, de um mundo de coisas que *falam por si*, um “mundo das *fôrmas*”, como o apelidamos. Nesse contexto de corte oralidade-escrita (som-visão), o item lexical *informação* é reificado, isto é, passa a ser considerado um “objeto mental” com algumas características específicas: *informação* é o *conteúdo* de uma *fôrma criada*, no sentido de que ela *nasce* quando um “estado das coisas” é *captado pela visão* e, mais que isso, *compreendido*; *fôrma* é aquilo que, ao *enformar* a substância “estado das coisas”, dá origem a uma *fôrma criada*. Sob a perspectiva analítica da Linguística Sociocognitiva centrada no uso, apontamos a “metáfora do canal” como a associação que mapeia os traços mais salientes da gramaticalização *enformação* “moldagem” >>> *informação* “estado das coisas”: por um lado, define *informação* como *conteúdo*; por outro, associa-a com a *transferência*, o que nos permite, enfim, compreender a polissemia do termo.

Palavras-chave: Ciência da Informação, História da Informação, Linguística Histórica, Linguística Sociocognitiva

ABSTRACT

Information is a concept and a lexical item that emerges when a “change in communication technology” occurs: it emerged with the invention of the greek alphabet, with the introduction of writing in Portugal (14^o century) and, as it seems, in our era, with the new information and communication technologies (ICT). With the introduction of writing in an oral society, the term becomes useful to understand a notion of reality based on a subject-object dualism. That doesn't mean a change in human cognition, but a “enrichment” of the language in order to perform a new myth, a world of things that speak for themselves, a “world of forms”, as we named it. In this context of spoken-written language (sound-vision) transition, the lexical item *information* is reified, that means, it starts being considered a “mental object” with some specific features: *information* is the *content* of a *created form*, it borrows when a “state of things” is *caught by sight*; *mold* is what shapes the matter “state of things” and gives rise to a created form. Under the analytical perspective of Sociocognitive Linguistics, we point out the “conduit metaphor” as the association that maps the most salient features of the grammaticalization *enformação* “molding” >>> *informação* “state of things”: on the one hand, it defines *information* as *content*, on the other hand, it associates *information* with the term *transference*, allowing us to finally understand the polysemy of the term.

Keywords: Information Science, History of information, Historical linguistics, Cognitive linguistics

ÍNDICE DE FIGURAS

<p>Figura 1 – A frequência de uso de duas formas ortográficas variantes na língua portuguesa: <i>enform-</i> e <i>inform-</i>. Seguindo as recomendações de Gries (2010), os valores apresentados são frequências relativas (= frequência absoluta / tamanho do <i>corpus</i>, em palavras, para o século) com que essas formas ocorreram nos <i>corpora</i>.....</p>	70
<p>Figura 2 - «<i>Enformar</i>» em <i>Hieronymi Cardosi Lamacensis Dictionarium ex Lusitanico in latinum sermonem</i>, de Jeronimo Cardoso (1562, p.296).....</p>	74
<p>Figura 3 – A produtividade dos prefixos na formação da palavra “informação”, no singular ou no plural, entre os sécs. XIV ao XVII. Os valores apresentados são frequências relativas com que essas formas ocorreram nos <i>corpora</i>.</p>	92
<p>Figura 4 – «<i>Enformac,am, enformaçãõ, ou Informaçãõ</i>», «<i>enformador</i>» e «<i>enformar</i>» em Raphael Bluteau (1713, p.110-111).....</p>	94

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Propriedades prototípicas na percepção. Legenda: PR é “a pessoa que realiza a percepção ou observador”, OP é “o objeto observado, animado ou inanimado”, e P, “o ato da observação propriamente dito” (IBARRETXE-ANTUÑANO, 1999, p.144ss; 2009).....	24
Tabela 2 – Prefixos usados em usos de “informação” entre os sécs. XIV ao XVII, no singular ou no plural. Seguindo as recomendações de Gries (2010), os valores apresentados são frequências relativas (= frequência absoluta / tamanho do <i>corpus</i> , em palavras, para o século) com que essas formas ocorreram nos <i>corpora</i>	91
Tabela 3 – Sufixos usados em variantes de “informação” (no singular) entre os sécs. XIV ao XVII. Os valores apresentados são frequências relativas com que essas formas ocorreram nos <i>corpora</i>	91
Tabela 4 – Sufixos usados em variantes de “informação” (no plural) entre os sécs. XIV ao XVII. Os valores apresentados são frequências relativas com que essas formas ocorreram nos <i>corpora</i>	91

ABREVIATURAS

ant	antigo
cat	catalão
class	clássico
esp	espanhol
fr	francês
gr	grego
ingl	inglês
it	italiano
lat	latim
port	português
prov	provençal
séc., sécs.	século, séculos
vulg	vulgar

LISTA DE SÍMBOLOS USADOS

Os símbolos aqui apresentados são uma adaptação, aos nossos propósitos, das sugestões de Viaro (2011) para “descrever, da forma menos ambígua possível, os fenômenos mais importantes para a Etimologia”. Por x e y , entenda-se um som ou uma sequência de sons.

$x-$	a palavra se inicia com x
$-x-$	x se encontra no interior da palavra
$*x$	x é reconstruído
x^\dagger	x é arcaico
$x-y$	segmentação de $x-y$ (parte da mesma palavra)
$x = y$	x é sinônimo de y
$x \sim y$	x é uma variante de y
$x > y$	x se transforma em y
$x < y$	x provém de y
$x \gg y$	gramaticalização de x para y
$/x/$	fonema x
$[x]$	símbolo do fonema conforme o <i>Alfabeto Fonético Internacional</i> (IPA)

Acrescentemos à essa lista a seguinte notação:

- *Informação* conceito de
- “Informação” a palavra escrita

Será importante distinguir, ainda, as vogais orais “ô” [o] e “ó” [ɔ] que dão à palavra *forma* duas pronúncias tomadas nessa tese como termos técnicos: *fôrma* e *fórma*[†].

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	HIPÓTESES E OBJETIVOS	9
2.1	Hipóteses	9
2.2	Objetivo geral	9
2.3	Objetivos específicos.....	9
3	METODOLOGIA	10
3.1	Procedimentos de análise	10
3.2	<i>Corpora</i>	11
4	APORTE TEÓRICO	12
4.1	O corte som-visão.....	12
4.1.1	Críticas à “grande divisão” oralidade/escrita	19
4.2	A Linguística Sociocognitiva centrada no uso	28
4.2.1	Gramaticalização	32
4.2.2	A Teoria da Metáfora Conceptual	35
5	ANÁLISE DOS DADOS	39
5.1	A gramaticalização de <i>forma</i>	39
5.1.1	Oralidade, mundo das <i>fôrmas</i> ?.....	39
5.1.2	A emergência de <i>fôrma</i> com a introdução da escrita	51
5.1.3	Efeitos do corte <i>fôrma-fôrma</i>	63
5.2	A gramaticalização de <i>informação</i>	67
5.2.1	A origem <i>vulgar</i> de “enformação”	69
5.2.2	A emergência de “enformação” no português médio.....	77
5.2.3	A emergência da base <i>inform-</i>	85
5.2.4	<i>Informação</i> como reificação do “estado das coisas”	92
5.3	A emergência da Metáfora do Canal	102
5.3.1	CONSTITUINTES SÃO CONTEÚDOS.....	107
5.3.2	INFORMAÇÃO É CONTEÚDO.....	110
5.3.3	ATINGIR UM OBJETIVO É ALCANÇAR UM OBJETO DESEJADO	114
5.3.4	TORNAR-SE ACESSÍVEL É EMERGIR.....	120
5.3.5	TRANSMISSÃO DE ENERGIA É TRANSFERÊNCIA (DE OBJETOS).....	125

6	CONCLUSÕES.....	129
	REFERÊNCIAS	138

1 INTRODUÇÃO

O conceito de informação como usado no inglês cotidiano, no sentido de conhecimento comunicado, desempenha um papel central na sociedade contemporânea. O desenvolvimento e a disseminação do uso de redes de computadores desde a Segunda grande Guerra mundial e a emergência da Ciência da Informação como uma disciplina nos anos 50 são evidências disso. Embora o conhecimento e a sua comunicação sejam fenômenos básicos de toda sociedade humana, é o surgimento da tecnologia da informação e seus impactos globais que caracterizam a nossa sociedade como uma sociedade da informação (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.149).

Estamos todos mais ou menos convencidos de que vivemos uma “mudança na tecnologia da comunicação”. Escrevemos com aspas porque citamos a expressão usada por Eric Havelock (1996) para descrever a transformação na mentalidade grega nos tempos de Platão, motivada pela introdução do alfabeto. É cientificamente relevante, queremos crer, olhar para algumas sincronias que estejam identificadas com “mudanças na tecnologia da comunicação” e considerar os usos de lexias que atravessaram essas mudanças, encarando-os como dados capazes de atestar hipóteses sobre mudanças de discurso. Nessa tese, vamos examinar as funções de um desses itens lexicais, *informação*, na língua portuguesa a partir do período de transição conhecido como “português médio” (1375-1475).

Informação remete-nos a uma noção da realidade que mergulha raízes no dualismo sujeito-objeto. Se a realidade “é a constelação dinâmica de objetos dados (à consciência)”, como define Massaud Moisés (1982, p.186), o é à medida que há um sujeito para os conhecer: “o objeto em si, independente do sujeito, seria uma impossibilidade gnosiológica, pois a condição de objeto se preenche quando um sujeito se formaliza como tal perante ele. E vice-versa: a condição do sujeito se realiza quando em face de um objeto”. Eis a “distinção mais importante que se pode fazer”, indica Capurro (2008, p.4), “aquela entre informação como um objeto ou coisa (por exemplo, número de *bits*) e informação como um conceito subjetivo, informação como signo; isto é, como dependente da interpretação de um agente cognitivo”.

A modernidade (séc. XVI), de acordo com Capurro, “rechaça a objetividade do uso corrente, concebendo *informação* como uma categoria puramente subjetiva”. Para René Descartes (1596-1650), tomado pelo autor como exemplo dessa transformação, *ideas* são “formas do pensamento”, algo como que “pintado” (*depictae*) em algum lugar do cérebro, que *informa* a mente quando ela aborda esta parte do cérebro. Trata-se de um instrumento

puramente racional (*a priori*) que permite ao homem “julgar clara e distintivamente os enganosos dados empíricos”. Para Capurro (2008, p.8), é “quase óbvio” que a paulatina transformação do sujeito *substancial* medieval no sujeito *comunicacional* moderno, reforçado pelo decaimento progressivo da filosofia escolástica ante os avanços da ciência empírica moderna (a partir do século XVII), é a causa da mudança no conceito de *informação* – “*una tesis*”, comenta Capurro, “*que habría que profundizar y matizar*”.

A perspectiva moderna, agora desumanizada, da *informação* como *conhecimento comunicado*, dá origem ao que poderíamos chamar uma ontologia comunicativa em que não apenas seres vivos (além dos humanos), mas também todos os tipos de sistemas são tidos como produtores, processadores e compartilhadores de informação. Esta perspectiva também pode explicar o surgimento da Ciência da Informação como ciência que supostamente está relacionada tanto aos sistemas computacionais quanto a seres humanos.

Informação “mudou de um cosmos ordenado divinamente para um sistema governado pelo movimento de corpúsculos”. Capurro e Hjørland observam que, “como seu local de ação mudou do cosmos para a consciência, o sentido do termo [*informação*] mudou de unicidade (*forma* em Aristóteles) para unidade (de sensação)”. O processo que nessa tese chamaremos de **gramaticalização enformação “moldagem” >>> informação “estado das coisas”** é o que os autores chamam de “transformação do conceito de *informação*”, que veio a referir-se “cada vez menos à organização interna ou formação”, cada vez mais à “essência fragmentária, flutuante, casual do sentido” (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.159, grifos nossos). O fenômeno manifesta-se como a *reificação* de um *trabalho* ou *labor* (“moldagem”), que está na base do ensaio sobre a “condição humana” de Hannah Arendt:

[*Trabalho* ou o *labor*] em si, não “produzem” nem geram coisa alguma: são tão fúteis quanto a própria vida. Para que se tornem coisas mundanas, isto é, feitos, fatos, eventos e organizações de pensamentos ou ideias, devem primeiro ser vistos, ouvidos e lembrados, e em seguida transformados, “coisificados”, por assim dizer em ditos poéticos, na página escrita ou no livro impresso, em pintura ou escultura, em algum tipo de registro, documento ou monumento. Todo o mundo fátual dos negócios humanos depende, para sua realidade e existência contínua, em primeiro lugar da presença de outros que tenham visto e ouvido e que lembrarão; e em segundo lugar, da transformação do intangível na tangibilidade das coisas. Sem a lembrança e sem a reificação de que lembrança necessita para sua própria realização – e que realmente a tornam, como afirmavam os gregos, a mãe de todas as artes as atividades vivas da ação, do discurso e do pensamento perderiam sua realidade ao fim de cada processo e desapareceriam como se nunca houvessem existido. A materialização que eles devem sofrer para que permaneçam no mundo ocorre ao preço de que sempre a “letra morta” substitui algo que nasceu do “espírito vivo”, e que realmente, durante um momento fugaz, existiu como espírito vivo. Têm que pagar este preço porque, em si, são de natureza inteiramente extramundana, e portanto requerem o auxílio de uma atividade de natureza completamente diferente; dependem, para sua realização e materialização, do mesmo artesanato que constroi as outras coisas do artifício humano (ARENDDT, 2007 [1958], p.107).

Desde meados do século passado, a atualidade conhece um renascimento do caráter objetivo de *informação*, tanto no contexto das ciências naturais como no das tecnologias chamadas justamente “da informação”, que repercute por sua vez na linguagem ordinária. Com a dinâmica de transferência e transposição de modelos de cientificidade próprios às ciências exatas, a “teoria matemática da comunicação”, de Claude Shannon (1948), ocupou um papel central. Com base nas máquinas de comunicar resultantes da guerra, a noção de “informação” adquiriu seu estatuto de símbolo calculável e, assim, tornou-se o lema que assegurou o livre intercâmbio conceitual entre diversas disciplinas (MATTELART; MATTELART, 2000, p.57).

Dentro da Ciência da Informação (CI), diferentes conceitos de *informação* refletem tensões entre uma abordagem subjetiva e uma objetiva. A área enfrenta o desafio de definir o que entende por informação desde meados dos anos 1960, mas o fato, já observado por muitos, é que o termo é fugidio: seu sentido varia de uma área do conhecimento para outra, de um país para outro e em relação a diferentes contextos, o que leva a equívocos e a incompatibilidades metodológicas: “Tem sido assinalada a ausência, na área [CI], de um corpo de fundamentos teóricos que possam delinear o seu horizonte científico, e ainda se encontra em construção a epistemologia da Ciência da Informação ou a investigação dos conhecimentos que a permeiam” (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995).

Tendo se iniciado objetiva a partir do mundo da teoria da informação e da cibernética, a CI tem se voltado, ultimamente, para os “fenômenos de relevância e interpretação como aspectos básicos do conceito de informação”. Não se propõe um “retorno a uma teoria subjetivista”, mas uma avaliação das diferentes perspectivas que podem determinar, em um contexto particular, o que está sendo considerado *informativo*, seja isto uma *coisa* ou um *documento*: o que é informativo depende da questão a ser respondida e das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo, embora estas sejam frequentemente compartilhadas com membros de uma mesma comunidade de discurso.

Qualquer coisa que é de importância na resposta a uma questão pode, portanto, ser *informação*. Capurro e Hjørland resgatam aqui conclusão de Buckland (1991) de que “somos incapazes de dizer, de modo confiável, sobre qualquer coisa que não pudesse ser informação”. Do mesmo modo que qualquer coisa pode ser simbólica, Buckland sustenta que qualquer coisa pode ser informativa.

A visão interpretativa desloca a atenção dos atributos das coisas para os *mecanismos de liberação* para os quais aqueles atributos são relevantes. Esta mudança pode

causar frustração porque é inerentemente difícil e porque envolve princípios teleológicos que são estranhos aos princípios positivistas da ciência. É relativamente fácil contar o número de palavras em um documento ou descrevê-lo de outras formas; muito mais difícil é tentar descobrir para quem aquele documento tem relevância e quais as perguntas importantes que ele pode responder. Questões de interpretação também são difíceis porque frequentemente confundimos interpretação e abordagem individualista. O significado é, entretanto, determinado nos contextos social e cultural (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.193)

A título de método, tomaremos como “interlocutoras” duas revisões críticas sobre o conceito de *informação* (no contexto da CI e fora dele), dois textos do documentalista e filósofo Rafael Capurro, *O conceito de informação* (CAPURRO; HJØRLAND, 2007) e *Pasado, presente y futuro de la noción de información* (CAPURRO, 2008), que dispensam, inclusive, uma nova revisão bibliográfica. Extrairemos daí as questões de fundo com as quais temos condição de contribuir (GONZALEZ, 2012a; b; 2011; 2012c; d).

Novas perspectivas teóricas são sempre bem vindas, especialmente se forem capazes de identificar vieses pouco ou ainda não observados. Advogamos em favor da hipótese dos historiadores Michael Hobart e Zachary Schiffman (2000), segundo quem o conceito de *informação* é um efeito da mudança de mentalidade provocada pela introdução da tecnologia da escrita ou, como preferimos, do corte som-visão (nossa “hipótese-mãe”).

Voltemos 24 séculos antes do alfabeto grego, com a invenção, na Mesopotâmia do que foi, muito provavelmente, a primeira forma de escrita. Esta mudança tecnológica foi a mais importante de todas. A invenção da escrita, na verdade, deu à luz a informação em si, gerando a primeira revolução da informação. A escrita criou novas entidades, objetos mentais que existem à parte do fluxo da fala, juntamente com tentativas sistemáticas para organizar este mundo abstrato mental. Aqui encontramos as raízes da atividade que acabaria por levar os gregos correlacionar a ordem do mundo mental com a da natureza. Assim, quando nos afastamos da cultura eletrônica, descobrimos que a nossa era da informação é apenas a mais recente de várias. De uma perspectiva histórica, talvez a única “era da informação” merecedora do título seja a primeira, ocorrida há cerca de cinco mil anos (HOBART; SCHIFFMAN, 2000, p.2)

Conforme esses autores, as interações complexas entre a tecnologia da escrita e as culturas que a introduziram produziram três “eras da informação” distintas: a clássica, a moderna e a contemporânea. Na era clássica, o aumento da alfabetização teria viabilizado o “potencial de classificação em linguagem natural” que surgira da evolução simbiótica com a escrita. A criação do alfabeto grego – primeiro instrumento de escritura capaz de captar, ao incluir as “vozes” (vogais), as nuances do discurso¹ – constituiu, creem os autores, “uma

¹ Segundo Havelock (1995, p.31), o alfabeto grego forneceu “uma completa tabela de elementos atômicos dos sons acústicos que, por meio de diversas combinações, podiam representar, por assim dizer, as moléculas do

revolução tecnológica sem dúvida mais importante do que aquela gerada pela imprensa ou os computadores”. Ela estimulou os gregos para o tipo de especulação sobre a linguagem e sua relação com a experiência que culminou com o surgimento da filosofia natural, compreendendo o que hoje chamamos de “filosofia” e “ciência”: formas de conhecer e organizar informações sobre o mundo em um sistema hierárquico que espelhava a ordem observável da natureza. Até o século IV a.C., o mundo clássico tinha produzido não apenas taxonomias numerosas e amplas (como as de Aristóteles), mas também o que poderíamos chamar de uma classificação das mentalidades, que considerava que todo conhecimento digno do nome deveria ser classificado em um sistema apropriado de categorias gerais e específicas. O resultado é um “parto duplo”: da própria *informação* e de uma nova *era da informação*.

A filosofia natural grega continuaria a ser o padrão intelectual ocidental por dois milênios. Conhecer a emergência de um item lexical como *informação*, assim nos parece, permite-nos entender um pouco melhor algumas transformações no espírito ocidental. Como Erich Auerbach em seu ensaio sobre *figura* (AUERBACH, 1997 [1944]), pretendemos mostrar como “uma palavra pode evoluir dentro de uma situação histórica e dar nascimento a estruturas que serão efetivas durante muitos séculos”.

Partimos – como também já o fizera outrora Jacques Le Goff em *História e memória* (1990) – da hipótese básica de que a introdução escrita é elemento a ser considerado quando do estudo de mudanças graduais produzidas em sociedades organizadas em torno de uma comunicação essencialmente realizada face-a-face. Queremos explicar – tomando o caso *informação* como prova de tese – que o que aconteceu com a língua portuguesa a partir do séc. XII-XIII constituiu, de fato, “um desvio de uma economia noética acústica para outra visual” (ONG, 1998).

O filósofo britânico da linguagem, John Austin, acreditava que “o retorno à história de uma palavra, frequentemente ao latim, conduz comumente desenhos ou modelos sobre como as coisas aconteceram ou foram feitas”. Portanto, devemos antes considerar “dois contextos básicos nos quais o termo *informação* é usado” – “o ato de moldar a mente e o ato de comunicar conhecimento. Obviamente, essas duas ações são intimamente relacionadas. Mas quando e como informação e moldagem se juntaram?” (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.155). O acontecimento manifesta-se, segundo os autores, no sentido de *informado* que, a princípio, significava “moldado” e, posteriormente, veio a significar “relatos recebidos de”. A

discurso linguístico”. Os sistemas anteriores ao alfabeto grego “nunca foram capazes de registrar todo o escopo da língua oral”.

discussão nos leva a outras questões como “por que e quando este significado foi designado com a palavra ‘informação’”.

O problema é que, como explica Ataliba de Castilho (2008), “não é possível derivar categorias lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais umas de outras, visto que elas convivem em subsistemas auto-organizados”. Castilho postula que esses subsistemas não são independentes uns de outros, caracterizando-se como um feixe de categorias próprias. Em outras palavras, “cada expressão linguística exemplifica simultaneamente todas essas categorias”. Não há um subsistema central e, com isso, nenhum deriva de outro. Essa premissa nos leva à difícil tarefa de encontrar uma porta de entrada para a análise dos usos de um termo como *informação*.

Adotamos como “ferramenta” de análise do que entendemos tratar-se da gramaticalização *enformação* “moldagem” >>> *informação* “estado das coisas” os fundamentos teóricos e metodológicos de uma recém-formulada Linguística Sociocognitiva (MARTELOTTA, 2011). A abordagem Sociocognitiva toma como paradigma a ideia de que a linguagem humana requer a observação de aspectos estritamente cognitivos e, concomitantemente, de estratégias pragmáticas validadas pelos falantes nas mais diversas situações de interação. Tais premissas sustentam-se em um paradigma de ciência cognitiva que investiga os sistemas complexos dentro de seus contextos, considerando aspectos culturais ou biológicos que lhes são inerentes, acreditando que só nestes “cenários” é possível alcançar a magnitude de suas propriedades (CARMO, 2012; SILVA, 2005).

Essa metateoria nos fornece argumentos robustos contra os modelos que tomam como científica a noção de que *informação* é um objeto que pode ser *transferido*, de um “emissor” a um “receptor”: comprovadamente, essa é uma estrutura que pertence ao “senso comum”, às propriedades baseadas na “psicologia dos sentidos” – isto é, em como as pessoas pensam que utilizam os sentidos (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2009). Portanto é preciso superá-la se o objetivo é compreender a comunicação humana e a função que um conceito como *informação* cumpre aí.

A Linguística Sociocognitiva oferece, ademais, consistentes explicações para a(s) polissemia(s) relacionada(s) ao termo e nos ajuda a compreender a trajetória etimológica dos itens lexicais e bases envolvidos no estudo (*forma*, *informação*, *enform-*, *inform-*), dado fundamental para se identificarem mudanças diacrônicas e, daí, extrair “padrões universais culturalmente adaptados” (SWEETSER, 1990; 1987). Por fim, a metateoria nos permite alcançar as hipóteses relacionadas à “gramaticalização”, que se propõem a explicar a

implementação de mudanças linguísticas como a que enunciaremos. A partir de trechos de textos escritos no período que vai do séc. XIV ao XVII, demonstraremos, com essa tese, que “informação”:

- No interior do português, tem origem em “enformação”, conceito que, desde o séc. XIV, já estava reificado por função designadora; cognitivamente, manejava-se o termo como se fosse um *objeto*;
- O fenômeno pode ser explicado pela introdução da escrita em Portugal que, em atendimento aos discursos do que deve ser memorável, histórico ou jurídico, se manifesta por um certo gênero discursivo “literatura informativa”;
- Por intermédio da Linguística Sociocognitiva e do testemunho dos dados, concluímos que o corte discursivo som-visão ressuscitou, no Ocidente moderno, a “metáfora do canal” (REDDY, 1979) e provocou a emergência de *informação* como hoje a entendemos: como um “objeto mental”, um membro de nosso “repertório mental”.
- A “metáfora do canal” nos permite explicar a etimologia e a polissemia de “enformação”, uma vez que a *Teoria da Metáfora Conceptual* (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]) prevê um mapeamento conceptual envolvendo *enformação* “moldagem” e *informação* “estado das coisas”.

A exposição dos argumentos que sustentam tais pontos está estruturada nos seguintes capítulos. Após os capítulos pré-textuais – objetivos e hipóteses (cap. 2), metodologia (cap. 3) e aporte teórico (cap. 4) – desenvolvemos a tese no capítulo 5.

Em 5.1, discorreremos sobre os dois significados que sempre conviveram na semântica da palavra *forma*, quais sejam, *fôrma* e *fôrma*. A ideia central aqui é verificar, para a língua portuguesa a partir da escrita, se ocorreu a emergência do conceito de *fôrma*, conforme Eric Havelock observara na língua grega dos tempos de Platão. Se confirmada, a hipótese converte-se em uma boa medida para avaliar o prestígio discursivo da objetividade induzido pelo discurso da *visão*. Afirmamos que *fôrma* era um conceito caro ao latim vulgar e, também, ao grego vulgar. A “metáfora da fôrma” nos sugere um mundo da interioridade, em que o observador está *dentro* do observado, a “causa (coisa) primeira”. Nesse mundo até o medievo, o belo e o bom está nas *fôrmas* e não nas *fôrmas*. O “melhor” molde, o mais belo, o mais justo, era sempre Deus; *informe*, isto é, sem-*fôrma*, era sinônimo de *monstruosidade*.

A seção 5.2 é dedicada a esclarecer a variação entre as bases ortográficas *enform-* e *inform-*. A questão é que, nos dados que, até o séc. XIV, “informação” ocorria exclusivamente como variações da base *enform-* (*emform-*, *ẽform-* ou, excepcionalmente, *efform-*), tendo predominado até o século seguinte perante a base *inform-*. Foi como “enformação”, portanto, que a *informação*, como hoje a conhecemos, emergiu no português. A competição morfossemântica entre as duas grafias marca o início do “português clássico” (sécs. XVI-XVII) e, mais que isso, acrescenta novo argumento, segundo cremos, em favor de um corte som-visão como motivação para uma mudança de perspectiva *fôrma* > *fórma*.

Na seção 5.3, a questão da gramaticalização de *informação* é analisada à luz das teses da Linguística Sociocognitiva. Como observaram Moura e Zanotto (2009, p.10), ao fazê-lo, “temos então a oportunidade de trazer para primeiro plano a explanação de como se pode chegar a mais de uma interpretação de um mesmo enunciado metafórico”.

A emergência da expressão no séc. XV já denunciava, na concepção dos escritores portugueses, a *substância* de que é feito o *conteúdo* da *palavra* “enformação”: o “estado das coisas”. O verbo *enformar* (“moldar” e “comunicar”) é, nessa perspectiva, exemplo de um processo metafórico que combina *mudança de estado* com *movimento* (GOLDBERG, 1995, p.81), alinhando-se a outros verbos do latim que estabeleciam uma relação analógica envolvendo *continência* e *comunicação*, tais como *exprimere* (“espremer” e “exprimir”), *mittere* (“meter”, “emitir”), *monere* (“moeda”, “admoestar”), *inducere* (“introduzir”, “induzir”).

Demonstramos ainda, nessa seção, que a metáfora que estrutura a noção de *informação-coisa*, é a complexa “metáfora do canal” (REDDY, 1979). Com base nela, cada pessoa “pensa” que tem um conjunto pré-definido de alternativas de material mental e emocional, chamado “repertório”, cujas categorias principais denotam “membros de repertório” (MR). São MRs, por exemplo, as “ideias”, “pensamentos”, “emoções”, “significados” e “informações”. A linguagem funciona como um canal por meio do qual transferem-se MRs do interior de uma pessoa para o exterior e vice-versa. É com base nesses mapeamentos cognitivos que utilizamos “informação” em expressões como “dar”, “enviar”, “ter” ou “tomar”. A complexidade semântica de *informação* é apresentada, então, em termos das metáforas primitivas que a decomposição da metáfora do canal de Grady (1998) produziu.

No capítulo 6, concluímos com uma interpretação que busca harmonizar as análises anteriores.

2 HIPÓTESES E OBJETIVOS

2.1 Hipóteses

Nossa hipótese principal, aquela que guia todas as demais asserções, é a de que:

- O corte som-visão decorre do distanciamento conhecedor/conhecido induzido pela escrita.

A partir daí, postulamos que:

- i. Com o corte som-visão, emerge, como no português médio (sécs. XIV-XV), uma *informação* reificada na língua, mais especificamente compreendida como o *conteúdo* de uma *fôrma criada*;
- ii. *Informação* “nasce” (é criada) quando uma *substância*, o “estado das coisas”, é *enformado* (ou seja, compreendido);
- iii. Uma *fôrma*, cognitivamente falando, é aquilo que, ao *enformar* a substância “estado das coisas”, dá origem a uma *fôrma criada*, que pode ser “transferida” segundo a metáfora do canal.

2.2 Objetivo geral

O estudo tem como objeto o processo milenar da gramaticalização *enformação* “moldagem” >>> *informação* “estado das coisas”, com especial atenção ao período de passagem do português médio (sécs. XIV-XV) para o português clássico (sécs. XVI-XVII), quando se observou uma “separação fundamental” entre os diversos conceitos que caracterizam a polissemia de *informação*: *enformação* “moldagem” e *informação* “estado das coisas” são, hoje, considerados parônimos (HOUAISS, 2001).

2.3 Objetivos específicos

- Localizar base sociocognitiva que sustente a gramaticalização empiricamente observada *fôrma* >>> *fôrma*, quando a “certeza” passou a ser encontrada cada vez mais naquilo que os portugueses escritores do séc. XV *viam* do que no que lhes era *dito* – atestando assim o corte discursivo som-visão;
- Distinguir a etimologia das bases *enform-* ~ *inform-* no português europeu, associando-as aos verbos do latim *efformare* “pôr na fôrma” ~ *informare* “dar

fôrma”. Com a distinção, demonstrar a origem “vulgar” de *informação*, aquela que melhor explica a polissemia do termo;

- Explicitar o conceito de *informação* reificada nos termos da “metáfora do canal”.

3 METODOLOGIA

3.1 Procedimentos de análise

Procuramos reforçar, empiricamente, hipóteses centradas em certas dicotomias que, para nossos propósitos, foram tomados como núcleos prototípicos dos diversos *continua* linguísticos estudados: *fôrma* >>> *fôrma*, *enformação* >>> *informação*, *oralidade-escrita*, *som-visão*. Justamente porque se tratam de *continua* envolvendo termos altamente opacos que, assim cremos, se justificam apoiarmo-nos em “pontos de virada” das curvas de variação.

Ao estudarmos os processos metafóricos que motivariam a gramaticalização *enformação* “moldagem” >>> *informação* “estado das coisas”, observaram Moura e Zanotto (2009, p.10), “temos a oportunidade de trazer para primeiro plano a explanação de como se pode chegar a mais de uma interpretação de um mesmo enunciado metafórico”, facilitando assim a compreensão de polissemias. Se a metáfora constitui uma manifestação linguística de um processo cognitivo socialmente partilhado, como quer a Linguística Sociocognitiva centrada no uso, “qualquer tipo de texto, seja ele de caráter geral, ou específico, bem como qualquer ato discursivo, será, potencialmente, um *locus* de metáforas” (FERNANDES, 2000, p.204). Para identificação de metáforas em *corpora*, há essencialmente duas metodologias gerais: “baseada em *corpus*” (*corpus-based*) e “movidada a *corpus*” (*corpus-driven*). Adotamos a primeira, que tem como característica principal o fato de que “o pesquisador delimita os candidatos de antemão” (BERBER SARDINHA, 2007).

As primeiras análises (5.1 e 5.2) serão *exploratórias*, o que nos permitirá “aprofundar conceitos preliminares, muitas vezes inéditos, buscando a geração de ideias ou *insights*” (PERIN *et al.*, 2002). Em 5.3, empreendemos análise qualitativa sob a perspectiva da Linguística Sociocognitiva, que visa a circunscrever as experiências conceptuais correspondentes aos usos de “informação” e suas variantes no período em estudo (sécs. XIV-XVII), método que a literatura classifica como *bottom-up*. Ainda conforme Berber Sardinha,

uma metodologia *bottom-up* (ascendente) é geralmente aquela em que o analista parte da metáfora linguística (“informação”) e não da metáfora conceptual; por outro lado, quando o analista parte da metáfora conceptual para encontrar as metáforas linguísticas correspondente, o estudo é tido como *top-down* (descendente).

3.2 Corpora

Seguindo as recomendações de uma abordagem centrada no uso, apoiamos as análises em dados reais contendo os lexemas derivados de *inform-* e *enform-*, extraídos principalmente do *Corpus* do Português (DAVIES; FERREIRA, 2006-)², composto de 45 milhões de palavras e quase 57.000 textos, sendo 15 milhões dos séculos XIII-XVIII. Dentro do período em estudo (sécs. XVI e XVII), encontramos 542 exemplares (*tokens*) de uso daqueles lexemas para a língua portuguesa, dos quais extraímos cerca de 80 para atestar nossas afirmações.

Quanto a dados metalinguísticos (lexicográficos, gramaticais), contamos com o acervo das bibliotecas públicas e universitárias, além de particulares. Dispusemos ainda dos acervos digitalizados do Google Books³ e da Europeana⁴, que agrega, entre outros, a Biblioteca Nacional Digital de Portugal⁵ e os do *Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales*⁶.

² Disponível em: <<http://www.corpusdopotugues.org>>. Acesso: entre 2010 e 2013.

³ Disponível em: <<http://books.google.com.br>>. Acesso: entre 2010 e 2013.

⁴ Disponível em: <<http://www.europeana.eu>>. Acesso: entre 2010 e 2013.

⁵ Disponível em: <<http://purl.pt>>. Acesso: entre 2010 e 2013.

⁶ Disponível em: <<http://www.cnrtl.fr/>>. Acesso: entre 2010 e 2013.

4 APORTE TEÓRICO

4.1 O corte som-visão

Consideramos que a consciência labora seus conceitos, seus objetos, como manifestações concretas do ser: no espaço do texto escrito – pouco importa o que ficou perdido no tumulto interior antes do ato de redigir – é que os juízos adquirem “realidade”, ou melhor, se manifestam como modalidades do ser (MOISÉS, 1982, p.186)

Os estudos que buscam identificar diferenças entre culturas escritas e orais (outrora equivocadamente chamadas “mentes primitivas”) vêm de uma tradição que começa em *O Ramo de Ouro*, do sir James George Frazer (1890), até Albert Lord (*Singer of Tales*), Bronisław Malinowski, Ernst Cassirer e Alfred Radcliffe-Brown, emergindo, sistematicamente, no início dos anos 1960, década em que foram publicadas algumas obras fundamentais para a constituição desse novo campo de pesquisas, dentre as quais *O Pensamento Selvagem*, de Lévi-Strauss, e a produção da chamada “Escola de Toronto” (Harold Innis, Marshall McLuhan, Eric Havelock, Jack Goody, Walter Ong). Os trabalhos realizados nesse período, em diversas áreas de conhecimento, como a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia, enfatizaram o caráter oral da linguagem e as profundas implicações, em todos os níveis, da introdução da escrita em sociedades não letradas (GALVÃO; BATISTA, 2006).

Ong, Havelock e outros são devedores de uma descoberta de Milman Parry que, em 1928, postulara que todo traço distintivo da poesia homérica devia-se, na verdade, à economia imposta pelos métodos orais de composição: Homero costurava partes pré-fabricadas (clichês, lugares-comuns ou, mais tecnicamente, “fórmulas”) agrupando-as em torno de temas igualmente padronizados, tais como a “assembleia”, a “reunião do exército”, o “desafio” e assim por diante. Para surpresa de letrados convictos, educados, em princípio, para nunca utilizar clichês, Homero não era um criador, mas um “habilidoso operário de linha de montagem”. Peter Burke (2010 [1978], p.173) descreveu a “cultura popular” em termos parecidos: “as canções e contos folclóricos, as peças e estampas populares têm que ser consideradas como combinações entre formas elementares, como permutações de elementos mais ou menos prontos”.

Sabemos hoje que a “cultura popular” valorizava os clichês porque essa é uma das características das culturas orais: manipular padrões de pensamento formulares é essencial à sabedoria e à administração eficiente, pois o conhecimento, uma vez adquirido, deve ser constantemente repetido – ou se perderá. Essa foi uma preocupação do padre Afonso de Ovalle, que em sua *Historica relación del Reyno de Chile* (1646), descreve a preservação da memória dos povos andinos através da memória oral encarnada em algumas pessoas – que Ovalle qualificaria como o «*archivo de aquel pueblo*». O ofício dessas pessoas especiais consistia em que «*para mantener la memoria de lo sucedido en él desde el diluvio era obligado a repetirlo todos los dias de fiesta al son del tanbor, y cantando como lo hazia en aquel lugar, y para que esta memoria no faltasse jamas tenia obligacion de ir industriando a otros, que después de sus dias le sucediessen en este officio*» (BOUZA, 2002, p.108). Na cultura oral, essa comunicação permanente e conservada é representada pela saga e, única e exclusivamente, por seus descendentes. Por isso ela se fixa em padrões memoráveis, rítmicos, em repetições ou antíteses, em aliteraões e assonâncias, em expressões epítéticas ou outras expressões formulares, em conjuntos temáticos padronizados, em provérbios constantemente ouvidos por todos, eles próprios modelados para a retenção e a rápida recordação – ou em outra forma mnemônica (comemorações, totens, emblemas etc.).

No oralismo, os atos de fala, uma vez proferidos, são modificações de uma circunstância total, existencial, que envolve o corpo. Adquirem significados somente de seu hábitat real constante, que não consiste meramente em outras palavras, mas inclui também gestos, inflexões vocais, expressão facial e todo o cenário humano e existencial em que a palavra real, falada, ocorre. É essencial, portanto, que haja um interlocutor virtual: o pensamento apoiado em uma cultura oral está preso à comunicação face-a-face. Daí que uma economia verbal dominada pelo som é mais conforme às tendências agregativas (harmonizadoras) do que às analíticas, dissecadoras, que viriam, conforme Ong, com a palavra escrita, visualizada. Enquanto o som é um sentido unificador, o ideal visual típico é a clareza e a distinção.

O *homo religiosus* de que fala Mircea Eliade tem uma relação de unidade com o todo, sente-se como parte do universo, por isso vive em sinergia com o cosmo, a natureza e o mundo de maneira simbiótica; não há uma laceração e um sentimento de individualidade, mas um sentimento de pertença ao todo. Uma tal “comparticipação” torna o mundo “familiar” e inteligível (VALADARES, 2011). Nas culturas orais, o conhecimento é conceitualizado e verbalizado sempre em referência, maior ou menor, à experiência humana. Mesmo o que seria

estranho à vivência imediata é assimilado, transformado, adaptado às interações e às necessidades concretas das pessoas. A aprendizagem ocorre por meio da observação e da prática e, minimamente, pela explanação verbal e pela recorrência a conceitos abstratos (GALVÃO; BATISTA, 2006, p.410-411). Em decorrência, não há separação de uma ordem das “ideias” de outra, dos “fatos”, nem se pode dizer que a “verdade” corresponde à captação da segunda pela primeira. O próprio procedimento lógico de “investigar” a verdade, de procurá-la “no fundo” ou “atrás”, faz pouco sentido na cosmovisão medieval (RODRIGUES, 2003).

A visão situa o observador fora do que ele vê, a uma distância, ao passo que o som invade o ouvinte. Por isso, conclui o padre Ong, “mais do que qualquer outra invenção individual, a escrita transformou a consciência humana”. Não é um mero apêndice da fala; em virtude de mover a fala do mundo oral-auricular para um novo mundo sensorial, o da visão, ela transforma tanto a fala quanto o pensamento.

A apresentação visual do material verbalizado no espaço possuiria, conforme Ong, “sua própria economia, suas próprias leis de movimento e de estrutura”. Os textos, em vários registros em todo o mundo, são lidos diferentemente da esquerda para a direita, ou da direita para a esquerda, ou de cima para baixo, ou todos esses modos ao mesmo tempo, como em uma escrita bustrofédon (padrão “arado de boi”, uma linha indo para a direita, depois uma volta na ponta para a outra linha, que vai da direita para a esquerda, sendo as letras invertidas segundo a direção da linha). Os textos assimilam a enunciação ao corpo humano quando introduzem um gosto por *cabeças*⁷ (“cabeçalhos”, “capítulo”, “cabeça para baixo”) e pés (“roda pé”) que constituem uma concepção totalmente diferente de tudo o que existe na sensibilidade oral.

A linguagem oral é completamente natural aos seres humanos, no sentido de que todo ser humano que não seja fisiológica ou psicologicamente deficiente aprende a falar, em

⁷ A letra maiúscula “A”, a propósito, sempre representou a cabeça de um boi que, se hoje está “de cabeça para baixo”, na escrita bustrofédon acompanhava a direção da linha, uma vez que significava um boi arando a terra. De acordo com a wikipedia, o nome *bustrofédon* “deriva da palavra grega *βουστροφηδόν*, de *βους* («bous» “boi”) e *στροφή* (*strophé* “virar”; cf. *estrofe*), pois este tipo de escrita recorda os trilhos abertos por um boi atrelado a um arado a trabalhar nas terras agrícolas, que ao chegar ao fim de um campo dá meia-volta e regressa para trás”. Sobre o “A”, diz a enciclopédia, “é a primeira letra em quase todos os alfabetos do mundo, com exceção do mongol, tibetano, etíope e outros menos conhecidos. A forma do A encontra aparentemente sua origem num hieróglifo egípcio simbolizando uma águia (*ahom*) na escrita hierática cursiva. Os fenícios renomearam a letra *aleph* (boi/touro), a partir de uma semelhança imaginada com a cabeça e os chifres deste animal (para vê-lo, é preciso tomar o A de cabeça para baixo,). No alfabeto grego mais antigo, *aleph* passa a ser a letra *alpha*. Em seguida, ela se tornou o A romano, de onde a forma e o valor em geral foram transmitidos aos povos que mais tarde adotaram o alfabeto latino”.

qualquer cultura. Não há como escrever “naturalmente”, por isso a escrita deve ser entendida como uma tecnologia aprendida, que exige o uso de ferramentas e outros equipamentos. No *Livro de M. Giovambattista Palatino, cidadão romano, no qual se ensina a escrever todo tipo de letras antigas e modernas* (1545), o autor comenta os instrumentos necessários a um escrivão do séc. XVI (apud FRUGONI, 2007, p.15-16):

O compasso, o esquadro, a régua, o riscador com uma ou duas linhas, os grampos para apertar a linha falsa que transparece sob a folha servem para escrever com equilíbrio e de forma igual e para limitar a mão, como se disse no princípio. Sobre as tesouras, barbantes, sinetes etc., não é preciso dizer coisa alguma, pois todos sabem para que servem. O espelho [côncavo] se mantém para conservar a visão e descansá-la do escrever contínuo. E é muito melhor o de vidro que o de aço. O estilete desenhado sobre o tinteiro é usado por muitos quando escrevem com diligência, para manter firme o papel diante da pena, para que não se agite com o vento.

A escrita é sempre um registro adicional à fala, mas seu surgimento acaba necessariamente influenciando a fala, “que nunca é a mesma do que quando está sozinha”. Não se deve falar, portanto, em um “declínio da transmissão oral”, pois é preciso lembrar que a chegada de um novo meio de comunicação não substitui o anterior; ele “acrescenta algo ao anterior e o altera”:

Inicialmente [na comunicação mãe/filho] toda a comunicação humana, mesmo nas culturas com a escrita, é feita no registro oral. Uma situação semelhante existiu no nível da sociedade por toda a história humana, até mais ou menos há uns cem anos, porque todas as culturas, desde que a escrita foi inventada, foram divididas em dois grupos, em duas subculturas, uma compreendendo aqueles que sabiam ler e a outra aqueles que não o sabiam. Por isso uma grande parte da comunicação com nossos semelhantes tinha de ocorrer por meio da fala e não pela escrita (GOODY, 2012, p.144).

A partir da imprensa, que tornou acessível obras clássicas e técnicas, os leitores artesãos passaram a compartilhar os mesmos textos que os membros da elite. Reliam em voz alta mais que liam, de uma maneira intensiva, baseada na repetição e na memorização. São práticas miméticas, incluídas numa concepção teológica da história, que ordena o tempo e a pessoa de outras maneiras. Por isso, adverte Hansen (1995, p.156), “seria equivocado pressupor-se nelas a originalidade autoral, a psicologia, o realismo, o reflexo, a estética e a literatura, categorias posteriores da ordenação iluminista do tempo”.

Para o homem “comum” do século XVI, o sentido da visão é ainda “um sentido atrasado”. Os sentidos (hoje) menos intelectuais, o tato, o olfato e a audição, eram os sentidos mais importantes:

A audição teve um papel predominante ao século XVI, um dos séculos mais apaixonados pela música que jamais existiu; quase todos os grandes homens do

século XVI eram melomaníacos decididos – mas, além da música, quantos outros testemunhos sobre a importância do ouvido no século XVI, neste século que acabara de descobrir a imprensa e que, cada dia mais se admirava das incomparáveis facilidades que ela trazia ao estudo. Apesar do que, entretanto, parecia às vezes só dar importância à palavra oral (FEBVRE, 1950, p.14-15):

Na oralidade, o recurso à autoridade é a manifestação típica do caráter comum e supra-individual. “A Fé é audição”, afirma Febvre. “As obras de Deus, Ele as realiza pela fala, via que faz ouvir aos homens”. O saber se manifestava, se transmitia e se autenticava através de determinados rituais orais, dos quais o mais célebre e mais conhecido era a *disputatio* (FOUCAULT, 2005 [1974], p.75-76) – um elemento que caracteriza fortemente as diversas formas de ensino das universidades a partir do século XIII, seja na graduação, seja na formação de mestres e na pesquisa (DIAS, 2007. p.17-18). Tratava-se do confronto de dois adversários que utilizavam a arma verbal, os processos retóricos e demonstrações baseadas essencialmente no apelo à autoridade. Apelava-se não para testemunhas de verdade, mas para testemunhas de força: quanto mais autores um dos participantes tivesse a seu lado, quanto mais pudesse invocar testemunhos de autoridade, de força, de gravidade, maior possibilidade ele teria de sair vencedor.

A escritura aparece no Ocidente medieval como uma instituição em que uma comunidade pode se reconhecer, mas não “comunicar-se”, na medida em que o manuscrito não pode ser um meio de difusão massivo. A escritura costuma servir, quando introduzida em comunidades ágrafas, como um “sistema secundário de signos, o qual refletia aquele, primário, que a voz manipula” (ZUMTHOR, 1993, p.110). No Portugal medieval, nosso caso em estudo, mesmo reis que viveram tendo poder recorreram a quem dominava competências específicas e especializadas, tais como as da leitura e da escrita. Jograis de ambulatórios ou trovadores convidados visitavam o paço para narrar contos, lendas, declamar poemas, tocar e bailar, o que ocorria não só para divertimento da corte, mas também para suprir a falta de acesso ao livro (MICHELAN, 2009, p.277). No mundo do direito, da filosofia (incluindo aqui a medicina) ou da espiritualidade, onde essas competências eram necessárias, o homem medieval ainda recorria a pessoas concretas (LISBOA; MIRANDA, 2011).

Mas um dia a fala perderá sua credibilidade. Num manuscrito com conselhos de um tio a seu sobrinho, copiados em 1750, com o título *Sentenças de fiel razão...*, aconselha-se: «[...] Ainda que no falar tenhais descuido, no escrever tende reparo, que um pode esquecer, e negar-se, mas o outro convence-se, e sempre consta, que muitos perecerão pelo que haviam escrito, e outros ficarão bem sendo que haviam falado mal». No século XIX, a passagem de

uma “lógica de alfabetização para uma lógica de escolarização”, consequência do ensino obrigatório, acentuará enfim o enfraquecimento das últimas tradições orais (ZUMTHOR, 1993, p.111).

A revolução conceitual provocada por esse corte som-visão (onde e quando quer que ela ocorra) tem início quando se percebe que o registro oral dos sons linguísticos pode ser armazenado de uma maneira totalmente nova, não mais dependente dos ritmos empregados para a memorização. Esse registro pode se tornar “documento, um conjunto permanente de formas visíveis, não mais construído por fugazes vibrações do ar, mas por formas que podiam ser conservadas até um posterior resgate, ou mesmo esquecidas” (HAVELOCK, 1996).

Outra “separação” provocada pela escrita, de que fala Ong, diz respeito ao distanciamento no tempo e no espaço entre a fonte da comunicação (o escritor) e o destinatário (o leitor): na intercomunicação oral, ambos os interlocutores se encontram numa relação circundada pelo mesmo espaço e tempo e os referentes, em relação às pessoas do discurso, são fisicamente evidentes, o que permite o uso de uma gramática que referencia os objetos à vista imediatamente ou próximos. O contexto sempre inclui mais do que palavras: a maior precisão das enunciações dá-se mediante elementos não verbais, o que torna os significados situacionais.

O sistema de metáforas do latim de Roma, por exemplo, originou-se em crenças sobre a fisiologia humana: a fala enquanto “respiração” (*aura*) era expirada por uma pessoa *nos* ouvidos (*aurēs*, daí “auricular”) de outra. Ocasionalmente, os poetas faziam essa conexão explícita, localizando a fonte da fala nos pulmões ou peito. Desde séc. II a.C., essa associação com a respiração e fisiologia humanas já estavam perdidas (WISEMAN, 2007a), mas ela foi preservada em ditados como *scripta manent, verba volant* (“a escrita fica, as palavras voam”), que costumava expressar elogio à palavra dita em voz alta, que tem asas e pode voar, em comparação com a palavra silenciosa na página, que está parada, morta (MANGUEL, 2004 [1996]). Assim as via Isidoro de Sevilha (†636), para quem “as letras têm o poder de nos transmitir *silenciosamente* os ditos daqueles que estão ausentes” (grifo nosso).

A escrita distancia, assim, a palavra do contexto existencial: inclui apenas outras palavras, enquanto que, na expressão oral, as relações pessoais fazem parte da comunicação. Uma consequência da ruptura espaço-temporal, por exemplo, é o uso completamente diferente dos dêiticos (unidades linguísticas que designam os referentes no espaço e no tempo, em relação às pessoas do discurso). Fora da enunciação face-a-face, ficam destituídos de sentido. Por exemplo, “este”, “aquele” designam, respectivamente objetos que estão próximos de

quem fala (primeira pessoa do discurso), de com quem se fala (segunda pessoa do discurso) e distante de ambas (sobre quem/o que se fala, a “não pessoa”); “hoje” é o dia em que o discurso está ocorrendo, “amanhã”, o dia seguinte. Os textos escritos precisam ser, conseqüentemente, auto-referenciados, de modo a permitir a extração da informação do meio impresso: “não existe a possibilidade de informação extra fornecida pelo redator, tais como retificações, expressão facial e corporal, apontar para os objetos ou quaisquer outras pistas da entoação” (SCLIAR-CABRAL, 2003, p.45). Essa é, a propósito, uma das principais distinções que Marcuschi admite entre a fala e a escrita

A fala é uma forma de produção textual interativa por excelência e por isso exige *cooperação* e envolvimento direto. Muitos dos processos e atividades devem ser vistos nessa perspectiva. Entre os aspectos importantes para contemplar a fala estão o *tempo* e o *espaço*. Ambos organizam a estrutura dêitica (formas de indicar o espaço e o tempo). Contudo, há um aspecto ligado ao tempo que é crucial. Trata-se da *produção em tempo real*. Isso se liga à *presença física dos interlocutores* e organiza a gestualidade, a mímica, os olhares e os movimentos do corpo como recursos simbólicos significativos para efeitos de sentido. Também temos a *qualidade da voz* que, ao produzir o som audível, comanda a prosódia (entoação, tom, velocidade, etc.). O certo é que, no caso da produção oral, se verifica um sistema de múltiplos níveis em atuação (MARCUSCHI, 2007, p.46-47)

A escrita se constituiria, então, em um discurso autônomo, fruto do pensamento analítico, que separa, por exemplo, a administração – civil, religiosa, comercial, entre outras – de outros tipos de atividades sociais. Segundo Ong, a “administração” é algo desconhecido nas culturas orais, em que os líderes interagem de maneira concreta com o resto da sociedade. A escrita permitiria também a separação da lógica, entendida como estrutura do discurso, da retórica, esta compreendida como o discurso socialmente efetivo. Para esse autor, a escrita separa igualmente “a aprendizagem acadêmica da sabedoria, tornando possível a organização de estruturas abstratas de pensamento independentemente de seus atuais usos ou de sua integração no mundo vital”.

O processo de aprendizagem do conhecimento passa a requerer uma separação entre sua transmissão e as práticas cotidianas. O conhecimento acumulado e a vida diária tornam-se separados. O comportamento “estudar” só surge depois da introdução dos sistemas de escrita. Nesse processo, grupos específicos emergem e se especializam em preservar, editar e interpretar a informação escrita, utilizando, para isso, uma linguagem criada que se diferenciava daquela utilizada na vida cotidiana. Exemplo típico são as linguagens artificiais das práticas jurídica e biblioteconômica. O conhecimento tornou-se, então, aos poucos, descontextualizado e formalizado; instituições (escolas) foram criadas especialmente para

transmiti-lo, de geração em geração. Somente no século XX, a lógica da transferência da memória para o documento foi plenamente realizada (HAVELOCK, 1995, apud GALVÃO; BATISTA, 2006)

4.1.1 Críticas à “grande divisão” oralidade/escrita

Afirmações como as que sustentam que somente os letrados possuem capacidade de abstração; que a introdução da escrita e, mais tarde, da imprensa, constituíram marcos divisores na história da humanidade; ou, ainda, que as culturas podem ser divididas em “orais” e “escritas”, sem que seja considerada a coexistência do oral e do escrito na mesma época e no mesmo lugar, têm sido problematizadas e investigadas com maior profundidade em vários estudos (GALVÃO; BATISTA, 2006, p.423)

Vários pesquisadores demonstraram que foi a exploração sistemática da escrita que permitiu a diferenciação entre *mito* e *história*. A exploração da escrita teria permitido expressar de modo ordenado o raciocínio formal com premissas tal como o fez Aristóteles. Mas o certo é que a escrita não deu origem ao raciocínio abstrato como tal. A escrita apenas introduziu uma *nova forma de explicitação* de um raciocínio que já existia, e não uma *nova forma de raciocínio* como tal. Portanto, a escrita não introduz o pensamento abstrato, mas, sim, desenvolve-o formalmente (MARCUSCHI; HOFFNAGEL, 2007, p.94).

O corte som-visão proposto por Walter Ong e várias outras hipóteses da Escola de Toronto envolvendo a temática “oralidade *versus* escrita” não estão isentos de críticas, sendo a mais contundente delas a tendência dessa linha em considerar a cultura da escrita como algo sempre positivo, muitas vezes diretamente associado às necessidades vitais de pessoas e sociedades “modernas” e “desenvolvidas”. Em tempos pós-positivistas, já não se admite uma linearidade evolutiva que resultaria no “progresso” de todos os povos, nem a dicotomia mentalidade “pré-lógica”, incapaz de abstração, em oposição a uma “lógica”, com história, ciência, objetividade e pensamento crítico.

Refuta-se que a oralidade não seja capaz de realizar abstrações do mundo, mesmo abstrações *visuais*, que também contemplavam funções *informativas*. Os antigos detinham, por exemplo, a noção de padrões de *mapeamento* enquanto representação abstrata, que podiam ser “tanto visuais quanto acústicos”. O lat *mappa,ae* “toalhinha, guardanapo” já significava, entre os antigos agricultores, “representação gráfica de um terreno”. Para Hobart e Schiffman (2000, p.27), a “fundamental diferença” entre os processos orais e letrados de abstração é que os orais são “participatórios e não reflexivos”. Com “não reflexivos”, os autores não querem dizer “primitivos”, mas que tal economia noética organiza-se em torno da “pouca distância” que o “conhecedor” tem do “conhecido”. Na oralidade, esses padrões não estão nas “mentes” das pessoas, eles simplesmente “harmonizam-se” juntos.

A perspectiva da Escola de Toronto traria, enfim, grandes marcas do “evolucionismo”, na medida em que investiga as sociedades contemporâneas que ainda se conservam “primitivas” com o objetivo de nelas encontrar o que teria sido o passado da sociedade ocidental, sem levar em consideração as condições sócio-históricas concretas das diferentes culturas e as questões de caráter mais geral, como aspectos históricos, sociais, políticos, econômicos etc.

A visão dicotômica embutida no modelo teórico da “autonomia da escrita” começou a ser ameaçada nos anos 80 com estudos, em especial nos EUA e na Inglaterra, que sugerem uma relação contínua entre letramento e oralidade, evitando a noção de autonomia e supremacia da escrita. Identificam-se especificidades em cada uma delas e formas típicas de funcionamento e produção de sentido, bem como uma vinculação estreita aos contextos de produção (MARCUSCHI, 2001). A obra de Bryan Street (1993; 2006), que contempla práticas de letramento em contextos tão variados quanto o sudeste asiático no século XV, um atol do Pacífico do Sul nos dias de hoje e recentes relatos da Nova Guiné, Madagascar e Filadélfia, vem demonstrando a variedade e complexidade dos letramentos e desafiando algumas suposições dominantes ao situar as práticas de letramento no contexto do poder e da ideologia (que o autor chama de “modelo ideológico”) e não como uma habilidade neutra, técnica (“modelo autônomo”).

Existem vários modos diferentes pelos quais representamos nossos usos e significados de ler e escrever em diferentes contextos sociais e o testemunho de sociedades e épocas diferentes demonstra que é enganoso pensar em uma coisa única e compacta chamada letramento. A noção de que a aprendizagem de um letramento único e autônomo terá consequências pré-definidas para os indivíduos e as sociedades provou ser um mito, quase sempre baseado em valores específicos culturalmente estreitos sobre o que é propriamente o letramento (STREET, 2006, p.466).

Street (1993, p.8-10) não toma a noção de *ideologia* no sentido marxista ou antimarxista de “falsa consciência” ou “dogma”, mas vê a “ideologia como o lugar da tensão entre a autoridade e poder, de um lado, e a resistência e criatividade, de outro lado”. Essa tensão manifesta-se no uso da língua, seja na sua forma oral ou escrita. Tal visão teria a virtude de evitar a polarização da “grande divisão” e inserir as questões técnica, cultural, cognitiva e social envolvidas no letramento num todo mais amplo das relações de poder em que operam.

Diante desse fato, seria preciso assumir uma visão “menos paternalista” e “menos estreitamente pedagógica” do processo: quando se parte do pressuposto de que “sujeitos” não

são “tábulas rasas”, “em vez de sublinhar como o letramento afeta as pessoas, queremos mudar de lado e examinar como as pessoas afetam o letramento”. Isso também revelaria como os processos de letramento não podem ser entendidos simplesmente em termos de escolarização e pedagogia: “eles são parte de instituições e concepções sociais mais abrangentes”.

A literatura tem confirmado que as relações entre oralidade e escrita são muito mais complexas do que alguns estudos podem fazer supor e que as grandes dicotomias estabelecidas entre oral e escrito têm sido incapazes de explicar as intrincadas relações existentes entre as diferentes formas de linguagem, as características e os modos de pensamento em culturas diversas. Para contorná-lo, a evolução dos estudos progressivamente mudou de abordagem: mais do que descrever as diferenças entre a cultura escrita e a oral, passou-se a buscar apreender as condições sociais, históricas e técnicas em torno das quais, para diferentes casos históricos, construiu-se uma determinada cultura escrita e um conjunto determinado de impactos políticos, sociais e culturais. Passou-se a buscar compreender não a *cultura escrita* em sua oposição à *cultura oral*, mas as *culturas escritas*. Bortoni-Ricardo (2007), por exemplo, apresenta, como instrumento de análise do português usado no Brasil, um modelo de três contínuos:

um de urbanização, que se estende desde variedades regionais geograficamente isoladas até a variedade urbana que, no processo sócio-histórico, passou por uma estrita padronização; um outro de monitoração estilística, para dar conta dos processos de atenção e planejamento conferidos pelo falante à interação, e um terceiro, de oralidade/letramento. Este último, previsto para acomodar as práticas sociais, que oscilam desde práticas predominantemente orais a práticas predominantemente letradas. Pesquisas etnográficas nos têm mostrado que, mesmo no interior da sala de aula, podem ser identificadas tanto umas quanto outras.

Eis por que a cognição, para Marcuschi e Hoffnagel, é um “fenômeno que tem a ver com o fato social, e não com uma tecnologia em particular”:

Desde os tempos pré-históricos até hoje, somos todos seres humanos com capacidades cognitivas similares. Quem tem uma história é o pensamento e a nossa relação com as criações que foram sendo realizadas pelo espírito humano. Entre essas realizações, está certamente a escrita como algo ímpar. Em certo sentido, podemos dizer que a escrita possibilitou um distanciamento do conhecido, uma atitude mais reflexiva sobre a natureza e uma forma de organizar o conhecimento com acesso continuado (MARCUSCHI; HOFFNAGEL, 2007, p.97)

Defendendo-se de críticas que lhe foram dirigidas – de que com suas teses estariam praticando uma “mistura universal, colapsando as variáveis oralidade e escrita para jogá-las numa vala comum” (MARCUSCHI, 2001) – Street admitiu que “o modelo ideológico

subsume e não exclui o trabalho desenvolvido no modelo da autonomia”. Ele não ignora as diferenças, mas sugere tratá-las como “práticas que diferem de um contexto sociocultural a outro”.

Aceito por todas as correntes é o fato de que a escrita “possibilita uma relação diferente entre o conhecedor e o conhecido, na medida em que ambos se fixam de forma diversa na tradição oral e na tradição letrada” (MARCUSCHI; HOFFNAGEL, 2007, p.96-98). A fixação do conhecimento pela escrita nos dá notícia do que outros povos conheceram e conhecem, do mesmo modo que a preservação da cultura oral se dá com a preservação das línguas sendo faladas. Esse é um aspecto importante da escrita, seu poder de fixação do conhecimento independente dos indivíduos, “mas isso não significa que esse conhecimento seja autônomo e tenha vida própria independente dos seres que o constituíram”.

“A escrita separa o conhecido do conhecedor”. Com isso, segundo Ong, ela promoveria maior “objetividade”. Mas o fato é que a linguagem já é uma atividade sociocognitiva que opera essa separação. O ato de nomear as coisas é a atividade mais arcaica e básica da separação aqui mencionada, e não fruto da escrita. Com a escrita, a linguagem interpôs entre o conhecedor e o conhecido um objeto que é o texto escrito (MARCUSCHI; HOFFNAGEL, 2007, p.95-96)

A história da *informação*, conforme a descrevem Hobart e Schiffman (2000, p.2), está associada com a invenção da escrita há 5 mil anos, evento que “deu à luz a informação em si, gerando a primeira revolução da informação”. Se quisermos seguir essa pista, é preciso, de alguma forma, aproveitar o material teórico produzido originariamente no interior de um “modelo autônomo”, agora compreendido no contexto de uma “nova forma de armazenar o conhecimento e expressá-lo com um controle formal que a fala não permitia pela sua fugacidade” (MARCUSCHI; HOFFNAGEL, 2007, p.95-96):

Para nossos propósitos, adotaremos a distinção sugerida por Zumthor (1993, p.18), que classifica “oralidade” de três tipos. A primeira, que denomina “primária e imediata”, não estabelece contato algum com a escrita, encontrando-se apenas “nas sociedades desprovidas de todo sistema de simbolização gráfica, ou nos grupos sociais isolados e analfabetos”. Em segundo lugar, haveria uma “oralidade mista” em que o oral e o escrito coexistem, mas a influência do escrito “permanece externa, parcial e atrasada”, o que parece bem descrever a situação em Portugal do séc. XIV, quando da primeira ocorrência de “informação” na língua. Esse tipo de oralidade procederia de uma “cultura ‘escrita’”. Finalmente, o autor denomina “oralidade segunda” aquela que é característica de uma “cultura ‘letrada’” e se “recompõe com base na escritura num meio onde este tende a esgotar os valores da voz no uso e no

imaginário”. Esses tipos de oralidade variam, segundo Zumthor, de acordo não somente com as épocas, mas com as regiões, as classes sociais e também com os indivíduos.

Tratando-se dos sécs. XIV a XVII, obviamente não temos textos falados, apenas os escritos. É nessa face da língua que iremos procurar as “novas entidades, objetos mentais que existem à parte do fluxo da fala” e que apontam, conforme Hobart e Schiffman, para aspectos de *objetivização*, de que a reificação de *informação* seria apenas um exemplo. Assim, não temos o propósito de considerar os extremos da “grande divisão” como categorias rígidas, pois o que observamos não é “a comunicação humana” nem a “língua”, mas o senso comum, aquilo que os escritores, ao usar “informação” ou variações, pensavam e diziam sobre da “comunicação humana” num ambiente de oralidade mista. Essa manifestação é tomada como significativa de uma “mentalidade escrita”.

Interessa-nos, como categorias de análise, o corte som-visão proposto por Walter Ong, desde que numa perspectiva de “como as pessoas afetam o letramento”. Seria “ingênuo” ver na relação fala e escrita “apenas uma diferença de meio de manifestação ou representação, ou seja, a escrita seria representada *graficamente* e a fala, pelo *som*, a distinção *som-grafia* é essencial para a relação fala-escrita do ponto de vista discursivo, mas não do ponto de vista do sistema da língua” (MARCUSCHI; DIONISIO, 2007, p.26),

De fato, as diferenças entre os significados do sentidos estão baseadas em contrastes biológicos e culturais. Ibarretxe-Antuñano (2009) analisou diversas metáforas no domínio da percepção (visão⁸, audição⁹, tato¹⁰, paladar¹¹ e olfato¹²) a partir de uma tipologia de propriedades prototípicas que nos é útil na identificação de “marcas do deslizamento oralidade-escrita”. Amparando-se na fisiologia dos cinco sentidos (fundamentos biológicos) e na “psicologia dos sentidos” (modelos “populares” para falar sobre a *comunicação*), a autora procurou garantir a independência da descrição do domínio de *percepção*.

⁸ Ibarretxe-Antuñano (2009) lista, com relação a expressões relacionadas ao domínio da *visão*, os verbos de percepção *prever*, *imaginar*, *considerar*, *estudar*, *examinar*, *descobrir*, *ter certeza* e *testemunhar*, além de *compreender*.

⁹ Com relação à *audição* (*ouvir*), Ibarretxe-Antuñano (2009) inclui os verbos *prestar atenção*, *obedecer*, *ficar sabendo*, *ser ensinado* e *concordar*, além de *compreender*.

¹⁰ Com relação ao *tato* (*tocar*): *afetar*, *lidar com algo*, *considerar*.

¹¹ Com relação ao *paladar* (*provar*): *experimental*, *produzir um sentimento* (*gostar* ou não), *conhecer*.

¹² Com relação ao *olfato* (*cheirar*): *suspeitar*, *sentir* (=adivinhar), entre outros.

Tabela 1 – Propriedades prototípicas na percepção. Legenda: PR é “a pessoa que realiza a percepção ou observador”, OP é “o objeto observado, animado ou inanimado”, e P, “o ato da observação propriamente dito”.

Propriedades...	
<i>PR → OP (resultantes da relação entre observador e o objeto)</i>	
<contato>	Se PR precisar ter um contato físico com OP para este ser observado.
<proximidade>	Se OP precisar estar na proximidade de PR para ser observado
<interno>	Se OP necessitar entrar em PR para ser observado
<limite>	Se PR está ciente das fronteiras impostas por OP quando observado
<localização>	Se PR está ciente da situação de OP quando observado
<i>PR → P (resultantes da relação entre observador e a observação)</i>	
<detecção>	Como PR realiza P: como PR se aproxima de um objeto e distingue um objeto de outro
<identificação>	O quanto PR pode compreender o que está observando, P
<vontade>	Se PR pode decidir quando realizar um P
<objetividade>	Se P depende de PR diretamente, ou é intermediado por outro elemento
<i>OP → P (resultantes da relação entre objeto e a observação)</i>	
<efeito>	Se P causa alguma mudança em OP
<brevidade>	Quanto tempo deve ser a relação entre P e OP para a percepção ser bem sucedida
<avaliação>	Se P avalia OP
<correção da hipótese>	O quão correta e rigorosa são as hipóteses formuladas sobre OP em P na comparação com o objeto real de OP
<subjetividade>	Quanta influência PR tem sobre P

Fonte: IBARRETXE-ANTUÑANO, 1999, p.144; 2009.

Os sentidos são, segundo a autora, nossos “canais de informações sobre o mundo” em qualquer lugar, então as propriedades prototípicas que os descrevem (Tabela 1) são as mesmas, porque são baseadas nas relações entre os três principais elementos que participam em um ato de percepção: a pessoa que realiza a percepção ou observador (PR), o objeto observado (OP), animado ou inanimado, e o ato da observação propriamente dito (P). Essas propriedades, adverte a autora, “não devem ser entendidas como primitivos semânticos ou unidades atômicas conceituais inatas, mas como atalhos de referência para as propriedades de definições usadas para descrever a percepção”. *Informação* suscita, nesse contexto, um interesse particular: se estiver correta a ideia da *corporificação* como motivação para os mapeamentos cognitivos,

é possível lançar a hipótese de que as extensões semânticas que ocorrem nos verbos de percepção devam ser motivadas e fundamentadas de forma que percebamos e experimentamos os sentidos, que têm sido frequentemente descritos como diferentes canais através dos quais adquirimos informações sobre o mundo (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2009, p.125).

Existem duas palavras-chave nessa questão: *informação* e *diferentes*. Os cinco sentidos “nos dão as informações sobre o mundo em que vivemos, mas a forma como essas informações são recebidas, processadas e compreendidas pelas pessoas é diferente”

Biologicamente, cada sentido tem seus próprios receptores – olhos, ouvidos, pele, nariz, boca – e seus próprios caminhos para o cérebro. Cada receptor de sentido responde a diferentes estímulos: luz, ondas sonoras, distúrbios mecânicos, substâncias voláteis e solúveis. Quanto aos contrastes culturais, Ibarretxe-Antuñano obsta que “o papel predominante da visão no domínio da cognição é culturalmente determinado” (p.122). Trata-se de um dado importante para quem, como nós, avalia o impacto do corte discursivo som-visão (ou oralidade/escrita) na mentalidade portuguesa do séc. XIV. Afinal, se a primazia da visão fosse um imperativo biológico, jamais poderíamos admitir um *corte*. Já comentamos alhures sobre o que Paul Zumthor (1993, p.111) chamou de “enfraquecimento das últimas tradições orais”, fenômeno que Ong e outros associam à emergência da escrita e, como efeito, ao “papel predominante da visão no domínio da cognição”.

Veremos que não há nada de “natural” aí. Segundo Ibarretxe-Antuñano, não se deve acreditar na “primazia da visão” como modalidade à qual os verbos de maior intelectualidade (*saber, entender, pensar*) estão universalmente associados, enquanto que os verbos de audição, como *ouvir* ou *escutar*, não levariam a essa interpretação por serem mais “conectados com os aspectos especificamente comunicativos de entendimento e não com o intelecto como um todo” (SWEETSER, 1990, p.43). Essa afirmação é compartilhada por diversos psicólogos e psicolinguistas, que consideram a visão o mais importante dos sentidos, mas os estudos sobre as línguas não ocidentais mostram que a primazia da visão é, na verdade, uma forma de “etnocentrismo”: em 60 línguas de aborígenes da Austrália, na língua dos índios Suyá do Brasil, entre os Desana da floresta equatorial da Amazônia Colombiana ou entre os Sedang Moi da Indochina, são os verbos de audição que estabelecem ligações com o domínio intelectual (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2009, p.131-132). Os mecanismos físicos para a percepção não mudam de uma sociedade para outra, mas cada uma interpreta e usa esses sentidos de maneiras diferentes. Elas podem, inclusive, mudar de mentalidade, isto é, desenvolver novo mapeamento entre os domínios da *percepção* e do *conhecimento/intelecto*, o que parece melhorar nossas expectativas em relação do corte som-visão proposto por Ong.

Para maior segurança da hipótese, seria preciso investigar (algo que não faremos nesse trabalho) outros sinais indicativos da relevância da visão como “modalidade à qual os verbos de maior intelectualidade” podem ser colhidos no vasto mundo das crenças orientais, como

o “olho frontal”, “o terceiro olho de Shiva”, a identificação dos olhos com duas luminárias, no *Bhagavad-gitá*, nos *Upanishads*, ou no Taoísmo, um deles representando o sol, o outro a lua, o direito correspondendo à atividade e ao futuro (sol), o esquerdo, ao passado e à passividade (lua), ambos simbolizados no caráter

chinês *ming* (luz), numa função unitiva que o terceiro olho desempenha. Olho da sabedoria para os budistas, “é um órgão da visão interior e, por isso, exteriorização do olho do coração”. Símbolo da Essência e do Conhecimento divino, quando único e sem pálpebra, inscrito num triângulo, o olho é símbolo, cristão e maçônico, ao passo que o olho único de Cíclope denota condição subumana. Os egípcios, com desenhar dois olhos nos sarcófagos, pretendiam sugerir que os mortos continuavam a ver o espetáculo do mundo, e os árabes designavam por ‘*ayn* não só o olho como uma essência, uma fonte, “a supra-existência da mais profunda Essência de Deus”; e na tradição maçônica, simboliza a suprema clarividência, a visão superior ao tempo e ao espaço, a onisciência do Grande Arquiteto do Universo. Na linguagem esotérica, “o terceiro olho de Shiva” corresponde ao “olho aberto de Dangma”, por meio do qual se designa a intuição, a visão interior e espiritual do vidente. A própria etnologia de *ver* é tanto mais significativa como sinal da importância da visão no curso do tempo quanto mais se vincula à ideia de saberia ou conhecer (MOISÉS, 1982, p. 192-193)

Uma vez que as culturas não são as mesmas para todos os seres humanos, as propriedades que se aplicam a um sentido em uma cultura (ex. a *visão* no Ocidente) podem ser aplicadas a um sentido diferente em outra cultura (ex. a *audição* nas culturas orais). O que temos aí são “mudanças de valores (positivos e negativos) das propriedades”. A distribuição dessas propriedades em cada sentido, de acordo com o “modo Ocidental”, é apresentada, no texto original, em outra tabela, da qual isolamos aqueles relacionados ao corte som-visão.

Ambos os sentidos, *audição* e *visão*, são negativos em relação às propriedades <contato> e <proximidade>. Não é necessário, nem para um nem para outro, um contato físico com o objeto para este ser observado; o objeto não precisa sequer estar na proximidade do observador para ser observado, pois olhos e ouvidos podem captar informação de origem remota. Um eventual “deslizamento da oralidade para a escrita” não se daria, certamente, de uma mudança de valores nessas propriedades.

Algumas propriedades – <limite>, <subjetividade>, <efeitos> e <concisão> – não se aplicam nem à *audição*, nem à *visão*. A propriedade <limite> só é positiva para o sentido do *tato*: “quando tocamos algo, estamos invadindo o espaço de que a coisa / pessoa que está tocando”: os espaços ocupados pelo PR e pelo OP são colocados juntos, convergem, mas nenhum deles pode transgredir uns os espaços dos outros; <efeito> só é positiva para o sentido do *tato*, uma vez que, só por meio desse sentido, se podem mover ações que mudarão o objeto; <subjetividade>, que deve ser compreendida como “cada um tem sua opinião” e são positivas, portanto, apenas para *olfato* e *paladar*; <concisão> só se aplica ao *tato* e ao *paladar*, sentidos que dependem de um contato mais duradouro com o objeto para serem percebidos.

Por outro lado, *audição* e *visão* são positivos em relação à <localização>, <detecção> e <identificação>: no primeiro caso, o observador é capaz de localizar a fonte do estímulo (sua direção); no segundo, associar um estímulo a um sentido; no terceiro, associar, por exemplo, um cão latindo com o conceito de *cão*.

O que distingue a *visão* da *audição*, conforme as propriedades prototípicas de Ibarretxe-Antuñano, é:

- i. No que se refere às propriedades resultantes da relação entre observador e o objeto, a *audição* tem um valor positivo para <interno>, ao contrário da *visão*, que tem valor negativo.
- ii. No que se refere às propriedades resultantes da relação entre observador e a observação, a *visão* tem um valor positivo para <vontade> e <objetividade>, ao contrário da *audição*, que tem valor negativo para elas.

Conforme Ibarretxe-Antuñano, a propriedade <interno> tem um valor positivo em *audição*, *olfato* e *paladar*, e um valor negativo para *visão* e *tato*:

a fim de perceber cheiros, é necessário inalar ar em nossas narinas; tomar um fôlego e deixar o ar entrar dentro de nós, em nossos pulmões. [...] De forma semelhante, se quiser saborear comida ou bebida, temos de colocar objeto dentro da nossa boca, ou tocá-lo com a ponta de nossa língua, onde a maioria das nossas papilas gustativas estão (IBARRETXE-ANTUÑANO, 1999, p.145).

A razão por que tomamos esses sentidos como internos “talvez resida no fato de que o nariz, a boca e os ouvidos têm buracos ou cavidades e, como consequência, percebemos os estímulos desses sentidos como vindo para dentro de nosso corpo”. Mas, como admite a autora, “esta é apenas a nossa percepção de como esses sentidos trabalham”. Na verdade, em termos fisiológicos, todos os sentidos são “internos” (as ondas de luz entram no olho, bem como as vibrações da pele, que agem como receptores).

Mas, pelo que vimos, parece-nos que, ao menos no que se refere à *audição*, o objeto não pode “entrar no observador para ser observado”. No que se refere às propriedades resultantes da relação entre observador e o objeto, se é óbvio que, com a *visão*, o objeto está *fora* do observador (ao alcance da *visão* e do *tato*, sentidos por excelência *objetivistas*), na oralidade, o observador está *dentro* do objeto observado. A diferença (ii), que envolve propriedades resultantes da relação entre observador e a observação, nos ajuda a pensar assim: na *visão*, aquele que observa *vendo* pode decidir quando realizar uma observação (<vontade>), o que não é possível na *audição* (pois, como queremos, está-se dentro do objeto

sonoro); na visão, ademais, a observação depende diretamente do observador (<objetividade>), enquanto que, na *audição*, a observação depende de “terceiros” (o objeto) produzirem sons para eles serem observados. Ainda no que se refere às propriedades resultantes da relação entre observador e a observação, a <objetividade> nos leva a pensar, como diz Moisés (1982, p.199), que “sabemos somente o que vemos; não podemos saber se não vimos, e a própria informação auditiva transforma-se em visual para adquirir status de verdadeiro conhecimento”.

Se a cultura desempenha um papel na conceitualização dos sentidos, resta explicar “o que conduz a essa escolha específica em uma dada cultura”, sugere Ibarretxe-Antuñano. Para alguns antropólogos, essas “escolhas” estariam fundamentadas em fatores sociais; para outros, em fatores ambientais (ex: deserto aberto *versus* floresta densa). Para Walter Ong, teria sido a introdução da escrita (enquanto “tecnologia de comunicação”) o que determinou tal “escolha”. O “deslizamento” se daria, então, em termos de uma mudança de mentalidade, ou economia noética, que teria motivado mudanças de valores da propriedade <interno>, <vontade> e <objetividade>: com a “desvalorização” da oralidade (e, conseqüentemente, da *interioridade*), os efeitos produzidos pela escrita contribuíram para a valorização da <vontade> e da <objetividade>.

Valorizar a *visão*, no que se refere às propriedades resultantes da relação entre o objeto e a observação, é valorizar a propriedade <avaliação>, que não se aplica para a *audição*. Segundo Ibarretxe-Antuñano, “a visão é o sentido em que a sociedade ocidental se baseia mais”, uma vez que “nós tendemos a fazer julgamentos com base nas informações que recebemos o que vemos”. O julgamento realizado com base de *paladar*, outro sentido com valor positivo na propriedade, é de uma espécie diferente: as pessoas podem avaliar vários gostos ao longo da dimensão de agradável / desagradável. Estes julgamentos são chamados de “gosto” (subjetivo).

4.2 A Linguística Sociocognitiva centrada no uso

Não se deve estranhar o fato de que os itens lexicais de uma língua passe por mudança diacrônicas, ao contrário: estranho seria se não adquirissem, com o uso, novos relevos. Os homens mudam suas concepções acerca do mundo em que vivem e, conseqüentemente, o mundo acaba mudando com eles. É natural, portanto, que modifiquem sua forma de falar sobre esse mundo e isso acaba motivando as mudanças estruturais que as línguas sofrem com

o passar do tempo. Na visão sintética de Martelotta, “as línguas não tem finalidade em si mesmas, os humanos as desenvolveram para promover a comunicação entre eles”.

O fenômeno da mudança se manifesta em vários níveis de utilização da língua, tendo implicações tanto no nível sonoro, que engloba o que Martelotta (2011, p.18-21) chama de “fenômenos de ordem fonético-fonológica”, quanto no nível da estrutura das palavras e de sua organização em frases, os “fenômenos de natureza morfossintática”. Propostas recentes (TRAUGOTT, 2002; TRAUGOTT; DASHER, 2001) têm demonstrado que, de fato, as mudanças ocorridas com os elementos linguísticos envolvem não apenas uma interferência entre diferentes níveis estruturais da língua, como também uma relação com os contextos discursivo-pragmáticos. Em relação a esses, explica Martelotta, o termo *discursivo* aponta para a organização do texto e o item *pragmático*, para a situação de comunicação em que ele é produzido. Essas novas propostas não analisam os fenômenos linguísticos à luz de um nível específico: fenômenos morfossintáticos associados aos elementos linguísticos implicam normalmente questões fonéticas e, formando um quadro mais geral, esses fenômenos tendem a ser motivados pelos contextos comunicativos em que os falantes produzem seu enunciado.

Dentre os vários processos de mudança linguística, a gramaticalização é considerada um dos mais comuns que se tem observado nas línguas em geral: “as possibilidades de escolha coexistem de modo estável em uma língua, até que uma delas passa a ser preferida pelos falantes, caso em que se configura uma situação de mudança em progresso” (HORA, 2004). Estudos sobre gramaticalização vêm revelando diversos *continua* unidirecionais que dizem respeito tanto às modificações semânticas sofridas pelos itens em questão, quanto à inserção destas nas categorias gramaticais e à sua apresentação morfofonêmica antes e após o processo (FORTUNATO, 2008).

A Linguística Sociocognitiva harmoniza com o *funcionalismo* o *cognitivismo*, outra das tendências de análise presentes na literatura associada à ciência da linguagem (MARTELOTTA; ALONSO, 2012). Parte-se do princípio que as regras gramaticais podem refletir a criatividade humana, mas são restritas pelo funcionamento natural de nossa mente. Essa restrição garante aspectos translinguísticos detectados nas análises das línguas naturais, uma vez que estrutura “tudo o que percebemos do mundo e também o modo como nos relacionamos com outras pessoas, compartilhando um mesmo sistema conceptual” (WILSON; MARTELOTTA, 2009, p.78).

O cognitivismo compreende a cognição como um conjunto de sistemas conectados, que envolve, além da linguagem, nossa percepção do mundo que nos cerca, nossa capacidade

de armazenar as informações na memória, nossos sentimentos, as informações do contexto sociocultural em que nos inserimos. A linguagem, na concepção dessa tendência, se relaciona com o pensamento e com a experiência. Nossos sentidos corporais nos fornecem os dados referentes ao ambiente em que vivemos, o que significa que a nossa experiência mais básica se estabelece a partir de nossa estrutura corporal. O espaço é reduzido ao corpo até mesmo em sociedades de tradição escrita. Bem antes de abrigar o mundo em um suporte pictórico, antes de reduzir o território ao mapa, “o que implicou uma viravolta revolucionária em sua visão do território”, o homem inicialmente o apreendeu por intermédio de seu corpo segundo sua percepção imediata, “em função do que ele via, do que realmente percorria, dos deslocamentos que ele acreditava observar etc.” (CALVET, 2011, p.62).

Assim, a mente é vista como não separada do corpo e o pensamento é corporificado, no sentido de que sua estrutura se relaciona à configuração do nosso corpo e suas restrições de percepção. Esse dinâmico processo de significação se associa a rotinas comunicativas que são moldadas, mantidas e modificadas pelo uso. Assim, a comunicação é vista como uma atividade compartilhada e o processo de produção do sentido é compreendido como uma negociação entre falante e ouvinte no contexto comunicativo, o que enfatiza a importância da interação e do ambiente sociocultural na compreensão do fenômeno da linguagem.

Prevalece, na Linguística Sociocognitiva, uma linguística *centrada no uso*, um tipo de abordagem que observa a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas em contextos reais de comunicação (TORRENT; BYBEE, 2012). Um dos maiores desdobramentos das pesquisas sobre metáforas dos últimos anos tem sido o foco na identificação e na explicação da linguagem metafórica no discurso real. Exemplos isolados construídos, frequentemente encontrados em pesquisas linguísticas, ou estímulos criados por psicólogos, com objetivos experimentais, oferecem um material importante para o estudo da estrutura e do funcionamento das metáforas. No entanto, para se fazerem afirmações a respeito da ubiquidade e da compreensão realista da linguagem metafórica, é preciso que os pesquisadores explorem “metáforas no mundo real”, na medida em que são produzidas na fala e na escrita, em diferentes contextos (GRUPO PRAGGLEJAZ, 2009).

É preciso levar em conta, na análise dos dados, aspectos relacionados a restrições cognitivas que só se materializam na interação, ou seja, não refletem apenas o funcionamento de nossa mente como indivíduos, mas como seres inseridos em um ambiente cultural. Fatores culturais determinam parcialmente o modo de organização cognitiva da mente humana. Em decorrência, gramática e discurso estão associados mutuamente: é no discurso e sob a

influência de seu contexto que a gramática emerge. O discurso se altera devido aos ajustes das formas para novas funções ou às expansões semânticas, mas é a própria gramática que fornece padrões para a construção do discurso, padrões esses decorrentes de pressões cognitivas e, sobretudo, de pressões de uso.

Na visão centrada no uso, não há um universo pronto, esperando para ser nomeado, mas sim criado pela e para comunicação linguística, através de um processo de categorização que reflete a utilização de aspectos cognitivos atualizados no uso, tendo, portanto, caráter sociocultural. Em termos essenciais, esse é o raciocínio da proposta relativista de Herder e Humboldt, mais tarde reeditada como hipótese de Sapir-Whorf. A linguística centrada no uso, entretanto, busca ir além do velho empirismo, tentando observar a conexão entre a relativa arbitrariedade do processo de nomear coisas e as restrições de caráter cognitivo a ele subjacentes (MARTELOTTA, 2011, p.70).

A *palavra*, para a Linguística Sociocognitiva centrada no uso, passa a ser entendida não mais como portadora de significado, mas como porta para construção do sentido. O significado é dinamicamente construído, funcionando o *nome* apenas como um guia. Os subcomponentes da linguagem interagem, abandonando a rígida separação entre léxico e sintaxe. A gramática é dinâmica, pois ajusta-se continuamente ao uso concreto. A mensagem sofre alterações em virtude da elaboração criativa do falante e o código, constante erosão provocada pelo atrito fonológico. Alguns autores assumem, enfim, que não existe uma gramática e sim “gramaticalização”, um processo “em direção à gramática” (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Nessa perspectiva, as variações *fôrma* ~ *fôrma* e *enformação* ~ *informação* não podem ser consideradas fenômenos isolados. Ao contrário, entendemos o caso como um fenômeno comum, dentro de uma “constante renovação do sistema linguístico, percebida sobretudo pelo surgimento de novas funções para formas já existentes e de novas formas para funções já existentes” (GONÇALVES *et al.*, 2007, p.15).

O discurso é tido como resultante da interação de múltiplos sistemas complexos dinâmicos que operam em vários níveis e escalas cronológicas. Seus elementos são conectados e interagem em constante fluxo. Em tais sistemas, não são apenas os elementos que se modificam com o tempo, mas também as relações entre eles e é isso que define o sistema como “não-linear”.

Como resultado, algumas modificações no sistema se dão de maneira abrupta e drástica, à medida que o sistema passa pela assim chamada “mudança de fase” para um padrão de atividade diferente (esses padrões de atividade às vezes são denominados “atratores”). Outras vezes, o sistema se modifica continuamente, sem mudanças de fase. Ao passar por mudanças de fase, o sistema parece se “auto-organizar”, com novos padrões ou atratores se desenvolvendo, se estabilizando por

algum tempo e, em seguida, se modificando novamente (CAMERON; DEIGNAN, 2009, p.147-148).

Em tese, durante essas trajetórias, são produzidas formas variantes que podem coexistir por séculos antes de entrar em um estágio de mudança. Na extensão para novas funções (polissemia), a situação intermediária não pode ser vista como a coexistência entre duas formas de valor semântico equivalente, mas como uma ambiguidade entre o uso anterior e o novo (MARTELOTTA, 2011, p.51). O que ficou conhecido como *overlap model* é, então, um modelo de mudança em três estágios:

- i. há uma expressão linguística *A*, que é recrutada para cumprir gramaticalização;
- ii. esta expressão adquire um segundo padrão de uso, *B*, que apresenta ambiguidade em relação a *A*;
- iii. *A* se perde, ou seja, agora há apenas *B* (nem toda gramaticalização chega a esse estágio)

Em determinada sincronia, prevê a teoria, as duas (ou mais) formas de se dizer algo com valor semelhante são considerados casos de *variação* (estágio ii). Considera-se que as alternâncias de uso são influenciadas por fatores estruturais e sociais, eis por que esses fatores são também referidos como *variáveis independentes* A e B, no sentido que “os usos de estruturas linguísticas são motivados e as alternâncias configuram-se por isso sistemáticas e estatisticamente previsíveis” (MOLLICA, 2010).

Dessa perspectiva, destacaremos em seções as construções teóricas de que faremos uso para demonstrar nossas próprias hipóteses. São elas a *Teoria da Gramaticalização* e a *Teoria da Metáfora Conceptual*.

4.2.1 Gramaticalização

O termo *gramaticalização* é encontrado na literatura com dois sentidos relacionados: o de paradigma e o de processo. O objetivo principal da teoria seria descrever como formas gramaticais e construções surgem e se desenvolvem através do espaço e tempo, e para explicar por que eles são estruturados do jeito que são. Como processo, refere-se “ao fenômeno linguístico que o paradigma de *gramaticalização* procura entrever” (FURTADO DA CUNHA; NOGUEIRA, 2008), ou seja, aos processos cognitivos, discursivos e estruturais de codificação e de organização de categorias.

Segundo Abraçado (2006), “um item lexical ou uma construção sintática se gramaticaliza quando, ao ser frequentemente empregado(a) em nova função, passa a assumir

um novo *status* como elemento gramatical, tendendo a se tornar mais regular e mais previsível, de acordo com motivações pragmáticas e de repetição de uso”. Conforme essa definição, são atribuídos os seguintes fenômenos ao paradigma:

1. a trajetória de itens lexicais de valor semântico X para valor semântico Y;
2. a trajetória de itens lexicais de uma categoria léxica X para uma categoria léxica Y;
3. a trajetória de elementos linguísticos em condição menos gramatical para uma condição mais gramatical;
4. a trajetória de elementos linguísticos do léxico à gramática;
5. a trajetória de elementos linguísticos de uma condição mais referencial para uma condição menos referencial.

Um conceito central na gramaticalização seria, então, o de *emergência*, entendido como processo de estruturação em andamento. Emergência, nesse sentido, é distinta de ontogênese: estruturas emergentes seriam instáveis e se manifestariam por “acumulação” (medida pela frequência). A noção constitui uma ruptura com as ideias padrão sobre gramática, concebendo a estrutura como uma resposta em andamento a pressões do discurso e não como uma matriz pré-existente (BYBEE, 2010; CASTILHO; RAMOS, 2003).

Segundo a série de estudos sobre “fonologia do uso” de Bybee (2001) e colaboradores, “quanto mais frequente for uma palavra, mais robusta será sua representação, sendo mais facilmente acessadas do que as menos frequentes”. A frequência de ocorrência de uma determinada construção leva a seu estabelecimento no repertório do falante e faz dela uma unidade de processamento, o que implica que o falante explora recursos gramaticais disponíveis para atingir seus objetivos comunicativos (FURTADO DA CUNHA; NOGUEIRA, 2008). Em estudos preparatórios (GONZALEZ, 2012a; 2011), mostramos que as variações em estudo envolveram uma alteração quantitativa na distribuição ao longo de séculos, o que nos permite compreender o processo como uma mudança de *prestígio*: desde que surgiu, no últimos anos do séc. XV, a base *inform-* apresentou uma trajetória de aumento contínuo de frequência de uso em relação ao outrora prestigiado (não-marcado) radical *enform-*. Em paralelo, nota-se o rápido aumento da frequência de uso do sentido “dar informação”, a despeito da forma (*enform-/inform-*).

Esse quadro desemboca no acionamento das duas categorias de motivações: de um lado, *economia* (perda na forma fônica; a simplicidade; a rapidez do enunciado; a relação mais frouxa entre forma linguística e estrutura da experiência), de outro, *informatividade* (o

peso na forma fônica; a complexidade; o dispêndio de tempo no enunciado; a relação mais direta entre forma linguística e estrutura da experiência). Correlacionados a essas características atuam ainda fatores relacionados à interação, como a frequência de uso, a existência de marcas (socialmente construídas), a velocidade de processamento, o grau de iconicidade (NEVES, 2010).

Acerca dos mecanismos motivadores da gramaticalização, os especialistas apontam, entre outros, a “extensão metafórica”, que se caracteriza por duas propriedades: (1) mudança de um domínio mais concreto para um domínio mais abstrato; (2) preservação de algum traço da estrutura relacional (CASSEB-GALVÃO; LIMA-HERNANDES, 2012; HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991). Ambos os traços serão observados, ao longo da tese, no decorrer de um processo secular de gramaticalização por extensão metafórica que se manifesta em *enformação* “moldagem” >>> *informação* “estado das coisas”.

É pressuposta, nos processos de gramaticalização, uma *unidirecionalidade*, no sentido de que elementos representacionais se tornam (mais) gramaticais e não o contrário. O elemento ou expressão, que originalmente apresenta sentido representacional, fazendo referência a dados mais objetivos, passa ser utilizado para expressar noções mais gramaticais, veicular estratégias comunicativas e atitudes subjetivas dos usuários. O princípio é relativamente simples: “os conceitos mais concretos são mais fáceis de serem conceptualizados e transmitidos comunicativamente para a expressão de valores mais abstratos, mais difíceis de serem conceptualizados” (MARTELOTTA, 2011, p.79-81)

No caso do verbo *pensar*, por exemplo, tinha no lat *pensare* uma acepção concreta de “pesar, avaliar o peso de alguma coisa”, mas que, uma vez abstratizado, passou a significar “estimar, pesar, avaliar o valor de uma ideia, de um raciocínio”. Por transferência metafórica, seu sentido percorreu uma trajetória do “mundo físico” para o “mundo das ideias” (VOTRE, 2004, p.26). O verbo *saber* é outro exemplo: vem do lat *sapere*, que tinha o sentido de “ter sabor; exalar um cheiro, um odor; perceber pelo sentido do gosto” que, em sentido figurado, era usado, ainda no latim, como “ter inteligência, juízo; conhecer alguma coisa, conhecer, compreender, saber”. O verbo *entender* vem do latim *intendere*, que significava “estender em certa direção; esticar, estender para; dirigir; virar-se, dirigir-se para”, mas também “tender para, visar a; dar extensão, intensidade, aumentar; sustentar, pretender”. Acredita-se que, no latim vulgar, *intendere* devia ter ainda também o sentido de *compreender*, como o provam o francês arcaicos *entendre*, que significava “perceber” e, mais tarde, ganhou o sentido de “ouvir” (MARTELOTTA, 2004).

Ao preservar algum traço da estrutura relacional original, a metáfora permite inferências por *implicatura* (GRICE, 1989 [1975])¹³, atendendo aos apelos da velocidade de produção e da consciência via memória: enquanto o falante obedece ao princípio da informatividade e da economia, o ouvinte extrai todos os significados necessários à compreensão da asserção. Nesse processamento, muitas expressões codificadoras de categorias cognitivas são elididas por serem já conhecidas ou compartilhadas. Essa inferência (ou *implicatura*) pode ser meramente conversacional, ou seja, pode se manter no contexto de ambiguidade. Por outro lado, essa inferência pode se tornar convencional: pode se generalizar, incorporando-se as construções disponíveis no sistema, o que ocorre com a adoção definitiva do novo sentido e a extensão para contextos de uso mais gerais.

4.2.2 A Teoria da Metáfora Conceptual

Na proposta de Lakoff e Johnson (2002 [1980], p.46), outro pilar teórico de nosso estudo, os mapeamentos metafóricos são “estruturados sistematicamente” – uma hipótese que vem sendo, desde então, comprovada e aprimorada (LAKOFF, 2008). A metáfora, nessa teoria, é concebida não mais como uma questão de linguagem, mas como um reflexo do pensamento e da razão: “já que a comunicação é baseada no mesmo sistema conceptual que usamos para pensar e agir, a linguagem é uma fonte de evidência importante de como é esse sistema”.

Durante muito tempo, desde os primeiros ensinamentos de Aristóteles, a metáfora esteve presente em diversos estudos sobre linguagem. A abordagem aristotélica inicial definia a metáfora como figura de estilo, típica da linguagem literária e poética, caracterizando seu uso como artifício de estética (ASSIS, 2012). Mas, contam-nos Macedo e colaboradores (2009), a partir dos anos 70, com o *processamento das informações* passando a ser o grande foco de atenção dos estudiosos da linguagem, o fenômeno das metáforas foi um dos temas que mereceu grande atenção por parte dos estudiosos, em busca de teorias ou soluções que dessem conta do fenômeno. No final da década, já se tinha claramente a percepção de que a linguagem comum, aquela usada normalmente pelo homem no seu dia a dia, é repleta de metáforas, e de que não percebemos isto porque seu uso é natural e corriqueiro. Até mesmo a linguagem técnica e científica, que tantos supuseram ser estritamente literal, é rica em metáforas.

¹³ No caso de *informação*, começamos a estudá-la em Gonzalez (2012d).

Em 1980, surge a *Teoria da Metáfora Conceptual* (TMC), de George Lakoff e colaboradores. Sistematizada inicialmente em *Metaphors we live by* (“*Metáforas da vida cotidiana*”), obra em coautoria com o filósofo Mark Johnson (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]), a TMC provocou uma revolução nas pesquisas sobre a metáfora e representou o lançamento de um programa inovador de pesquisa (ZANOTTO *et al.*, 2002, p. 15).

A TMC introduz o conceito de mapeamento (*mapping*) metafórico, isto é, que se insere entre dois domínios *conceituais*¹⁴: um domínio de origem ou fonte (*source domain*), concreto e experiencial, é utilizado para explicar entidades que estão inseridas em outro domínio, alvo (*target domain*), mais abstrato. O segundo *conceptualiza*-se em termos do primeiro. Deles se originam diversas redes de expressões metafóricas que se entrecruzam e, com isso, se modificam produzindo outras múltiplas e novas expressões linguísticas/metafóricas sempre relacionadas aos domínios fonte e alvo (ASSIS, 2012).

O domínio alvo, no caso de *informação*, é o que Semino (2005) chama de “atividade de fala”, um domínio altamente complexo estruturado convencionalmente por meio de diferentes domínios fonte metafóricos. Esses domínios não são específicos para atividade de fala em particular, mas tem um escopo metafórico muito amplo, isto é, se aplicam a uma vasta gama de domínios alvo, tais como (entre outros):

- o alcance das metas de comunicação (*achievement of communicative goals*);
- a expressão de significados e ideias (*expression of meanings and ideas*);
- a performance dos atos de fala (*performance of speech acts*);
- a negociação de relações mútuas (*negotiation of mutual relationships*), em que se encontram as expressões de concordância ou discordância com o ponto de vista dos outros.

As categorias conceituais humanas e o significado das estruturas linguísticas em qualquer nível não são um conjunto de características universais abstratas ou símbolos sem interpretações; são motivadas e fundamentadas, de alguma forma, diretamente na experiência, nas nossas experiências corporais, físicas e socioculturais. Na visão da TMC, as associações conceituais entre os dois domínios, fonte e alvo, são normalmente consideradas universais, uma vez que estão fundamentadas em uma base corporal empírica, em uma experiência humana corporificada. A TMC desvincula assim a metáfora da relação “linguagem metafórica” *versus* “linguagem literal”, deslocando-a de “figura da linguagem” para “figura do

¹⁴ A tradição da literatura inspirada na TMC tende a adotar *conceptual*, distinguindo-se terminologicamente, assim, de outros nexos associados à *conceitual*.

pensamento”, desfazendo a dicotomia cartesiana corpo-mente, integrando as visões objetivistas e subjetivistas no que se passa a chamar “experencialismo”, em sua primeira versão, e “realismo corpóreo”, posteriormente.

Uma “expressão metafórica”, no âmbito da TMC, consiste então numa expressão linguística que veicula uma metáfora conceptual. Trata-se de uma manifestação de um pensamento metafórico. A metáfora não é vista como uma manifestação linguística, ao contrário, é antes um mecanismo que envolve imagens mentais que nos permitem estabelecer projeções, mapeamentos, entre domínios distintos (concretos e abstratos), que, então, manifestam-se no nível linguístico de diversas formas. Um exemplo dessa correspondência conceitual é a metáfora A RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE PRESSURIZADO¹⁵, que licencia expressões metafóricas como “ele ficou *ferendo* de ódio”. Essa metáfora está baseada, segundo Ibarretxe-Antuñano (2009), “não apenas em nosso conhecimento do comportamento de substâncias líquidas em recipientes pressurizados, mas também transformações físicas que experimentamos quando estamos com raiva, ou seja, um aumento na temperatura da pele, na pressão sanguínea e outras atividades no sistema nervoso”.

As regras gramaticais refletem a criatividade humana, mas são “restritas pelo funcionamento natural de nossa mente”. Aspectos translinguísticos detectados nas análises das línguas naturais garantem certa transcendentalidade da língua, uma vez que, compartilhando um mesmo sistema conceptual, damos uma mesma estrutura a “tudo o que percebemos do mundo e também o modo como nos relacionamos com outras pessoas” (WILSON; MARTELOTA, 2009, p.78). Acredita-se que as metáforas teriam o poder de definir a realidade (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p.259). Os conceitos que governam nossas línguas governam também a nossa atividade cotidiana, até nos detalhes mais triviais, estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas.

Cada uma das expressões metafóricas é usada, então, no interior de um sistema global de conceitos metafóricos – conceitos que usamos constantemente ao viver ou pensar. Essas expressões, como todas as outras palavras e itens lexicais frasais da língua, são fixadas por

¹⁵ Na tradição cognitiva, letras maiúsculas são usadas para indicar um mapeamento conceptual.

convenção¹⁶. Eis por que, dizem Lakoff e Johnson, o sistema conceptual “não é algo do qual normalmente temos consciência”: na maioria dos pequenos atos da nossa vida cotidiana, pensamos e agimos mais ou menos automaticamente, seguindo certas linhas de conduta que não se deixam apreender facilmente.

¹⁶ Além desses casos, que fazem parte de sistemas metafóricos globais, existem também expressões metafóricas idiossincráticas, que ficam isoladas e não são usadas de maneira sistemática quer na linguagem, quer no pensamento.

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 A gramaticalização de *forma*

5.1.1 Oralidade, mundo das *fôrmas*?

O *Dicionário etimológico da língua portuguesa* de Cunha (2010 [1982]:298) registra duas entradas para *forma* (sem acento). A primeira é semanticamente definida como o “modo sob o qual uma coisa existe ou se manifesta” (= *maneira*) ou “configuração, feitio, feição exterior” (= *fôrma*), cuja data (provável) da primeira ocorrência é, segundo Cunha, o século XIII¹⁷. A segunda entrada do *Dicionário etimológico...* para *forma* se refere certamente à *fôrma*: é sinônimo de “molde”, cuja primeira ocorrência, ainda segundo Cunha, é do século XVII.

O registro mais antigo de “*fôrma*” (assim, acentuada) que encontramos é do *Diccionario lusitanico latino de nomes próprios...*, de Pedro de Poyares (1667) ([1]). Mais à frente, Rafael Bluteau (1712), que privilegiava a definição da norma e a normalização dos usos, “numa época de grande variação linguística” (GONÇALVES, 2002), também grafaria *forma* com o circunflexo (“*fôrma*”)¹⁸ ([2]).

[1] A fôrma; & posiçam de Serdenha, He semelhante à planta do pé...

[2] ASPA. He huma especie de cruz feita de dous paos, atravessados, hum sobre outro, enceridos, ou atados, sem angulos rectos. Crux decussata, & algumas vezes, Decussis, is. Masc. Vitruv. / Em fôrma de aspa. Decussatim. Vitruv.

A etimologia proposta por Cunha (2010 [1982]) e acatada por Houaiss (2001) nos induz a pensar que a primeira pronúncia, *f/ɔ/rma* (*fôrma*), é a mais antiga, e *fôrma*, uma inovação do português clássico. O exemplo a seguir, no entanto, parece atestar que a noção de *fôrma* já estava disponível desde, pelo menos, o português do séc. XIV ([3]). Queremos com isso sugerir que a noção de *fôrma* é muito mais antiga do que sugerem Cunha e Houaiss.

[3] E, nõ dormydo ainda bem assessegadamête, pareceulle o hermitã Sam Pallayo vestido em nobres panos brancos e tã fremoso e feito ã tã maravilhosa forma que o nõ poderia homẽ pêsar (*Crónica Geral de Espanha*, 1344)

¹⁷ De fato, é abundante, nos *corpora*, o uso de *forma* em fórmulas típicas do contexto administrativo/jurídico do *Chartularium Universitatis Portugalensis*, publicado a partir de 1288, tais como «*forma publica*».

¹⁸ Essa ocorrência de “*fôrma*” em Bluteau é curiosa. Como se nota, o lexicógrafo usou-a na descrição de *aspa*; na entrada *forma*, no entanto, das treze acepções, cinco são escritas “*fôrma*”, as demais são “*forma*”. “*Fôrma*” não está lá, nem mesmo em “*letra de forma*”. Não descartamos a possibilidade de estarmos diante de um acréscimo de algum tipógrafo distraído, mas será da mesma época, o que para nós é suficiente.

A palavra «*fôrma*» é usada desde pelo menos a *Lex Rubria* (122 a.C.), mas a etimologia da palavra é nebulosa. Para se ter uma ideia, basta resgatar a entrada *formæ* do *Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes...* de Terreros y Pando (1793):

[4] *forma*, æ, f. forma, figura, hermosura, efígie, imagem, idea, regla, lei, horma, quesera, ó forma en que se hacen los quesos; moneda, cuño de Ella; modo, disposicion de um edificio, diseño de El; manera com que se hace alguna cosa; canal, caz, acueducto.

Lewis e Short (1879) reconhecem o conceito no radical sânscrito *dhar-* (*dhar-i-man* = “figura”). Para Monlau (1856), “[*forma*] vem do dórico *morpha*, por uma metátese de *morphé* (*μορφῆ*)”. O *Dicionário morfológico da língua portuguesa* (HECKLER; BACK; MASSING, 1988, p.1818), assim como o *The Latin Language* de Leonard Palmer (1988), postula um intermediário etrusco, ou um **morma*, por dissimilação de *m-m* por *f-m*. Nas línguas célticas, como o bretão, toma-se *ffurf* por *forma* (WILLIS, 2009, p.120), o que nos parece uma dissimilação antitética.

Seja como for, a palavra lat *forma* significava, originalmente, “molde, modelo”. Horácio aplicou-a com referência a um molde para sapatos; Ovídio, a um molde para fazer moedas. Passaria para o francês como *forme* (= *moule* “molde”) e para o português como *fôrma* (ERNOUT; MEILLET, 1951, p.247; HOBART; SCHIFFMAN, 2000, p.28; LINDSAY, 2010, p.141; MONLAU, 1856, p.123). A noção prática de “forma” como molde, fôrma ou selo permaneceu intimamente ligada ao seu significado mais abstrato, lógico, que emparelhava conteúdo e recipiente: Com esse sentido, *forma* não se confundia – originalmente – com *figura*¹⁹: em termos estritos, diz Auerback (1997 [1944]), relacionava-se metonimicamente, como a “forma oca ao modelo plástico que sai dela”.

O /o/ em posição nuclear de sílaba travada, como em *fôrma*, tinha no latim vulgar um significado concreto que se desenvolveu nos dialetos reto-romanos. Corominas e Pascual (1980), por exemplo, registram *fourmo* como um “casulo” (de borboleta) ou o “vaso onde o queijo toma forma”. No tempo do agrônomo romano Columella (séc. I d.C.), o termo já significava uma cesta ou uma caixa de madeira para comprimir e dessorar a coalhada (TOUSSAINT-SAMAT, 2009). Muitos outros (AUERBACH, 1997 [1944]; BOISSIER DE SAUVAGES, 1756; COUZINIÉ, 1850) confirmam a relação entre o conceito de *forma* ao molde onde o queijo duro era “enformado”. Há notícias de uma palavra grega, *phormos*,

¹⁹ “Efígie” e “figura” têm como origem *fingerere* “modelar na argila” e, por extensão, “dar feição a, afeiçoar”, donde “reproduzir os traços de, representar” e “imaginar, fingir, inventar”, daí “ficção” (HOUAISS, 2001)

“*especie de tejido de juncos ó mimbres donde se pone á escurrir el queso*” (MONLAU, 1856, p.280).²⁰

No Ocidente, portanto, é na fabricação dos queijos que está a chave para a interpretação do que se convencionou chamar “sentido concreto” de *forma*, ou seja, “fôrma”. O contexto onde essa palavra era produtiva está disponível desde Brachet (1870, p.250), quando registrou que o lat *formaticum* significava, estritamente, “feito em uma fôrma”. No baixo latim da era merovíngia, *formaticum* e *forma* já eram vulgarmente tomados como sinônimos de “queijo”. Gregório de Tours, por exemplo, relata uma cerimônia pagã, ainda existente no século VI d.C., em que *fourmes* de queijo foram lançados em um lago às margens de Gevaudan de Rouergue. Confirmam-no as *Glosas de Reichenau* (séc. VIII) e Papias: «*Caseus, dictus quod careat sero, vulgo Formaticum, Forma*» (BURGUY, 1869-1870; DU CANGE *et al.*, 1844 [1678]; NIERMEYER; VAN DE KIEFT, 1954). Conta uma legenda que, em 774, a Abadia de Conques enviou a Carlos Magno em Aix-en-Chapelle um presente de Natal constituído por duas mulas carregadas de queijo “enformado” de Roquefort. A iguaria agradou-lhe tanto que mandou abastecerem-no com uma *fourme* semanalmente durante a temporada de fabricação de queijos (HARBUTT, 1999; MASSIE, 2009; WHITTAKER; GOODY, 2001). Um texto do latim bastante tardio (837 d.C.) atesta, enfim, a proximidade metafórica que então havia entre *informação* e *queijo*: «*inde fit diminutivum Formula, unde etiam Formella, quæ etiam informationes casei significat, unde et Formaticum dicitur*» (DU CANGE *et al.*, 1844 [1678]).

Alinei (2010), numa perspectiva da etimologia arqueológica para a palavra *formaticum*, parece ter demonstrado que ela já estava disponível para os falantes do latim arcaico muito antes do contato com o grego. A etimologia dessa palavra é uma história franco-italiana, regiões que se alternam como fonte de surtos de inovações, tanto de diversidade cultural quanto linguística. A explicação tradicional – que o tipo italiano (ou seja, toscano) *formaggio* é um empréstimo do francês *fromage* – é inadequada: segundo Alinei, “o quadro dialectal é muito mais complexo do que se tem visto até agora”.

Em muitas partes são encontradas provas arqueológicas em antigas fábricas de queijos na Europa. Sabe-se que a produção desse alimento é uma arte antiga, mas não se conhece o

²⁰ Temos notícia de um outro significado para *phormos*: no início do século IV a.C. em Atenas, havia uma lei proibindo a compra de mais de 50 «*phormoi*» de grãos. Nesse contexto, *phormos* eram sacos ou jarras, recipientes utilizados para o transporte e armazenamento de produtos, um conceito profundamente enraizado nos processos de movimentação de grandes quantidades de grãos para mercados distantes, por isso devia ter o peso máximo de acordo com o meio de transporte – humano, animal ou marítimo, cada um correspondendo a um tipo de *phormos* (JOHNSTONE, 2011, cap.3)

início exato da cultura. Pesquisas recentes identificaram 34 vasos de cerâmica perfurados na Polônia que remontam a 7.500 anos atrás, quando as vacas foram domesticadas. As evidências enfatizam a importância de vasos de cerâmica no processamento de produtos lácteos na “revolução de produtos secundários” do médio Período Neolítico (SALQUE *et al.*, 2012). A partir desse segundo neolítico, os grupos indoeuropeus já são semisedentários. Os homens estão envolvidos na pecuária, as mulheres e os jovens praticavam uma agricultura rudimentar. O resultado é uma explosão demográfica que irá causar uma transformação completa da vida social: “toda a história da antiga Europa se articula em torno das grandes ondas migratórias dos indo-europeus” (BENOIST, 2010, p.6-7). Desenvolve-se, nesse tempo, uma nova técnica de processamento de leite que só pode ser considerada uma inovação em nível local: a Itália setentrional conhecia não uma, mas duas variantes para *formaticum*. A outra, *formay(o)*, não pode ser um empréstimo do francês, portanto a inovação lexical teria ocorrido na Itália, o que concorda com o fato de essa região ter, antes da França, atingido a Idade do Bronze.

Foi em torno do Mediterrâneo que o queijo que se tornou um item importante da dieta e um método, como acontece com a manteiga, de preservar o leite durante o inverno, quando os suprimentos eram escassos. Sua produção estava ligada à sazonalidade da agricultura e pastoreio europeus. A técnica da “enformação” se espalhou, a partir de um ou mais focos em áreas vizinhas da Europa Ocidental – daí o e ital *formaggio*, o fr ant *furmaige* ou *fromache*, prov *formatge* ou *fromatge*, port *formage*†, cat *formatje* – mas não alcançou outras culturas: a Índia preserva (e consome) seu leite ou como iogurte ou na forma de *ghee*; os chineses, exceto os nômades do norte, pouco ou nenhum leite consumiam. Os queijos do Oriente Médio são muitas vezes mais próximos ao iogurte, enquanto que, na África, a produção de manteiga e queijo é marginal (WHITTAKER; GOODY, 2001, p.234-235).

Eis as razões pelas quais Alinei adota uma “nova cronologia pré-histórica” para o estudo das origens do queijo duro e seu nome, baseado na premissa de que se pode opor linguisticamente a região padana, onde o queijo se tornou semi-industrial desde os tempos antigos entre os Apeninos centro-sul e assim se manteve até recentemente.

Os produtores dessa área durante o mesmo período (cultura Lagozza) poderiam muito bem ter cunhado o termo **formaticum*, não só para dar um nome a sua produção de maior importância e sucesso, mas também para distingui-lo dos mais antigos queijos frescos, encontrados em todo o vale e nos Alpes (ALINEI, 2010, p.103).

Nos vernáculos reto-romanos tanto quanto no “latim bárbaro”, portanto *forma* não era a “percepção” de um objeto, muito menos algo abstrato como “essência, atualidade da coisa”, pelo contrário: nas regiões que fabricavam ou consumiam queijo duro ou semi-duro, era o nome do molde onde se colocava o leite coalhado, daí a frase em romano-castraise de um *prieur* de Pradinas: «*Qué por o roquofor lo fourmo de froumatgé*» (COUZINIÉ, 1850). O fato corrobora Ong, quando ele diz que

as culturas orais conceituam e verbalizam todo o seu conhecimento com uma referência mais ou menos próxima ao cotidiano da vida humana, assimilando o mundo estranho, objetivo, à interação imediata, conhecida, de seres humanos. Tende-se a usar conceitos dentro de quadros de referência situacionais, operacionais, que possuem um mínimo de abstração, que permanecem próximos ao mundo cotidiano da vida humana (ONG, 1998, p.44).

A característica que mais determina ou influencia a psicodinâmica da oralidade é, segundo Ong, a relação do som com a *interioridade*, uma aproximação que podemos estabelecer com *fôrma* a partir do escopo semântico desse “objeto que apresenta uma cavidade na qual se introduz ou se despeja uma substância fluida que, ao endurecer, será modelada de acordo com a forma desta cavidade” (HOUAISS, 2001). Monlau observa que *fôrma* teve, na “linguagem da filosofia”, uma acepção de algo “que marca a determinação” da matéria. Essa noção que vincula *forma* e “encerramento” manifesta-se na poesia francesa dos sécs. XIV-XV como algo “fechado”: «*Dont s’en va cius et si s’en tourne; / Dusque la cambre em sejourne, / Que est fremée à la queville: / “Ouvrés, ouvrés!”*» [Ato contínuo se vai aquele e regressa a casa, que está *fechada* com a aldaba. “Abri, abri!”] (devemos a ALCARAZ, 2003 a tradução para o espanhol).

Essa relação é importante em virtude da *interioridade* da consciência e da própria comunicação humanas. Numa cultura oral primária, na qual a palavra existe apenas no som, sem qualquer referência a um texto visualmente perceptível e a uma consciência, “a fenomenologia do som penetra profundamente no sentimento de existência dos seres humanos, na qualidade de palavra falada”, pois o modo como a palavra é vivenciada é sempre importante na vida psíquica (ONG, 1998, p.87).

A consciência de cada indivíduo humano é interiorizada, conhecida do indivíduo a partir de dentro (ONG, 1998, p.86-87). Conceitos como “interior” e “exterior”, prossegue esse autor, são conceitos aqui fundados na existência, baseados na experiência que cada um tem de seu corpo, “que está tanto dentro de mim quanto fora de mim”. O corpo “é uma fronteira entre mim mesmo e tudo o mais, e analisamos outros objetos com referência a essa experiência”.

Por isso, as tentativas de definição de “interior” e de “exterior” são inevitavelmente tautológicas: como dissemos, os prefixos *in-* ~ *en-* “interior” tem uma raiz indo-europeia **en* “no interior; em”, que é definido por “dentro de”, e assim por diante, girando no círculo tautológico. O mesmo vale para “exterior”.

Uma das consequências da ação centralizadora do som (“o campo sonoro não está espalhado diante de mim, mas a toda a minha volta”) é que, para as culturas orais, o homem está no centro do seu cosmos. Essa ideia, de que “estou no centro do mundo”, manifesta-se pela sacralização do espaço: o “verdadeiro mundo” se encontra sempre no “meio”, no “centro”. Tudo o que não é “o nosso mundo” está longe do centro e não é, ainda, um “mundo”. Não se faz “nosso” um território senão “criando-o”, quer dizer, consagrando-o. O “nosso mundo” foi criado por Deus para os homens, com a finalidade de ser nossa morada, e se estamos no centro, tudo é feito para nós (ELIADE, 1992 [1957], p.22).

Acreditar que a Terra ocupa o centro do universo era, portanto, bastante natural, mesmo para os letrados e “seria um contrassenso muito grande propor outra coisa” (CAMENIETZKI, 2000, p.20). Um “universo” origina-se estendendo-se a partir de um ponto central, que é como o seu “umbigo”. A tradição judaica é bem explícita quanto a esse ponto: “O Santíssimo criou o mundo como um embrião. Tal como o embrião cresce a partir do umbigo, do mesmo modo Deus começou a criar o mundo pelo umbigo e a partir daí difundiu se em todas as direções”. Por outro lado, uma vez que a criação do homem é uma réplica da cosmogonia, daí resulta que o primeiro homem foi fabricado no “umbigo da Terra”, no Centro do Mundo, um ponto onde o espaço se torna sagrado, real por excelência. Uma “criação” implica, em última instância, uma irrupção do sagrado no mundo. Segue daí que toda construção ou fabricação tem como modelo exemplar a cosmogonia e a “criação do mundo” torna-se “o arquétipo de todo gesto criador humano, seja qual for seu plano de referência” (ELIADE, 1992 [1957], p.22).

O vácuo não era coisa que os sábios do Ocidente cogitassem na Idade Média. Portanto, quando nos guiamos pelos processos cognitivos que nos conduzem da noção de *interioridade* que há em “fôrma”, há que se levar em conta certa substância a partir do qual se criava o “nosso mundo”. O verbo ingl *spread* tinha, originalmente, um sentido concreto que está relacionado a “*substâncias* (tais como as líquidas) se expandindo em todas as direções para cobrir uma grande área”, enquanto *circulate* “tem um sentido físico para fazer com entidades ou substâncias (como o ar) que se deslocam em torno continuamente dentro de um espaço fechado” (SEMINO, 2005, p.46).

Argumentava-se que o vácuo não poderia ter sido criado, pois Deus não iria criar o “nada” (CAMENIETZKI, 2000, p.53). O caos era composto de matéria ou substância, algo líquido ou fluido, concebido como uma espécie de “amálgama único, em que o natural, o divino, o humano se fundiam”: nos espíritos, uma rede cerrada de correspondências entre a anatomia e a fisiologia humanas, entre as diferentes idades da vida e o tempo cósmico, remetia a um sistema mais abrangente de correspondências entre o micro e o macrocosmos, entre a individualidade, a sociedade e o universo (RODRIGUES, 2003, p.139).

A *matéria* (gr *hilé*), um conceito introduzido por Aristóteles, é o signo da ideia geral que temos da causa imediata ou da existência física dos seres, em oposição à *forma* que, na ontologia do estagirita, a determina (MONLAU, 1856). A matéria do caos primordial podia ser o ar ou a água, mas também uma substância viva, como o leite – dado que muito nos interessa. Graças ao famoso *O queijo e os vermes*, de Carlos Ginzburg (2006 [1976]), temos notícias de uma cosmogonia de um moleiro friulano – Domenico Scandella, conhecido por Menocchio – que fora queimado por ordem do Santo Ofício “depois de uma vida transcorrida em total anonimato”. A documentação dos dois processos abertos contra ele, distante quinze anos um do outro (1584 e 1599), diz Ginzburg, “nos dá um quadro rico de suas ideias e sentimentos, fantasias e aspirações” e nos permite reconstruir um fragmento do que se costuma denominar “cultura das classes subalternas” ou ainda “cultura popular” (p.11).

Menocchio era acusado de ter alimentado dúvidas quanto à virgindade de Maria, o que ele confirmava, com uma observação: “é verdade que eu falei disso com várias pessoas, mas não forçava ninguém a acreditar, pelo contrário”. Mas o que, em 1583, chamou a atenção do Santo Ofício (tanto quanto a de Ginzburg e a nossa) era o conteúdo heterodoxo de sua singularíssima cosmogonia (apud GINZBURG, 2006 [1976], p.36-37):

«Eu disse que, segundo meu pensamento e crença, tudo era um caos, isto é, terra, ar, água e fogo juntos, e de todo aquele volume em movimento se *formou* uma massa, do mesmo modo como o queijo é feito do leite, e do qual surgem os vermes, e esses foram os anjos.»

Se a *interioridade* está implícita em *formar* “uma massa, do mesmo modo como o queijo é feito do leite”, a *fôrma* como ideia do limite entre “nosso mundo” e o caos fica explícita em outra cosmogonia citada pelo moleiro Menocchio – a Terra como um ovo:

A terra é feita de elementos comuns, pisados todos os dias em meio a outros elementos que estão ligados, unidos e cercados como no ovo, onde se vê a gema e ao redor dela a clara e por fora a casca, assim estão os elementos juntos no mundo. A gema seria a terra, a clara, o ar, a pele fina entre a clara e a casca seria a água, e a casca o fogo [...]” (GINZBURG, 2006 [1976], p.116).

A analogia da superfície terrestre com a estrutura de um ovo é um mito conhecido desde pelo menos os Vedas, o “livro do conhecimento” fundador da religião Hindu (LEITE, 2004). Já estava também no Venerável Bede (c. 672 ou 673 – 735), quando afirma que a terra “é um elemento colocado no meio do mundo: está no meio dele como a gema está no meio do ovo; à volta desta encontra-se a água, como à volta da gema está a clara”. Essa concepção adequava-se bem à cosmologia medieval do *mundus* ou universo finito, encerrado numa casca, constituído por esferas celestes concentricamente ordenadas e movendo-se em torno da Terra, uma ilha central e circular num universo esférico e impregnado pelo éter (REIS, 2008).

Temos para o português arcaico uma referência a essa cosmogonia numa obra nobre, cujas cópias sobreviventes foram encontradas nas livrarias pessoais de reis como D. Duarte (1391-1438) e do Condestável D. Pedro de Portugal (1443-1466): o *Horto* (ou *Orto*) *do esposo*, do final do século XIV, início do XV, escrita em letras góticas, originalmente em português. Trata-se de uma compilação de histórias e contos tradicionais, à maneira de *exemplos*, com um certo carácter moral, ascético e edificante, abarcando os mais variados assuntos. Para tal, o autor, um frade anónimo, lança mão não apenas da Bíblia, mas também dos repertórios mais difundidos na Idade Média como Boécio, Santo Isidoro, Hugo de S. Vítor, Valério Máximo, Cassiodoro, Santo Agostinho etc. Em mais de uma passagem o autor dessa obra usa o verbo *enformar* que demonstra a analogia que propomos entre *fôrma* e *interioridade*:

[5] As Sanctas Scripturas emformã ho homẽ de dentro, que he a alma, ã uirtudes de dentro, ca ellas emsinã tenperança e prudencia de sabedoria e justiça e uerdade (Livro 2, cap. 6).

[6] A esposa de Jhesu Christo, que he a egreya, demãda marido que aja de seguir e consentir pera corregimẽto e per que seja alumeada pera auer conhecimento e a quẽ se ãcoste pera auer uirtude e que seia tal per que ella seja enformada pera auer sabedoria e ao qual se conforme pera auer fremusura e cõ que se casse pera auer fruyto auõdoso de filhos spirituaes e que seja tal cõ que ella huse pera auer prazer spiritual. (Livro 4, cap. 47)

É geralmente aceite que o autor de *Horto do esposo* a escrevera a pedido da sua irmã religiosa, e fê-lo num português simples e vivo, poucos anos após as perturbações que se seguiram morte de D. Fernando (1345-1383), a que se refere como espectador. O texto é de feição marcadamente alegorizante, a começar pelo título, onde *esposo* se refere a Jesus Cristo e *horto*, ao Paraíso rodeado por um muro bem guardado, abundante em árvores, frutos, orvalhos noturnos, ervas medicinais, ventos bem temperados, aves canoras, a árvore da vida e a nascente ao mel (FERREIRA; PEIXEIRO, 1997).

No capítulo 69 do livro IV, o autor do *Horto...* resgata um *exemplo* alhures narrado por frei Giraldo de Frabec, da Ordem dos Pregadores, uma história que se passa no ano de 1179 no «*terrentorio que chamam Senonico, em hũũ loguar que chamã Chudo*». Ali, uma pastora de “baixa linguagem”, uma «*femea criada ã aldea e husada ã oficio rústico*» manifestou alguns dons que causaram espanto: «*muytas uezes via as cousas que nõ estauom presentes e as que aviam de uĩr*», conselhos que «*tam proueytosamẽte emduzia e amoestaua*», demonstrando uma sabedoria surpreendente. Depois de dez anos «*viuẽdo ã carne pella graça de Deus*», a moça teve o corpo tomado pelo Espírito Santo e «*muyto ameude era arreuatada fora de sy ã spiritu ã contẽplaçom*». Nesses arrebatamentos, a pastora era guiada por um anjo, que lhe mostrava «*os loguares das penas dos maaos e os prazeres dos justos*». O «*Spiritu Sancto lhe ministraua e ãsinaua dentro aquello que auia de calar e aquello que auia de dezer*». E, depois que «*tornaua ã sy*», contava que contemplara «*claramẽte, vẽdo o mũdo e todas as cousas que som ãno mundo*», descrevendo-o conforme a cosmogonia do ovo:

[7] todo o mũdo ã maneyra de peella, cercado arredor de *forma* de terra, [e que vya o sol mayor que a terra] e a terra assy como *ouo pendurado ã meo das augoas que a cercam ã rredor*. E dizia que as cousas e as razõdes das cousas e as causas dellas erã tantas e tam jnfiindas e tam escondidas que, quanto o homẽ mais curyosamẽte e mais sotilmẽte ãquere ã ellas, tanto meos toma, aprendendo dellas.

O que era *falar*, nesse “mundo de fôrmas”? Wiseman (2007b), com metáforas relacionando *falar*, *respirar*, *sentir* e *decidir*, sugere que a *comunicação* em Homero era implicitamente estruturada: *falar* acontece quando palavras (*muthoi*, *epoi*) são “expiradas” ou “assopradas” para fora dos *phrenes*. *Ouvir* é simplesmente o problema reverso. Essas manifestações revelam, na interpretação de Zumthor (1993, p.128-129), um “caráter artesanal da ação verbal”.

Os termos homéricos *thumos* e *phrenes*, explica Wiseman “cobrem praticamente todos os aspectos sobre comunicação”. *Phrenes* sempre foi considerada uma palavra difícil de traduzir, mesmo para os gregos do período clássico. Após Hipócrates e o estabelecimento da medicina sistemática no começo do séc. IV a.C., o termo adquiriu sentido especializado, passando a significar “mente” ou “diafragma”. Mas essa tradução não faz sentido em Homero: os *phrenes* são aí repetidamente descritos como “preenchidos de” *thumos* e *menos*, *thumos* “contido” nos *phrenes* ou “movendo-se” dentro deles, o que implica que *phrenes* têm espaço interno (ao contrário do diafragma). Homero repetidamente indica que os *phrenes* ficam no peito, não no abdômen. A partir desses e outros argumentos, Wiseman conclui que, em Homero, *phrenes* são os pulmões.

Proximamente associado aos *phrenes* é *thumos*, o mais frequente termo fisiológico em Homero, com mais de 430 ocorrências, só na *Ilíada*. *Thumos* oferece ainda mais problemas para os tradutores do que *phrenes*. Etimologicamente, parece estar relacionado à “fumaça” ou “vapor”. Trata-se de uma substância frequentemente “despejada” dentro dos *phrenes*. Se *phrenes* são pulmões, então *thumos* é “sopro”. Mas *thumos* também tem associações com “sangue”, é frequentemente quente e é distinto do ar normal (*aêr*).

A maioria das vezes, na *Ilíada*, os *phrenes* ou *thumos* não se referem a órgãos do corpo. Na verdade, os termos são básicos para metáforas de um grande número de atividades. Em termos do pensamento reflexivo, há muitas ocasiões em que alguém pondera acerca de diferentes cursos de ação com seus próprios *phrenes* ou com seus *thumos* ou com ambos. De um modo geral, ninguém “tem” pensamentos, eles ou vem de Deus ou dos órgãos citados. Num mundo assim concebido, o discurso é produzido pelo trabalho fisiológico da voz “da mesma maneira que a arma, o vaso, a roupa resultam de um trabalho da mão, sem mediação da máquina”, diz Rob Wiseman (2007b):

nada se imiscui entre o objeto e seu produtor, nem entre o objeto e seu consumidor, nem entre um e outro dos indivíduos implicados; mas, ao contrário, estabelece-se entre esses três termos uma ligação direta, estreita e quase necessariamente apaixonada. Donde a impossibilidade de mentalmente dissociar do conteúdo (a mensagem) do objeto que o contém (o som de uma voz).

Pressupondo-se, no “mundo das fôrmas”, a “Causa Primeira” como “única Coisa”, todo o mundo e a história são seus efeitos, como causas segundas, e seus signos, como participação ou analogia por proporcionalidade. Não há autonomia estética dos discursos, enfim, nem mesmo “estética”: põe-se, nas letras seiscentistas luso-brasileiras, a questão nuclear da *proportio*, ou proporção, que estabelece o vínculo, secreto ou não, dos conceitos entre si e, generalizadamente, das coisas, entendidas também como signos quando lidas participativamente por meio da alegoria factual.

A não-autonomia dos discursos se observa, por exemplo, na oratória do padre jesuíta Antonio Vieira (CARDIM, 2003), que lança mão de textos poéticos e dramáticos, hoje classificados como literários, filosóficos, políticos ou históricos, para deles extrair a metáfora de uma unidade revelada profeticamente pela Providência como universalidade histórica do tempo português do V Império. A exegese aplicada por Vieira às matérias variadas dos sermões não faz distinção entre “discurso literário profano” e “discurso religioso sagrado”, pois considera, no exame dos discursos, que toda a história está subordinada à finitude do tempo, então determinado teologicamente como qualidade análoga da infinitude divina.

Os símbolos, estando mais próximos do *animus* ou espírito universal, poderiam assim levá-lo a agir na nossa realidade concreta. Esta tradição pagã também está na tradição cabalística judaica, na qual uma das formas de agir sobre as coisas consiste em invocar (e para invocar é preciso memorizar) os nomes ou atributos de Deus. Mesmo um “cientista” como Giordano Bruno pensava assim:

Têm os magos por axioma que se deve, em cada ato que tivermos ante os olhos, atentar na influência que Deus possui sobre os deuses; os deuses sobre os corpos celestes ou astros, que são divindades corporais; os astros sobre os demônios que são guardiões e habitantes dos astros – entre os quais se conta a Terra; os demônios sobre os elementos; os elementos sobre os corpos compostos; os corpos compostos sobre os sentidos; os sentidos sobre o *animus*; e o *animus* sobre todo o ser vivente: assim se desce na escala. Volta então o ser vivo a subir por meio do ânimo até aos sentidos, pelos sentidos até aos corpos compostos, pelos corpos compostos até aos elementos, através destes até aos demônios, dos demônios aos elementos, dos elementos aos astros, dos astros aos deuses incorpóreos, de substância ou corporeidade etérea, através destes até à alma do mundo ou espírito universal, e deste último até à contemplação do Uno, do Simplíssimo, do Excelente, do Altíssimo, Incorpóreo, Absoluto, Que a Si Mesmo se Basta. Eis como se desce de Deus, pelo mundo, até ao animal, e como o animal volta a subir pelo mundo até Deus. No cimo da escala esta Ele, ato puro e potência ativa, luz puríssima; no sopé encontram-se a matéria, as trevas, pura potência passiva que pode tornar-se em todas as coisas a partir do baixo, tal como Ele pode fazer existir todas as coisas a partir do alto. Entre o degrau inferior e o superior encontram-se as espécies intermédias, as mais elevadas participando mais da luz, do ato e da virtude ativa, e as mais baixas participando antes das trevas, da potencia e das virtudes passivas (*Tratado de Magia*, séc. XVI)

No *Sermão de Nossa Senhora do O* (VIEIRA, 2001 [1640]), pregado²¹ na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, na Bahia, em 1640, Antonio Vieira eleva o “mundo das fôrmas” ao mais alto grau de paroxismo, engenhosidade e jogos de artificios, articulando (recursivamente, hoje diríamos) uma teia argumentativa centralizada na figura do círculo, «*a figura mais perfeita e mais capaz de quantas inventou a natureza e conhece a geometria*». Como bem observara Petrônio (2007), Vieira realiza, nesse sermão, o que, para o poeta Paul Valéry, não passava de uma possibilidade: uma estrutura que sintetizasse em si a completa reversibilidade entre determinados conteúdos e continentes. Segundo o poeta, “tal estrutura teria que nos mostrar a conexão possível entre as dependências recíprocas que fazem de um conteúdo um continente e de um continente um conteúdo, já que estamos *em* um mundo que está *em* nós, encerrados no que encerramos, produtos de tudo que entretemos entre as mãos”.

Padre Antonio Vieira propõe a dificultosa concordância entre dois círculos no programa discursivo da sua oração: o do ventre da “Concepção do Verbo”, tema evangélico

²¹ Na parte IX, ao concluir a «*alegoria do meu primeiro discurso, toda dirigida, Senhor, à vossa divina e humana Majestade sacramentada*», Vieira passa a narrar «*a doutrina do segundo*», que também havia sido «*encaminhada toda à imitação dos ouvintes*».

próprio do calendário litúrgico, e o referente à festa do dia, a “expectação do parto de Maria”, cujo útero continha o próprio Deus e cuja invocação (Oh!) expressava o desejo da manifestação desse sagrado conteúdo.

«A semelhança consiste em que a figura do O é circular, e assim como o O é um círculo, assim o mistério da Encarnação foi outro círculo [...] Circular é o globo da terra, circulares as esferas celestes, circular toda esta máquina do universo, que por isso se chama *orbe*, e até mesmo Deus se sendo espírito pudera ter figura, não havia de ter outra, senão a circular.»

Chama-nos a atenção para o milagre que é a concepção da virgem, pois se Deus é imenso, um círculo «*cujus centrum est ubique, circumferentia nusquam*», ou seja, “cujo centro está em todas as partes e a circunferência em parte alguma”, o ventre de Maria só podia ser intensíssimo para abranger este mesmo Deus. O mote (*cujus centrum est ubique, circumferentia nusquam*) é tomado à frase célebre, geralmente atribuída a Pascal e a Nicolau de Cusa, mas que, na verdade, remonta a muitos séculos anteriores de cristandade e é de autor anônimo.

A alegoria do círculo remonta, conforme Petrônio (2007), a “tempos imemoriais, quase sempre ligada a categorias metafísicas, como Deus, eternidade, tempo, infinito ou a grandezas naturais, como o cosmo, o mundo, o universo, entre outras”. Já vimos aquelas que mitificavam o ovo, mas para os cabalistas, por exemplo, era o círculo, quando inscrito em um quadrado, que representava a energia divina incorruptível, aquela que se concentra no interior da matéria, ícone que está presente até na famosíssima estrutura visual do homem que Leonardo da Vinci colheu em *Vitruvio*. Como explica Hansen (1995, p.161), a letra “O” e o fonema /o/ não eram meros signos arbitrários de valor apenas diacrítico, “como são entendidos pela modernidade pós-saussuriana, pois sua forma sensível pressupõe uma semântica substancial que nela se encarna misteriosamente, de modo sacramental, como forma substancial da sua natureza de som e de letra participada na Graça”. Som e letra revelam, em sua figuração exterior de voz e desenho, o *desenho interno*, que é a forma assumida pelo “verbo interior” na consciência iluminada pela luz natural. Figuração análoga, segundo o autor, se encontra pintada no teto da Igreja do O, de Sabará, MG: círculo dentro de círculo, segundo a figura do labirinto que alegoriza as hipóstases divinas e os graus da Luz.

Assim, “tanto o significante quanto o significado dos sons ou das letras também são objeto da hermenêutica do Padre”. Reciclando um procedimento retórico-poético usual nos séculos XVI e XVII, em que a “forma exterior” de uma letra era participava de uma “forma interior”, detentora de seu sentido mais “verdadeiro” ou próprio. Significante e significado do

som ou da letra O distingue, segundo Hansen, “à metáfora exterior – oral, escrita, esculpida ou pintada” (aquela que compreendemos por *fôrma*), “daquilo que é, na mente, metáfora ‘interior’ da Substância” (isto é, como queremos, *fôrma*).

5.1.2 A emergência de *fôrma* com a introdução da escrita

Chama-se *metafonia* essa influência assimiladora exercida por uma vogal final sobre a vogal tônica, que alterou a pronúncia de várias palavras portuguesas, como parece ser o caso de *fôrma/fôrma*. A variante port *ff[ɔ]rma*, além do *ff[ɔ]rme* francês, são consideradas por Williams (1975, p.50) como “palavras eruditas ou semi-eruditas”, sendo que o português clássico conservou-lhe apenas o sentido abstrato: “configuração, feitio, feição exterior” (CUNHA, 2010 [1982], p.298). No sardo, a mudança *fôrma* > *fôrma* ocorreu cedo; o catalão, o provençal, o leonês, o francês, alguns dialetos italianos e o romeno mantiveram *fôrma*-. No espanhol *forma*, a distinção /ɔ/ e /o/ nunca fez sentido: o lat *ō* > esp *-ue-* de forma consistente.

Ao tentarem traduzir os esquemas gramaticais da herança clássica, os humanistas se depararam com dificuldades na ortografia dos fonemas das línguas vulgares. Os portugueses tinham problemas específicos, por conta da pronúncia que a língua adquirira – caso, de particular interesse para nossa tese, da pronúncia do O. Vieira, por exemplo, argumenta em favor de uma *Nossa Senhora do “Ó”*, e não do “Ô” (parte V):

Os desejos da Virgem Santíssima, que todos eram: Oh! quando chegará aquele dia!
Oh! quando chegará aquela ditosa hora, em que veja com meus olhos e em meus braços ao Filho de Deus e meu! Oh! quando? Oh! quando? Oh! quando? [...] Oh! Hóstia, em que o sacrificado é Deus! Oh! círculo, que cercas e compreendes o incompreensível! Oh! invento maior da Sabedoria! Oh! milagre sem igual da Onipotência! Oh! firmeza! Oh! excesso! Oh! extremo do amor infinito para com os homens!

Na parte IV do *Sermão de Nossa Senhora do O*, após argumentar em favor de que «o círculo do útero virginal [de Maria] foi um O que compreendeu dentro em si o imenso», Vieira introduz exegese acerca de como a imensidade se resume também a um O, tomando a primeira visão do Apocalipse (1,8) do evangelista S. João, em que Cristo lhe aparece e diz: *Ego sum alpha et ômega, principium et finis* (Apc. 1,8). É certamente estranho que Cristo tivesse dito uma frase em grego, e não em hebraico, então era preciso explicá-lo:

Ego sum alpha et ômega, principium et finis “Eu sou o alfa e o ômega, porque sou o princípio e o fim de tudo”: o princípio, enquanto Criador do mundo, e o fim, enquanto reparador dele. Alfa e Ômega são a primeira e última letra do alfabeto grego, o qual começa em A e acaba em O. E esta foi a razão e o mistério porque,

sendo Cristo hebreu e S. João também hebreu, não lhe falou o Senhor em hebraico, senão em grego, porque o alfabeto grego acaba em O, e o hebraico não. O alfabeto hebraico também começa em A, que é o seu aleph; e para significar, na primeira letra, as obras da criação, enquanto Cristo é princípio, tanto servia o alfabeto hebraico como o grego. Porém o Senhor usou do grego, sendo estranho, e deixou o hebraico, sendo natural e da própria língua, porque, para significar na última letra o mistério da reparação, enquanto o mesmo Cristo é fim, só o O tinha propriedade e semelhança.

Vieira nos remete então à questão envolvendo a pronúncia do O: «*Todos os que tiverem qualquer notícia dos elementos da língua grega, porão aqui [na pronúncia] uma dúvida, que está muito à flor da terra, fundada no mesmo O e no mesmo alfabeto*». É que «*no alfabeto grego não há um só O, senão dois; um que se chama Ômega, que quer dizer O grande e outro que se chama ômicron, que quer dizer 'O pequeno'*». O primeiro consolidou-se como tal entre os gregos apenas no séc. III a.C. (daí ela ser a última do alfabeto grego), com a introdução, pelos jônicos, da letra Ômega (ω, o longo, grande, aberto, “ó”) derivada do ômikron (ο, o breve, pequeno, fechado, “ô”) (SOPHOCLES, 1887, p.792).

Veira, retoricamente, “discorda” a princípio, de Cristo:

Logo, falando Cristo, como falava, do mistério de sua Encarnação, parece que se havia de comparar ao O pequeno, e não ao O grande. O nome de grande, não só em comparação do homem, mas absolutamente, e fora de toda a comparação, compete à divindade. Pelo contrário, a humanidade, ainda comparada com outras criaturas, é pequena, e menor que elas [...] Pois, se Cristo falava de si enquanto homem, por que se não compara ao O pequeno, senão ao O grande, e por que não diz: *Ego sum omicron*, senão *Ômega*.

Então explica que

A razão é porque, falando Cristo da sua humanidade na metáfora de O e de círculo, não devia considerar nela o que era, senão o que cercava. Cercava a divindade do Verbo, cercava toda a imensidade divina, e um círculo de tão infinita capacidade, que fazia circunferência à mesma imensidade, não podia formar um O que não fosse o maior de todos: *Ego sum alpha et ômega, principium et finis*. Enquanto Deus, que é o princípio, era Alfã; enquanto homem, que é o fim, era Ômega. [...] O certo é que esta letra e este O contém a primeira e maior palavra, que é o Verbo Eterno: *Cui littera Verbum est*.

Era preciso estabelecer novos símbolos e representações gráficas que correspondessem ao sistema fonético daquela sincronia, o que ficou conhecido, primeiramente na Itália, como a “questão da língua”. João de Barros (1971 [1540]) foi o primeiro a distinguir *forma* com um diacrítico (“fórma”, *Gramática da língua portuguesa*), dentro de seu sistema de distinção do timbre das vogais portuguesas que seguia uma convenção iniciada por ortografistas italianos: promovia o uso de acentos como sinal de abertura (´) e fechamento (^):

- [8] Das figuras nam sòmente temos em a construiçám das pártes na nóssa gramática as régras que atrás vimos, mas ainda algumas figuras e vícios que, assi na fála como na escritura, cometemos. Figura, segundo difinçám de Quintiliano, é uma fórma de dizer per alguma árte nóva.

No meio cultural em que trafegava João de Barros, podemos agora afirmar com certo grau de certeza, a assimilação e o alteamento de “fórma” estavam incorporados ao dialeto que se falava em Lisboa, porque, segundo Buesco (1978, p.29), a Barros interessava “menos a indagação teórica diacrônica, mais a observação direta e às conclusões que a realidade sincrônica e visível permitia”. Seguindo a tendência de sua geração, “fórma” já era a “melhor grafia”, por ser a que mais se aproximava da sua própria pronúncia. Ora, no seu meio social, a língua não é apenas meio de comunicação entre os falantes, mas um instrumento que se impõe usar com correção e aprimorar – daí a necessidade da sua regulamentação gramatical e do seu cultivo – mas ela desempenha também uma função política nacional: “a relação entre língua e poder, do papel da língua como símbolo do Reino, garante sua unidade, perenidade e paz interna” (MAIA, 2010, p.35ss).

O gramático atesta então, a nosso ver, o momento em que *fórma* já é a variação mais prestigiada de uma determinada elite letrada do português europeu, um marcador a ser considerado no que se refere ao início do período clássico da língua portuguesa (GONZALEZ, 2012a). Sabemos que não foi no séc. XVI que a palavra surgiu no léxico, mas pelo menos 300 anos antes, mais ou menos na mesma época da primeira produção de literatura em Portugal. Nesse sentido, o ano de 1540 é, a nosso ver, um ano em que a pronúncia *fórma* (atrelada a sua noção *default* de “aparência”) fora apropriada pelo dialeto mais prestigiado.

Nesse século, o conceito já estava gramaticalizado: compunha construções cristalizadas desde o latim (ex. *pro forma*) e, como mostra Barreto (2004), estava envolvida em processos de *lexicalização*, isto é, “criação de palavras, mediante o agrupamento de propriedades cognitivas e a sua concentração em uma forma”. Essa autora analisa a emergência de *conforme*, uma justaposição do verbo *formare* com a preposição latina *cum* “companhia, sociedade”, que deu origem ao verbo *conformare*, do qual derivou o adjetivo *conformis*, “exatamente, semelhante”. No português, a locução prepositiva *conforme a* começou a aparecer em textos do séc. XVI, com as variantes gráficas *cõforme a*, *confforme a* e *comforme a*, mas a preposição *conforme*, propriamente dita só surgirá no século seguinte, consolidando o processo.

A emergência de *fôrma* no português e outras línguas ocidentais talvez não seja um caso fortuito: o conceito emergiria sempre quando da introdução da escrita em uma cultura ancorada na oralidade. Eric Havelock (1996), por exemplo, demonstra de modo contundente que Platão representou, para o grego de seus tempos, o que João de Barros foi para o português: um falante vivendo em uma fase de expansão de sua língua, quando a escrita (e a leitura) estão consolidadas na mente dos seus usuários.

Havelock (1996, cap. 11) descreve a oralidade pré-homérica como um “corpo geral de experiência”. De uma perspectiva de uma inteligência crítica autoconsciente e desenvolvida, esse homem grego era uma parte de tudo que havia visto, ouvido e lembrado. Não cabia a ele formar opiniões individuais e únicas, mas reter firmemente um precioso reservatório de modelos. Estes estavam sempre com ele, em seus reflexos acústicos e também visualmente na sua imaginação. Em suma, “ele caminhava com a tradição”. Seu estado mental (embora não o seu caráter), era o de “passividade, ou abandono, e um abandono que se realizava por meio do emprego abundante das emoções e dos reflexos motores”. Aquiles, por exemplo, é um homem a quem não ocorria e a quem não pode ocorrer que possuísse uma personalidade separada da sua conduta habitual. Seus atos são reações à sua posição e são governados pela recordação de exemplos de atos anteriores de outros homens enérgicos que o precederam.

Todas as civilizações fundam-se numa espécie de “livro” cultural, isto é, na capacidade de armazenar informações a fim de reutilizá-las. Antes da época de Homero, o “livro” cultural grego depositava-se na memória oral. Entre Homero e Platão, o método de armazenamento começou a se alterar quando as informações foram postas em alfabeto e, conseqüentemente, a visão suplantou a audição como o principal órgão destinado a esse objetivo.

Por volta do fim na Atenas do século V a.C., havia, de fato, “algo novo no ar”, uma novidade que, para Havelock, poderia ser descrita como uma “descoberta da intelecção”. O texto escrito, no tempo de Sócrates, não era um instrumento comum: embora existissem livros em número considerável e um comércio incipiente de livros, a prática da leitura privada só se estabeleceu plenamente um século depois, no tempo de Aristóteles – um dos primeiros leitores a reunir uma coleção importante de manuscritos para uso próprio.

Para Sócrates, os livros eram auxílios à memória e ao conhecimento, mas os verdadeiros eruditos não deveriam precisar deles. O conhecimento não pode ser aprendido através de “letras mortas”; era por meio da conversa que as pessoas aprendiam e passavam adiante conhecimentos. Sócrates pertence a uma linhagem de mestres orais que inclui Moisés,

Buda e Jesus Cristo, “o qual uma única vez, dizem-nos, escreveu algumas palavras na areia apagando-as em seguida” (MANGUEL, 2004 [1996]). Platão, vivendo sob efeito de uma sociedade suficientemente alfabetizada, antecipou a revolução e “tornou-se seu profeta”, para usar palavras de Havelock.

Uma prova concreta dos fenômenos intelectuais somente pode se apoiar no uso linguístico. Se uma revolução semelhante a essa ocorreu na Grécia, deveria ser comprovada por mudanças no vocabulário e na sintaxe do grego escrito. Com efeito, no limiar da era helenística, o pensamento conceitual grego alcançou certa fluência e seu vocabulário se tornou mais ou menos padronizado. Tornou-se possível, para alguns gregos dessa época (inicialmente ao alcance apenas dos mais sofisticados), falar sobre sua *psyche* (“alma”), como se possuíssem *eus* e personalidades que eram autônomos e não fragmentos da atmosfera ou de uma força de vida cósmica, mas o que poderíamos chamar de entidades ou substâncias reais. Existem indícios de que, ainda no último quarto do século V, para a maioria dos homens, o conceito de “alma” não era compreensível e de que aos seus ouvidos os termos pelos quais ela era expressa soavam como uma extravagância. Antes do fim do século IV, o conceito estava se tornando parte da língua e admitido comumente na cultura grega.

A língua grega até então não dispunha de palavras que exprimissem a convicção de que o “eu” seja uma coisa e a tradição, outra; que “eu” posso me distanciar da tradição e examiná-la; que “eu” posso e deveria quebrar o encanto da sua força hipnótica; e que “eu” deveria desviar da memorização pelo menos alguns dos meus poderes mentais e dirigi-los, em vez disso, a alguns canais de investigação crítica e à análise. Isso significa aceitar a premissa de que existe um “eu”, um “eu-pessoa”, uma “alma” (*psyche*), uma consciência que se autogoverna e que descobre o motivo para a ação em si mesma e não numa imitação da experiência poética. A doutrina da psique autônoma é a contrapartida da rejeição da cultura oral. Nesse sentido, o trecho da *República* (443c9 ss) a seguir é bastante elucidativo:

«A probidade diz respeito à ação interior, e não à exterior, a si próprio e aos componentes do *eu*, reservando os componentes específicos no seu eu aos seus respectivos papéis, impedindo que os tipos de *psyche* interfiram uns nos outros; obrigando um homem a pôr ordem nas suas várias qualidades, a assumir o comando de si mesmo, organizar-se e se tomar um amigo de si próprio... tornando-se, sob todos os aspectos, uma única pessoa em vez de muitas...»

Para Havelock, em suma, toda a epistemologia de Platão já era inconscientemente uma pedagogia que programaticamente rejeitava o mundo da velha vida cotidiana oral, móvel, calorosa, individualmente interativa, representada pelos poetas, Homero e Hesíodo em

particular, a quem ele expulsara de sua *República* (séc. IV a.C.), 300 anos depois de *Iliada e Odisseia* (VII a.C.) terem sido registradas por escrito. Platão, é claro (assim como João de Barros), não se tinha dado totalmente conta das forças inconscientes que atuavam em sua psique para produzir essa “reação exagerada” do indivíduo letrado à oralidade subsistente.

O motivo para a oposição de Platão à experiência poética torna-se claro: “sua tarefa auto-imposta, construída certamente sobre a obra de predecessores, era estabelecer dois principais postulados: o da personalidade que pensa e conhece, e o de um corpo de conhecimento que é pensado e conhecido” (HAVELOCK, 1996, p.216). Para fazê-lo, ele precisava des(cons)truir o hábito imemorial de auto-identificação com a tradição oral, que fundia “personalidade” com “tradição” e tornava impossível a separação autoconsciente dela (análise, metalinguagem, abstração).

No “plano pedagógico” de Platão, era preciso lidar com uma *lexis* como “meio” pelo qual o conteúdo (*logoi*) é comunicado. O arejamento da memória por meio dos sinais escritos possibilitava que o leitor dispensasse “a maior parte daquela identificação emotiva que constituía o único meio seguro de recordar o registro acústico” (p. 223). Isso podia “liberar energia psíquica para um reexame e rearranjo do que agora já estava escrito e do que podia ser visto como um objeto, e não simplesmente ouvido e sentido”. A questão fundamental estava associada, postula Havelock, numa “mudança na tecnologia da comunicação”, a alfabetização.

A transformação linguística envolveu mais do que simplesmente a semântica da palavra *psyche*. Os pronomes gregos, tanto os pessoais quanto os reflexivos, também começavam a se encontrar em novos contextos sintáticos, usados por exemplo como objetos de verbos cognitivos, ou postos em antíteses ao “corpo” ou “cadáver”, nos quais se pensava que o “ego” residisse. Defrontamo-nos aqui com uma transformação na língua grega, na sintaxe do uso linguístico e nas implicações de certas palavras-chave que fazem parte de uma revolução intelectual mais ampla, com repercussões em toda a esfera da experiência cultural grega.

Se, com a alfabetização, se observa nas línguas a emergência da *subjetividade*, também o vocabulário se adapta à emergência da *objetividade*. Num “mundo das fôrmas”, aquele que recorrentemente emergiu no Ocidente por indução da escrita, as “coisas” manifestam-se *per si*. Fernão de Oliveira, em sua *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536), dirá: «os religiosos pregão desprezos do mûdo & os cavaleiros blasonão suas façanhas: & esses sabẽ falar os que etẽdẽ as cousas: porque das cousas naçẽ as palauras &

não das palavras as coisas». Torna-se imaginável um conhecimento “neutro”, voltado exclusivamente para o objeto natural, destituído de valor e sem referência ao sujeito que o pratica. Assumido o real como “coisa”, Fernão de Oliveira já vê a realidade como um sistema ou uma estrutura de coisas.

A partir do “mito da objetividade”, a realidade é construída de partículas descritas metaforicamente como “blocos de construção”, sob os rótulos de *átomos* ou *moléculas*, que exigem, em alguns casos, um construtor (invariavelmente *Deus*). A *idea* dos atomistas anteriores a Platão ainda é pura materialidade, na medida em que é determinada e diferenciada apenas quantitativamente. Anaxágoras usa expressamente o termo ao afirmar que as *sementes* têm “*ideas* [formas], cores e gostos de todo tipo”. O termo ainda não nos conduz, observa Giovanni Reale (2007, p.61ss), “para fora da esfera do físico, permanecemos na esfera do material”, mas já se admite um “originário qualitativo” que só pode ser captado na sua pureza com o pensamento e não com os sentidos: “a noção de causa inteligente, que estabelece uma finalidade na evolução universal, irá repercutir profundamente em filósofos posteriores”.

Desde muito cedo, o senso filosófico admitia que não somos capazes de “ver” a realidade como ela *realmente* “é”, já que a razão, antes de tudo, é mediada pelos sentidos, imperativo biológico naturalmente redutor do *real*. Como ocorre tal redução, então, na perspectiva física? Qual é a relação física entre o objeto visto e o órgão dos sentidos humanos que o vê, o olho, tendo como adicionais o meio que os contém e a luz que atravessa todo esse meio?

Uma teoria aceita na Antiguidade “participatória e não reflexiva” atribuía a toda sensação o resultado de algum tipo de contato ou toque. Os filósofos não admitiam a possibilidade de ação a distância, logo algum tipo de ligação entre a fonte e o objeto deveria ser admitida a fim de explicar como o olho adquiria conhecimento sobre as propriedades dos corpos. Desse modo, todas as nossas percepções seriam táteis, todos os nossos sentidos seriam uma forma de toque e, desde que a alma não poderia ir até os objetos, estes objetos deveriam tocar a alma, passando através dos órgãos dos sentidos (BARROS; CARVALHO, 1998). Contudo, como o que chegava até nossos olhos não poderia ser o objeto real, então algum tipo de imagem ou pele que se desprendia do corpo deveria atingir os olhos do observador, transportando para a alma as formas, as cores e todas as outras qualidades do corpo.

Duas interpretações tornaram-se predominantes depois de Sócrates: a *teoria da intromissão* (ou *recepção*) originária dos atomistas, e a *teoria da emissão*. A questão envolve a *percepção*: na *teoria da intromissão*, divisada a partir do objeto, se definiria como o

estímulo orientado para o sujeito capaz de recebê-lo; para a *teoria da emissão*, a percepção é deflagrada como produto de um sujeito, se moveria na direção de seu objeto como vetor autônomo alimentado por energia autógena (MOISÉS, 1982, p.212).

O *Timeu* é o arquétipo dessa última: são os olhos que iluminam os objetos, projetando raios de luz. Os olhos partilham com o sol a propriedade de serem fontes de luz, daí a inibição dos “raios dos olhos” na escuridão, mas – assim entendia Platão – não são os olhos que detectam a forma das coisas, mas a mente. O conhecimento é uma busca de, ou uma lembrança de, “formas ideais de beleza” (*to ep'eidei kalon*). O ateniense descreve o processo cognitivo tanto de um ponto de vista metafísico (Teoria das Formas) quanto do psicológico (*psique*, ou seja, a alma). Em alguns de seus diálogos – como *Fedro* – ele admite que os seres humanos possam vislumbrar as formas ideais quando suas almas estão possuídas por um deus e/ou migraram para um lugar além do céu. No entanto, eles perdem este conhecimento da verdadeira beleza, uma vez que recuperam a consciência. É somente em certas circunstâncias especiais que os homens são capazes de se lembrar das “formas ideais”. Em outros diálogos, Platão apresenta o conhecimento como o resultado da impressão de *formas* na *psique*, na verdade, ele compara a psique a uma tabuleta de cera em que as formas são gravadas (*Teeteto*, 191D-e). Mesmo neste caso, a permanência de formas na alma é bastante breve: as formas são facilmente apagadas da mente/cera, uma vez que a memória é um mecanismo frágil.

As *Ideias (Formas)*, na teoria de Platão, são paradigmas, são as essências ou modelos eternos do bem, do verdadeiro, do belo e do justo, que a inteligência, quando se pretende no máximo da sua capacidade e se move na pura dimensão do inteligível, consegue “fixar” ou “ver”. O “ver da inteligência” capta formas inteligíveis que são, exatamente, essências puras. Como no trecho do *Parmênides*, 132:

Essas Ideias de que falamos estão, a título de modelos, de paradigmas, na eternidade da Natureza; quanto aos objetos, estes se lhes assemelham e são reproduções delas; e essa participação que os outros objetos tem nas Ideias não consiste em nada mais do que serem feitos à imagem delas.

A *teoria da intromissão* (ou *recepção*) supõe um fluxo de emissão contínua de imagens materiais que remonta ao “inventor” do *átomo*, Demócrito (470-370 a.C.). Discípulo de Leucipo, foi o primeiro a pensar o mundo como uma infinita combinação de átomos. Não foi propriamente pré-socrático, mas contemporâneo e antagonista de Platão. Até certo ponto, foi sistematizador do materialismo contra o idealismo de Platão.

No centro da *teoria da intromissão*, está a convicção de que “o próprio objeto visto emite raios visuais que atingem o olho que vê esse objeto e, durante o trajeto da imagem até o olho, ocorre uma série de simulacros do objeto visto”. Esse raciocínio conduziu à concepção da *eidola*, que são *fórm*as, peles/películas²² ou *imagens* ou ainda, como elas eram chamadas na Idade Média, *species*. A suposição básica, aqui, é a de que

uma mesa, por exemplo, é responsável, mediante a ação da luz que ilumina esse objeto, pela emissão de simulacros dele próprio que atingem o olho humano e, após um processo anatômico e fisiológico no olho, esses simulacros chegam ao cérebro humano, formando a imagem, ou seja, a representação do objeto no cérebro (TOSSATO, 2005)

Para Demócrito, o pensamento era puro movimento de átomos, “coisas” cujas *eidolas* penetram em nossos sentidos e encontram-se com os átomos da alma, produzindo a sensação correspondente. O conhecimento intelectual, o pensamento, apenas difere da sensação em grau: supõe um movimento de átomos mais sutis e rápidos.

Aristóteles também aderiu à tese da *recepção*: «*De uma maneira geral é insensato supor-se que ver decorre de algo que sai dos olhos*». Em *De anima*, ao tratar dos sentidos, o estagirita escreveu que «*de um modo geral, para toda a sensação é preciso compreender que o sentido é o receptáculo das formas sensíveis sem a matéria, como a cera recebe a impressão do anel sem o ferro nem o ouro*». Em *De memoria et reminiscencia*, novamente: «*he kinesis ensemainetai hoion typon tina tou aisthematos*» (“o movimento implica uma certa impressão da coisa sentida”) (AUERBACH, 1997 [1944], p.16-17). As imagens e representações dos objetos percebidos são armazenados na memória e consistem em reflexões sobre as “impressões” a respeito dos objetos (daí, talvez, o ditado “a primeira impressão é a que fica”).

Essa “teoria imagética do pensamento mais radical” (SANTAELLA; NÖTH, 1999, p.26) alcançou os epicuristas e então Lucrécio (*De rerum natura*). Mas, ao contrário da *eidola* democritiana, que ainda é matéria, os objetos da realidade em Epicuro irradiam, na forma de átomos invisíveis, cópias materiais que alcançam o cérebro humano como “simulacro” ou “espécie visual”. Aqui, a imagem mental é um *ícone* da realidade.

A decorrência natural desta propriedade é, ao que parece, epistemológica. Demócrito já tinha consciência dos limites do conhecimento – não sabemos nada da realidade, o que sabemos é opinião (ZILLES, 2006, p.57-59). Epicuro (~séc. II a.C.), em *Da natureza* (capítulo II, na *Canônica ou teoria do conhecimento*), é explícito nesse ponto: «*a semelhança*

²² Do lat. *pellis, is* “pele”; ocorre em vocábulos latinos como *pele* e *película* “formados à sua feição”.

das imagens com as coisas que chamamos reais e verdadeiras não existiria se não houvesse semelhantes emanações», referindo-se às eidola. Se se recusam todas elas, «não terás mais possibilidade de recorrer a nenhum critério para julgar as que, entre elas, consideras falsas», pois «a falsidade ou o erro está sempre no juntar-se de uma opinião», movimento que «se não é confirmado ou desmentido, nasce o erro, se é confirmado ou não desmentido, a verdade». Para a explicação dos fenômenos naturais, «não se deve recorrer nunca à natureza divina; antes, deve-se conservá-la livre de toda a tarefa e em sua completa bem-aventurança». Só se adquire «tranquilidade sobre todos os problemas resolvidos» quando se cumpre com a exigência de deixar subsistir a multiplicidade das explicações convincentes.

Para Epicuro, enfim, é verdadeiro tanto o que vemos com os olhos como aquilo que apreendemos mediante a intuição mental, mas as *eidolas* devem nos servir para proceder raciocinando «à indução de verdades que não são acessíveis aos sentidos». Há que se saber, portanto, «extrair pelo raciocínio conclusões concordantes com os fenômenos»: «cingindo-se bem aos fenômenos, podem fazer-se induções a respeito do que nos é invisível».

Aconteceu com os gregos, aconteceu também com os romanos. Foi com a helenização da educação romana no último século antes de Cristo que a linha divisória entre os conceitos de *fôrma* e *fôrma* se estabelece no latim. Conforme Erich Auerback (1997 [1944], p.16-17), os gregos, “com seu vocabulário científico e retórico incomparavelmente mais rico” que o latino, possuíam muitas palavras que acabaram sendo traduzidas por *forma*: *idea*, *morphe*, *schema*, *typos*, *plasis* (“forma plástica”). Capurro acrescenta *hypotyposis* (que significa “modelo”, especialmente em um contexto moral) e *prolepsis* (“representação” das imagens dos deuses e das coisas na alma humana, como em «*informatio rei*»). Lucrécio e Cícero são testemunhos decisivos do processo que poderíamos descrever como a “gramaticalização de *forma*” no latim, uma vez que a inovação “ocorre no campo da gramática”: “tanto *figura* quanto *forma* passam a ser empregadas no sentido de uma forma gramatical, flexionada ou derivada”.

A palavra lat *species* também foi usada para traduzir o conceito grego de *idea*, porque também significava “conjunto de traços que fazem reconhecer qualquer objeto, vista, olhar; aspecto exterior, aparência, forma, figura; espetáculo; beleza (física), ornamento; dignidade”. Sob orientação dessa doutrina, Lucrécio traduz *eidola* como estruturas “que se desgarram das coisas como películas (membranas) e flutuam no ar”, alternando com *simulacra*, *imagines*, *effigies* e, às vezes, *figurae*, com o sentido de “visão de sonho”, “imagem da fantasia”, “fantasma”. Qual não terá sido o espanto do humanista Giambattista della Porta, acadêmico

linceu como Galileu, que, numa experiência em uma câmara escura equipada com uma lente narrada em *Sobre a refração* (1593), deparou-se com uma “imagem vista pendurada totalmente no ar” (RONAN, 1987, p.57-58)?

Hunain Ibn Ishaq (?-877), conhecido no Ocidente como Johanitus, desenvolveu a anatomia do olho a partir dos ensinamentos da escola galênica. Para Johanitus, o humor cristalino é o responsável pela formação da imagem dos objetos vistos, e esse humor é incolor, transparente, luminoso e redondo; nele se formam as imagens entendidas como “espíritos visuais” e que vão para as outras partes do olho até essas imagens chegarem ao nervo óptico e seguirem para o cérebro. A noção de “espíritos visuais” servirá para explicar como as imagens visuais são transferidas (pelos espíritos) para as várias camadas e partes do olho.

Na base da teoria da visão de Roger Bacon (1214-1292), em suas principais obras sobre óptica, *Perspectiva* e *De multiplicatione specierum* (*Acerca da multiplicação das espécies*), o objeto visto transmite “espécies” pelos raios luminosos em todas as direções, alcançando a superfície do olho. A noção que ainda se assemelha à *eidola* ou *pneuma* dos antigos, e também aos “espíritos visuais” de Johanitus, servirá como suporte teórico para a explicação de como as imagens visuais são conduzidas até o olho até o século XVII, quando Kepler (1571-1630) a abolirá, substituindo-a pela noção de “imagem refratada na retina” (*Ad Vitellionem Paralipomena*, 1604), a primeira explicação cientificamente aceita para o mecanismo da visão.

Há [a partir de Kepler] uma mudança de significado dos termos: de *espécie visual* para *imagem*, temos uma mudança de “perspectiva de trabalho” de modo que, na primeira, trabalha-se com uma certa entidade, um espírito, por exemplo, que entra no olho e conduz à representação do objeto, e, na segunda, trabalha-se com um efeito, de modo que, para Kepler, a imagem é a representação refratada do objeto iluminado pela luz exterior ao olho (TOSSATO, 2007):

Para Kepler, os corpos externos consistiam de agregados de pontos. Cada ponto emitia em todas as direções raios retilíneos que se propagavam indefinidamente, ao menos que encontrassem algum obstáculo. Se um olho encontrava-se em frente destes pontos, então, todos os raios que entrassem no olho do observador formariam um cone, tendo o ponto como vértice e a pupila como base. Além disso, esses raios refratados pela córnea e partes internas do olho formariam um novo cone, cuja base estaria na pupila, mas cujo vértice estaria num ponto sobre a retina. A essa imagem formada na retina, Kepler chama, primeiramente, como de *imago rerum* (imagem das coisas, *eidola*), mas “imagem” também é *pictura* “pintura”,

uma representação que se desvia do mundo real para o mundo ali “pintado”: não é a cópia fiel da coisa vista, mas a maneira pela qual vemos o objeto, a maneira como o representamos.

Thomas Hobbes, em seu *Breve tratado sobre os primeiros princípios* (2006 [1630-1631]), eleva a ciência à filosofia: «*todo agente que atua sobre um paciente distante toca-o ou por intermédio do medium, ou por intermédio de algo que procede de si mesmo, e tal coisa que assim procede seja chamada species*». As *species* de Hobbes operam como um veículo para a ação a distância: são o substrato e o veículo material da transmissão da ação mecânica. Geradas e emitidas de modo contínuo por determinados agentes (corpos com “potência ativa inerente”), são dotados de acidentes, como *magnitude*, *movimento local*, *intensidade*, *acordo* ou *desacordo* com outras *species*, que atuam sobre outros corpos físicos. Os agentes emitem suas *species* continuamente, pois «*uma vez que o agente tem potência em si mesmo para produzir tais species e que está sempre aplicado ao paciente, que é algo em si mesmo*», ele deve produzir e emitir *species* continuamente. As *species* são movidas, portanto, localmente, «*pois as species prosseguem desde o agente até o paciente distante em relação ao lugar*». As *species* prosseguem infinitamente, mas «*quanto mais se afastam do corpo do qual procedem, mais se enfraquecem*».

Poder-se-ia perguntar se as *species*, que são substâncias materiais, corpos físicos, não deveriam também emitir continuamente, por sua vez, outras *species*, algo como as *species* da *species*, um tipo de *species* de segunda ordem, e assim ao infinito. Porém, Hobbes não firma que todo corpo emite *species*, mas que “o agente que tem potência em si mesmo para produzir tais *species* e está sempre aplicado ao paciente, que é algo em si mesmo, produzirá e emitirá *species* continuamente». Hobbes conclui o *Breve tratado* com um princípio de que «*Existem, em geral, somente duas faculdades discernentes da alma: a sensação e o entendimento*».

No ápice da tradição empiricista, Hume (1711-1776) também vê, nas ideias e cognições, imagens mentais, cuja origem se encontra na percepção prévia pelos sentidos: “Para a compreensão do que quero significar pelo poder cognitivo, devemos reconhecer que há continuamente em nossas mentes certas imagens ou concepções das coisas lá fora”. Essas imagens e essas representações das qualidades da coisa lá fora, é o que Santaella e Nöth chamam de *concepção* ou *imaginação*.

“Se a perspectiva é a da retina”, pergunta Moisés (1982, p.198-199), “como crer no que se vê? Que relações há entre a visão e a percepção ou o conhecimento?” Plínio, autor de uma *Óptica* (ca. de 150 a.C.), considerava que “a mente é o real instrumento da visão e da observação, e os olhos agem como um tipo de vaso recebendo e transmitindo a porção visível

da consciência”. E na Idade Média (1038), o árabe Alhazen ensinava que “nada visível é entendido pelo sentido da visão sozinho, salvo luz e cores”. Não raro colocada em oposição à Razão e mesmo ao conhecimento, a *imaginação*, no sentido de faculdade de representação (“imagem”) e de multiplicação de imagens (MOISÉS, 1982, p.24), trabalha não só com o real determinado “mas também, e sobretudo, com os possíveis do real”. Este, por conseguinte, se produziria como amálgama do *histórico* (o fato, o acontecimento), do *concreto* (o fenômeno, o visível, o objetivável) e do *possível* (o virtual, que pode ser assumido pelo histórico ou pelo concreto, ou por ambos). Para Baake (2003, p.61), para realizar conhecimento, a descoberta (observação do estado das coisas) ocorre, de fato, simultaneamente com a *criação* (o ato de reflexão sobre o que é observado).

Observação e reflexão são, assim, inseparáveis; a fusão dos dois processos é o que produz conhecimento. A reflexão *plasma* a observação, e a metáfora auxilia nessa fusão: a *imagem*, aqui, “é um ato e não uma coisa”, na medida que é a “consciência de alguma coisa”. Assumida como processo cognitivo, a *imaginação* envolve necessariamente um *sujeito*, o sujeito do conhecimento, que operaria fazendo representar por meio de imagens a *res* do mundo, e adicionando-lhe as latências apenas visíveis quando a cognição se realiza: “somente sabemos das potencialidades do real com reduzi-lo à imagem em que se projeta e se desdobra; antes disso, o mundo das coisas é um mundo de virtualidades à espera do sinal para a evidência da imagem” (MOISÉS, 1982, p.24).

De qualquer ponto de vista filosófico (portanto erudito, letrado), *forma* sempre foi concebida por analogia a uma *forma visível*. Como diz Reale, “a analogia é clara”: as coisas que captamos com os olhos do corpo são formas físicas; as coisas que captamos com o “olho da alma” são, ao contrário, não-físicas, mas ainda *fôrmas*. São “mudas, imóveis, desprovidas de todo calor, não são interativas, mas isoladas, não são absolutamente partes do mundo cotidiano humano, estão inteiramente acima e além dele” (ONG, 1998, p.95-96). Porque, de novo, “todo registro escrito representa as palavras [escritas] como se, de algum modo, elas fossem coisas, objetos mudos, marcas imóveis para a assimilação pela visão”.

5.1.3 Efeitos do corte *fôrma-fôrma*

Os antigos se apropriaram de *forma* tanto para indicar a *fôrma* visível de uma coisa quanto em referência a uma “forma arquetípica, isenta de qualquer imperfeição”. No primeiro caso, *forma* foi usado em um sentido bastante neutro – a *fôrma* visível do objeto podia ser bonito ou feio. A falta de *fôrma*, ou um desvio dela (*amorphia/amorphos; informis/deformis*),

é que significava “feiura”. *Forma*, com a segunda acepção, transmitia conotações positivas e implicava a presença de beleza; na verdade, “ter forma” significava “ter uma forma perfeita” e, portanto, ser “bonito” (gr *morphéis*; lat *formosus*). A propósito, conforme Houaiss, “bonito”, “belo” e “bem” pertencem à mesma raiz (lat *bonus* “bom”) e com ela dividiam a mesma cognação. Portanto, não é surpreendente que, para os poetas Românticos, as *formas* foram, quase sempre, “formas de beleza”. A noção de “beleza” que havia na palavra port *formoso* < lat *formosus* (ou lat vulg *formosus*) também era, em priscas eras, bastante distinta da nossa: a «fegura» (*fôrma*) era um «feyto», uma transformação de uma matéria a partir de um «molde» (*fôrma*). A *Cronica Troyana* (1388) atesta que «fremoso» era aquilo que havia sido criada a partir de uma “boa fôrma” – o “melhor” molde, o mais belo, o mais justo, era sempre Deus – e não como hoje, algo que “nos agrada a vista”:

[9] Et era de mármor de moytas coores, laurada a laços et a frores per grã soteleza, et cuberta d'ua bóueda toda d'ouro et nã doutra cousa. Et pois que todo esto ouuerõ acabado, fezerõ hũa ymagẽ, mays rrica et mays aposta que nũa ome ãno mũdo outra tal ueu; ca tomarõ aqueles maestros pedras çafijs et esmeraldas et almarinas et sardis et topazas, et fezerõnas todas moer en poluos, et desí fondérõnas cõ ouro, et deytarõ delas en hũ molde uão que fezerõ d'ouro, o mays fremoso et o mellor feyto que poderõ fazer, a fegura d'ome. Et en esta maneyra fezerõ a mays fremosa ymagẽ que nũa ãno mundo fuy feyta.

Com a emergência da noção de *fôrma*, emerge também a de *fôrma*, cedo associada a um certo “esquema” racional, dada sua oposição à matéria indeterminada e ao caos disforme. Plotino (séc. III d.C.) descrevia o *conhecimento* como uma “batalha pela vitória da forma sobre o informe”; Shakespeare (*Romeu e Julieta*) define o amor como «*Misshapen chaos of well-seeming forms*»; Milton (*Paraíso Perdido*) define o “mundo incriado” como um “infinito sem forma” («*formless infinite*») (STANCO, 2007). Para o português, temos exemplos em contextos diferente no *Livro de vita Christi*, de 1446, e num soneto de Camões:

[10] Segundo Origenes, a luz alumea nas treevas, porque o Verbo de Deus, vida e luz dos homees, em a nossa natureza, que he hũa scordom informe ou sem forma, nom falece nem leixa de alumear. E porque aquela luz a toda criatura he incompreensivel, portanto as treevas nom a poderom compreender.

[11] Transforma-se o amador na cousa amada,
 por virtude do muito imaginar;
 não tenho, logo, mais que desejar,
 pois em mim tenho a parte desejada.

Se nela está minh'alma transformada,
 que mais deseja o corpo de alcançar
 Em si sômente pode descansar,
 pois consigo tal alma está liada.

Mas esta linda e pura semideia,
 que, como um acidente em seu sujeito,
 assi co a alma minha se conforma,

está no pensamento como ideia:
 [e] o vivo e puro amor de que sou feito,
 como a matéria simples busca a forma.

Assim se justificava o temor, por parte do homens cultos, que as “línguas vulgares *corrompessem* o latim”, como explica Adolfo Coelho (1868, p.25ss):

Vendo tantas raças, tão grandes revoluções políticas succederem-se na península hispânica num período em que a língua do povo não era escripta, e uma gíria de tabelliães e da gente da egreja, que tomava o nome pomposo de latim, era a única língua que se escrevia, e ainda só nos casos de grande necessidade, suppor-se-ia que essa língua do povo se tornaria de cada vez mais *informe* e adquiriria o carácter d'uma verdadeira *monstruosidade*.

Os processos de gramaticalização do conceito de *forma* no português de João de Barros, no grego de Platão e no latim de Lucrécio e Cícero, todos associáveis à mudanças de mentalidade provocadas pela introdução da escrita em sociedades iletradas, corroboram Ong (1998, p.93), quando ele afirma que os seres humanos funcionalmente letrados são “seres cujos processos de pensamento não nascem de capacidades meramente naturais, mas da estruturação dessas capacidades, direta ou indiretamente, pela tecnologia da escrita”.

Como efeito, a escrita divide a sociedade entre a “alta” linguagem, completamente controlada pela escrita, e a “baixa” linguagem, controlada pela oralidade. A escrita diferencia, do mesmo modo, o “gráfico” (ou dialeto construído com base na escrita) de outros dialetos, tornando o primeiro um dialeto de importância e efetividade completamente diferentes daqueles que continuam orais. Onde se encontra uma grande quantidade de dialetos, muitas vezes um dialeto regional e/ou de uma classe social desenvolveu-se quirograficamente mais do que os outros, por motivos econômicos, políticos, religiosos ou outros, e finalmente se tornou uma língua nacional. Na Inglaterra, isso aconteceu com o dialeto da classe alta londrina; na Alemanha, com o alto alemão (o alemão das regiões montanhosas do sul); na Itália, com o toscano (ONG, 1998, p.123). Em Portugal, ao que tudo indica, o dialeto nacional

veio a ser o do centro-sul. Seu *status* como línguas nacionais quirograficamente controladas tornou-os espécies de “grafoletos” que, como língua escrita nacional, tiveram de ser isoladas da base dialetal original e desenvolveram várias camadas de vocabulário com base em fontes absolutamente não-dialetais, além de certas peculiaridades sintáticas.

No caso do português, supomos que *fôrma*, bastante acessível na língua falada, e *fôrma*, característica da escrita, conviveram como variantes sociolinguísticas nos termos de Labov (2008 [1972]), sendo que *fôrma* se manteve útil no vocabulário técnico amparado em seu sentido mais prototípico: um contêiner apto a moldar uma substância ou matéria informe (= sem forma). Na nossa interpretação, ao acentuar “fôrma” na *Gramática da língua portuguesa*, João de Barros nos legou uma marca que associa a pronúncia *fôrma* com o dialeto que serviu de base à língua nacional, a “melhor” ou mais prestigiada pronúncia, embora ainda fosse necessário, na adolescência, marcá-la com um acento. Mais de cem anos depois, com o *Diccionario lusitanico latino de nomes próprios...*, de Pedro de Poyares (1667), a *forma* “marcada” não seria mais a dos tempos de João de Barros, quando a diferença de pronúncia começou a se transformar numa “questão da língua”.

5.2 A gramaticalização de *informação*

No dia 13 de junho de 2011, dez dias após ter manifestado uma infecção urinária, meu pai faleceu aos 81 anos. Ainda sob impacto desse momento doloroso, a família deu início ao longo período de tristes decisões burocráticas. Dentre outros entraves, descobrimos que a certidão de casamento original de meus pais havia desaparecido. Seria preciso conseguir uma segunda via. O episódio produziu, como se pode imaginar, uma série de emails entre seus filhos e, no dia 15, Bia, minha irmã mais nova, nos escreveu:

[...] Claudia para o reembolso do enterro eu imagino que precise da nota ou recibo que deve estar com Marcos. De qualquer forma já vou me enformar (espero que eu me lembre!) Bjs

No email seguinte, do mesmo dia, Bia corrigiu-se:

Agora que eu reli [...] que vi que escrevi “enformar”. Cruzes!!!

Inconscientemente, minha irmã repele o emprego de *enformar* com “cruzes” como se “erros” fossem tentações do diabo. Se o mesmo diálogo com Bia fosse travado há setecentos anos, ela provavelmente não se lamentaria por escrever *enformar*, ao contrário: era assim que todos escreviam em Portugal, na época e até duzentos anos depois. *Informar* é que causaria espécie.

Observa-se nos dados que, até o séc. XIV, “informação” ocorria exclusivamente como variações da base *enform-* (*emform-*, *ẽform-* ou, excepcionalmente, *efform-*), tendo predominado até o século seguinte sobre a base *inform-*. O fato também foi constatado por Antônio Geraldo da Cunha (2007) e por Ramón Lorenzo (1968, p.210); para o galego, Xosé Salgado (2009:nota 5) encontrou, entre os dez usos arcaicos do verbo dos *corpora* do *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega* (TMILG), nove com a base *enform-* (o mais antigo em um documento de 1333) e apenas um com a forma *inform-* (de 1481), ocorrência por ele classificada de “cultista”.

Era de se esperar que a variação com o morfema prefixal *in-* também fosse encontrada. Afinal, no latim literário, a base *inform-* nunca deixou de ser usada pela elite letrada em toda a Europa. Acontece que, no Portugal medieval, essa elite não passava de 2%, a sua grande maioria ligada ao mundo religioso dos mosteiros e das dioceses e a segmentos da nobreza (MATTOS E SILVA, 2002). Alguns desses, mesmo quando eram alfabetizados, escreviam

enform-. Até o cronista oficial do reino de Portugal, Gomes Eanes Zurara (1410-1474), escrevia “enformaçam”.

A mais antiga ocorrência de que temos notícia, para o português, é da *Crónica Geral de Espanha* de 1344 (*token* [12]), uma “refundação” da obra homônima de Afonso X de Castela (séc. XIII), escrita por seu neto, o conde de Barcelos, D. Pedro – “certamente o principal nobre intelectual da primeira fase do período arcaico” (MATTOS E SILVA, 2002). No capítulo «*Como el rey Bamba, per consselho dalgũũs bispos de boo desejo e outros homẽes boos de sua terra, fez concelho em Tolledo*», “enformaçon” é usada como a nominalização deverbal da “ação de *enformar*”, verbo aqui tomado com referência à “formação ou modelagem da mente ou do caráter, treinamento, instrução e ensino que datam desde o século XIV” (CAPURRO; HJØRLAND, 2007).

[12] Este rey, avendo certa enformaçon de maaos viver e desonesto dalgũũs maaos bispos e sacerdotes e como per cobiiça tomavã as terras hũũs aos outros, que nõ eram dos limites dos seus bispados, poren foy conselhado dalgũũs homẽes de conciencia que non leixasse passar estas cousas, mas que fizesse fazer concelho aos bispos em que se corregesse todo torto, ca encarrego era de sua conciẽcia os bispos e clerigos fazerem o que nõ devyã. E entom mandou el rey chamar todolos arcebispos e bispos de sua terra que veessen fazer concelho em Tolledo (*Crónica Geral de Espanha*, 1344).

A mesma *Crónica Geral de Espanha* de 1344, testemunha, por outro lado, o uso de “enformaçõ” com outro sentido, não como uma *ação*, mas como uma *coisa*, que pode ser *vista* ou *enviada*, como no capítulo «*Como os reys de Castella e de Aragon mandarom pedir ao Papa que lhes desse por juiz el rey dom Denis de Portugal*» ([13]). Aí, *informação* (“enformaçõ”) já não é uma *ação*, mas o *resultado* da “ação de *informar*”, não com sentido de “modelar a mente”, mas “prestar ou obter *informação*”, sentido desconhecido no latim clássico, mas produtivo no latim medieval, desde pelo menos 1290²³. Nesse contexto, *informação* já era algo que se podia *saber por, ter* ou, como era mais comum na época, *haver*. Na *Carta para as terras jugadeiras sobre o pagamento das jugadas*, por exemplo, D. Fernando I, o Formoso, faz saber que «*nos auemos enformaçam que algũas pessoas que aujam e tragiam suas herdades em o nosso senhorio...*» (1377); no *Chartularium Universitatis Portugalensis* (séc. XIV), temos que «*A quantos esta carta virem fazemos saber que nos*

²³ Na carta de D. Dinis, que privilegia o Estudo Geral de Lisboa, lê-se (em latim): “Mas, porque das informações de algumas pessoas entendemos que alguns virão de várias partes ao nosso dito Estudo, se gozarem de segurança de corpos e bens, Nós querendo desenvolvê-lo em boas condições, prometemos, com a presente carta, plena segurança a todos os que nele estudam ou queiram de futuro estudar, e não permitiremos que lhes seja cometida ofensa por algum ou alguns de maior dignidade que sejam, antes com a permissão de Deus, curaremos de os defender de injúrias e violências” (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p.182)

querendo fazer graca e mercee A andre stevez procurador da Cidade de lixboa porque auemos enformaçom que he edoneo». É o que Capurro e Hjørland (2007, p.149), chamam de “domínio da comunicação de conhecimento”.

[13]E cada hũu delles mandou dizer ao Papa que el rey dom Denis de Portugal era muy derecho e muy boo e que non avya ã Espanha outro tal como elle e que tevesse por bem de lhe *ẽvyar* seu recado que o fizesse. E o Papa, *yẽẽdo* a boa *enformaçõ* que lhe os reys delle mãdarom dizer, [teve por bem de o fazer e] mandoulhe per suas cartas rogar que tomasse aquelle encarrego e que faria ã ello boa obra e santa.

Em suma, foi como “enformação” que a *informação*, como hoje a conhecemos, emergiu no português e no galego. Quase trezentos anos depois de ter emergido, a base *enform-* permanecia prestigiada pela elite letrada. No primeiro dos dicionários bilíngues conhecidos, o *Dictionarium Lusitanicolatinum* de Agostinho Barbosa (1611), além de registrar “dar enformação” (com o sentido de *docere*, isto é “dar formação, educar”, como em Cícero²⁴) ou “meter nas formas” [!], também arrola *enformarse*, com sentido de “inquirir”, e *enformaçõ*, como “inquisição”²⁵. No *Thesouro da Lingoa Portuguesa*, de José Bento Pereira (1697), temos: *enformaçam* como *inquisitio, onis*; *enformador* como *docens, entis* (ou seja, como “professor”); *enformado*, como *edoctus, a, um*; *enformar* como *doceo, es* (“ensinar”), e também *enformarse* como *inquirio, is*. Destaca-se novamente uma entrada para *enformar as botas* (*inducere ocreas formis*), ou seja, seu sentido mais *corporaliter*.

5.2.1 A origem *vulgar* de “enformação”

Queremos crer, a partir daqui, que *enform-* estava acessível no léxico desde o português medieval e, muito antes, o francês antigo e o latim medieval. Escrevia-se assim porque procurava-se reproduzir graficamente uma tradição letal²⁶ que remonta a um antigo Portugal rural e tem como característica o lastro das técnicas rurais, cuja cosmogonia remetia às *fôrmas* (e não às *fórm*as). Em outras palavras, ao dizer *enformar*, aquele português ancestral queria menos dizer “dar *fórma*”, mas essencialmente “meter na *fôrma*”. Arriscamos a afirmar que o português do período arcaico escrevia *enform-* simplesmente porque assim falava, o que nos permite confirmar o que muitos estudiosos da língua já afirmaram: que a oralidade, até o século XV, era quem ditava as normas da escrita.

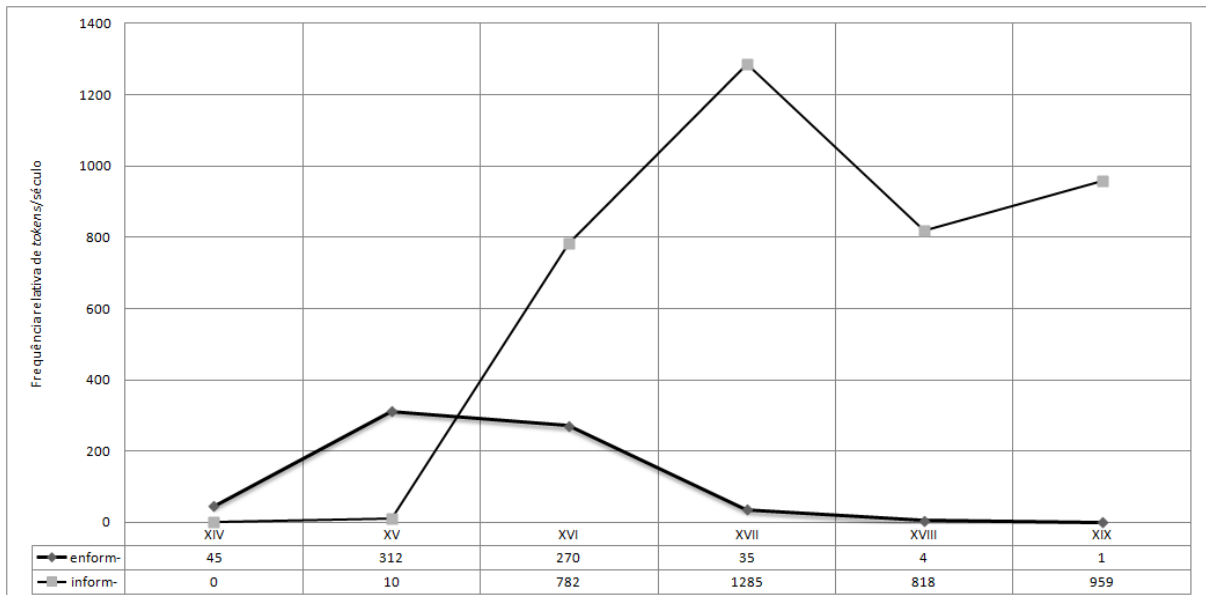
²⁴ Em *Pro Archia Poeta*, Cícero defende seu mestre, o poeta grego Archias de Antióquia, que fora acusado de ter adquirido ilegalmente a cidadania romana, indicando que ele, Cícero, fora instruído por Archias em técnicas como a escritura, que tem como finalidade a de educar ou “in-formar” os jovens em seu devir humano («*quibus aetas puerilis ad humanitatem informari solet*») (apud CAPURRO, 2008, p.6)

²⁵ <http://purl.pt/14016/1/P305.html>

²⁶ *Variacão letal* é um termo genérico para designar qualquer tipo de variação de uma língua: dialetos, variedades nacionais, socioletos, registros, estilos, idioletos (SILVA, 2012)

A lexia já era polissêmica desde pelo menos o século XIV, fluindo entre esse sentido “concreto” e outro mais abstrato, comunicativo, donde uma “enformação” que, em contexto de “oralidade mista”, mantém-se como conceito reificado que armazena de “notícias” e se faz presente em uma vasta “literatura informativa”, memorável e cronológica. A julgar pela predominância da base *inform-* no século seguinte (Figura 1), postulamos que a base inovadora *inform-* tomará da arcaica *enform-* o sentido comunicativo. O processo lento de divergência está hoje definido em termos de uma paronímia.

Figura 1 – A frequência de uso de duas formas ortográficas variantes na língua portuguesa: *enform-* e *inform-*. Seguindo as recomendações de Gries (2010), os valores apresentados são frequências relativas (= frequência absoluta / tamanho do *corpus*, em palavras, para o século) com que essas formas ocorreram nos *corpora*



Fonte: Gonzalez (2011)

Rafael Capurro explorou as origens gregas e latinas de “informação”, bem como seu desenvolvimento subsequente, um “*background* histórico-crítico” que lhe permitiu uma compreensão mais aprofundada do conceito no período helenístico bem como na Idade Média e nos tempos modernos. Segundo nos conta, os mais antigos usos do verbo *informare* são do séc. II a.C.: Varro (116-27 a.C.) descreve um feto sendo informado (*informatur*) pela cabeça e coluna vertebral; na Eneida de Virgílio (70-19 a.C.), Ciclopes *informam* flechas de raios para Zeus e um escudo para Enéas. O verbo também admitia acepções dentro de contextos “intangíveis ou espirituais”, que dizem respeito aos “usos morais e pedagógicos”: em Cícero

(106-43 a.C.), há referências explícitas ao sentido metafísico de *forma*, particularmente de Platão e Aristóteles (*informare* = *edocere* “ensinar”); no século II d.C., Tertuliano de Cartago (ca. 160-220 d.C.) chama Moisés de *populi informator* – educador ou modelador de pessoas (CAPURRO; HJØRLAND, 2007).

A influência de Aristóteles sobre o conceito filosófico elevado de *informatio* é melhor apresentado no trabalho de Tomás de Aquino (1225-1274). A *lexia* adquire aí um lugar central, tanto na epistemologia quanto na ontologia. O hylomorfismo aristotélico é traduzido por *materiae informatio*, mas interpretado dentro da metafísica cristã criacionista, levando Tomás a diferenciar claramente os processos físicos e biológicos da reprodução das formas (*per modum informationis*), em especial a “enformação” do corpo pela alma, da atividade divina, *per modum creationis* (CAPURRO, 2008, p.7). De um modo geral, os escolásticos seguiram Tomás, mas estenderam o termo a qualquer substância, mantendo, no entanto, a principal característica da *forma* aristotélica: “ser a causa, razão ou essência de ser da coisa, aquilo em virtude do que uma coisa é o que é e que, portanto, é antes da coisa; é ato ou atualidade da coisa, por isso o princípio e o fim do seu devir” (MORA, 2001, p.1132).

A trajetória reconstruída por Capurro é, todavia, a de uma palavra em sua versão “cultista”, isto é, que advém de uma literatura representativa de uma Grécia culta e uma Roma emergente, “uma sofisticada civilização urbana desde o segundo século anterior a Cristo” (WISEMAN, 2007a). Seus estudos sobre o étimo de *informare*, que tem como fontes os “latins escritos”, só tem pertinência para grupos minoritários privilegiados, que utilizaram a língua em várias nações e tempos diferentes, mas tomaram como referência os mesmos textos – “a Bíblia, as obras de santo Agostinho e de são Gregório Magno, depois os compêndios da escolástica, Aristóteles e as compilações canônicas” (MATTOSO, 1997). Aí, afirma Calvet (2011, p.73), “a ideia de dar forma voluntariamente à matéria física alcança a transcrição escrita da língua, mas não a língua falada propriamente dita”.

A língua portuguesa e outras línguas neolatinas, no entanto, descendem do latim falado (SOUSA DA SILVEIRA, 1972 [1964], p.29), não do escrito – fato já admitido, para o italiano, desde pelo menos o *Trattato della vera origine e del processo a nome della nostra lingua*, de Celso Cittadini, que já em 1601 afirma terem existido duas espécies de latim, um culto e outro “rústico”, e deste último é que se originava a língua italiana (apud MIAZZI, 1972).

Havia não apenas dois, mas vários “latins”: clássico, vulgar, arcaico, imperial, cristão, tardio ou baixo-latim, escolástico ou bárbaro, sendo o “vulgar” e o “clássico” os dois mais

conhecidos conceitos, “quicá por serem entendidos dicotomicamente” (LOURENÇO; SILVA, 2011-2012, p.172-173). Em linhas gerais, o latim clássico é “aquele da língua literária e da língua escrita em situação formal”, com preocupações estéticas ou didáticas pelos escritores do período áureo da literatura latina (séc. I a.C. a séc. I d.C.). O “vulgar”, por sua vez, servia não apenas ao “vulgo”, mas também aos autores e escritores clássicos quando escreviam as peças teatrais, sátiras, epístolas, entre outros gêneros e subgêneros literários e, neles, encontram-se palavras e até expressões que eram utilizadas pelo mais diversos tipos populares. A grande diferença entre as duas variedades

não é cronológica (o latim vulgar não sucede ao latim clássico), nem ligada à escrita, senão social. As duas variedades repetem duas culturas que conviveram em Roma: de um lado a de uma sociedade fechada, conservadora e aristocrática, cujo primeiro núcleo seria constituído pelo patriciado; de outro, a de uma classe social aberta a todas as influências, sempre acrescida de elementos alienígenas, a partir do primitivo núcleo da plebe (ILARI, 2008, p.61)

Quando os “bárbaros” “invadiram” o Império Romano, a nobreza desapareceu e sua cultura intelectual passou a ser cultivada mais seguramente nos mosteiros. Concebeu-se assim o Latim Eclesiástico (ou Latim “da Igreja”, medieval ou baixo latim), um latim escrito, com muitos neologismos, helenismos e um vasto repertório oriundo das línguas faladas. Esse foi o latim literário do declínio do Império do Ocidente e a língua oficial das ciências na Idade Média. Exemplos de helenismos transmitidos pelo Cristianismo foram *parabolé*, originalmente “parábola”, que no contexto da leitura bíblica se tornou “palavra” (esp *palabra*, fr *parole*, it *parola*), e alguns derivados, como *fabula* e *fabella* “fabulazinha” (> port *fala*, esp *habla*), que substituíram o latim *verbum* (ILARI, 2008, p.151).

O *sermo vulgaris* foi levado às regiões mais longínquas do Império Romano pelos soldados e por comerciantes, continuou a se desenvolver como as línguas sempre haviam feito, oralmente. Das modificações sofridas nesse latim instalado em vários rincões da România, surgiram os romances medievais e, após, as línguas neolatinas que hoje conhecemos: o italiano, o francês, o espanhol e o português, entre outras.

Por volta de 700 d.C., conta-nos Ong (1998, p.128-129), os falantes dos “romances”²⁷, que existiram durante muito tempo sem ser escrito, já não conseguiam entender o velho latim escrito, “inteligível talvez para alguns de seus bisavós”. Sua língua falada se afastara demasiadamente de suas origens. Outrora uma língua materna, o latim se tornou o “latim

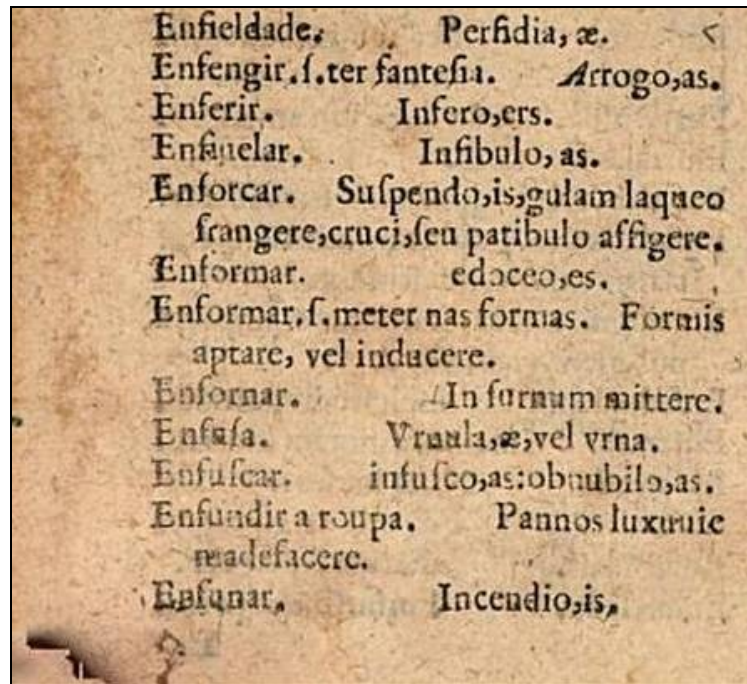
²⁷ Latim que se tornou, na formação da România, a língua vulgar de um país.

culto”, uma língua falada nas salas de aula (nem sempre nas demais dependências escolares), mas inteiramente controlada pela escrita.

Concomitantemente a esse latim medieval, surgiu ainda o “latim bárbaro”, um conjunto de fórmulas latinas mais ou menos corretas, de mistura com vocábulos de outras línguas sob forma alatinada ou não, sendo uma dessas línguas o galaico-português. Notadamente verificado nos documentos cartoriais, esse latim bárbaro consistia na latinização de palavras que não existiam no latim ou na “barbarização” do sistema morfosintático do próprio latim. Mesmo assim, ele era utilizado nos cartórios para documentar contratos e escritos de ordem jurídica.

É conspícuo o vínculo do *enformar* ibérico com uma escrita “vulgar”. Para começar, conforme Monlau (1856, p.136), “la forma primitiva y regular *in-* es mas culta que la popular *en-*”. Em segundo, o sentido de “pôr na fôrma” nos remete ao lat *efformare*, e não a *informare*. No *Hieronimi Cardosi Lamacensis Dictionarium ex Lusitanico in latinum sermonem*, de Jeronimo Cardoso (1562, p.296), *enformar* é «*formis aptare, vel inducere*», que significa “meter nas formas” (Figura 2). O *Nouveau Dictionnaire de Sobrino, françois, espagnol et latin...*, de Francisco Sobrino (1775) registra assim o verbo fr *enformer*: «*v.a. ahormar, poner en la horma, lat ad formam aptare*». Esta última expressão aparece também no *Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes y sus correspondientes en las tres lenguas francesa, latina e italiana: Correspondencias*, de Esteban Terreros y Pando (1793), em que as expressões do latim «*Formae indere*» e «*ad formam aptare*» significam “enhormar, ajustar una cosa, zapato, &c. á la horma”.

Figura 2 - «Enformar» em *Hieronymi Cardosi Lamacensis Dictionarium ex Lusitanico in latinum sermonem*, de Jeronimo Cardoso (1562, p.296)



Enformar não é um verbo muito fácil de localizar, nem na literatura nem nos *corpora* – outro indício, a nosso ver, de sua origem “vulgar”. A literatura que o registra toma-o como herança do fr *enformer* (SCHREUDER, 1970 [1929]; SMEDLEY; ROSE; ROSE, 1845). Sabe-se que a infiltração das maneiras e costumes franceses e a introdução de moedas e de produtos comerciais franceses em Portugal começaram nos séculos X e XI. Foi Afonso Henriques, filho do conde Henrique de Borgonha que, disputando o título de rei a Afonso VII de Castela e Leão em 1143 e conquistando Lisboa aos mouros, em 1147, estabeleceu a Casa de Borgonha, a primeira dinastia de monarcas portugueses, lançando os fundamentos de uma nova nação no baixo vale do Tejo. A partir daí, os franceses vinham como peregrinos ao santuário de Santiago, na Galícia, como soldados da fortuna, para ajudar na luta aos mouros, ou como monges, da abadia beneditina de Cluny.

O francês, para todos os efeitos, se divide em três períodos nítidos (SALLES, 1993): francês antigo (séc. IX a meados do século XIV), francês médio (meados do século XIV a fins do século XVI) e francês moderno (a partir do século XVII), “que se escreve mais ou menos como era pronunciado há cerca de oito séculos”. O francês antigo era falado no território da Gália Transalpina e compreendia três sistemas dialetais: o dos dialetos franceses (norte), o dos dialetos provençais (sul) e o dos dialetos franco-provençais, entre ambos, mais a Sudeste. Para

os dois primeiros, tem-se utilizado às vezes as denominações “*langue d'oïl*” e “*langue d'oc*” (ou “occitano”), que identificam os dois sistemas a partir da palavra que exprime a afirmação nos próprios dialetos: *oïl* (> *oui* “sim”) e *oc* (ILARI, 2008, p.178).

Os dados de que dispomos revelam certa predominância da forma prefixada com *en-* naquele francês antigo, convivendo com variantes em *e-* e *in-*. No *Glossaire de langue d'oïl*, Alphonse Bos (1891) reconhece, para os sécs. XI a XIV, *enformëor* e *enformer* como “informador, instrutor”, *enformement* como “formação, ensinamento, instrução”. Raynouard (1844, p.364) cita *enformacios* para a *languedoc* do séc. XIII. Os trovadores da Provença usaram as duas formas, por vezes num mesmo texto: nas *Leys d'amors*, temos: «*Nos puscam informar / Per aquestas vos podetz enformar de totas las autras dictios*» (ambas no sentido de “educar-se”, segundo RAYNOUARD, 1844).

A característica mais geral do francês, em contraste com toda a România, resulta de seu caráter fortemente inovador e da rapidez (medida em séculos) com que se consumaram ali fenômenos fonéticos que, em outras áreas, ainda estavam em processo (ILARI, 2008, p.179). O grande número de nasais e um *r* uvular sonoro (como em *rendre*) são alguns desses fenômenos, que se manifestam no item lexical em estudo: um poeta do norte da França trecentista usou formas com metátese, tanto *enfremée* quanto *fremée* “enformado” (BORDIER, 1869, p.273); o flamengo *Boudewijn van Seborch*, na segunda metade do séc. XIV, também (BAUDOUIN DE SEBOURG, 1841).

Graças ao portal do *Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales*²⁸, temos outros dados interessantes que nos permitem dizer que, na França, *enformer* já estava disponível desde a “Renascença” do séc. XII:

- Segundo a 9ª edição do dicionário da Academia Francesa, *enformer* é do século XII, derivado de *forme*: «*mettre sur la forme*»; sua primeira ocorrência conhecida é de 1174 (Guernes de Pont-Sainte-Maxence, *St. Thomas*);
- Em 1275 é identificada outra ocorrência, em Jean de Meun, *Roman de la Rose*, com o sentido de «*instruire de*».
- Será apenas em 1286 (Raynaud, *Etude sur le Dialecte picard*), mais de um século depois de *enformer*, que *in-former* será detectado num dialeto francês: *soi infourmer* «s'enquérir de», ou seja, “informar-se”;

²⁸ <http://www.cnrtl.fr/>

- Segundo o *Dictionnaire du Moyen Français* (1300-1500), *enformer* significava «[*Le compl. d'obj. désigne un chaperon*] ‘*Ajuster, poser (sur la tête)*’», mas registram-se ainda os sentidos figurados «*Modeler, accorder*» e «*Enformer qqn (de qqc.)*. ‘*Informer, instruire qqn (de qqc.)*’»;
- Em 1351, numa carta citada por um certo Bulliot, abade de Saint-Martin II, temos a curiosa ocorrência de uma forma mista *einformer* «mettre au courant», isto é, “manter [informado] das coisas *correntes*”;
- Em 1392, outra forma imprecisa: *infourmeir que* «avertir que»
- 1538: *informer* como «faire une instruction judiciaire», mais uma vez, sinônimo de *inquirere*;
- 1567 (Philibert de L'Orme, *De l'Architecture*) *informer* como «donner une forme à»;
- 1615 (Pasquier, *Les Recherches de la France*): *informer sur la vie et mœurs de qqn* «faire une enquête sur quelqu'un qui doit être reçu dans une charge». Novamente *inquisição*.

O verbo em latim que está na origem desse fr *enformer* “meter na fôrma” não era, portanto, *informare*, mas *efformare* “adaptar, ajustar à fôrma”. Dumesnil (1809), dirá com todas as letras: “*efformare* não é encontrado nos grandes autores, que preferem *formare, informare*”. Portanto, não será com base nos “grandes autores” que entenderemos “informação” como hoje a conhecemos, mas em sua versão “vulgar”. Esses são dados importantes para nossa análise, uma vez que sabemos, por Du Cange (1844 [1678]), que *efformare* era um dos sinônimos de *exprimere*, que carregava a noção de “apertar com força, comprimir, espremer, extrair”, mas também “exprimir, dizer, expor, declarar”. Ou seja, se *exprimere* “espremer” é sinônimo de *efformare* “pôr na fôrma”, então, por analogia, podemos supor que *exprimere* = *efformare* “exprimir”.

No latim, “*forma*” era sinônimo de também de “moeda” (TERREROS Y PANDO, 1793) e *efformare*, naturalmente, assim como *exprimere*, era sinônimo de “cunhar”. Segundo o *Diccionario de la lengua Castellana* da Real Academia Española (1732), *efformatio* era, de fato, “forjadura”, pois “forjar” era *ruditer efformare, effingere*, termos usados tanto com sentidos de “fabricar” ou “formar alguma coisa no material”, principalmente moedas, mas também, por metáfora, em sentidos mais abstratos ou discursivos. *Effingere*, que está na origem de “efígie” ou “figura”, relaciona-se à prática de imprimir nas moedas os rostos de membros da aristocracia romana. Essa proximidade de *efformare* com a noção de “cunhar”,

estendida às expressões relacionadas com a comunicação humana nos oferece uma resposta consistente a uma das questões levantadas por Capurro e Hjørland (2007, p.155) a respeito do conceito de *informação*: “quando e como informação e moldagem se juntaram?”

Temos notícia de um episódio que parece adequado enquanto “quando e como” da fixação, na mentalidade ocidental, de “co-nexão” entre os *nexos* de “informação” e “moldagem”. Se o desconhecêssemos, diz o professor Ilari (2008, p.129-130), “o caminho pelo qual um termo que significava ‘admoestar’ passou a significar ‘moeda’ seria no máximo objeto de estranhas conjecturas”. Ilari refere-se ao verbo *monere*, que está na origem das palavras românicas *moeda*, *moneda*, *monnaie*, *moneta* (“moldagem”), e também na do verbo lat *admonere* “trazer à mente, lembrar, sugerir” e “avisar, aconselhar, encorajar” (ou seja “informar”). O que nos interessa nesse verbo é que, no baixo e médio latim, *efformare* foi reconhecido como um de seus sinônimos (DU CANGE *et al.*, 1844 [1678]), uma relação também atestada pelo *Manuale latinitatis fontium iuris civilis Romanorum* de Dirksen (1837).

A história tem a ver com Juno, a deusa romana mais adorada, irmã e esposa de Júpiter, o maior dos deuses. Um dos seus muitos sobrenomes, Juno *Moneta* (isto é, Juno, “aquela que avisa”), tem por trás uma legenda protagonizada pelos gansos que “vigiavam” seu templo nas cercanias do Capitólio, na Roma do séc. IV a.C. (ARAGÃO, 1870; CID LÓPEZ, 2007). Segundo Tito Livio, o povo da cidade não deixava de alimentar os animais, considerados sagrados, apesar da carestia que sofria por conta do assédio dos gauleses. O sacrifício acabaria recompensando-os, supostamente graças à mediação de Juno: em 390 a.C., não fosse os gansos “avisarem” da iminente invasão inimiga, não teria sido possível a rápida intervenção dos soldados romanos, salvando a cidade e o templo do Capitólio.

Segundo Ovídio, por ocasião das Guerra Pírricas que, em 269 a.C., o templo de Juno *Moneta* foi transformado na Casa da Moeda romana, onde foi cunhada a primeira moeda romana de prata, com seu codinome «*moneta*» escrito²⁹ e a imagem da deusa, de pé, com uma balança na mão direita e uma cornucópia na esquerda, estampada. A partir daí, “*moneta*” passou a significar não apenas “aquela que avisa”, mas também a “fôrma” da moeda (FORCELLINI *et al.*, 1839) e, finalmente, a própria “moeda”.

5.2.2 A emergência de “enformação” no português médio

Em 1602, Pedro de Vega lembra, na sua *Segunda parte de la declaración de los siete salmos penitenciales*, que a escrita «*se inventó para ayuda y reparo de la memoria*». A

²⁹ A primeira moeda de ouro só surgiria 62 anos depois (ARAGÃO, 1870, p.36).

memória dos tempos teria sido, igualmente, a origem do ler, já que, acrescenta frei Pedro, «*la memoria solo cobra fuerças todas das vezes que torna a leer lo que ya desfallecía y se yva olvidando*». Com efeito, é como «*ayuda y reparo de la memória*» que “enformação” emergirá nos vernáculos ocidentais, desde o séc. XIII no francês e no latim provavelmente desde antes.

A necessidade de registrar informações era condizente com o gênero textual *notícia* nos primeiros séculos da língua portuguesa escrita: “os documentos particulares escritos em português até 1255 se restringem na verdade a dois gêneros, o testamento e a notícia, ou talvez apenas um, a notícia” (MARTINS, 2007, p.164). Os mais antigos testemunhos escritos do uso do português são, de fato, dois documentos notariais – *O Testamento de D. Afonso II* (1214) e a *Notícia do Torto*, um pleito judicial, ambos datados dos primeiros anos do séc. XIII. Não temos registro de “enformação” em documento notarial, mas o temos para o verbo “enformar” no gênero *foral*:

[14] De foro do meyrão. Se o meyrão acaçe q(ue) entra en casa do ueçio da t(e)rra a maa m(en)te p(er)a p(re)nder omê e lo Senn(or) da cassa lj defende q(ue) nõ entre en sa casa. a maa m(en)te e o Meyriño ly lla. entra soble defendim(en)to e lj derõpe sa casa. Sabede q(ue) nos usam(os) e teem(os) por derreyto q(ue) o meyrão o corega coma out(r)o ueçio e se pela uent(ur)a entral. e derõper a casa cõ pugno dar #v m(a)r(avidis) e se a derõper cõ coytelho dar #X^a m(a)r(avidis) e se a derõper cõ escud(os) ou lâcas ou espadas dar #XX^a m(a)r(avidis) e destas cousas l[e]uar o Senn(or) da t(e)rra a septima. Nêúú uecj~o uelo nê despecado nõ seia cõtresgũdo p(er)a teer Cauallo. De foro de gáado q(ue) dam a guardar o uecj~o a seu ueçio a raçõ q(ue) se p(er)der Sabede q(ue) se as uaq(ua)s grãdes ese p(r)imeyro a(n)no q(ue) las dã morerẽ q(ue) as enforme de ch(us) peq(ue)nos beçeros e se morerã Ao Segũdo anno enformarẽ dos beçeros de #ij^a annos e sse morerã Aos #iij a(n)nos enformar dos beçeros de #iij a(n)nos (*Foros de Garvão*, séc. XIV)

Eis os sinais de “um dos poucos fatos indiscutíveis” que, segundo Calvet (2011, p.114), caracterizam a introdução da escrita: trata-se de uma tecnologia “inventada” por necessidades práticas e não por necessidades literárias. A língua aparecia apta para os usos práticos da vida, embora “incolor e canhesta, condicionada pelas minutas, apertada na rigidez das tradicionais fórmulas jurídicas ainda muitas vezes em latim, desprovida de qualquer preocupação de elegância e apenas reduzida à tarefa de registrar para fins úteis disposições legais ou vontades privadas” (LEMOS, 1997a, p.39). Vêm daí os primeiro gêneros discursivos em que “enformação” fazia sentido, tais como os *forais*, *anais*, *memórias*, *estórias*. É conspícuo, como contraprova, o fato de não localizarmos o termo (com o sentido de “notícia”) nos gêneros “literatura doutrinal, apologética, hagiográfica, de espiritualidade e/ou mística” de que fala Isabel Magalhães (1999).

O termo é especialmente produtivo no contexto do gênero *crônica*: entre os sécs. XIV e XVII, ocorre nas de 11 reis portugueses. A primeira “forma de explicitação” escrita de *informação* em português é a já citada *Crônica Geral de Espanha* de 1344 (token [12]). A *Crônica* de D. Pedro apresenta, segundo Lemos (1997b, p.11), “apreciável relevo literário” e, pelos recursos de estilo que mobiliza – diálogos vivos, suspensões que criam expectativa no leitor, interrogações e exclamações retóricas – revela o domínio da arte de narrar que a prosa portuguesa começava a adquirir. Aproximava-se o período que Cardeira (2010) denomina “português médio” (1375-1475), cujo fato determinante é o fim do período trovadoresco, que se situa convencionalmente no ano da morte de D. Pedro (1354) e a elevação ao trono do Mestre de Avis, o monarca D. João I. A instauração da nova dinastia significava a falência da velha nobreza, a fundação da “nacionalidade” e a ruptura da unidade galego-portuguesa. No ano de 1385, em que aconteceu a batalha de Aljubarrota contra os castelhanos, Portugal dá “mostras definitivas da sua decisão de construir uma nacionalidade independente dentro da Península” (DIEZ, 2008, p.66).

As mudanças que estavam em curso, diz Ivo Castro (1993), “já borbulhavam em ambientes restritos, quem sabe mesmo se em recantos inovadores do sul”. Pela influência que Lisboa exercia sobre os hábitos linguísticos, o português culto, que na origem apresentava fortíssimas semelhanças com o galego, foi-se amoldando à fala culta da região que se situa entre as Cidades de Coimbra, sede da antiga capital, e da mais antiga e célebre universidade, e de Lisboa, a capital seguinte (ILARI, 2008, p.59). Com isso, “a desruralização da língua acontece no sentido da desgaleguização” (DIEZ, 2008). Para esse autor, a diferença fundamental com o galego-português – “de extraordinárias consequências políticas e linguísticas” – residiria no fato de que o “dialeto” a partir do qual se constitui a “língua” ficou fora das fronteiras nacionais portuguesas, como variedade não oficial de um outro Estado. A “mudança de voz”, prenunciadora da “maturidade do idioma” (CÂMARA JR., 1985, p.18-19) recusava um passado que perdurava no norte, não apenas na Galiza, mas também no Entre-Douro-e-Minho. A língua sofreu “um processo de *koineização*³⁰ e de emergência de ‘forças centrípetas’ (a corte, a literatura, o eixo Coimbra-Lisboa, a nacionalidade)” que centralizaram “a elaboração de um idioma nacional” (CARDEIRA, 2010).

No século XV, Fernão Lopes levou para a historiografia “um espírito jurídico de notário, para quem o verdadeiro e o falso se corroboram documentalmente” (SARAIVA,

³⁰ Segundo Cardeira, é o “resultado estabilizado da mistura de subsistemas linguísticos”.

1998, p.47). Como cronista régio, acumulava as funções de guarda das escrituras do Tombo, ou seja, de chefe do arquivo da Coroa. Tal situação obrigava-o a passar certidões dos documentos e permitia-lhe examinar velhos papéis que serviam de base para os seus trabalhos. Era, pois, ao mesmo tempo, um escritor e um funcionário, cabendo-lhe, como ele mesmo descreve, «*poer em caronyca as estorias dos Reys e zelar pela arrumação dos actos régios e privados que se guardavam no castelo de Lisboa*» (apud SERRÃO, 1998, p.11).

Em sua “arrumação”, Fernão Lopes apoia-se em muitos documentos autênticos (cartas pontificias, acordos, como o que se estabeleceu entre o conde de Bolonha e seus aliados, correspondência diplomática, inscrições sepulcrais). Conforme seu sucessor na função, Gomes Eanes Zurara, «*o dito Fernam Lopez despendeo muito tempo em andar per os mosteiros e jgreias buscando os cartórios e os letreros dellas pera auer sua enformaçam*» (apud MICHELAN, 2009). Nas *Cronica de Dom Pedro, D. Fernando e D. João I*, este recurso aos documentos originais é constante, “podendo dizer-se que o cronista não atribui ao rei uma negociação diplomática, um acordo, uma determinação, sem ter à vista os respectivos documentos e muitas vezes reproduzindo, sem sequer o declarar, o formulário dos textos”, diz Serrão. Perante as contradições das narrativas, Lopes procurou seguir um método crítico: quando é possível, escolhe a que aparece confirmada por um documento autêntico; quando não dispõe dele, inclina-se para a que lhe parece mais verossímil; quando, enfim, não há razões para preferir uma às outras, expõe todas ao leitor, deixando-lhe a escolha.

A despeito da informatividade notarial ou historiográfica, as *crônicas*, até pelo menos Fernão Lopes, ainda emanam uma “extraordinária oralidade” (SARAIVA, 1998, p.59), a mesma que “caracteriza a prosa narrativa medieval”. Nas primeiras crônicas portuguesas, manifesta-se, por exemplo, um fenômeno típico da narrativa oral, em qualquer tempo e parte: sua estrutura “aditiva”. Walter Ong (1998, p.47-49) toma como exemplo Gênesis 1:1-5 que, conforme o autor, “preserva uma visível padronização oral” com nove “e” introdutórios. Para o português do século XV, temos que, das 155 palavras do *token* [15], escolhido aleatoriamente da *Crónica Geral de Espanha* de 1344, 30 são “et” (~20%); das 133 do *token* [16], extraído da *Cronica de Dom Pedro*, de Fernão Lopes, 14 (~10%) são “&” ou “e”:

[15] Dos ffeytos de Troylos Troylos era moy fremoso a marauilla, et era moy alegre et moy graçioso ãno rrostro, et semellaua que senpre rrija. Et era moy aposto et moy mesurado, et aujá seu cabelo lezne et ben aposto, et os ollos uerdes et cheos d'amor. Et era home de bõo entêdemento et falaua tâ ben et tâ saborosament que o amauã todos quãntoslo vijã. Et auja o nariz alto por mesura et a boca ben feyta et dentes ben postos et brãcos et o queixo quadrado et o colo longo et as espãdoas anchas et os peytos moyto enformados. Et auja as mãos et os braços moy ben feytos, et era ben tallado ãna çentura. Et uestiãsse senpre moy ben, et estãuãlle moy ben os pãnos. Et en njh'ũ tempo do mũdo nũca deria pesar a neh'ũ, et era moy ledto et moy saboroso et moy ardido, et nũca foy desdeñador nẽ oufanioso.

[16] E pensarom d'afonso madeira. & guareçeo & engrossou ã pernas & corpo. & uiueo alguũs ãnos emialhado do rrostro & sem baruas & morreo depois de sua natural door Como el Rei mandou queimar a molher d'affonssso andre & d'outras justiças que mandou fazer. QUM ouuio semelhãte Justiça da que el Rei fez na molher d'affonssso andre. mercador honrrado morador em lixboa. andando iustando na rrua noua como era costume quando os Reis uijnham aas çidades. que os mercadores & çidadaãos iustauom com os da corte por festa. Estando el Rei presente & auendo enformaçom çerta que sua molher lhe fazia maldade. entendeo que entom era tempo de a achar & tomar em tall obra. E per enculcas mujto escusamente foi ella tomada com quẽ aculpauam & mandouha queimar & degollar elle.

Fernão Lopes ainda fala a uma assembleia: “sentimo-lo de pé dando relevo e intenção às palavras, acentuando-as aqui e além, declamando por vezes com solenidade e balanceando-se num ritmo que faz pensar no verso épico longo e que por vezes se espraia com majestade espontânea” (SARAIVA, 1998, p.59-60). A presença do público é sensível também na voz do cronista que “de tempos a tempos nos convida a olhar como se estivéssemos presentes”. O público exige certos processos didáticos, como quando esse autor chama a atenção do ouvinte para a ordem da narrativa, uma preocupação que contrasta com seu sucessor, Gomes Eanes Zurara, que já escreve “com a consciência de escriba”.

A Zurara coube uma nova missão: em 6 de junho de 1454, foi nomeado bibliotecário da Livraria Real que D. Afonso V, “o último rei cavaleiro”, formava nos paços da Alcaçova (SERRÃO, 1998, p.11). Sua obra constitui, nas palavras de Rita Gomes (1998, p.23), “um exemplo perfeito da unidade profunda de que se revestia o duplo labor de cronista e guardamora dos arquivos régios – a principal originalidade da historiografia portuguesa do século XV, se a compararmos, por exemplo, com a castelhana da mesma época”. Sua redação foi acompanhada por uma importante reforma da Chancelaria Régia, realizada sob sua própria orientação.

A escrita da História, nesse período, se resume a uma necessária “exposição” daquilo que os documentos oficiais relatam como forma de “autenticar os fatos, cronologicamente dispostos”. Donde a etimologia da palavra “crônica”: segundo o Houaiss (2001), que fornece outras variantes conhecidas desde o séc. XV (*caronjqua*, *coronyqua*, *cronyca*), tem origem na

lat *chronica* “relato de fatos em ordem temporal, narração de histórias segundo a ordem em que se sucedem no tempo”, de *chronos* “relativo a tempo”. Daí a afirmação de Joaquim Serrão (1998, p.12) de que “a importância do cargo ressalta da circunstância de serem os cronistas a principal fonte de informação para a história do tempo”. Não só do tempo, mas também a uma “história da ordem”, como atesta um *token* do séc. XV em português:

[17]E per o ssaber da arte memorativa bem ordenada, mais tenho que se acrecente que o contrario, como algûs dizem. Terceira, judicativa, per a qual damos boo e dereito juizo no que pensamos, veemos e ouvimos, nom desviando por amor, odio e temor, segurança, proveito, perda, prazer ou sanha, guardando tempo e ordem com devida enformaçom dos feitos, bem nos consselhando segundo tal cousa require. (D. Duarte, *Leal conselheiro*, 1437-1438)

A já citada *Crónica Geral de Espanha*³¹ (1344), de D. Pedro, “refundava” a obra homônima de Afonso X (séc. XIII) com o argumento, apropriado do avô e tópico nos escritos medievais, de que a escrita era uma forma segura de preservação dos saberes: era preciso «ajuntar quãtos livros pode aver das estorias antigas em que algas cousas fossen escriptas dos feytos d'Espanha», uma vez que

[18]o des[dem] de non quererem os homêes aprender e saber as cousas e a olvidança en que as deitam depois que as sabem f[a]zẽ perder malamente o que foy achado con muyto trabalho e cõ grande estudo; e outrossi polla preguiça que he ãmiiga do saber e faz aos homêes que non cheguem a elle nem busquem as carreiras per que o conheçam.

Os esforços desses nobres não foram suficientes para evitar a prevalência da oralidade no português médio: Garcia de Resende lamentaria, no prólogo de seu *Cancioneiro geral* (1516), “a primeira e monumental consagração impressa da poesia portuguesa” (MENDES, 1999a), que a «*natural condiçam do Portugueses é nunca escreverem cousa que façam, sendo dinas de grande memória, muitos e mui grandes feitos de guerra, pás e vertudes, de ciência, manhas e gentileza sam esquecidos*».

Um aspecto a sublinhar no conjunto das crônicas relativas ao século XV é a indiferença em relação às viagens de navegação e comércio dos portugueses. Será preciso esperar o século XVI para que surja uma historiografia desses «*feitos*» – obras de caráter predominantemente descritivo com títulos sugestivos tais como *Enformação das cousas da China: textos do século XVI* (D'INTINO, 1989), *Enformação das cousas do Ceilaõ*, de António Pessoa (1548) ou *Emformacao dalgumas cousas do Brasil*, de Belchior Cordeiro (1577). Os novos gêneros da “literatura *informativa*” – a dos viajantes e seus cronistas –

³¹ O fato de se chamar “de Espanha” apenas mostra a influência que esse “país” exercia sobre Portugal. Como diz Saraiva (1998, p.44), a Espanha “era toda uma” até pelo menos 1383.

estarão orientados definitivamente pela escrita, como não poderia deixar de ser, dado o distanciamento espaço-temporal da comunicação com o além-mar.

O prestígio do galego-português como língua da poesia lírica – dominante e exclusivo no período que se estende, aproximadamente de 1200 a 1350, sobrevive e se espraia, como ainda na temática, pela produção poética do período pós-trovadoresco refletida no Cancioneiro galego-castelhano, recolhido e editado por Henry Lang e que encerra composições líricas pertencentes ao período que vai de 1350 a 1450, quando as composições em prosa da mesma época já revelam notáveis progressos estilísticos e evidentes diferenças no capô da gramática e do léxico (BECHARA, 1985, p.9)

O galego-português, como se vê, foi uma língua da primitiva poesia lírica peninsular, formada de “cancioneiros”, antes de ter sido útil como língua notarial. Os “cancioneiros” podem ser agrupados em três categorias: as *Cantigas d’amigo*, poemas de amor com traços populares, de tradição antiquíssima, em que fala a donzela (na linguagem dos trovadores, “amigo” significa “namorado”); *Cantigas d’amor*, poemas mais eruditos, de frequente inspiração provençal, nos quais (geralmente) é o homem quem fala, e *As cantigas d’escarnho e de mal dizer*, poemas satíricos, não raro grosseiros (TAVANI, 1997; TEYSSIER, 2007). É aí que iremos encontrar pela primeira vez, no domínio do português, a palavra viva, como instrumento de expressão da sensibilidade e da mentalidade, “que está, apesar da sua artificialidade literária, muito mais próxima da linguagem oral do que do árido idioma dos documentos notariais” (LEMOS, 1997a, p.39).

A designação “cancioneiro” evidencia uma óbvia evocação da ideia corrente desde o século XIII-XIV, de que era útil e necessário compilar a poesia dos trovadores que cultivavam essa *Cantigas d’amor*, uma poesia considera elevada, mormente se identificada com os meios culturais cortesões, aristocráticos ou régios, na dependência de um príncipe, “porque a poesia representava um saber definido no quadro da relação do *utile* com o *dulce*, usando a terminologia horaciana” (OSÓRIO, 2005, p.295).

O *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende aspirava a oferecer ao público a generalidade dos poetas e a generalidade das composições que, desde a segunda metade do século anterior, se haviam produzido nesse centro de cultura poética que era a corte régia. Numa dessas canções, *O cuydar e sospirar*, temos a ocorrência de “enformação”, o que é de causar espanto: o que estaria um item lexical característico da escrita, mais especificamente da “literatura informativa”, fazendo em uma canção?

O cuydar e sospirar, canção de 3172 versos escrita a várias mãos em 1483, é das mais antigas e seguramente a mais extensa canção do *Cancioneiro geral* de Resende. Faz

referência a uma situação histórica da corte joanina (1357-1433), mas insere-se na tradição poética provençal e galego-portuguesa chamada “amor cortês”, uma lição sobre os modos de comportamento amoroso em sede cortesã. Foi “todo escrito, talvez também dito, seguramente lido, e possivelmente com partes cantadas”. Mas o canto, adverte Margarida Vieira Mendes, “quase não deixa vestígios neste processo”: as rubricas contêm referências ao gesto de *ler* e de *ver* as *rezões* alegadas, talvez porque “houvesse uma forma mista de apresentação: troca de versos por escrito e depois uma recitação oral, como um breve ou desafio antes das justas”.

A matriz é a *quaestio disputata*, própria dos hábitos escolásticos e, também, da competição desportiva, “um torneio desportivo, para aplauso dos jogadores, sob o fingimento da retórica forense” (MENDES, 1999b, p.20). A *quaestio* d’*O cuydar e sospirar*, lapidar, contém uma alternativa: qual o sintoma de sofrimento amoroso mais intenso e mais digno de crédito, o “cuidar” (da amiga) ou o “sospirar” (deixando-a)? Ao introduzir a temática amorosa, a *pergunta* (*quaestio*) abre a porta à enciclopédia de argumentos de que dispunha a *inventio* dos trovadores (MENDES, 1999b, p.19).

O cuydar e sospirar combina o judicial com o epidíctico – “gênero que acaba por prevalecer na poesia”. Abunda o vocabulário do direito processual, relativo quer a ações discursivas quer a ofícios e instrumentos de tribunal, daí o *Coudel-mor*, que se apresenta como “o autor de maior competência jurídica”. Mendes cita “*petição, desembargo, feito, procuradores, requerer, alegar, contradizer; consentir, apelar, protestaço, tabalião, auto, etc.*” e, a partir do *token* [19], podemos incluir “*emformaçã*”. O termo remonta a uma tradição romana preservada em nossos dicionários com a acepção *informar* como “instruir (um processo)”, tal como o uso nas *Cortes portuguesas* (1498): «*os Juizes das terras mandarom que os dictos procuradores ponham as dictas enformações nos fectos pera averem de ser vystas e enxemynadas no casso das apellações*».

[19] Do Coudel moor há dita senhora, sobre humas testemunhas que ouve depois do feyto ser concruso, as quaes daa em favor do sospirar, em modo d'emformaçam.

Senhora, valha-me Deos,
valha-me vossa mercê,
vale-me, senhora vos,
poys meu agravo se vê!
Huma testemunha tenho,
que no caso desta afronta
fara muyto o meu dereyto
& poys inda a tempo venho,
pagarey todo o que monta;
manday a assentar no feyto

5.2.3 A emergência da base *inform-*

O Humanismo chega a Portugal no tempo que o *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende documenta. A vida cultural é marcada, então, pelo desabrochar de uma cultura literária fomentada pela Coroa, que provê incentivos generosos em forma de mecenato, promove a vida literária no Paço e reforma a Universidade. O renascimento em Portugal remete ao reinado dos primeiros reis humanistas, como D. Afonso V ou D. Manuel, e tem seu apogeu na metade do século XVI, período que representa para Ilari (2008, p.154) “o primeiro momento em que as línguas românicas, finalmente conscientes de sua maioridade, reagiram ao latim e incorporaram as funções que antes lhe eram reservadas”. A introdução da imprensa provocara, naturalmente, uma revolução na língua, não só porque generalizou as traduções, com privilégio para Cícero, Tito Lívio, Virgílio, Horácio e Plínio, mas também porque a reprodução de textos alcançava a um público infinitamente mais vasto. Assistiu-se, ademais, a um progressivo movimento de imposição do uso do vernáculo, em concorrência com o latim, nos níveis literário, científico e administrativo: provisões e decretos visaram à paulatina, mas definitiva, substituição do latim pelas línguas vernáculas ou vulgares. O português dos letrados estabeleceu, em relação o latim, duas atitudes “não antagônicas, mas complementares”: por um lado, deu margem à restauração da pura latinidade, a recuperação da *latinitas*, do latim da Antiguidade, distinto do latim escolástico e medieval; por outro, à afirmação e a dignificação do idioma “vulgar” (MAIA, 2010, p.31ss).

A escrita foi um instrumento fundamental na implantação do Estado-Nação, na constituição dos impérios, na missionação, colonização e mundialização da economia, da ciência e da cultura ocidentais. Em finais da Idade Média, a imprensa tipográfica, o livro, a missiva pessoal, a privatização da leitura e da escrita, a mercantilização da economia, confluíram para uma extraordinária valorização da cultura escrita (MAGALHÃES, 1996). Nas cortes reais, as línguas possuíam um grande prestígio como variedade aristocrática, critério de correção e de polidez, sendo o seu domínio uma exigência para quem quisesse desfrutar dos favores do monarca e da vida cortesã. De meados do século XV até fins do XVII a corte portuguesa era bilíngue, tendo o castelhano como língua de prestígio. De fato, muitos escritores portugueses escrevem também em castelhano, como Gil Vicente, Sá de Miranda, Luís de Camões ou Francisco Manuel de Melo, autores que “não veem nisso nenhuma traição, nenhuma infidelidade para com o seu País”. Só depois de 1640, com a subida ao trono de D. João IV, é que se produziu alguma reação linguística e identitária anti-espanhola (DIEZ, 2008, p.68). Sobre as camadas populares, no entanto, parece ter sido pequena a influência do

castelhano: seria “ingênuo”, afirma Xoán Diez, “pensarmos que a maioria dos falantes tivesse qualquer contato” com a variedade “língua da corte” ou que, no meio aristocrático, “surgisse algum interesse por expandir entre o povo seu peculiar modo de expressão”. No século XVII, a língua já não é considerada um fator fundamental da nacionalidade, constituindo-se, nesse tempo em diante, em um elemento de diferenciação entre classes, numa sociedade rigidamente fragmentada.

Os mais antigos usos da base *inform-*, segundo os *corpora* consultados, foram ignorados pelos primeiros lexicógrafos, como Jerônimo Cardoso e Agostinho Barbosa, mas não escaparam de Amaro de Roboredo, que, nas *Raizes da língua latina: mostradas em hum trattato, e dictionario...*(1621), registrará: «ñfõrmo, as: informar, dar a primeira forma; tomase por instruir, ensinar». Bastam alguns exemplos ([20], [21] e [22]), para demonstrar que a grafia já estava disponível, havia quase duzentos anos, antes de ser notada por Roboredo:

[20] aos filhos & nõ aa madre: porque sabia ella seer emuyda pellos filhos & informada da demanda que auia de fazer. podes vos beber o calez. &cetera (*Euangelhos e epistolas con suas exposições em romãce*, 1497).

[21] Moçaraves Saõ prisioneiros na batalha do Campo de Oureique, os quaes informaraõ a El Rey D. Affonfo Anriques donde estava o Corpo do Martyr S. Vicente (Duarte Galvão, *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques*, 1505)

[22]...por elles se queria beem informar pera saber ha verdade donde tanto maal nacera... (Ruy de Pina, *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe Dom Diniz*, 1504-1522)

A partir do séc. XV, portanto, as duas grafias, *enform-* e *inform-* tornaram-se variantes envolvidas no processo de gramaticalização. Não eram, certamente, as duas únicas variantes. Nos dados analisados, encontramos muitas forma de escrever “informação”, tendo sido usados 6 prefixos (Tabela 2) e 15 sufixos diferentes, sendo 10 para as formas no singular (Tabela 3)³² e 5 para os plurais (Tabela 4). O prefixo *en-* predominou até a introdução de *in-*, como se vê na Figura 3 (e também na Figura 1).

Tomamos como representantes da primeira base (*enform-*) as variantes prefixadas por *en-*, *em-* e *ẽ-*, de *inform-* as demais (*in-*, *jn-*, *jm-*). Segundo Viaro (2011, p.205), é bastante comum a nasalização das palavras iniciadas por *e-* ou *i-* átono em sílaba aberta. Durante toda a história do português, esse grupo sofreu analogia com outros vocábulos, em *en-* ou *in-*, mais

³² A baixa representatividade de *-ção* nos sécs XIV e XV é correlata do fato de neles ainda se registrar grande ocorrência das variantes *-çom* e *-çam*. O declínio dessas variantes é consumado no século XVI: o número de ocorrências de *-ção* decuplicou do século XIV para o séc. XVI (RIO-TORTO, 2012)

frequentes. O fenômeno, aparentemente, é pancrônico, o que dificulta a sua datação. Costa (2006) aponta-o em abundância na carta em que Pero Vaz de Caminha narra a viagem de Cabral ao Brasil. Entre os exemplos, destacamos “informação” ~ “enformaçom”, “inocência” ~ “jnoçemçia” ~ “jnoçemcia” ~ “jnoçencia” ~ “jnoçêcia” ~ “jnoçemcea”, “fremoso” ~ “formoso”. Conforme Williams (1975, p.87), O *-n-* do *-nf-* mediais do lat class > lat vulg e port ant *-f-*: *confortāre* > *cofortar* (arcaico); *infantem* > *ifante* (arcaico); *infernum* > *iferno* (arcaico) foi “restaurado por regressão em data precoce, talvez por influência dos prefixos comuns *in-* e *con-*”. Segundo Costa, essas formas em competição são características de uma “escrita fonética”, típica dos textos portugueses até o século XV. Indicam que a ortografia não estava “fixada” por dicionários ou gramáticas; apoia-se em critérios fonéticos, que variam ao sabor dos dialetos. As variações podiam ser encontradas, às vezes, num mesmo texto, ou mesmo num mesmo parágrafo (por exemplo, o *token* [23]).

[23] El Rey apresentou os 40 filhos dizendo lhe que aly estauão ele, E elles, para tudo o que se ofereçesse do seruiço del Rey de purtugal e que se trazia algũa ordem sua se não cansasse que ele se metia aly em seu poder logo e que fizesse dele o que entendeçe o que foçe seruiço del Rey: mas que tambem lhe pedia, que se Imformaçe primeiro da uerdade, porque sabia muito bem que o Viso Rey estaua Muito Mal enformado de suas cousas; gonçalo pereira o abraçou, e lhe fez muitos agazalhados, E disse que o Jmformarão mal que ele não vinha aly senão para o seruir, como faria com Muito Gosto (Diogo de Couto, *Década oitava*, 1542)

Assim, podemos apontar o mais antigo uso de uma variante de “informação” – ou melhor, “jnformação” (*token* [24]), com o sentido de *notícia*, que é anterior à invenção da imprensa, o que demonstra que a emergência da base inovadora não foi efeito dessa tecnologia.

[24] Terceira, justiça, em escarmentar as cousas mal feitas, fazer muy a presa concordar os que se desacordão, com razoada jgoalança, considerando as pesoas e os feitos, jgoalar os carregos e trabalha antre todos, segundo requerem os feitos, e de cada hũ consyrrar pera quanto he, non julgando todos per uosa uontade e compreisão; mas, como deles tyuerdes conheçimento e poderdes auer boa jnformação, asy os encarreguae todavia, fazendo direito a todos em seus desacordos, poendo esperança em Deus mais que nos homens, e temperae os fauores e merçes, non uoa desgouernando per affeiçom, mas por razom e bom conselho, e, quando comprir, dae a cada hũ segundo seus bons mereçmentos (*Monumenta Henricina*, 1437).

No século XVIII, a questão ainda parece indefinida. A transposição do manuscrito para o impresso não necessariamente provocou a fixação de uma das grafias. Aqui e ali já se nota alguma tendência em associar univocamente o sentido de *notícia* à base *inform-*, como temos hoje: na primeira vez em que foi escrita a *Lei que protege os mercadores estrangeiros* (1395, da qual só nos restam fragmentos), começava com *en-*: «*Sabede que a nos he dicto e*

avemos certa enformaçom ... que elles nom ajam razom de se nos viirem nem enviarem agravar unde al nom façades». O mesmo texto, ao ser impresso entre 1723 e 1750, ficou assim: «Fasso saber que a noz he dito e havemos certa informaçõo ... Emviarem com aggrauos, e al nom façades».

Procuramos demonstrar que a base mais “arcaica” *enform-*, em toda a România rústica, não significava exatamente “dar forma” (*informare*), mas “adaptar, ajustar à fôrma” (*efformare, ad formam aptare*). Ao dizer *enformar*, pensava-se em “meter na fôrma”. Nesse caso, o *token* a seguir não vincula “enformado” como algo «feito ã tã maravilhosa» fôrma?

[25][...]Et auja o nariz alto por mesura et a boca ben feyta et dentes ben postos et brãcos et o queixo quadrado et o colo longo et as espãdoas anchas et os peytos moyto enformados. Et auja as mãos et os braços moy ben feytos, et era bentallado ãna çentura. (*Crónica Geral de Espanha*, 1344)

Por isso supomos que a gramaticalização *fôrma* >>> *fôrma* no português está relacionada à gramaticalização *enformação* >>> *informação*.

Segundo Williams (1975, p.28), as palavras latinas eruditas e semi-eruditas entraram no português mais ou menos nessa sequência: “primeiro por intermédio dos doutos da Igreja e da Lei, depois pela obra dos eruditos e dos homens de letras e, por fim, pela ciência”. “Informação”, nesse caso, é uma dessas palavras. Tomemos o exemplo de “ensinar, doutrinar”, que podia ser registrado tanto com *enform-* ([26]) quanto com *inform-* ([27]).

[26]Como o moco foi em idade d'aprender encomendarom no a huu devoto sacerdote que o enformasse em doctrina e honestos costumes (*Flos sanctorum*, 1513).

[27]...voltemos sobre Bracalar, que nos descuidamos um pouco dele. O qual, despedido do imperador, foi-se a prisão onde os gigantes estavam, e propos-lhes todas as cousas que tinha passado, informando-os sempe nas da Fe, tão bem, que em grande teologo não obra tanto com sua ciencia, quanto ele com a que lhe Deus inspirou (João de Barros, *Crónica do imperador Clarimundo*, 1520)

A resposta à ausência de *inform-* em textos portugueses e galegos até o séc. XV também parece estar na distância que essas línguas vulgares haviam tomado do latim, que se tornou a língua dos teólogos e dos juristas. Os *Euangelhos e epistolas con suas exposições en romãce* (1497), em que a base *inform-* ocorre duas vezes, são um dos raros testemunhos da tradução de textos bíblicos escritos em latim para o português. Publicada em várias cidades da Europa, a obra, de autoria ainda não esclarecida, foi traduzida do latim para o castelhano Gonzalo García de Santa Maria (entre 1479 e 1484) e daí para o português, por seu próprio impressor, Rodrigo Álvares, na cidade do Porto. A tradução era necessária devido à

dificuldade crescente de compreensão do latim, sobretudo por parte do clero, o principal público-alvo da obra (MACHADO, 2008, p.58).

O “latinismo” consistiu muitas vezes em adotar uma ortografia etimológica para tornar a forma escrita das palavras mais próxima do latim. Em outros casos, o latinismo consistirá em dar preferência, entre as variantes de uma mesma palavra, a que parece mais semelhante à forma etimológica. O processo provocou a emergência de uma uniformidade regulamentar da ortografia, até então “anárquica e caprichosa, submetida a toda a gama de critérios individuais” (BUESCO, 1978, p.12). A variação [e] ~ [i] átonos, por exemplo, “se projetou nos textos metalinguísticos de 1536-1540, antes de o movimento de relatinização alterar esse quadro, privilegiando as formas com *i*” (PAIVA, 2009). Teyssier (2007, p.57ss) cita *infamar* sobrepondo *enfamar*, exemplo que nos permite explicar a entrada de *inform-* (< lat class *informare*), como outro testemunho da “restauração erudita”, quando novos aspectos socioculturais e linguísticos colaboraram para marcar uma notável transformação na língua portuguesa e em várias línguas do Ocidente: além da entrada na “galáxia de Gutemberg” (MCLUHAN, 1972), o desenvolvimento de uma língua literária, o desenvolvimento de uma metalinguagem (lexicografia, gramáticas) (AUROUX, 1992) e o transbordamento dos limites da comunidade em que inicialmente era usada (MATTOS E SILVA, 2002). António Candeias (1998) acrescenta aí outros dois fatores – a Reforma protestante e o aumento exponencial do comércio europeu e mundial – que explicam “o arranque dos processos de alfabetização a partir do século XVI”.

Esse “cultismo” latinizante tomou, no português, grandes proporções já no século XV, manifestando-se como “um fenômeno puramente ideológico” (VIARO, 2011, p.116-117). Deve-se atentar, todavia, para o fato de que base *inform* permaneceu desprestigiada entre a elite social e a lexicografia do séc. XVII (com exceções, como Roboredo, como vimos), a despeito do aumento da frequência do uso cotidiano da variante *inform-* (Figura 1). Mesmo no século XVIII, quando algumas outras línguas já praticamente haviam abandonado as formas prefixadas com *en-*, elas resistiram no português. A base *enform-* conserva-se como variante não-marcada (socialmente prestigiada) mesmo no século XVIII, a julgar pelo dicionário português-inglês/inglês-português de Antonio Vieyra (1827 [1773]), assumindo acepções que, no inglês, já eram exclusivamente prefixadas com *in-*:

Enformár, v. a. *to inform, to give information* – Enformar os çapatos, *to put the shoes up on the last*.

Enformár contra alguém, v. n. *to inform against one*. – O que enforma, *an informer*.
Enformar mal, ou erradamente, *to misinform*

Enformár-se, v. r. *to inquire, or examine, to make an inquest, to inform one's self about a thing*.

[...]

Vieyra admitia a forma com *in-*, que apenas remetia para a primeira:

Informár, v. a. *See* Enformar

No *Vocabulario portuguez e latino*, de Rafael Bluteau (1713, p. 129) *informar* é um «*termo philosophico*», com o significado de «*unirse a forma com a matéria*». Bluteau atesta aí o que já havia sido observado por Capurro (2008, p.7): esse significado ontológico caíra, aos poucos, em desuso nas línguas ocidentais, sendo relegada, a partir do séc. XVIII, à rubrica “termo técnico em filosofia”. Fora dessa rubrica, *informar* significa, em Bluteau, “dar a conhecer”. Assim como Antonio Vieyra, também aqui somos remetidos à entrada *enformar* (Figura 4). É aí que se desenvolvem os sentidos convencionados em torno do nexo da “ação de inquirir”. «*Enformador*», por exemplo, não é aquele que informa, mas o inquisidor³³, aquele que «*toma as enformações de alguma cousa*». “Enformação” era, primordialmente, a ação ou o resultado da ação de *informar-se*.

No *Diccionario italiano e portuguez*, de Joachim-José Costa Sa (1773, p.734), e no *Diccionario de língua portugueza*, de Bernardo Bacellar (1783, p.411), *enformar* já não encontra entrada. Em Bacellar, *informar* significa «*dar forma e notícia*»; Costa Sa registra as seguintes acepções: «*dar fôrma, delinear, rascunhar*», «*dar inteira noticia de alguma cousa, certificar*», «*dispor, fazer, pôr apto*», «*metter na forma; o que se diz dos çapatos, e dos chapeos*», «*instruir, ensinar, amestrar, doutrinar*»; para *informarsi*, registra «*informar-se, tomar fôrma*» ou «*estar informado, descobrir, conhecer, aprender*».

³³ “Informante” tem sua primeira ocorrência conhecida no século XVIII (é só é conhecida a grafia prefixada com *in-*); quanto a “informador”, a primeira ocorrência, segundo dados analisados, é 1588, em *O soldado práctico*, de Diogo de Couto: «*quem vir agora a cidade de Goa, verá uma escola formada destes escriptores, pequenos e maiores, de inqueridores, procuradores, informadores*» (COUTO, 1790, p.105).

Tabela 2 – Prefixos usados em usos de “informação” entre os sécs. XIV ao XVII, no singular ou no plural. Seguindo as recomendações de Gries (2010), os valores apresentados são frequências relativas (= frequência absoluta / tamanho do *corpus*, em palavras, para o século) com que essas formas ocorreram nos *corpora*.

Prefixo	Ocorrências no singular e no plural
<i>in-</i>	368
<i>en-</i>	139
<i>em-</i>	25
<i>ẽ-</i>	5
<i>jn-</i>	3
<i>jm-</i>	1
Total: 541	

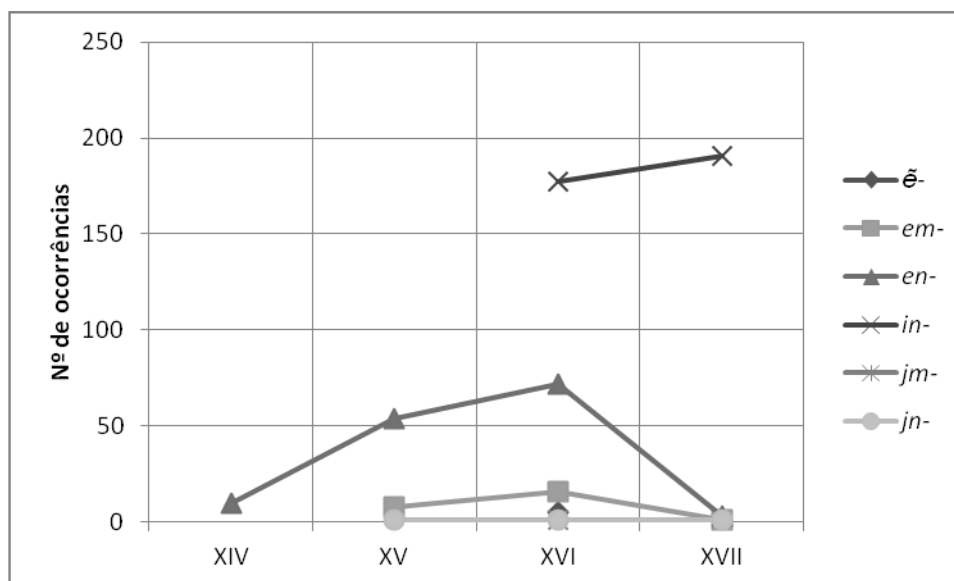
Tabela 3 – Sufixos usados em variantes de “informação” (no singular) entre os sécs. XIV ao XVII. Os valores apresentados são frequências relativas com que essas formas ocorreram nos *corpora*.

Sufixo	Ocorrências no singular
<i>-ção</i>	269
<i>-çam</i>	59
<i>-çom</i>	35
<i>-çaõ</i>	19
<i>-çõ</i>	9
<i>-çã</i>	7
<i>-çao</i>	5
<i>-cão</i>	5
<i>-cã</i>	4
<i>-çon</i>	3

Tabela 4 – Sufixos usados em variantes de “informação” (no plural) entre os sécs. XIV ao XVII. Os valores apresentados são frequências relativas com que essas formas ocorreram nos *corpora*.

Sufixo	Ocorrências no plural
<i>-ções</i>	108
<i>-çoens</i>	8
<i>-çoes</i>	5
<i>-çoës</i>	3
<i>-çõis</i>	2

Figura 3 – A produtividade dos prefixos na formação da palavra “informação”, no singular ou no plural, entre os sécs. XIV ao XVII. Os valores apresentados são frequências relativas com que essas formas ocorreram nos corpora.



5.2.4 Informação como reificação do “estado das coisas”

A *teoria da gramaticalização* descreve as motivações que levam elementos lexicais produtivos no nível representacional designando “entidades, ações e qualidades”, a funcionar como elementos gramaticais, que operam no nível interpessoal, organizando os itens do léxico no discurso, dando-lhe, assim, uma conformação estrutural destinada a veicular uma determinada estratégia pragmático-discursiva (MARTELOTTA; ALONSO, 2012, p.96). Tal desenvolvimento não é independente das construções a que pertencem; eis por que o estudo da gramaticalização também se ocupa das construções e de segmentos de discurso (FURTADO DA CUNHA; NOGUEIRA, 2008, p.72).

Como recomendam Capurro e Hjørland (2007, p.155), levemos em consideração, quando analisamos o fenômeno da gramaticalização da *informação*, os “dois contextos básicos nos quais o termo é usado”, ou seja, “o ato de moldar a mente e o ato de comunicar conhecimento”, duas ações “obviamente relacionadas intimamente”.

Na Idade Média portuguesa, de fato, *enformar* já dependia de uma “teoria da mente” (às vezes representada pela palavra “cabeça”), isto é, que a *mente* fosse compreendida como um *recipiente*, algo concreto capaz de conter alguma coisa dentro de si, uma metáfora que reconhecemos em “meter na fôrma”: em *Boosco deleitoso*, obra medieval de caráter espiritual

posta por escrito na primeira metade do séc. XV, o falante recomenda ao irmão: «*Enforma a tua mente tenra com estudos mais ásperos*». Novamente, é com a escrita que se estabelece uma “teoria da mente” como um lugar separado da fala. Nas culturas orais, fala e mente são categorias são inseparáveis e, para Rob Wiseman (2007b), “a razão para isso é óbvia”: se pensamos em palavras como sopro-dos-*phrenes*, como em Homero, não pode haver “fala separada de uma pessoa que as fale, nem respiração sem quem respire”. O que não encontramos em Homero é, justamente, uma “teoria da mente”.

Os órgãos que estavam envolvidos com a mente e a alma no pensamento clássico grego – *thumos* e *phrenes* – são primariamente associados com fala e respiração, não cognição e reflexão. O que entendemos como “pensar” está distribuído em termos de falar, debater e persuadir, e está sujeito aos órgãos de respiração e fala. Em Homero, o que poderia ser chamado “mente” é intrinsecamente dependente da fala e da comunicação – completamente o oposto do entendimento moderno, que dá prioridade para a mente.

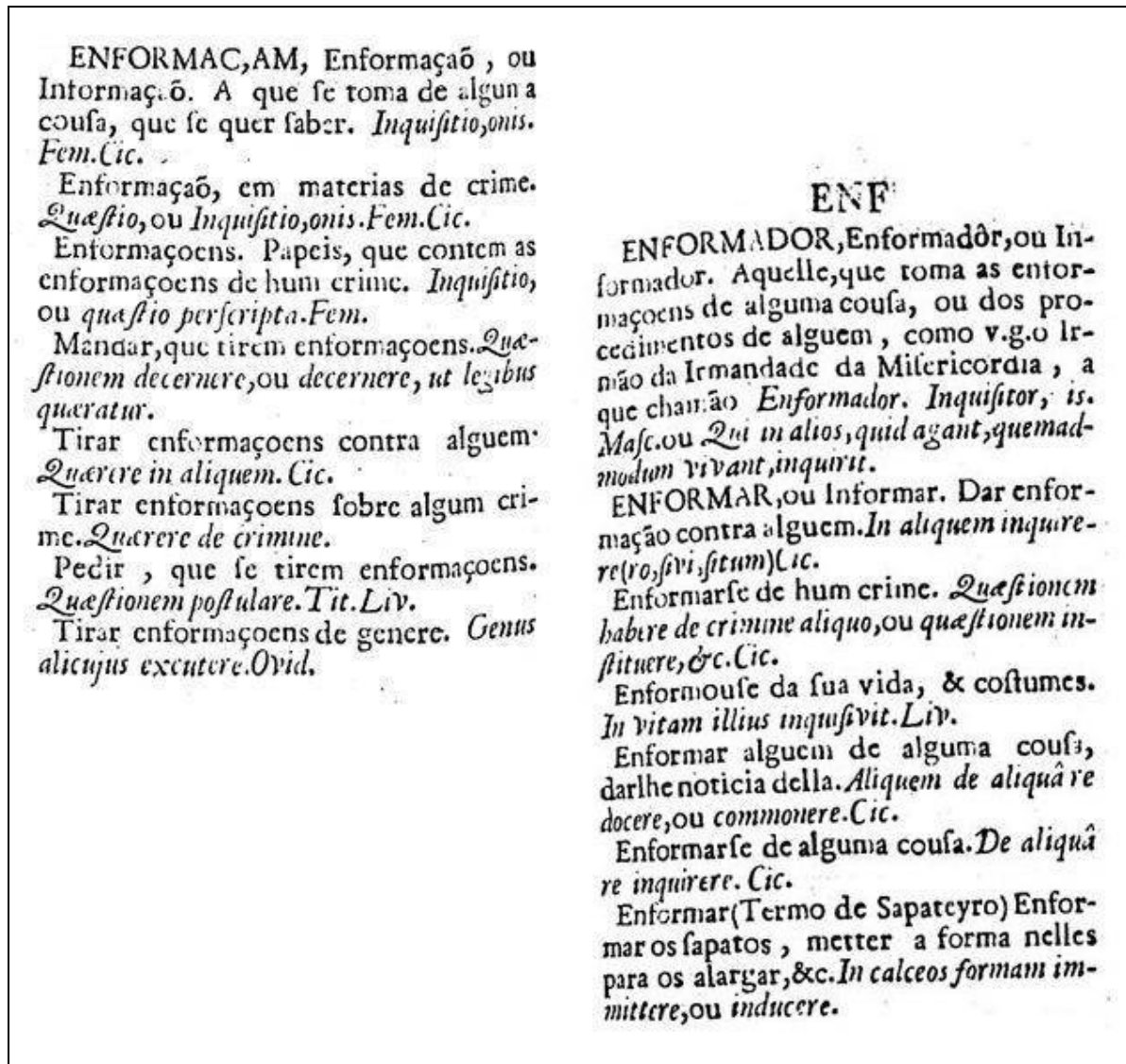
A metáfora constitui, como vimos, uma estratégia cognitiva que permite que nosso pensamento caminhe por conceitos abstratos. Temos em *enformar* um sentido que abstratiza o sentido prototípico da “moldagem”, aplicando o conceito à certa substância de que é “composta” a mente, refletindo, por este lado, uma característica da cultura “vulgar”: o conceito de *moldar* “meter na fôrma”.

No medievo português, “enformação” expressava uma *mudança categorial verbo* → *substantivo* que, literalmente, se apoiava no verbo *enformar*³⁴. O sufixo *-ção*, nesses casos, caracterizava-se por marcas aspectuais *eventiva* (isto é, refletia “uma ação”) ou *resultativa* (indicativa do “resultado dessa ação”) (RIO-TORTO, 2012)³⁵, função que obedece, sobretudo, a motivações de estruturação textual, sendo uma “construção transparente” e sem objetivos designadores.

³⁴ A princípio, a palavra é formada por uma *regra de formação de palavras* (RFP) em que um sufixo é adicionado a uma base verbal para nomear uma classe de objetos. A notação $[X]_V \rightarrow [[X]_V -ção]_N$, é mais específica, pois estrutura a formação de um nome em *-ção* a partir de um verbo (representado pela variável X) e nos informa que a produtividade dessa RFP só se aplica a verbos e não a qualquer lexema (FREITAS, 2007; ROSA, 2000). Eis por que é chamada “nominalização deverbais” (GUEDES, 2010). Por essa regra geral, “informação” (ou “enformação”) pode então ser interpretada como a nominalização da ação *informar* (*informar* → *informação*) “ou resultado dessa ação”. Não devemos nos esquecer, ainda, de que o verbo em estudo admite reflexividade, *informar-se*, portanto, “informação” também é a nominalização da ação *informar-se* (*informar-se* → *informação*), ou o resultado dessa ação.

³⁵ Outras nominalizações deverbais podem ser interpretadas semanticamente por meio de funções distintas: o sufixo *-mento*, por exemplo, pode representar (a) ação ou resultado da ação (*ferir* → *ferimento*), (b) instrumento da ação (*ornar* → *ornamento*) ou (c) noção coletiva (*acolher* → *acolhimento*) (GUEDES, 2010)

Figura 4 – «Enformac.am, enformação, ou Informaçãõ», «enformador» e «enformar» em Raphael Bluteau (1713, p.110-111)



A relação geral *verbo/nome* obedece, aqui, a um padrão derivacional segundo o qual, “dada a existência de um verbo no léxico do Português, é previsível uma relação lexical entre este verbo e um nome”. Daí surge importante questão da semântica:

Um verbo como *explodir* e um nome como *explosão* podem ambos referir-se ao mesmo evento. De acordo com a doutrina padrão, isto prova que as classes verbo e substantivo não são semanticamente definíveis: se eles fossem, *explodir* e *explosão* seriam da mesma categoria, uma vez que têm o mesmo significado. Este raciocínio parte do pressuposto falacioso de que referindo-se ao mesmo evento faz com que as duas expressões sejam semanticamente equivalentes. Elas não são. Embora invocando o mesmo conteúdo conceitual, eles diferem em significado, por causa da forma de construí-los: ao contrário de *explodir*, que reflete diretamente a natureza processual do evento, *explosão* é interpretada como uma coisa abstrata por

reificação conceptual. É precisamente em virtude deste contraste conceitual que as expressões pertencem a diferentes categorias gramaticais (LANGACKER, 2008, p.95).

Langacker sugere que, para melhor diferenciação entre os membros das classes nomes e verbos devem ser observados em seus protótipos. Na mesma linha, Lakoff e Johnson (2002 [1980], p.145-146) manifestam que “ações ou eventos são melhor compreendidos em termos de protótipos e de semelhanças de família”. A prototipicidade ilustra três tendências do sistema cognitivo (SILVA, 2010): primeira, categorias prototípicas permitem máxima informação com o mínimo esforço cognitivo; segunda, a flexibilidade – o sistema categorial deve ser suficientemente flexível para se adaptar a novas circunstâncias; terceira, a estabilidade estrutural – o sistema categorial só pode funcionar eficientemente se mantiver a sua organização geral por algum tempo, se não se alterar drasticamente sempre que uma nova informação tenha que ser incorporada. Os protótipos têm, assim, um duplo efeito, aparentemente contraditório: adaptamos a categoria a novos contextos (flexibilidade) e interpretamos novas realidades com base em conhecimento prévio (estabilidade).

No caso de *enformar* “moldar, meter na fôrma”, o sentido prototípico é um caso simples de “manipulação direta”, que Lakoff e Johnson descrevem como “um tipo de experiência fundamental que caracteriza a noção de causalidade direta”, ou seja, “fundamenta-se no protótipo da manipulação direta, que emerge diretamente de nossa experiência”. O sucesso de nossa atividade no mundo envolve a aplicação do conceito de causalidade a cada novo domínio de atividade por meio de intenção, plano, inferências etc. Dado um conceito de causalidade que emerge de nossa experiência, podemos aplicá-lo a conceitos metafóricos. A maioria das ações de manipulação direta, como por exemplo (dos autores), “quando acionamos os interruptores de luz, abotoamos nossas camisas, abrimos portas etc.” partilha aspectos do caso “prototípico” ou “paradigmático” de causalidade direta, em que:

- O agente tem como objetivo alguma mudança no estado do paciente;
- A mudança de estado é física;
- O agente tem um plano para atingir o objetivo;
- O plano exige que o agente use um programa motor (suas mãos);
- O agente tem controle do programa motor;
- O agente é o principal responsável pela realização do plano;
- O agente é a fonte de energia (isto é, o agente está direcionando sua energia para o paciente), e o paciente é o alvo da energia (isto é, a mudança no paciente deve-se a uma fonte externa de energia);

- O agente toca o paciente ou com seu corpo ou com um instrumento (no caso de *enformar*, a “fôrma”), ou seja, há uma sobreposição espacial e temporal entre o que o agente faz e a mudança no paciente;
- O agente realiza o plano de maneira bem sucedida: a mudança no paciente é perceptível;
- O agente monitora a mudança no paciente por meio de percepção sensorial;
- Há um único agente específico e um único paciente específico.

Enformar “moldar” suscita metáforas que envolvem a manipulação direta prototípica, “casos simples de causalidade direta”, conforme Lakoff e Johnson, tais como FABRICAÇÃO, CONSTRUÇÃO e CRIAÇÃO (GONZALEZ, 2012b), com quem compartilha “semelhanças de família”, embora cada qual possua características próprias que as distinguem.

Como resultado da ação licenciadas pela metáfora da FABRICAÇÃO, por exemplo, nós vemos o objeto como um tipo diferente de coisa, isto é, nós o categorizamos de maneira diferente, com forma e função diferentes. Conforme os autores, “o que era um pedaço de papel passa a ser um avião de papel”. Até mesmo uma simples mudança de estado, como a mudança da água em gelo, pode ser vista como um exemplo de *fabricação*, uma vez que o gelo tem forma e função diferentes da água.

Reconhecemos ainda em nosso objeto metáfora que conceptualiza, segundo Lakoff e Johnson, vários conceitos do “caso especial de causalidade”: a MUDANÇA, no sentido de uma *transformação*. Essa metáfora emerge naturalmente, segundo Lakoff e Johnson, da experiência do nascimento, “seguramente a experiência humana mais fundamental”: no nascimento, o OBJETO SAI DE UM RECIPIENTE, no caso o bebê, do ventre de sua mãe. Ao mesmo tempo, a *substância* da mãe (sua carne e sangue) está no bebê (objeto). A experiência do nascimento (também o crescimento, na agricultura) fornece, nesse caso, a fundamentação para o conceito geral de CRIAÇÃO, que tem como essência o conceito de FABRICAÇÃO de um objeto físico, mas que se estende para entidades abstratas também (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 150-151).

Enformação ocorre, ainda, como metáfora da CONSTRUÇÃO, mais especificamente como *instrução* divina, do lat *struere* “dispor em pilhas, empilhar (materiais), reunir, ajuntar, amontoar, criar, construir, erguer” (HOUAISS, 2001), donde “construto”, “indústria”, “estrutura” etc. Na pedagogia contemporânea do construtivismo, a metáfora apresenta o professor como alguém que cria um instrumento para dar apoio ao aluno e para ajudá-lo a construir algo. Daí *scaffolder*, que literalmente seria um tipo de pedreiro ou construtor, uma

pessoa que monta andaimes em construções provisórias. Como metáfora, “refere-se à assistência visível ou audível que um membro mais experiente de uma cultura presta a um aprendiz, em qualquer ambiente social, ainda que o termo seja mais empregado no âmbito do discurso de sala de aula” (BORTONI-RICARDO, 2006). À medida que o aluno aprende e consegue “alcançar o nível desejado”, o andaime vai sendo retirado pelo professor, assim como uma construção que, à medida que vai sendo finalizada, tem seu andaime removido (BERBER SARDINHA, 2007, p.77).

Vocábulos como “enformação”, como explica Basílio (2004), correspondem a diferentes maneiras de interpretar a forma nominalizada, que é sistematicamente polissêmica, “na medida em que cada possibilidade de utilização corresponde a uma diferente interpretação, sendo todas elas pré-determinadas como estratégias lexicais a serviço da representação conceitual e construção de enunciados”. Com efeito, a polissemia sistemática é uma estratégia valiosa para a utilização de um determinado elemento no exercício de várias funções interligadas e, no caso das nominalizações deverbais, a polissemia sistemática corresponde a diferentes instâncias de uso frequente e necessário, todas relacionadas a um processo geral de desverbalização do verbo.

A nominalização de “enformação” enquanto mudança categorial *verbo* → *substantivo* não deixa de ser uma *reificação*, descrita como uma capacidade de manipulação inata do ser humano, que nos permite tomar *grupos* de coisas como entidades unitárias em objetivos cognitivos de ordem superior (LANGACKER, 2008, p.104-106). Essa capacidade viabiliza que o sufixo *-ção*, quando atua no fenômeno da nominalização deverbal, tenha uma segunda função reconhecida pelos estudiosos das línguas: a reificação por *função designadora* (ou *denotativa*). Nesse sentido, a gramaticalização *enformação* “moldagem” >>> *informação* “estado das coisas” envolve uma reanálise do termo.

O protótipo do *substantivo* (ou *nome*) é um objeto físico, composto de substância material, que *é* no espaço, isto é, tem a sua própria localização. O objeto designado por essa função é conceitualmente autônomo, no sentido de que podemos conceituá-lo, independentemente de sua participação em qualquer evento. O produto desse tipo de reificação é o que Langacker define como *coisa*. As *coisas* podem ser concretas ou abstratas, mas sempre dão singularidade ao grupo de passos envolvidos na ação que reificam. Podem, ademais, funcionar elas próprias como uma entidade constitutiva de uma *coisa* de ordem superior. Por meio de sucessivas aplicações dessas operações mentais, *coisas* representando qualquer nível de organização conceptual podem emergir.

Dentre os usos de “enformação” com função *designadora*, podemos identificar, desde o séc. XVI, a *substância* de que ela é feita, ou seja, a que se refere a palavra “informação” ou “enformação” (e suas variações). Não está relacionada diretamente às *coisas*, mas a um certo “estado das coisas”. Talvez fosse suficiente citar a coletânea *Enformação das cousas da China: textos do século XVI* (D'INTINO, 1989), mas muitos outros textos dos nossos *corpora* atestam o noção de *estado-de-coisas* como referencial objetivo da *informação* em uso escrito:

[28] [...] vos vyrdes que, de vos soltares, la pode ficar tamanho escandallo que as cousas se danẽ, e fiquem em pior estado do que d'antes estavã pella carta de marca, e vos nam poderdes deixãdoas em tal estado que se nõ Rompam com vosa ausência, vir a ausẽcia, vyr a my, pera me ẽformades d'elas (D. João III, *Letters of John III - King of Portugal 1521-1557*, 1538)

[29] [...] pera el-Rei, seu senhor, per eles se poder informar de seu estado e das cousas do seu reino (João de Barros, *Décadas da Asia*, 1552)

[30] [...] quis que eu, em uma e outra parte, me informasse do estado de nossas cousas com toda a certeza, sinceridade e desengano (Padre Antônio Vieira, *Cartas*, 1626-1692)

[31] Da presente causa dêstes, informará a Vossa Mercê o portador, quando se sirva de ouvir-me nele e dele o estado desta maldição, que tal cousa já não pode ter outro nome (Francisco Manuel de Melo, *Cartas familiares*, 1650)

A construção lexical ainda hoje permanece viva:

[32] O caso é que no tema das apostas, para realizar um prognóstico acertado sobre o que acontecerá em um determinado partido é preciso se informar convenientemente como estão [sic] o estado das coisas, isto é, que estatística de confrontos individuais possuem duas equipas, como estão a jogar na liga, que jogadores têm lesionados, se a equipa atravessa momentos difíceis economicamente, se os seus jogadores estão cansados, e assim um longo etcêtera de informações (Blog *Atualidade do futebol*³⁶).

Essa concepção, de que *informação* refere-se a um *estado das coisas* (do mundo objetivo), é característica da filosofia da linguagem tradicional, o que explica ser recusada pelas correntes teóricas ditas pós-modernas. Os paradigmas atuais consideram superada aquela visão representacionista da linguagem, em que a linguagem é vista como uma maneira de representar uma realidade que a ela pré-existe e que é considerada independente da própria linguagem:

Para os filósofos tradicionais, a linguagem existe para se falar sobre as coisas, sendo que a relação entre linguagem e realidade resulta de uma convenção arbitrária associando as palavras e as coisas, e de uma semelhança natural associando as frases ao *estado das coisas* (NOVELLINO, 1998, p. 139, grifo nosso)

³⁶ Disponível em <<http://www.atualidadefutebol.com>>. Acesso em: 12 mar 2011

Entre os “filósofos tradicionais”, estaria certamente o “primeiro” Wittgenstein (1968 [1921]). O *Tractatus Logico-Philosophicus* tem como proposição 1, ou seja, aquela de “maior peso lógico” da exposição, que «o mundo é tudo o que ocorre»; é «a totalidade dos fatos, não das coisas» (1.1), eis por que «o mundo se resolve em fatos» (1.2). A respeito de “o estado das coisas”, Wittgenstein propõe, em resumo, que:

2. O que ocorre, o fato, é o subsistir dos estados das coisas.

2.01. O estado das coisas é uma ligação de objetos (coisas).

2.011. É essencial para a coisa poder ser parte constituinte de um estado das coisas.

[...]

2.0272. A configuração dos objetos forma o estado de coisas.

2.03. No estado de coisas, os objetos se ligam uns aos outros como elos de uma cadeia.

2.031. No estado de coisas os objetos estão uns em relação ao outros de um modo determinado.

2.032. O modo pelo qual os objetos se vinculam no estado de coisas constitui a estrutura do estado de coisas.

2.033. A forma é a possibilidade da estrutura

2.034 A estrutura do fato é constituída pelas estruturas dos estados das coisas

Na visão representacionista que há nesse “primeiro” Wittgenstein, a linguagem é essencialmente “individual e a sua função comunicativa é considerada secundária”. Para Novellino, ela é, pois, “subjéctiva”, porque considera as convenções e regras linguísticas como adquiridas intuitivamente e não como decorrentes de um processo de socialização, e “individualista”, porque se abstrai da sua função comunicativa e interativa.

Concordamos com as críticas, mas há que se estabelecer uma relação *indicial* entre *informação* e *estado das coisas*, uma vez que é sistemática no senso comum. Não pode ser simplesmente ignorada, mesmo porque ela é nosso objeto de estudo e deve ser inserida numa concepção pragmática da linguagem.

Bar-Hillel, por exemplo, avalia o papel do contexto para a determinação da referência de uma sentença, numa tentativa de definir o objeto da Pragmática através das sentenças como

“O gelo flutua sobre a água”, “Está chovendo” ou “Estou com fome”. O autor aponta que a primeira pode ser compreendida pelo interlocutor sem dificuldades, chamando-a de *asserção*, enquanto as duas últimas, por conterem elementos *indiciais*, que “remetem a uma dependência de contexto, possuem problemas quanto à determinação do *estado-de-coisas* a que se referem – o contexto aí é fundamental para a interpretação” (VANIN, 2009).

No âmbito da TMC, a linguagem não reflete a realidade baseada no mundo objetivista, totalmente independente do que as pessoas observam e vivenciam; muito pelo contrário, a linguagem reflete estruturas conceituais baseada na experiência das pessoas e no conhecimento do mundo externo que as rodeiam. Nessa tese, aproximamos o conceito cognitivista de *objeto* segundo a TMC com a definição crítica de *coisa* de Maussad Moisés em *Literatura: mundo e forma*:

procurando não forçar o significado etimológico [de *res*], a ideia de *realidade* pode ser assumida no espaço semântico de “coisa”; tomada não apenas no sentido físico, mas no genérico. A *res*, no caso, identifica-se com *objeto*, entendido do ângulo epistemológico; aquilo que é *ob-jectum*, se põe diante de, é dado ao conhecimento, o sujeito conhece ou pode conhecer³⁷. Assim, *res* denota a *coisa* no sentido físico e também no conceptual. [...] a *coisa* pode ser a um só tempo material e imaterial quando remontamos à imagem da realidade física no intelecto: a representação mental de uma cadeira pressupõe a fusão de planos material e imaterial, como o verso e reverso do mesmo objeto (MOISÉS, 1982, p.5-7)

Via a estrutura morfossemântica da função *designadora* de nominalizações, o conjunto de objetos do mundo externo é suficientemente, mas não completamente, especificado. Estabelece-se com ela uma caracterização genérica. Formamos palavras como “computador” ou “informação” para darmos um rótulo mnemônico a um tipo de objeto, ainda que esse “tipo” seja amplo, caso de um termo como “construção”, que pode designar diferentes objetos, desde uma frase até um edifício (BASILIO, 1999; GUEDES, 2010). Caso também de “criação”, que também pode se referir, lembremo-nos, ao “gado, rebanho”. Aqui, a relação geral *verbo/nome* já não é tão conspícua, mas “opaca”.

Admitindo, como Moisés (1982, p.15), ser a metáfora “uma comparação portadora de transformação de sentido” – formalmente comparação e semanticamente transformação de sentido – segue-se que a opacidade e a transparência “fazem parte intrínseca de sua estrutura”: ao fundir dois domínios, um menos e outro mais gramatical, “a metáfora é por natureza o

³⁷ Kant manipula o conceito de *coisa em si*; “em si” significava que tal *ob-jeto* precisava ser tomado sem relação ao representar humano, quer dizer, sem o *ob-* (HEIDEGGER, 1994)

lugar de encontro da opacidade com a transparência, assim escapando de pertencer a um só dos tipos de vocábulos”.

Supomos, então, que a opacização de *informação* esteja associada ao “mito do objetivismo” identificado por Lakoff e Johnson, quando estabelecemos a categoria mental dos *objetos*:

Os mitos oferecem-nos maneiras de compreendermos a experiência; eles organizam nossas vidas. Como as metáforas, os mitos são necessários para fazer sentido do que se passa ao nosso redor. Todas as culturas têm mitos e as pessoas não podem viver sem eles assim como não podem viver sem a metáfora. E assim como consideramos frequentemente as metáforas de nossa cultura como verdades, do mesmo modo também consideramos frequentemente os mitos de nossa cultura como verdades (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 295-297)

Segundo esse mito, o mundo é constituído por *objetos*, que têm propriedades independentes de quaisquer pessoas ou outros seres que os experienciem. Sob esse paradigma, mesmo “eventos, ações, atividades e estados” são metaforicamente conceptualizados como “objetos”, mas tomemos um exemplo absolutamente concreto como um “rochedo”. Ele é um objeto separado e é duro. Mesmo se não existissem no universo outras pessoas ou outros seres vivos, ainda assim ele seria um objeto separado e ainda seria duro (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p.295-297). Para Hannah Arendt (2007 [1958]), é justamente essa sensação de durabilidade que

empresta às coisas do mundo sua relativa independência dos homens que as produziram e as utilizam, “objetividade” que as faz resistir e suportar, pelo menos durante algum tempo, as vorazes necessidades de seus fabricantes e usuários. Deste ponto de vista, as coisas do mundo têm a função de estabilizar a vida humana; sua objetividade reside no fato de que – contrariando Heráclito, que disse que o mesmo homem jamais pode cruzar o mesmo rio – os homens, a despeito de sua contínua mutação, podem reaver sua invariabilidade, isto é, sua identidade no contato com objetos que não variam, como a mesma cadeira e a mesma mesa.

E quanto ao sujeito? Na perspectiva de Lakoff e Johnson (2002 [1980], p.130), “cada um de nós é um recipiente com uma superfície demarcadora e uma orientação dentro-fora”. Experienciamos a nós mesmos como entidades separadas do mundo das coisas – como recipientes com um lado de dentro e um lado de fora. Experienciamos coisas externas a nós como entidades – frequentemente também como recipientes com lados de dentro e de fora. Projetamos a nossa própria orientação dentro-fora sobre outros objetos físicos, que são delimitados por superfícies. Assim, concebemos esses objetos como recipientes com um lado de dentro e outro de fora, impondo essa orientação ao nosso meio-ambiente natural (p. 81). Experienciamos muitas coisas, por meio da visão e do tato, como tendo fronteiras definidas e,

quando as coisas não têm fronteiras definidas, frequentemente projetamos fronteiras nelas – por exemplo, florestas, clareiras, nuvens ou mesmo o que chamamos de “campo de visão” (“ela *saiu* do meu campo de visão”).

A experiência com objetos e substâncias físicas dá origem, conforme a TMC, a metáforas *ontológicas*, que nos capacitam a ver uma estrutura mais delineada em conceitos onde existe muito pouca ou praticamente nenhuma estrutura, como eventos, emoções e ideias (e informações), permitindo, assim, que selecionemos partes de nossa experiência e as tratemos como entidades discretas ou substâncias de uma espécie uniforme. Podemos nos referir a essas experiências, categorizá-las, agrupá-las e quantificá-las e raciocinar sobre elas.

5.3 A emergência da Metáfora do Canal

Acerca dos mecanismos motivadores da gramaticalização, funcionalistas como Heine *et al.* (1991, p.45ss) destacam a “extensão metafórica” que, além de se caracterizar por meio da mudança de domínio mais concreto para um domínio mais abstrato, também preserva algum traço da estrutura relacional original. A metáfora envolvida na gramaticalização de *informação*, diferentemente daquela relacionada às figuras de linguagem, seria, de acordo com esses autores, “pragmaticamente motivada e voltada para a função na gramática”. É a “metáfora emergente”, de natureza “categorial”, cuja origem propicia a gramaticalização.

O verbo *enformar* (“moldar” ou “comunicar”) é, nessa perspectiva, exemplo de um processo metafórico que combina *mudança de estado* com *movimento* (GOLDBERG, 1995, p.81), alinhando-se a outros verbos do latim que estabelecia uma relação analógica envolvendo *continência* e *comunicação*, tais como *exprimere* (“espremer” e “exprimir”), *mittere* (“meter”, “emitir”), *monere* (“moeda”, “admoestar”), *inducere* (“introduzir”, “induzir”). Traugott e Dasher (2001) já apontavam padrões de direcionalidades históricas em mudança semântica no sentido de verbos relacionados ao senso deslocamento ou movimento físico para sentidos sobre o ato de fala, observações que se alinham à teoria segundo a qual as mudanças semânticas em geral partem do sentido representacional, fazendo referência a dados mais objetivos referentes ao nosso mundo biossocial, e passam a expressar noções gramaticais, veicular estratégias comunicativas e atitudes subjetivas dos usuários (MARTELOTTA, 2011).

A metáfora complexa descrita na literatura como *conduit metaphor* (REDDY, 1979) – doravante “metáfora do canal”, conforme a tradução brasileira de Zanotto *et al.* (2002)³⁸ – parece ser a metáfora que estrutura a noção de *informação-coisa*, de que falam Capurro e Hjørland (2007). Trata-se de uma das mais claras e bem estabelecidas metáforas conceituais que exercem um papel central no desenvolvimento da TMC (GRADY, 1998), uma vez que nos permite sistematizar um tipo de comunicação escrita canônica, que ocorre na ausência de um futuro leitor, enquanto o redator está produzindo sua mensagem. A recíproca também é verdadeira para o ato de leitura, com a diferença de que o ato de escrita deve precedê-lo. Esta importante característica da cadeia escrita, que é enfatizada em algumas definições, implica a ruptura espaço-temporal, com consequências na estruturação do texto escrito (SCLIAR-CABRAL, 2003).

A intuição de Michael Reddy lhe dizia que havia algo interessante em frases do tipo “você me *deu* uma boa *ideia*” ou “eu *captei* a vossa *mensagem*”. Afinal, acredita o linguista, ninguém realmente crê que alguém *dá*, literalmente, *ideias* para os outros. E ninguém “recebe” os pensamentos diretamente em suas mentes quando se está usando a linguagem: “isto soa como telepatia ou clarividência” (p. 286-287).

Segundo a metáfora do canal, desenvolvida a partir daí, cada pessoa tem (ou melhor, “*pensa*” que tem) um conjunto pré-definido de alternativas de material mental e emocional, chamado “repertório”, cujas categorias principais denotam “membros de repertório”, doravante “MR” (*repertories members*, RM, no original). São MRs as “ideias”, “pensamentos”, “emoções” e “significados”. A linguagem funciona como um canal, “que não conecta duas pessoas, mas uma pessoa a seu ambiente” (p. 291), por meio do qual transferem-se MRs do interior de uma pessoa para o exterior.

Se a linguagem é que transfere pensamentos a outros, então o recipiente lógico para esses pensamentos, na compreensão do que fala e do outro, são palavras ou grupo de palavras, frases, sentenças, parágrafos, poemas etc. “Palavras”, “frases”, “poemas” designam “os padrões físicos externos, que passam de um falante para outro”. São, segundo o autor, o que os teóricos da informação chamariam de “sinais” (*s*), com a diferença que, na metáfora do canal, sinais são “padrões” que *contêm* sentido e “podem viajar, ser trocados”. Pela lógica, têm “interior” e “exterior”; no interior, está obviamente o “conteúdo”, onde estão os MRs.

³⁸ Holsbach, Gonçalves, Migliavaca e Garcez, na sua tradução do artigo de Reddy (2000 [1979]), traduziram o termo como “metáfora do conduto”.

Reddy (1979) encontra em sua análise, que tem como dados redações de alunos do ensino médio e alguns dos textos fundadores da Cibernética e da Ciência da Informação, várias “constantes metafóricas” (“expressões *core*”) comuns, que caracterizariam um grande número de exemplos de expressões usadas na fala sobre a comunicação humana. O linguista arrola cerca de 140 expressões metafóricas, embora “entre 30 e 40” devam ser compreendidas sob outros modelos, ora neutros, ora opostos à metáfora do canal. Segundo o autor, aproximadamente 70% das expressões metafóricas que amparam a forma como os usuários do inglês “falam sobre comunicação” podem ser consideradas baseadas na metáfora do canal. Tais “expressões *core*” foram organizadas por Reddy em quatro categorias que constituem o “arcabouço principal” da metáfora do canal e podem ser assim generalizados:

- A. a linguagem funciona como um canal, transferindo MRs de uma pessoa para o ambiente ou para outra pessoa. São estruturados por construções do tipo “*dar, apresentar, passar, enviar MR (para alguém)*”, entre outras;
- B. na fala e na escrita, as pessoas inserem seus MRs em sinais (s). Exemplos na linguagem: “*pôr, inserir, incluir ou meter MR em s*”, “*carregar s com MR*” etc.;
- C. os sinais (s) realizam a transferência de MRs às outras pessoas, o que produziria expressões como “*s leva, transfere, contém, conduz MR*”, “*s está cheia/vazia de MR*”;
- D. ao ouvir e ler, as pessoas extraem MRs dos sinais (s): “*extrair, obter, emergir MR de s*”, “*encontrar, descobrir, revelar MR em s*”, “*encobrir, esconder, perder MR em s*”, “*s é impenetrável, obscuro etc.*”

As quatro classes de expressão acima formam o que Reddy chama de “modelo maior”, onde “ideias” existem ou na cabeça das pessoas ou, no mínimo, “dentro de palavras enunciadas por pessoas”. Trata-se de um modelo “humanizado” que, diríamos, dá conta de uma fala *subjativa* e, também, da *intersubjetiva*. Isto porque há, ainda, um “modelo menor”, em que palavras são recipientes e permitem o fluxo livre e completamente “descorporificado” de ideias e sentimentos em um tipo de espaço ambiental entre as cabeças humanas. São três as categorias de expressões nesse modelo “menor”, mais *objetivo*:

- E. MRs são ejetados pela fala ou pela escrita num “espaço das ideias” externo: “*pôr MR em circulação ou no papel*”, “*fazer MR fluir*”, “*jogar MR fora*”, “*descartar MR*”, “*vazar MR*”, “*escapar MR da boca de alguém*” etc.;
- F. MRs são reificados nesse espaço externo, onde eles existem independentes de qualquer necessidade de que seres humanos pensem neles ou os sintam: “*MR flui ao redor, circula, se move, viaja*”, “*MR está em bibliotecas, livrarias, rádios, livros etc.*”, “*perder-se em MRs*”;
- G. esses MRs reificados podem ou não encontrar um caminho de volta para uma cabeça humana: “*absorver, tomar, internalizar, pegar, captar MR*”, “*encher alguém de MR*” etc.

Seria essa uma metáfora “universal”? Muitos pesquisadores da Antropologia quanto os da Linguística questionaram a universalidade das metáforas e observaram a existência de outras metáforas, possíveis somente em algumas línguas e não em outras. A emergência da metáfora do canal, até onde sabemos, tem sua trajetória rastreável no Ocidente. A julgar pelos estudos de Zumthor sobre a oralidade na Idade Média, além de outros acima citados, essa metáfora emerge sistematicamente quando de um “deslizamento” da oralidade para a escrita: já nos vernáculos românicos e mesmo no latim medieval, termos como *parole* “palavra” e *voiz* “voz” ocorrem, em 24% dos casos, como complemento de um verbo que denota uma manipulação ou um deslocamento espacial, *tenir, prendre, perdre, rendre, faire, mettre, traire (tirer), agencer, esmouvoir (remuer), tolre (ôter), rompre* e alguns outros similares.

Há que se notar que a metáfora do canal não contradiz o imperativo de que “o poder real da voz gera um quadro moral do universo da oralidade”, onde “todo discurso é ação, física e psiquicamente efetiva” (ZUMTHOR, 1993, p.75): ao se apoiar na metáfora do canal, o mito da objetividade estaria se apropriando de características da mentalidade falada, em que “o artesão que modela um objeto pronuncia as palavras que fecundam seu ato”. Se pudermos admitir, como sugere Zumthor, “que toda sociedade humana possa ser considerada um sistema de comunicações”, cada um dos momentos sucessivos de sua existência se definirá em virtude de dois critérios: “a natureza das técnicas de que faz uso para a transmissão das mensagens” (a voz e a escrita) e “a natureza das formas que asseguram a diferenciação destas”, isto é, as diversas estruturas sociais e mentais ou, mais restritivamente, políticas e estéticas.:

Do século VII ao século XVII, nos territórios do Ocidente, as massas dominadas oscilaram do primeiro [oralidade] ao segundo tipo [escritura], para deslizar em seguida ao terceiro [letramento], conservando em cada situação nova os traços da anterior, de forma que a todo o momento se sobrepuseram os conjuntos ou os fragmentos de conjuntos culturais de idades diferentes; quando muito, sobressai uma tendência dominante, em relação à qual essa outra dá uma (falsa?) impressão de arcaísmo, e aquela parece futurista (ZUMTHOR, 1993, p.24).

Informação, no português, comporta-se como um MR dentro de um “sinal” (*s*), que é a palavra “informação” (e variantes) e é imaginada como *transferível* desde pelo menos o séc. XV, contradizendo a afirmação de Logan (2012), segundo quem a noção de *informação* como algo que pode ser armazenado em, transferido ou comunicado a um objeto inanimado “não surgem antes do século XX”.

[33][...] ordenou pera, prazendo a Deos, tomar a vila, segundo a enformaçom [MR] que havia polo recado (s) que lhe os homês boôs enviarom e mandou diante Fernam Pereira (*Crónica do condestável Nuno Alvarez*, 1431)

Joe Grady (1998) identificou alguns problemas envolvendo as condições necessárias, isto é, a base experiencial da metáfora do canal tal como proposta por Reddy. Talvez “a mais óbvia de todas” refere-se, segundo autor, a “como canais e recipientes estão relacionados entre si”: se expressões linguísticas são recipientes, então “o que é que está sendo metaforicamente entendido como canal, e que tipo de experiência unifica os dois conceitos”?

Grady argumenta pela decomposição de muitas metáforas complexas, como a do canal, em metáforas mais básicas (independentemente motivadas, “primárias” ou “primitivas”) que se combinam em metáforas complexas (ou compostas). O processo de decomposição envolve a busca de metáforas que são plausíveis e diretamente motivadas pela experiência. Essas metáforas primárias são também caracterizadas por mapeamentos muito simples – isto é, eles mapeiam apenas poucos elementos, propriedades e relações (se possível), enquanto mantêm-se referindo a coerentes (esquemáticas) cenas e compreendendo estrutura suficiente para suportar certas expressões linguísticas. Uma decomposição da metáfora do canal, desta maneira, “resulta em análises que evitam os problemas identificados e sugerem caminhos em que conceitos relacionados à comunicação poderiam ser, em última instância, derivados de conceitos físicos mais básicos”.

Para Philip Eubanks (2001, p.93-94), “a metáfora do canal é parte de um sistema conceitual inter-relacionado e dinâmico”. É um “erro metodológico” observar uma única metáfora sem considerar “as que a suportam e às quais ela responde”, da mesma forma que não se deve compreendê-la como se referisse apenas a uma projeção de uma ou mais características de um domínio discreto para outro. As várias conceptualizações, nessa visão, não estão baseadas em um cenário unificado, envolvendo a transferência de recipientes de uma pessoa para outra. Ela é, de acordo com esse autor, uma “coleção de estruturas, cada uma das quais mapeia um aspecto da experiência física sobre alguns aspectos do processo comunicativo”.

A partir de uma análise crítica do trabalho de Grady, Elena Semino (2007; 2005) revisa as expressões metafóricas usadas em referência à atividade da fala (verbal), com base em um *corpora* de narrativas (ficcionais e não ficcionais) escritas em inglês britânico, fornecendo-nos úteis categorias para as “expressões *core*” observadas inicialmente por Reddy. Semino sugere que os mapeamentos conceituais particulares que sustentam os principais

padrões da “atividade de fala” são melhor entendidos em termos da noção de Grady de metáforas primárias, isto é, de mapeamentos básicos que têm uma base sólida experimental e que se aplicam a uma gama de diferentes áreas de experiência. No entanto, a autora também mostra que as principais metáforas primárias envolvidas na estruturação do domínio da atividade de fala podem ser combinadas em um cenário global físico único em que interagentes podem se mover em direções diferentes, colocar-se em posições diferentes em relação ao outro, entrar em contacto uns com os outros de diferentes maneiras: fisicamente *produzir* textos / expressões / atos de fala; fisicamente *passar* textos / expressões / atos de fala para o outro e tornar *visíveis* significados entre si de diferentes maneiras.

Nossa intenção, frente a essas pesquisas, é identificar no uso de *informação* as marcas de um “deslizamento” da oralidade para a escrita.

5.3.1 CONSTITUINTES SÃO CONTEÚDOS

A atividade mental moldada pela escrita é metaforicamente estruturada como uma manipulação de ideias (= objetos mentais), que existem dentro ou fora do espaço mental e que podem ser alocados numa ordem linear subjetiva (daí “linha de raciocínio”) ou na forma de blocos de construção em uma construção teórica. A metáfora CONSTITUINTES SÃO CONTEÚDOS (*CONSTITUENTS ARE CONTENTS*), proposta por Grady, mapeia, entre outros, conceitos como *componente físico* para *componente abstrato*, um transporte que é parte de um mapeamento geral de *estruturas físicas* em *organização lógica*.

Com efeito, Semino (2005) identificou, no discurso sobre a atividade de comunicação, um domínio-fonte *construção física* (de *objetos*) que estrutura a produção de enunciados e os atos de fala, citando como exemplo, “*fazer* um comentário”. Podemos acrescentar aí, talvez, construções como “*forjar* uma mentira” ou “*cunhar* uma expressão”, expressões que também envolvem um verbo de *manipulação direta* e que, como nota Hannah Arendt (2007 [1958]), correspondem a um *labor*, com um objeto direto que é a *produção* da atividade. É o caso de *enformar* → *enformação*: os dados analisados mostram que, em português desde pelo menos o séc. XVI, pensava-se que *informações* podiam ser *feitas*:

[34] Mas o que neste caso merece mais consideração é a brevidade com que o padremestre Francisco mudou os corações e o rosto daquela cidade. Porque a informação que relatamos foi feita na Índia no princípio do ano de 1542 e o padre chegou a Goa em Maio deste mesmo ano e no cabo dele se partiu para a costa da Pescaria (João de Lucena, *Historia da vida do Padre S. Francisco Xavier*, 1600)

[35] Disse atègora sómente das alteraçõens da Cidade de Evora; e por não quebrar o fio principal da historia, me fui por ellas adiantando aos outros rumores semelhantes, que passavão pello Reyno, dos quaes será razão dar algũa noticia, para fazer mais clara a informação de todo este grande sucesso, e foi, desta sorte (Francisco Manuel de Melo, *Epanaphora politica primeira*, 1637).

O verbo *fazer*, nesse caso, é altamente “deslexicalizado”, ou seja, tem um grande número de sentidos convencionais não-físicos (por exemplo, “fazer um desejo”, “fazer um erro”, “fazer uma tentativa”). No entanto, é possível identificar um certo sentido físico prototípico (isto é, a de construir um objeto fisicamente), atuando como fonte metafórica para utilizações não físicas, licenciando expressões como “fazer um apelo”, “faça um comentário”, “fazer uma declaração”, “fazer um aviso”, “fazer uma brincadeira”, “fazer um relatório” (SEMINO, 2005). O processo de produção verbal de enunciados, textos e atos de fala é convencionalmente referido via o verbo mais básico (construção física de objetos concretos).

Ideias, eventos e, podemos acrescentar, *informações* estão contidas em proposições mais amplas e, no nível da forma, palavras estão contidas em sentenças. Exemplos como “ela *embrulhou* cuidadosamente muitas *informações dentro* de cada declaração” ou “nossa agenda está *repleta* de *informações*” mostram que os *constituintes* de estruturas (de um objeto, ou seja, a coisa *toda*) de qualquer tipo – não apenas das formas linguísticas – são metaforicamente vistos como os *conteúdos* daquelas estruturas (do *tudo*).

As experiências que licenciam a metáfora CONSTITUINTES SÃO CONTEÚDOS evocam, assim, processos metonímicos envolvendo as noções de *parte* e *tudo*. Sendo *tudo* o *conteúdo* do objeto, as partes são, por exemplo, o *interior* e o *exterior*. Se, no entanto, *tudo* é um conjunto de “fatias”, elas é que são as partes do *tudo*. O objeto é um receptáculo ou fonte de objetos independentes. As estruturas, aqui, são *recipientes* de *constituintes*. E todo *recipiente*, por definição, permite que conteúdos/constituintes em determinado momento entrem ou saiam. A “quantidade” de componentes relativos à estrutura é interpretado então, segundo Grady (1997), como “a quantidade de conteúdo relativo ao tamanho do recipiente”.

Uma vez capturados e internalizados, objetos mentais podem ser unidos ou separados, arranjados ou reordenados. *De-cidir* (< lat *de-caedo* “separar de”) sugere que escolhas ou distinções mentais têm sido metaforicamente estruturadas como processos de separação física. Tomar decisão, então, é separar uma das opções das demais rejeitadas. *Categorizar* é “pôr conceitos dentro de conjuntos”, áreas delimitadas (distintas, diferenciadas) em nosso espaço mental, seguindo a máxima de que “há um conjunto para tudo, e tudo está em um conjunto. Ocasionalmente, “misturamos” coisas, colocando coisas diferentes em recipientes comuns:

Con-fundir (Lat. *con-fundere* “fundir junto”) sugere que ideias (e, acrescentamos, *informações*) são substâncias que podem ser separadas se estivermos aptos a fazer distinções entre elas (SWEETSER, 1987, p.451).

Ideias são objetos “contidos” em nosso espaço mental, que tem recipientes menores, tais como categorias, como subespaços. *Informação*, quando necessária, pode ser *trazida à memória*:

[36] Vejome neste ponto necesitado de trazer à memoria dos que lerem, hũa informação das parcialidades que então corrião entre os Ministros de Castella, e Portugal; as quaes suposto que na Corte se litigavão mais descubertamente, tinhão nos interesses do Reyno (Francisco Manuel de Melo, *Epanaphora politica primeira*, 1637)

Um importante conjunto de processos de manipulação de *informações* é o conjunto de processos lógicos, e mesmo nesse domínio podemos encontrar metáforas espaciais: *de-duzir* (< lat *de-ducere* “conduzir para”) depende de uma estrutura metafórica de dedução como *fazer surgir* certa conclusão a partir do estoque das premissas conhecidas; *in-fer* (< lat *in-ferre* “levar para dentro”) revela um processo de raciocínio em que um novo pedaço de conhecimento ou crença é “importado” para algum espaço mental.

O raciocínio também pode ser visto como uma construção de um objeto lógico: *su-por* (< lat *sub-ponere*, “pôr embaixo”) e *hipó-tese* (< gr *hypo-thesi* “pôr embaixo”) sugerem que premissas estão na parte inferior da estrutura, suportando conclusões. Aqui, nosso sistema de crenças é visto não apenas como um punhado de ideias-objeto em espaços-recipientes; ele envolve *relações estruturais* entre os objetos dentro dos espaços. Numa construção teórica (daí “constructo”), quanto mais robusta é a base, mais firmes são nossas convicções; as crenças mais contingenciais “repousam” sobre crenças menos contingenciais, assim, podemos mudar nossas crenças mais contingenciais sem alterar o resto da estrutura, da mesma forma que podemos mudar o telhado de uma casa sem alterar as fundações. *Pre-sumir* (< lat *prae-sumere* “acatar antes, acatar com antecedência”) sugere uma semelhante precedência de premissas sobre as conclusões, mas agora linear: nossos processos racionais aqui lembram uma jornada mental, começando com presunções e pressupostos e terminando com alguma conclusão, que é “posterior” na jornada.

Conforme Grady, a metáfora **CONSTITUINTES SÃO CONTEÚDOS** é “independentemente motivada” porque está vinculada a fatores perceptuais básicos: quando olhamos para objetos físicos que são particionáveis – diferenciáveis pelo formato, cor ou função – as partes são agrupadas em fronteiras visuais que definem os limites do objeto

(fenômeno conhecido como *gestalt*, que em alemão significa *forma*). Assim, as partes parecem estar contidas em um espaço ocupado pelo objeto como um todo. Além disso, observa-se que, quando os componentes são adicionados a algo (“ingredientes de uma receita culinária”, “peças de um brinquedo”), os itens constituintes são literalmente movidos “para dentro” do espaço ocupado pelo objeto que está sendo criado.

5.3.2 INFORMAÇÃO É CONTEÚDO

Lakoff e Johnson (2002 [1980], p.55) propuseram, como uma das partes da metáfora do canal, a metáfora EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES DE SIGNIFICADOS, que implica que “palavras e sentenças têm significado em si mesmas, independentemente de qualquer contexto ou falante”. Um outro aspecto dessa metáfora, SIGNIFICADOS SÃO OBJETOS, também implica que “significados têm uma existência independente de pessoas e contextos”. Mas, de acordo com Grady, “devemos encontrar um mapeamento cujo domínio alvo é mais geral que o domínio da comunicação linguística”.

A *comunicação* em Homero, por exemplo, é descrita por Wiseman (2007b) como “implicitamente estruturada”, como vimos, em termos de *respiração*: *falar* acontece quando *palavras* são “expiradas” ou “assopradas” para fora dos *phrenes*. *Ouvir* é simplesmente o problema reverso. Na *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536), a mais antiga dessa língua, Fernão de Oliveira também compreende o *falar* como uma expiração, que ele chama de «*espírito*». A diferença é que, em Oliveira, para a observação e descrição fonética é preciso examinar o que acontece dentro da boca (CAGLIARI, 2008), «*tomando todas as vozes e cada hũa por si e vendo em ellas quantos diuersos mouimentos faz a boca cõ tambẽ diuersidade do som e em q parte da boca se faz cada mouimento porq nisto se pode discutir mais destintamente o próprio de cada língua*». Fernão de Oliveira usa os seguintes parâmetros em sua análise: mandíbula («*abertura da boca*»), canal bucal ou configuração dentro da boca, característica aerodinâmica («*espírito*»), visão dos dentes, formato dos lábios («*beijos*»), posição da língua, gengivas internas e extensão do movimento articulatorio dentro da boca. Alguns parâmetros são mais salientes no caso de algumas vogais do que no de outras; ao descrever, por exemplo, o som da vogal [u], diz: «*[...] aberta as queixadas e prega os beijos não deixando antreles mais q so hũ canudo por õde sae hũm som escuro o qual he a sua voz*». O que acontece aí é um processo que *enformação do espírito*, isto é, da expiração (como atesta o *token* [37]), “sua materialidade de sopro e não na sua conotação abstrata” (MARIGUELA, 2007).

[37] Esta letra.e. pequeno tẽ figura d arco de besta cõ a polgueira de çima de todo em si dobrada ainda que não amassada: a sua voz não abre ja tão a boca & descobre mais os dêtes. A figura do.E. grãde parece hũa boca bê aberta com sua língua no mexo & tão pouco não tẽ outra diferẽça da força de.e. pequeno se não quãto enforma mais seu espírito.

No século XVI, o que se *enforma* quando se fala é físico, concreto, “mais geral” como o ar, mas tem potencial de desenvolver um mapeamento na direção do domínio da comunicação linguística. Já se pensa num *conteúdo*. Os exemplos dados por Reddy (“*pôr, inserir, incluir* ou *meter MR em s*”, “*carregar s com MR*” etc.) estão relacionados à *continência*, à *inserção* de significado *dentro* de formas linguísticas, que instanciam, como queremos nessa tese, uma “metáfora da fôrma”.

Sugerimos que a metáfora INFORMAÇÃO É CONTEÚDO (*INFORMATION IS CONTENTS*) proposta por Grady (ex. “não pude *extrair* informação *do* livro”), “abstratiza” a ação mais prototípica do verbo “vulgar” lat *efformare* > port *enformar* e nos remete, seguindo Lakoff e Johnson, ao “domínio mais geral” da *enformação*: a metáfora SUBSTÂNCIA ENTRA DENTRO DO OBJETO, sendo o *objeto* visto como um *recipiente* ou *contêiner* (ou, como queremos, *fôrma*), que molda a *substância* dando origem a uma *fôrma*.

Grady incluiu *informação* entre os MRs propostos por Reddy, afirmando que “qualquer configuração física que nos permite deduzir *informação* (ou outros MRs) deve ser conceptualizada como um *recipiente* daquela *informação*” (GRADY, 1998, p.217, grifos nossos). Nas palavras de Nöth (2011, P.90),

quando falamos, por exemplo, que um artigo *contém* muita *informação*, usamos esta metáfora, pois ela representa o artigo como um contêiner, no qual se encontra *informação* [...] essa metáfora é muito viva, sendo usada tanto quando falamos de discursos cheios de ideias quanto de frases ocas.

De fato, assim como o MR *significado*, *informação* é sempre compreendida *dentro*, mas não o contrário. A *continência* implícita é particularmente cara, pois está preservada em expressões como “*informação* do processo” (no sentido de “*pôr informação dentro* do processo”). Os dados analisados atestam, com efeito, que a metáfora fazia sentido em português, pelo menos no séc. XV, como atesta o trecho do Fernão Lopes:

[38] “Nós Karllo quinto, rrei de França, protestamos e somos sempre prestes d'estar obediente aa declaraçom do concelho geerall, e de nos nom partir per n?huu modo da unidade da santa e apostollica Egreja; empero, parando mentes aas rrelações que nos trouverom alguus nossos messegeiros que enviamos em Itallia e em outras alongadas partes e o juramento feito sobr'este caso de tres cardeaaes que a nós veherom, e vista sobre o dito juramento sua enformaçom das pallavras que nos disserom por a parte de cada huu dos ditos enleitos, salva sempre nossa conciencia, quanto he de presente nom nos ousamos partir da obediencia de nosso senhor o papa Clemente” (Fernão Lopes, *Cronica de Dom Fernando*, 1440-1450).

Se a palavra *informação* originalmente denotava uma *criação* humana, ela é produto de uma atividade que tem uma história própria. Portanto, advertem Hobart e Schiffman (2000, p.4), “ao invés de tentar encontrar uma definição única e abrangente de *informação*, aplicável em todo tempo e cultura, devemos procurar o seu sentido único em cada período, onde a tecnologia e a cultura se combinam para isolar diferentes tipos de *informação*”. Daí que, embora a escrita e o discurso sejam tecnologias, somente o primeiro é uma “tecnologia da informação”, distinguindo-se de uma “tecnologia de comunicação”.

Na base, a *informação* consiste em objetos mentais separados do fluxo de experiência, enquanto que a comunicação pode muito bem participar desse fluxo. Escrita e discurso constituem a comunicação, mas dos dois, apenas a escrita extrai os sons da fala de seu fluxo de via oral, dando-lhes representação visual. Em contraste, o discurso evanescente é parte desse fluxo, comunicando informação, sem necessariamente criá-la ou preservá-la.

Não só as “palavras” são *fôrmas* dentro das quais estão os MRs. Pelas expressões *core* de Reddy, qualquer “sinal” (*s*) pode realizar a transferência de MRs às outras pessoas, o que licencia expressões como “*s leva, transfere, contém, conduz MR*” ou “*s está cheia/vazia de MR*”. Lembremo-nos que a função de Fernão Lopes era «*poer em caronyca as estorias dos Reys*», uma vez que, na corte a que servia, era recomendável que «*cada huum possesse em scripto*» os apontamentos e o dessem a ElRey para sua «*melhor e mais repousada enformaçom*», como diz Ruy de Pina na *Crónica de D. Duarte* (séc. XVI).

No seu “modelo maior”, Reddy observa que, “*na fala e na escrita*, as pessoas inserem seus MRs em sinais”. Como vimos, a noção de *enformar* “meter na fôrma” é bastante primitiva e condizente com as línguas inspiradas na comunicação predominantemente oral. Por outro ângulo, na oralidade tudo é mais afeito a uma noção de *recursividade e proporção*. À partir da introdução da escrita, no entanto, emerge no discurso uma *separação do interior*. E, conforme Reddy, se os MRs estão *dentro* de palavras, então eles estão (por processos metonímicos) dentro das páginas de um livro, “já que as palavras estão claramente *sobre* as

páginas”. Mas os livros estão “nas bibliotecas” etc. e o efeito disso é que “as bibliotecas são um repositório de nossa cultura”.

Vejamos alguns exemplos da “metáfora da fôrma” extraídos dos nossos *corpora*:

[39] Per aquesta repartiçom vos poderees aver algũu special conhecymento de nossos fallicymentos. E teendo esto acerca scripto, vi em hũu lyvro que se chama Verdades da Theollosia hũa outra dos pecados, que me pareceo bem, a qual vos mandei tornar em nossa linguagem e aquy screver por averdes delles mais comprida enformaçom. E dos pecados que perteeçem a cada hũu estado, em hũu livro que fez hũu que sse chama Martym Pirez, he feita boa declaraçom, segundo vos ja demostrei. E quem delles quyser aver comprida enformaçom, veja o dicto lyvro, por que lhe dara pera ello grande ajuda. (D. Duarte, *Leal Conselheiro*, 1437-1438)

[40] No que confirmarão & renouarão o conteudo, & assentado em a capitulação antiga com este additamento & de claração, que sendo a requisitoria, em virtude da qual se pedir a remissão emanada dos do seu conselho ou relações, & dos desembargadores ou das suas audiencias, corregedores da corte, ou do crime, ou dos outros supremos tribunaes, inserta a informação do delicto soo com a dita requisitoria, sem appresentarse outro processo, nem trazerse outra informação, em o regno nem por os juizes donde & ante quem se pedir a tal remissão, se aja de fazer & faça (Duarte Nunes Lião, *Leis extravagantes*, 1569)

[41] Li a presente obra de Pero de Magalhães, por mandado dos Senhores do Conselho geral da Inquiçiam, e nam tem cousa que seja contra nossa Santa Fee catholica, nem os bons costumes, antes muitas, muito pera ler, oje dez de Novembro de 1575. Francisco de Gouvea. Vista a informaçam pode-se imprimir, e torne o próprio com hum dos impressos a esta Mesa: e este despacho se imprimirá no principio do Livro com a dita informaçam (Imprimitur do *Tratado da Terra do Brasil; história da provincia Santa Cruz*, 1575).

[42] Nesta arca se metterá todo o dinheiro, que vier das Comarcas: o qual se carregara sobre a pessoa, que tiuer o cargo de Thesoureiro: & nella somente estara o liuro da receita, & despesa delle. E se fara outra arca de trez chaues, que teraõ os mesmos: em que se metteraõ as informações dos pretendentes: fianças dos admittidos: Regimentos, & prouisoões, que ouer sobre esta materia: todas as folhas de pagamentos, & autos de contas, que se tomarem: pera se acharem em todo o tempo, & constar do que se despendeo, & gastou. (Fernão Marcos Botelho, *Regimento dos boticários*, 1604)

Uma vez inserido em uma “proposta”, *informações* podem ser *levadas*:

[43] O Sr. Marques das Minas leva as propostas, com cujas informações, como de tão diligente e zeloso ministro, poderá S. M. resolver o que mais convenha a um Estado tão oprimido como este, se não é que temos outros mais proveitosos, pelos quais o desprezemos. (Antônio Vieira, *Carta*, 1687)

Vinte anos antes de Reddy, Émile Benveniste já havia observado que o conteúdo só se torna *transmissível* porque “recebe *forma* da língua e na língua”:

Isso a que chamamos “o que queremos dizer” ou “o que temos no espírito” ou “o nosso pensamento” (seja como for que o designemos) é um *conteúdo* de pensamento, bem difícil de definir em si mesmo, a não ser por características de intencionalidade, ou como estrutura psíquica, etc. Esse conteúdo recebe forma quando é enunciado, e somente assim. Recebe forma da língua e na língua, *que é o*

molde de toda expressão possível; não pode dissociar-se dela e não pode transcendê-la. Ora, essa língua configura-se no seu conjunto e enquanto totalidade. É, além do mais, organizada como combinação de “signos” distintos e distintivos, susceptíveis, eles próprios, de decompor-se em unidades inferiores ou de agrupar-se em unidades complexas. Essa grande estrutura, que encerra estruturas menores e de muitos níveis, dá a sua forma ao conteúdo de pensamento. Para tornar-se transmissível, esse conteúdo deve ser distribuído entre morfemas de certas classes, organizadas numa certa ordem, etc. Enfim, esse conteúdo deve passar pela língua e tomar-lhe os quadros (BENVENISTE, 2005 [1958]-a, p.69, grifos nossos).

Não estaria Benveniste pensando em *fôrmas* quando fala em uma “grande estrutura” e “quadros”, que “dá a sua forma ao conteúdo de pensamento”?

Por trás da linguagem do português médio estão, portanto, as noções historicamente fundamentadas de informação como algo *informado*, *moldado* por um padrão, algo preservado, retirados do imediatismo da experiência. Cada noção requer a outra. A *fôrma* é uma abstração (do latim *abstrahere*, “retirar, extrair”), o produto de uma operação reflexiva mental que corrige o fluxo da experiência, tanto ordenando quanto preservando-o. Este ato envolve, segundo Hobart e Schiffman, dois movimentos intimamente entrelaçados: (1) “afastar” da experiência, de tal forma que já não estamos imersos nela e podemos vê-la a partir de uma perspectiva crítica, e (2) “arrancar” algo fora dela.

O duplo movimento de abstração é a condição *sine qua non* de *informação*, sem a qual ela não pode existir. O ato mental implícito na etimologia do termo tornou-se obscurecida pelo alcance da imperialista metáfora contemporânea, que se estende para além do mundo humano para o natural. Muito antes de *informação* tornar-se material da natureza, já era coisa da mente (HOBART; SCHIFFMAN, 2000, p.4)

5.3.3 ATINGIR UM OBJETIVO É ALCANÇAR UM OBJETO DESEJADO

No universo da percepção, a *objetividade* não é o estado natural do conhecimento, mas a subjetividade:

Ser objetivo na percepção é um ideal, que a Ciência se esforça por (e se aproxima de) realizar [...] A objetividade seria a percepção em que o sujeito não intervisse, reduzindo-se à fonte de onde emana o impulso no rumo da percepção. Como que neutralizado após a vibração projetiva, o sujeito cessaria de agir em favor do mecanismo que põe em funcionamento para capturar o objeto “fora” [...] determinado no percurso objeto-sujeito (como o fora na trajetória inversa), o processo da percepção cumpre-se, enquanto objetividade, quando o objeto se pronunciasse íntegro na percepção. [...] o itinerário objetivo pressupõe uma neutralidade utópica: essa própria objetividade, caso se realizasse conforme os percursos aduzidos, implicaria um sujeito (posto que externo ao movimento da percepção) para registrá-lo. E nessa hipótese, a subjetividade estaria presente e modificando o trajeto da objetividade da percepção, tornando-a, conseqüentemente, subjetiva (MOISÉS, 1982, p.212):

Conforme Eve Sweetser (1987), o domínio-fonte mais produtivo para os verbos que se referem aos estados mentais (*subjativos*) é a *manipulação de objetos*: “a mente é um manipulador de pensamentos e ideias, que estão identificados com objetos manipuláveis”. Nossos processos cognitivos são compreendidos como se a mente “segurasse”, “tocasse” ou “movesse” objetos mentais. Algo *compreendido* é considerado “capturado” (port *compreender* < lat. *comprehendere* “pegar”, daí *preensão* “segurar com a mão”). Este é o caso da metáfora proposta por Grady, ATINGIR UM OBJETIVO É ALCANÇAR UM OBJETO DESEJADO (*ACHIEVING A PURPOSE IS ACQUIRING A DESIRED OBJECT*), que pode ser exemplificada com frases como “tive dificuldades de *pegar* o *sentido* do texto”. Os *objetivos* a serem atingidos, nesse caso, são mapeados como *objetos*. Em relação à *informação*, temos um testemunho de “alcançar informação” em um discurso político de 1631, de Manuel Severim de Faria:

[44][...] se recolheram todos os contratos de pazes, provisões, registros de Chancelaria, e os mais papéis de importância, que costumavam andar em poder do Secretário, e de outras pessoas daquele Estado, com que lhe ficou uma notícia original de tudo o tocante a aquela história, donde com razão podemos ter esta por não menos verdadeira que a de Políbio, e Salústio, a quem este desejo levou de Grécia a Itália, e de Itália a Numídia, para verem os sítios das Províncias, de que haviam de escrever, e alcançar as informações dos feitos, de que tratavam, dos quais (por serem passados muitos anos antes) de força lhe faltaria a notícia em muitas partes essenciais, tendo juntamente o mesmo tempo mudado a face das terras, e lugares, como cada dia vemos.

Amparados pela mesma metáfora, pode-se pensar em “haver”, “resgatar”, “tirar”, “tomar” *informação*, no sentido de “informar-se” ou “inquirir”:

[45]E entam Ffelipe, rei de França, a que esto tambem foy dito, enviou dizer ao papa, por seus messageiros e cartas, como ouvera enformação que os frades daquela Ordem em seu regno herom culpados nas ditas maldades (Fernão Lopes, *Cronica de Portugal*, 1419)

[46]E tanto que el-rey Reynou como muito prudente e muy astucioso, cuidando muytas vezes o grande proveito que a elle e a seus reinos e naturaes recreia se naquella parte da Mina podesse fazer e ter ha fortaleza onde assentasse trato com muitas e boas mercadarias pera com ellas se aver muito ouro como tinha por verdadeira enformaçam que ali se vinha resgatar (Garcia de Resende, *Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo*, 1533)

[47]Quiz o generoso Rey Dom Sebastião saber de rais o que nisto avia, mandou em o anno do Senhor de mil & quinhentos & setenta & sete hum Desembargador a Sacavem a tirar informação do caso. Achou elle hum livro antigo em a Igreja da Villa, & nelle a Memoria allegada, alem da fama que corria entre o moradores, de que os mais velhos do lugar derão testemunho (Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, 1619)

[48] e pela enformaçam que disse tomarã se achou que era muito mais proueito dos ditos orfãos o dito dinheiro se recolher e depositar em mãos de pessoas abonadas pera estar certo e se entregar aos ditos orfãos quando lhe fosse necessario sem demanda nẽ despesa (*Auto dos apóstolos*, 1505)

[49] Eu el rei faso aos que este alvara virem que por fazer merce ao prior e convento de Nossa Senhora d'Agoa de Lupe e vista a informação que mandei tomar pello licenciado Inacio Colaço de Brito corregedor do civil desta cidade de Lisboa ei por bem e me praz que os mamposteiros que tirarem esmola para o dito convento e casa de Nossa Senhora d'Agoa de Lupe tenham e gozem e uzem dos mesmos privilegios e liberdades e porrogativas que tem e de que gozão e uzão os mamposteiros que tirão esmolas para São Gonçalo de Amarante e isto pello mesmo tempo de cinco annos que lhe tenho concedido que possam tirar e pedir esmolas neste reino para o mesmo convento (*Mosteiro de Guadalupe e Portugal*, 1609)

Com a introdução da escrita, a agenda cultural ocidental associada à metáfora ATINGIR UM OBJETIVO É ALCANÇAR UM OBJETO DESEJADO passa a ser a de “ler o mundo”, pois “esse livro colossal é a única fonte de conhecimento para os mortais” (MANGUEL, 2004 [1996]). *O Ensaíador*, de Galileu, um grande sucesso de vendas na Itália, acabou fazendo a delícia dos humanistas e dos retóricos das academias literárias: a celebração da descoberta de um “mundo novo” levava-os a associar ao velho nome de Cristóvão Colombo aquele de Galileu, com suas descobertas sobre o cosmos. A opinião culta reconhecia uma relação entre os dois eventos históricos, alimentando o mito da descoberta da natureza. Se o telescópio havia sido o instrumento que permitia olhar todo universo, o *Ensaíador* era o manual que ensinava a lê-lo como um livro (GONZALEZ, 2012c):

A filosofia encontra-se escrita neste grande livro que continuamente se abre perante nossos olhos (isto é, o universo), que não se pode compreender antes de entender a língua e conhecer os caracteres com os quais está escrito. Ele está escrito em língua matemática, os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas, sem cujos meios é impossível entender humanamente as palavras; sem eles nós vagamos perdidos dentro de um obscuro labirinto (GALILEI, 2000 [1623]).

George Berkeley, em *The Theory of Vision Vindicated and Explored* (1709), considerava que «ideias ou sensações acompanham a visão», isto porque «as figuras visuais desempenham em Geometria o mesmo papel que as palavras». Assim, «os objetos próprios da visão constituem uma linguagem universal do Autor da Natureza, por meio da qual somos instruídos acerca da forma que temos de operar para a preservação e bem-estar de nosso corpo, assim como para evitar tudo que possa ser-lhe prejudicial ou destrutivo». Mas a imagem, “livro do mundo”, possuía uma longa história, desde filósofos da Idade Média a Nicolas de Cusa e Montaigne, e era usada por contemporâneos de Galileu, como Francis Bacon e Tommaso Campanella.

Para o místico espanhol do século XVI, Frei Luís de Granada, se o mundo é um livro, então as coisas deste mundo são as letras do alfabeto com as quais esse livro está escrito. Na *Introducción al símbolo de la fé*, ele pergunta:

«O que são todas as criaturas deste mundo, tão lindas e tão bem-feitas, senão letras separadas e iluminadas que declaram tão justamente a delicadeza e a sabedoria de seu autor? [...] E nós também [...] tendo sido colocados por vós diante deste maravilhoso livro de todo o universo, de tal forma que por meio de suas criaturas, como se fossem letras vivas, podemos ler a excelência do nosso Criador»

A grande contribuição de Galileu a essa metáfora está, conforme Calvino (2009, p.90ss), na sua atenção a esse alfabeto, “um sistema combinatório com condições de dar conta de toda a multiplicidade do universo”. O final do “primeiro dia” do *Diálogo sobre os maiores sistemas do mundo*, por exemplo, o personagem Sagredo, alterego de Galileu, expressa bem essa noção (apud CALVINO, 2009, p.93):

«[...] não há dúvida de que aquele que souber combinar e ordenar bem esta e aquela vogal com essas e aquelas outras consoantes obterá respostas muito verdadeiras para todas as dúvidas e daí extrairá os ensinamentos de todas as ciências e de todas as artes»

E ainda:

«Que eminência de mente foi aquela de quem imaginou encontrar modo de comunicar seus próprios pensamentos mais recônditos a qualquer outra pessoa, mesmo que distante por enorme intervalo de lugar e de tempo? Falar com aqueles que estão na Índia, falar com aqueles que ainda não nasceram e só nascerão dentro de mil ou 10 mil anos? E com que facilidade? Com as várias junções de vinte pequenos caracteres num pedaço de papel. Seja este o segredo de todas as admiráveis invenções humanas».

Para Galileu e outros, como Francis Bacon, a natureza não possuía nenhuma finalidade, ou objetivo, intrínseco, responsável por sua organização ou pelo modo como se comportava (VIDEIRA, 2009, p.43). Eis uma das causas históricas que permitiram o advento da moderna mentalidade científica: constituída a Física, a sua causa metafísica torna-se perfeitamente dispensável, espécie de curiosidade histórica que não passava, afinal, de simples crença, indigna de participar do reino da *episteme*, invertendo com isso o sentido da relação entre Filosofia e Ciência: “nos tempos modernos”, resume Bornheim (2001, p.74ss), “o ideal científico, físico, do conhecimento, passa a determinar o conhecimento metafísico”. Aí está, em parte, a raiz dos conflitos entre Galileu e a Igreja: a disputa acerca da autoridade responsável pelos ensinamentos a serem extraídos da natureza (REDONDI, 1989).

Os seres humanos, mesmo se “feitos à imagem de Deus” – prossegue Manguel – também se tornam livros a serem lidos. Aqui, o ato de ler serve como “metáfora para nos ajudar a entender nossa relação hesitante com nosso próprio corpo, o encontro, o toque e a decifração de signos em outra pessoa”. *Lemos* expressões no rosto, a vida é num *livro aberto*. «*Tua face, meu cavaleiro*», diz lady Macbeth ao esposo, «*é como um livro onde os homens podem ler estranhas coisas*»; o poeta do século XVII Henry King escreveu sobre sua jovem esposa morta: «*Querida Perda! Desde tua morte prematura minha sina tem sido meditar sobre ti, sobre ti: tu és o livro, a biblioteca para onde olho embora quase cego*».

Para Manguel, “ler serve como um veículo metafórico, mas para ser compreendido precisa ele mesmo ser reconhecido por meio de outras metáforas”. Também a TMC admite que as “metáforas estruturais de nosso sistema conceptual, caso da metáfora do canal, também criam similaridades”. Baseando-nos em Lakoff e Johnson, que estabeleceram que IDEIAS SÃO ALIMENTO, por analogia (dado que ambos são, como vimos, “membros de repertório”), o mesmo poderíamos dizer que a metáfora INFORMAÇÕES SÃO ALIMENTO. Mais uma vez, a etimologia vem em nosso auxílio: port *aluno* < lat. *alumnus*, *i* “criança de peito, lactente, menino, aluno, discípulo” é derivado de *alĕre* “fazer aumentar, crescer, desenvolver, nutrir, alimentar, criar, sustentar, produzir, fortalecer etc.” (HOUAISS, 2001).

A associação mais antiga que encontramos nos *corpora*, mais especificamente no *Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval*, de Antônio Geraldo da Cunha (2007), vem de um pseudo-Aristóteles, *Segredo dos segredos* (séc. XV): «*E emnobreceo o glorioso deus per vij forcas que som forca attractiua [...] E nutritiua Enformatiua*». *Informações* podem de fato, segundo o senso comum da época, ser “colhidas” ([50]) ou “bebidas” ([51]) e podem ou não “produzir frutos” ([52]): há que se ter cuidado, porque elas podem ser “venenosas” ([53]), e talvez seja necessário “curar-se” delas ou por elas ([54], [55]).

[50][...] fui de novo colhendo o restante das informações que delles boamente se podião collegir, isto em Arima, Amacusa, Naingazaqui (Frois, *Historia do Japam I*, 1560-1580)

[51]Chegaram as notícias gerais, beberam todos a informação, deu aquele negócio em o animo de El-Rei (Francisco Manuel de Melo, *Tácito português*, 1646)

[52]Não sei o que será depois, mas tenho veementes indícios que os assistentes de palácio hão-de fazer esquisitas diligências para me retirarem quanto puderem, as quais eu antes hei-de ajudar que impedir, porque as informações dadas estou certo que hão-de ser sem fruto, e só poderão produzir algum se forem pedidas (Padre Antônio Vieira, Carta, séc. XVII)

[53][...] introduzindo no animo de El-Rei venenosas informações (Francisco Manuel de Melo, *Tácito Português*, 1646)

[54][...] em chegando a qualquer vila ou cidade, sem tomar mais repouso nem curar doutras informações, entrava e andava por todas as ruas (João de Lucena, *Historia da vida do Padre S. Francisco Xavier*, 1600)

[55]A visita que o mesmo Rey. D. Pedro o Primeiro, & outros mais fizerão à demarcação de sua Coroa, os advertio na Vigilancia de seu governo, dandolhe presencial conhecimento do remedio, de que necessitava. Curar por informações, he expor a virtude das medicinas aos erros dos informantes (Frei João dos Prazeres, *Abedario Real e Regia Instrucçam de Principes Lusitanos*, 1692)

Conforme Lakoff (1993, p.239-240), “*obter um objeto para comer*” é um caso especial de “*obter um objeto*”. Assim, o autor propõe a metáfora ALCANÇAR UM OBJETIVO É OBTER ALGO PARA COMER. Daí sentenças como “ele saboreou a vitória”, “ele tem fome de sucesso” ou “esta é uma oportunidade de dar água na boca”. É como se *alcançar um objetivo* fosse *caçar, pescar* ou *plantar*. Manguel (2004 [1996]) cita expressões como “cozinhar uma história”, “misturar os ingredientes do enredo”, “ter ideias cruas para uma trama”, “apimentar uma cena”, “acrescentar pitadas de ironia”, “pôr molho”, “retratar uma fatia de vida”; leitores falam em “saborear um livro”, “encontrar alimento” nele, “devorá-lo de uma sentada”, “ruminar um texto”, “banquetearmo-nos com poesia”, “mastigar as palavras do poeta”, “viver numa dieta de romances policiais”. Em um ensaio sobre a arte de estudar, o erudito inglês do século XVI Francis Bacon classificou o processo: “Alguns livros são para se experimentar, outros para serem engolidos, e uns poucos para se mastigar e digerir”.

Essa curiosa metáfora foi expressa pela primeira vez, conforme Manguel, em 31 de julho de 593 a.C.: às margens do Chebar, na terra dos caldeus, Ezequiel, o sacerdote, teve uma visão de fogo na qual viu «*a imagem da glória do Senhor*» ordenando-lhe que falasse com os filhos rebeldes de Israel. «*Abre a boca e come o que te vou dar*», diz a visão: «*Olhei e vi avançando para mim uma mão que segurava um manuscrito enrolado. E foi desdobrado diante de mim: estava coberto com escrita de um e outro lado: eram cânticos de tristeza, de queixumes e de gemidos*». São João, registrando sua visão apocalíptica em Patmos, recebeu a mesma revelação de Ezequiel.

Fui eu, pois, ter com o anjo, dizendo-lhe que me desse o pequeno livro. E ele me disse: “Toma-o e devora-o! Ele te será amargo nas entranhas, mas, na boca, doce como o mel”. Tomei então o pequeno livro da mão do anjo e comecei a comê-lo. De fato, em minha boca tinha a doçura do mel, mas depois de o ter comido, amargou-me nas entranhas. Então me foi dito: “Urge que ainda profetizes de novo a numerosas nações, povos, línguas e reis” (Apocalipse 10:8-11)

Com o tempo, à medida que a prática da leitura se expandiu, a metáfora gastronômica tornou-se retórica comum. Na época de Shakespeare, contava-se com ela na conversação literária, e a própria rainha Isabel usou-a para descrever suas leituras devotas: «*Eu caminho muitas vezes pelos campos agradáveis das Escrituras Sagradas, onde colho as verdes e formosas ervas das sentenças, como-as lendo, mastigo-as meditando e deito-as no assento da memória*». Em 1695, a metáfora já se arraigara tanto na língua que William Congreve pôde parodiá-la na cena de abertura de *Love for love* (“Amor por amor”), fazendo o pedante Valentine dizer a seu criado: «*Lê, lê, imbecil, e refina teu apetite; aprende a viver com instrução; banqueteia tua mente e mortifica tua carne; lê, e ingere teu alimento pelos olhos; fecha tua boca e mastiga o bolo alimentar do entendimento*». «*Ficareis extremamente gordo com esta dieta de papel*», é o comentário do criado.

Segundo Lakoff e Johnson (2002 [1980], p.246ss), o conceito de *engolir comida* é independente da metáfora do canal, porém o conceito de *engolir ideias* (e *informações*) surge somente em virtude da metáfora. Na verdade, a metáfora INFORMAÇÕES SÃO ALIMENTO estaria baseada em metáforas ainda mais básicas. Por exemplo, está fundamentada parcialmente na metáfora do canal, de acordo com a qual IDEIAS (INFORMAÇÕES) SÃO OBJETOS que vêm a nós do exterior. Ela também presume a metáfora MENTE É UM RECIPIENTE. Juntamente com a metáfora do canal, temos outra metáfora complexa, na qual INFORMAÇÕES SÃO OBJETOS QUE ENTRAM NA MENTE, tal como pedaços de alimento são objetos que entram no corpo. É nessa similaridade que a metáfora INFORMAÇÕES SÃO ALIMENTOS é parcialmente baseada. Como uma consequência, obtêm-se novas similaridades (metafóricas), cujos conceitos nos fornecem um modo de entender os processos psicológicos para os quais não temos meios diretos nem bem definidos de conceptualização.

5.3.4 TORNAR-SE ACESSÍVEL É EMERGIR

TORNAR-SE ACESSÍVEL É EMERGIR (*BECOMING ACCESSIBLE IS EMERGING*) licencia sentenças como “análises criteriosas *revelam* questões *obscuras*”, mas também outras que não estão relacionadas com a comunicação (como “o sal *realça* o sabor natural da carne”). É outro mapeamento que suporta o modelo em que os MRs estão *contidos* em formas linguísticas, uma vez que o significado linguístico, no ato de fala, é enquadrado como algo que pode emergir de um *recipiente* (por exemplo, a “natureza” ou uma “*forma linguística*”), tornar-se perceptível e, finalmente, cognoscível.

Existem vários exemplos linguísticos que, segundo Grady, refletem uma associação metafórica entre perceptibilidade e locação fora de um *recipiente* e, com efeito, tal associação se pode estabelecer com o uso de *informação* no português.

[56] Tinham notado sua linguagem os desembargadores, em particular, e sua afabilidade e singeleza; viam na casa o pouco fausto com que vinha; olhavam pera um frade, em tudo pobre frade: na pessoa, na família, no trato, na profissão; e como todos nos levamos das primeiras informações, que são as aparências de fora, era avaliado conforme a elas e julgavam, o primeiro dia que o viram, que não tinham mais que um prelado titular (Luis de Sousa, *A vida de Frei Bertolameu dos Mártires*, 1619)

A motivação para tal “não poderia ser mais natural, claro”, conclui Grady (1997, sua tese de doutoramento), uma vez que “há uma forte associação literal entre *percepção* e *conhecimento*” nas metáforas COMPREENDER É PEGAR (*UNDERSTANDING IS GRASPING*, tal como em “eu peguei o *sentido* da coisa”) e COMPREENDER É VER (*UNDERSTANDING IS SEEING*, tal como em “eu vejo de maneira diferente”), mas também em CONSIDERAR É OLHAR PARA (*CONSIDERING IS LOOKING AT*, p.284), realizada por expressões como “vou dar uma *olhada* nas *evidências*³⁹” ou “nas *informações*”. De fato, *ver* deriva do latim *videre*, por sua vez ligado à raiz indo-europeia **weid*, que já tinha o duplo sentido de “ver” e “conhecer” (MOISÉS, 1982). A raiz também está na origem do sânscrito *veda* “eu sei”, do grego *oida*, “eu vejo” (e cognatos: *eidos* “aparência”, *idein* “ver”, *idea* “aparência, forma, categoria, espécie, forma ideal”), o alemão arcaico *weizen* “fazer ver, mostrar” e o alemão moderno *wissen* “saber, conhecer”. Daí o sufixo *-oide* “na forma de, semelhante a” determinado modelo, como em *aster-oide*, *elips-oide*, *trapez-oide* (MONLAU, 1856). Esses termos e também *phainomenon* (“aparência”, “sintoma”) eram empregados sobretudo para designar “a forma visível, o exterior das coisas, a figura que se capta com o olhar, o que é visto, o que é sensível com os olhos”. Quanto à metáfora EXISTÊNCIA É VISIBILIDADE (*EXISTENCE IS VISIBILITY*, p.284), temos um testemunho exemplar a respeito de um padre que era capaz de fazer “desaparecer” uma *informação*, na pena de João de Lucena ([57]).

³⁹ “Evidência”, a propósito, também é algo visível: do lat *evidentia* “visibilidade, clareza, transparência”, mas também “evidência, hipótese”, segundo o Houaiss.

[57][...às] quais palavras o capitão Duarte da Gama e os mais portugueses responderam outras em prova da verdade tão bem ditas que o fidalgo japonês saiu da nau devoto do padre Francisco e inimigo dos bonzos, e tal tornou brevemente ao rei, referindo-lhe o que vira e ouvira e fazendo-lhe muito caso da venerável presença do padre Francisco, que, com a modéstia no rosto e serenidade dos olhos, assim fazia desaparecer as más informações e opinião que dele houvesse, como o sol e o vento aos nevoeiros (João de Lucena, *Historia da vida do Padre S. Francisco Xavier*, 1600).

As metáforas linguísticas “claro” e “escuro” são utilizadas para falar metaforicamente sobre o que é conhecido ou desconhecido, representando a manifestação da metáfora conceptual CONHECER É VER (CAMERON; DEIGNAN, 2009, p.146). É por ser visível que *informação* pode ser “clara”:

[58]E porque o principio desta Historia (para se saber como partirão de Goa até chegarem a Japão) depende da clara noticia e informação de algumas cartas, que os Padres Mestre Francisco e Cosme de Torres, seu companheiro, e Paulo de Santa Fé escreverão naquelles primeiros principios, hirão aqui recitadas por ordem (Frois, *Historia do Japam 1*, 1560-1580)

Segundo Lakoff (1993, p.239-240), COMPREENDER É VER é justificada experiencialmente no fato de que, na maioria dos casos, “se vemos algo, sabemos que é verdade”. Grady (1997, p.296ss), por sua vez, afirma que a metáfora está ancorada, no mesmo tipo de correlação experiencial, em duas metáforas primitivas, onde o domínio fonte envolve a localização fora de um recipiente: PERCEPTÍVEL É ‘FORA’ (*PERCEPTIBLE IS ‘OUT’*, como em “o aquecimento expõe o sabor da sopa”) e ACESSÍVEL À CONSCIÊNCIA É ‘FORA’ (*ACCESSIBLE TO AWARENESS IS ‘OUT’*, por exemplo, “os fatos sobre o caso *virão à tona* mais cedo ou mais tarde”; Grady, 1997, p 296). Além disso, considerando expressões tais como “Por que você tem que *levantar* essa questão?”, o autor apresenta ainda a metáfora primária ACESSÍVEL À PERCEPÇÃO/CONSCIÊNCIA É ‘ACIMA’ (*ACCESSIBLE TO PERCEPTION/AWARENESS IS ‘UP’*) que, segundo ele, baseia-se na “correlação entre estar numa posição mais elevada, por exemplo, ao nível do olho, ou para fora, sobre uma obstrução, e ser perceptível”.

Para Semino (2007), a metáfora TORNAR-SE ACESSÍVEL É EMERGIR está sob uma economia ainda mais complexa que aquela proposta por Grady. Ambas as análises são consoantes quanto à relação conhecimento-visão e à expressão de significado e emergência/movimento dentro do “campo da visão”, mas a autora coloca a metáfora sob o corolário geral ACESSÍVEL À CONSCIÊNCIA/CONSIDERAÇÃO É VISÍVEL (*ACCESSIBLE TO AWARENESS/CONSIDERATION IS VISIBLE*).

O domínio fonte de *visibilidade/representação visual* é geralmente aplicado, segundo os dados de Semino (2005), à expressão de significados e para o processo de habilitar outros agentes para “compreender os significados e informações” (por exemplo, “eu *indiquei* a Davi que *essas pessoas realmente não apreciam sua música*”), daí sua proposta POSSIBILITAR CONHECIMENTO/CONSIDERAÇÃO É PROVER REPRESENTAÇÃO VISUAL (*ENABLING KNOWLEDGE/CONSIDERATION IS PROVIDING A VISUAL REPRESENTATION*).

Em seu estudo sobre o desenvolvimento histórico de verbos para atividades *mentais* e *verbais*, Sweetser (1987, p. 448) também notou que os verbos *mentais* muitas vezes vêm do domínio da visão física, enquanto que os verbos para os atos de fala (*verbais*) não. Segundo Semino, alguns verbos de atividade de fala têm, de fato, sentidos físicos relacionados à *possibilitar ver*. Isto sugere, segundo a autora, um cenário metafórico coerente, “em que o conhecimento/compreensão é construído em termos de percepção visual, e a comunicação (que *possibilita* o conhecimento/compreensão) é construído em termos de *possibilitar a percepção visual*”. *Informação* foi usada em ambos os casos: em seus primeiros usos em função designadora, tem como referência não apenas a algo (o “estado das coisas”) que pode ser *visto*, mas também algo que *possibilita ver* (a “coisa”). Com efeito, no português, *informações* eram “vistas” desde o séc. XIV:

[59] E cada hûu delles mandou dizer ao Papa que el rey dom Denis de Portugal era muy derecho e muy boo e que non avya ã Espanha outro tal como elle e que tevesse por bem de lhe ãvyar seu recado que o fizesse. E o Papa, vêdo a boa enformaçõ que lhe os reys delle mãdarom dizer, teve por bem de o fazer e mandoulhe per suas cartas rogar que tomasse aquelle encarrego e que faria ã ello boa obra e santa (*Crónica Geral de Espanha*, 1344).

Dava-se maior “crédito” ([60]) às *informações* dadas por aquele que a *viu*. Para João de Barros (*Décadas da Asia, Década Segunda, Livros I-X*, 1553), quando da «*eleição*» do «*melhor assento pera segurança da fortaleza e defesa desta entrada e saída das naus dos mouros*», era preferível ao rei «*ver por si*» e não «*per informação de outrem*». Nesse sistema, as “informações vistas” eram, certamente, as mais valiosas: «*A relação que V. Ex.^a teve da batalha folguei muito de ver, porque são informações de vista, e de quem sabe entender e dizer o que vê*».

[60] Por tudo isto desejo sumamente chegar com a maior brevidade, posto que não com muita esperança de persuadir o que convém, assim pela grande potência dos empenhados, como pelo menos crédito que se dará a minhas informações, constando-me que por muitas vias me procuram fazer suspeito, não só a este negócio, senão ainda a todos os outros do serviço de S. A. e bem do Reino, chegando a quererem fazer duvidosa a minha fidelidade.

O período, lembremos-nos, é de mudança de mentalidade, reflexo da transição da oralidade para a escrita. Vieira ainda desconfiava de *informações* escritas (de papéis), preferindo as vistas, conforme declara numa carta ao marquês de Nisa (17 de fevereiro de 1648) ([61]):

[61] Ex.mo Sr. - No correio passado signifiquei já a V. Ex.^a quão acertada me havia parecido a última resolução, que V. Ex.^a tomou, de avisar e esperar resposta de S. M.; e agora que V. Ex.^a resolve que se parta logo com o mesmo aviso o Sr. Residente, suposta a licença que tem de S. M., parece que é tudo o que V. Ex.^a pode e deve não só fazer, mas ainda desejar; porque as informações de papéis, e muito mais nos nossos conselhos, ainda que proponham verdades tão claras como o Sol, se não têm quem as assista e responda às objecções, e importune pela resposta, têm primeiro as dilações, e depois os fins que V. Ex.^a tantas vezes tem experimentado; e baste por exemplo não se haver ainda respondido às cartas de Fontainebleau, por tantos navios quantos de todos os portos de têm partido para estes.

Uso fundamental dessa noção foi o *imprimitur* instaurado pela Inquisição. Aí, *informação* está no centro de um ato performativo exemplar: o *imprimitur* não se dá quando Francisco de Gouvea leu determinado livro e afirmou que a obra em avaliação «*nam tem cousa que seja contra nossa Santa Fee catholica*», mas depois de ter sido “vista” essa *informação* ([62]).

[62] Li a presente obra de Pero de Magalhães, por mandado dos Senhores do Conselho geral da Inquiçiam, e nam tem cousa que seja contra nossa Santa Fee catholica, nem os bons costumes, antes muitas, muito pera ler, oje dez de Novembro de 1575. Francisco de Gouvea. Vista a informaçam pode-se imprimir, e torne o proprio com hum dos impressos a esta Mesa: e este despacho se imprimirá no principio do Livro com a dita informaçam (Pero de Magalhães Gândavo, *Tratado da Terra do Brasil; história da provincia Santa Cruz, 1575*)

Ainda com função designadora, *informação* não só pode ser *vista* como também *possibilita ver* as “coisas”, como dissemos. Para Antonio Vieira, as «*informações oculares*» “abrem os olhos” daqueles que estão ficando “cegos” ([63]). Para Diogo de Couto, “*enformação*” *possibilita* que sejam *vistas* as «*rezõis oferecidas*» sobre o estado das «*cousas*» ([64]). E quem detem *informação*, desde o séc. XIV, “sabe das coisas” ([65]).

[63] O meu sentimento maior é ir a França sem me avistar com V. S., mas, para isso ser brevemente em Lisboa, importa que eu não perca momentos, e também para ver se a nossa cegueira, com as minhas informações oculares, abre os olhos cada dia mais pertinazmente cerrados.

[64] [...] dizem os vreadores que el Rey dom sebastião tinha mandado pedir breue ao papa para seus vassallos tratarem em cauallos, o quoyal eu não vy, e veriçimel hé que o comçideria pois o trato dos cauallos foy por diante e não çessou. Vistas as rezõis oferecidas hé a mais enformação que do cazo se tem, parece que estando as cousas deste estado no que ora estão, se podem deixar, passar, e vemder cauallos para os Reinos de Jdalcão, Jnizamaluco, cotaMaluco, madremaluco, verido, E bisnaga Como ate gorá se fez (Diogo de Couto, *Década oitava, 1542*)

[65] [...] E Reconciliação com a santa madre JgreJa não teuese nhum Respeito humano senão puramente querer-se saluar E vir buscar o Remedio desta santa mesa sem niso entrar mestrua doutra nhûa cousa / E elle dise qu'esa mesma era sua tentação como se veria ao diante E se poderia saber por toda-las emformações E diligencias que se sobre elle quisessem fazer / porque achariam que esta era a verdade (*Portugaliae Historica* vol. 2, séc. XVII)

Informações, de um modo geral, são consideradas “mais ou menos precisas e confiáveis” no que se refere ao “grau de exatidão e precisão” (GONZALEZ, 2012d) em relação ao objeto real observado, desde pelo menos o padre Antonio Vieira, quando, em uma de suas cartas, disse: «*dou todas as notícias do que por cá passa, [...] podendo nelas haver as dúvidas e incertezas que costumam ter todas as informações humanas*».

Pela carga de *subjetividade/objetividade*, a “motivação natural” entre a perceptibilidade e locação “fora de um recipiente”, que há em TORNAR-SE ACESSÍVEL É EMERGIR, nos parece outro um efeito de “deslizamento” da oralidade para a escrita. Isto ocorre porque a *visão* dá autonomia ao observador, no que se refere à <correção de hipóteses> (v. Tabela 1). Conforme Ibarretxe-Antuñano (2009), essa propriedade é prototípica de correções de hipóteses que o observador formula sobre o objeto, comparando-o com o objeto “real”, sendo composta das propriedades <objetividade> e <identificação>. É positiva tanto para *visão* quanto para *audição*, mas depende dos sentidos predominantes em determinada sociedade. Com a mudança da <objetividade> provocada pela introdução da escrita, as informações colhidas passam a seguir uma escala de confiabilidade e precisão que, no Ocidente⁴⁰, se manifesta como *visão* → *audição* → *olfato*: a *informação* apreendida pelo sentido da visão e, conseqüentemente, a hipótese nela baseada é considerada mais precisa do que aquela apreendida pela audição ou pelo olfato.

Por não existirem mediadores na percepção visual, as hipóteses resultantes da percepção visual tornam-se as que “melhor” correspondem ao objeto real. A audição é também muito precisa na identificação daquilo que é escutado, mas com a escrita, suas hipóteses deixam de ser consideradas tão corretas quanto às da visão, “porque a observação depende da fonte do som”, que se torna, com o passar dos séculos, cada vez menos confiável.

5.3.5 TRANSMISSÃO DE ENERGIA É TRANSFERÊNCIA (DE OBJETOS)

O domínio fonte da *transferência* (de objetos) é aplicada na expressão de significados, pensamentos, ideias (os MRs de Reddy), na produção de enunciados (*utterances*) e atos de fala. Por exemplo, de Semino (2007), “Sir Hugh *deu* a sua *avaliação* de segunda-feira

⁴⁰ Ibarretxe-Antuñano demonstra-o para espanhol, inglês e basco.

passada”. Uma das bases para esta conceptualização é certamente o fato de que há uma “transferência física”, literal (embora não necessariamente direta) envolvido em qualquer ato de comunicação. Explica Reddy: “leitores leem livros reais, que vieram até sua posse desde alguma fonte; ouvintes interpretam sinais acústicos que chegam aos ouvidos; usuários da internet têm acesso à sinais elétricos que viajam pelas redes físicas de computadores etc.” A *informação* é metaforicamente *transferida*, da mesma forma que sinais físicos o são.

Semino (2007) identificou, em seu *corpus* de narrativas, 45 expressões relacionadas à *transferência* de MRs. Os verbos *give* “dar” e *deliver* “entregar”, que também possuem base física relacionada a objetos concretos, compõem expressões típicas do discurso inspirado na metáfora do canal. Outros verbos são produtivos, incluindo: *issue* “emitir”, *leave* “deixar” (como em “deixar uma mensagem”), *offer* “oferecer”, *pass on* “passar”, *send* “enviar” e *throw* “mandar” (como em “mandar uma mensagem”). A autora observa, pelos exemplos, que as expressões metafóricas relacionadas com a *transferência* tendem a prover construções convencionais envolvendo verbos deslexicalizados em graus variados. Já falamos sobre o verbo “fazer”, falemos de “dar”, outro verbo altamente deslexicalizado, com uma ampla gama de sentidos metafóricos (por exemplo, “dar forma”, “dar atenção”, “dar uma festa”), que, ainda assim, tem um sentido físico a ver com a transferência de objetos concretos que podem ser considerados como básicos e primários (tais como “ela me deu um relógio”). Isso vale para inglês e, também, para o português, desde o medievo (CUNHA, 1995). Tomemos como exemplo a *Carta de Pero Vaz de Caminha* (1500), segundo a qual, uma vez decidido que a «*noua do achamento desta terra [Brasil]*» devia ser comunicada ao rei pelo navio dos mantimentos, resolveu-se que, em lugar de tomar «*per força huu par destes homeês pera os mandar a vosa alteza*», «*mjlhor e mujto mjlor enformaçom da terra dariam dous homeês destes degradados que aquy leixasem*». Esse é apenas um dos 66 exemplos de “dar informação a alguém” que temos em nossos *corpora* entre os sécs. XIV e XVII.

A relação entre “comunicação” e “transferência” é tão naturalizada que é difícil descrever a primeira sem mencionar a segunda. Estudos tanto sincrônicos quanto diacrônicos demonstraram que a atividade da comunicação é muitas vezes metaforicamente descrita em termos de movimento no espaço, embora haja uma variação considerável na natureza do movimento envolvido, especialmente no que diz respeito à entidade que é apresentada como movendo-se, ao espaço onde o movimento tem lugar e o destino do movimento (SEMINO, 2005). Um domínio fonte envolvido aqui é o de *proximidade física*, aplicado a expressões de

“acordo e solidariedade com os outros e as suas opiniões” (SEMINO, 2005), como se observa em dados de que dispomos:

[66] Todas as penas nasceram em carne e sangue, e todos na tinta de escrever misturam as cores do seu afecto. Prova Tácito a verdade da sua história, com ter longe as causas do ódio e amor; mas daí se convence contra ele que também tinha longe as informações da verdade. O certo é que só tinha perto a ambição de seu próprio juízo, com que formava os processos para as sentenças, e não as sentenças sobre os processos (Padre António Vieira, *Historia do Futuro*, 1667)

Semino conclui, tal como Reddy, que o domínio da TRANSFERÊNCIA (de OBJETOS) é o mais frequente (21%) na fala ordinária. A naturalidade do mapeamento é explicada por Reddy pela correspondente “transferência física”, literal (embora não necessariamente direta) envolvida em qualquer ato de comunicação. Como resultado, segundo Eve Sweetser (1987, p.446), a interação (*speech exchange*) é um domínio relativamente abstrato, subjetivo, “que tenderia a aproveitar vocabulário dos domínio físicos de movimento espacial ou deslocamento de objetos”.

Seguramente, na prática cotidiana, o vaivém da palavra sugere uma troca, portanto uma “coisa” que trocaríamos, e parece, pois, assumir uma função instrumental ou veicular que estamos prontos a hipostasiar num “objeto” (BENVENISTE, 2005 [1958]-b, p.285).

Existem óbvias similaridades entre o modelo oralista homérico e as partes básicas da moderna apropriação de TRANSMISSÃO DE ENERGIA É TRANSFERÊNCIA (*TRANSMISSION OF ENERGY IS TRANSFER*): na fala do homem homérico, por exemplo, a presença de um pulmão “emissor” e um “receptor” e a passagem de palavras, fisicamente, de um para outro sugere, para Wiseman (2007a, p.71-72), que “alguma variação dessa metáfora é básica para explanações sobre a comunicação humana, o que explicaria ser tão disseminada”.

Wiseman (2007a, p.51) demonstra que, no séc. I d.C., a maioria das palavras utilizadas pelos romanos para “falar sobre comunicação” (*mittere, ferre, fluere*) eram usadas “em conexão com a escrita ou em relação a grandes distância de tempo e lugar”, uma consequência da “sofisticação da Roma na época, ao extensivo uso de formas escritas portáteis para dar conta de um império territorial imenso que, desde o século anterior, não parava de crescer”. A palavra “emissor” tem como raiz *mittere*, que significava originalmente “enviar” ou “arremessar” e está na base de muitas metáforas, embora apenas algumas estejam conectadas com a comunicação. Os advogados romanos costumavam se referir a falas como “mísseis” (*mittere* → *misi*) que “atiravam” nos adversários. Em Cícero, *emittere* já significava “falar”, mas usava-se também como “mandar, enviar”, “soltar, libertar” e, ainda, “publicar

(um livro)”. Muitas palavras derivadas desse verbo são reconhecíveis nas línguas modernas, com significados quase intactos: *permittere*, *admittere*, *intermittere*, *remittere*⁴¹. Em *submeter* (< lat *sub-mittere* “enviar por baixo”), o prefixo marcava, então, certa deferência ou incerteza por parte daquele que oferecia o objeto (SWEETSER, 1987).

A estrutura de mão dupla dos atos de fala pode ser observada nos prefixos latinos *ad-* e *re-*. *Ad-mitir* (< *ad-mittere*, “enviar para [dentro]”) mostra o uso de *ad-* como indicador de direcionalidade do falante para o interlocutor. Por outro lado, *re-plicar* (< *re-plicare* “dobrar”), *re-futar* e *re-jeitar* mostram a direção oposta do movimento. Em todos os casos, a raiz do verbo indica um ato de movimento, ou transferência de uma fala para o ouvinte, enquanto que *re-* indica que o movimento retorna pela trajetória prévia. Em *re-portar*, que hoje parece estar licenciado pela metáfora do canal,

o que está sendo “levado de volta para o interlocutor” é o conteúdo (informação), ou porque o informante retornou, fisicamente, à presença do interlocutor, ou porque – mais metaforicamente – a informação está sendo dada em resposta à uma requisição, refazendo a trajetória de volta (SWEETSER, 1987, p.452).

A diferença entre o modelo oral para moderna apropriação de TRANSMISSÃO DE ENERGIA É TRANSFERÊNCIA é a noção de que “palavras têm interior”, uma “ideia virtualmente ausente em Roma”, talvez porque, supõe Wiseman, “a ideia é comparativamente nova [escrita], que ainda não se ‘descolou’ totalmente da velha versão de que evoluiu”, referindo-se à *respiração*, portanto à oralidade. Mas já se fala, timidamente, em “cheio” e “vazio”, o que permite ao autor uma leitura de “objetos que contém coisas”.

⁴¹ *Transmittere*, a propósito, só aparece no inglês no séc. XVI, onde não era usado em relação a falar ou escrever.

6 CONCLUSÕES

Procuramos demonstrar, nessa tese, que a até então insuspeita paronímia envolvendo as variantes *enform-* ~ *inform-* atesta, na realidade, uma significativa transformação na língua portuguesa na passagem do séc. XIV para o XVI, fim do período conhecido como “português médio” e o início do “clássico”. Como testemunha desse processo, apresentamos a gramaticalização *fôrma* >>> *fôrma*, que acompanhou a abstratização do conceito e parece estar por trás da gramaticalização *enformação* >>> *informação*. Em ambos os casos, vislumbramos uma “abstratização” que transporta do “vulgar” para o “culto”, do “popular” para o “erudito”, traços que imputamos à “oralidade mista” do português médio.

Concluimos, com efeito, pela emergência de *fôrma* em português, saliente não apenas pela metafonia *fôrma/fôrma* que todo falante dessa língua reconhece, mas pelo fato de que *fôrma* é considerada por Williams (1975, p.50) como “palavra erudita ou semi-erudita”, representativa de um “dialeto nacional”. Vimos que, de fato, um efeito da reconquista portuguesa foi o de deslocar para o sul a capital e a Corte; o português culto, pela influência que esse centro político exercia sobre os hábitos linguísticos, foi-se amoldando à fala culta da região que se situa entre as cidades de Coimbra, sede da antiga capital, e de Lisboa, a capital atual, consolidando-se e estabilizando-se no período quinhentista (ILARI, 2008, p.217). Promoveu-se dessa maneira o contato de uma língua portuguesa mais “fechada e rústica”, mais condizente com a Europa de Carlos Magno, com uma que “sobreviveu” aos árabes – um português que nunca entrou em contato com os germânicos. Em consequência, no século XV, o português “essencialmente galego-português é enriquecido de vocabulário e fonética moçárabes” (SOUSA, 1998, p.11). Como procuramos mostrar alhures, usava-se a base gráfica *enform-* porque falava-se, em galego-português, [ẽfoh'm-], o que explicaria a ausência da futura variante *inform-* antes do século XV (GONZALEZ, 2011). Podemos postular, daí, que a competição *enform-* ~ *inform-* atesta a “mudança de voz” de que fala Matoso Câmara Jr (1985). A escrita dividia assim a sociedade portuguesa entre a “alta” linguagem (das *fôrmas*), controlada pela escrita, e a “baixa” linguagem (das *fôrmas*), controlada pela oralidade.

Nesse “mundo das *fôrmas*”, aquele que, por ocasião da introdução da escrita, emergiu no Ocidente (diatópica, diafásica e diastraticamente), as “coisas” manifestam-se *per si* e o que vemos são suas manifestações. Com o corte som-visão, a “verdade” passa a ser encontrada

cada vez mais naquilo que vemos, em detrimento do que nos dizem. De qualquer ponto de vista filosófico (portanto erudito, letrado), enfim, *forma* sempre foi concebida por analogia a uma *forma visível*.

A mudança, se estivermos corretos, atesta o corte som-visão aqui adotado como método. Concondamos, assim, com Capurro e Hjørland (2007, p.149) quando eles afirmam que “embora o conhecimento e a sua comunicação sejam fenômenos básicos de toda sociedade humana, é o surgimento da tecnologia da informação e seus impactos globais que caracterizam a nossa sociedade como uma sociedade da informação”.

Analisando a ocorrência de “enformação” no “português médio” (1375-1475), mostramos que o termo entra na produção escrita por necessidades práticas, «*para ayuda y reparo de la memoria*», como dirá Pedro de Vega (1602), configurando aos poucos uma “literatura informativa”. No final do período, já encontramos o termo em uma *canção*, gênero mais próximo da oralidade, extraído do vocabulário jurídico. “No limite entre oralidade e escrita”, como previram Hobart e Schiffman (2000, p.2), o conceito se dissemina no português.

Considerando que a língua portuguesa falada sucede não o latim clássico, mas um romance que, por sua vez, sucede o latim vulgar, procuramos demonstrar que a base *enform*-tem origem no verbo *efformare* “pôr na *fôrma*”, e não *informare* “dar *fôrma*”, que é de origem culta. A experiência com a criação de objetos a partir da *enformação* de uma substância é prototípica da “metáfora da *fôrma*”, tal como em Ovídio quando se refere ao “molde” para fazer moedas, ou em Horácio, quando cita um “molde” para sapatos. Moedas cunhadas falam por si, sapatos pressupõem *fôrmas*, palavras tem conteúdo. *Enformar*, nesse último contexto, é como *capturar* uma informação, cativá-la, enquadrá-la, determiná-la, gerá-la, retirá-la do caos, uma analogia com a noção mais primitiva, experiencial, de fabricação de queijos, onde a *fôrma* é aquela que dá *fôrma* a uma matéria informe, no caso o leite “primordial”.

Argumentamos assim que *informação* evoca tanto “moldagem” quanto à transferência de observações sobre o “estado das coisas”. Grady já havia notado que a “imagem de continência” é independente “de qualquer noção de um agente que deve ter inserido o conteúdo dentro do recipiente”. Assim também nos parece: pôr MRs *dentro* de palavras é algo como uma *gravação*, é tornar público e notório, disponível em um “espaço das ideias” externo, onde MRs “reificados” fluem. A partir daí, as palavras “informam *per si*”, eis por que (de novo) *exprimere* está na origem de “espremer” e de “exprimir”. Parafraseando McLuhan, diríamos que a palavra-*fôrma* “informação”, assim como as *fôrmas dos objetos*, tanto

armazenam como *transportam* ou *traduzem* o “estado das coisas”, de um modo (subjetivo/objetivo) para outro (objetivo/subjetivo).

Mudanças nas tecnologias da informação e/ou da comunicação não são capazes de provocar uma mudança na cognição humana, mas exigem um “enriquecimento” da linguagem, a fim de dar conta de um novo mito, de um mundo de coisas que *falam por si*, um “mundo das *fórm*as”, como o apelidamos. Esse mundo “mergulha raízes no dualismo sujeito-objeto”.

Estados de coisas, objetos mentais “separados do fluxo de experiência”, circulam, como *eidolas* (*fórm*as, *espécies*, *simulacros*), num “espaço das ideias” externo, onde existem independentes de qualquer necessidade de que seres humanos pensem neles ou os sintam. Podem ou não encontrar um caminho de volta para uma cabeça humana, mas uma vez que são *vistos/compreendidos*, *nascem* (são reificados por função designadora) como “informação”.

A “metáfora do canal” organiza os traços mais salientes da manipulação discursiva de uma “informação” reificada: de um lado, toma *informação* como *conteúdo* e, como tal, perfila-a entre os membros de nosso “repertório mental” (“ideias”, “pensamentos”, “emoções” e “significados”); de outro, associa-a com a *transferência*, o que nos permite, enfim, compreender a polissemia “moldagem”/“estado das coisas” observada desde a versão mais arcaica da moderna variante: “enformação” serviu, desde o séc. XIV na língua portuguesa, aos discursos do memorável, do histórico e do jurídico, que configuram uma certa “literatura informativa” mediadora do vulgar e do culto.

A metáfora CONSTITUINTES SÃO CONTEÚDOS, proposta por Grady, explica o que há de *componente físico* e *componente abstrato*, *estruturas físicas* e *organização lógica* no conceito de *informação*. INFORMAÇÃO É CONTEÚDO (*INFORMATION IS CONTENTS*) “abstratiza” a ação mais prototípica do verbo “vulgar” lat *efformare* > port *enformar*, de modo que o *objeto* reificado “palavra”, “frase”, “poema” etc. é tomado como um *recipiente* ou *contêiner* (ou, como queremos, *fôrma*), que molda a *substância* dando origem a uma *fôrma informativa*. Nesse contexto, da *continência*, *enformação* evoca o sentido de *criação* (fabricação, construção etc.), quando “demarca um *estado de coisas* dinâmico, localizado num dado intervalo, que exprime a passagem de um estado para outro estado” (CARMO, 2012).

Uma vez que *informação* precisa ser “lida” ou “colhida”, nossos processos cognitivos de aprendizagem são compreendidos como se a mente “pegasse” objetos mentais, daí a metáfora ATINGIR UM OBJETIVO É ALCANÇAR UM OBJETO DESEJADO. Mas para

alcançá-la, é preciso que se perceba a *emergência* de um “estado das coisas”. TORNAR-SE ACESSÍVEL É EMERGIR (*BECOMING ACCESSIBLE IS EMERGING*) reflete uma associação metafórica entre perceptibilidade e locação fora de um recipiente, que desde muito cedo, podemos afirmar, se pode estabelecer para *informação* no português.

Informações podiam ser vistas, ouvidas ou lidas. Dava-se maior “crédito” às *informações* capturadas por aquele que as *viu*, consideradas aquelas que *possibilitam ver* as “coisas”. Na falta dessas, aceitavam-se, com maior reserva, *informações* escritas e ouvidas. Quanto à TRANSMISSÃO DE ENERGIA É TRANSFERÊNCIA, existem óbvias similaridades também entre o modelo oral homérico e as partes básicas da sua moderna apropriação, tantas que nos leva a concluir que não se trata de uma adaptação à introdução da escrita.

A polissemia de *informação* se manifesta parcialmente associada cognitivamente ao que Grady (1998) chamou de “conceito de continência” (ou “interioridade”), parcialmente ao “conceito de transferência”, dois conceitos cognitivamente primitivos. Tal conclusão nos leva a compreender por que há verbos usados na “fala sobre a comunicação” que têm relação com a *transferência*, tais como *mittere* “enviar, arremessar” ou *ferre* “portar”, e por que há outros que não têm essa relação (*efformare, exprimere*). Em termos propositalmente vagos, pudemos vislumbrar uma rede sistemática de analogias envolvendo *fazer* e *comunicar-se* de que se aproveita a metáfora do canal, adaptando-a a um “mundo de *fórm*as”, *criadas* e com *conteúdo*.

Procuramos argumentar, a partir daí, em favor de mapeamentos conceituais que evidenciam, no português médio (1375-1475), a emergência da “metáfora do canal”, denunciada pela gramaticalização de *informação*. A “literatura informativa” em Portugal do período médio reflete o que Paul Zumthor classifica de “oralidade mista” – uma “ordem particular da realidade” em que o oral e o escrito coexistem, mas a influência da escrita “permanece externa, parcial e atrasada”, uma vez que ainda exige a “intervenção de intérpretes autorizados” (escritores, leitores). A escrita não se constitui, de fato, em um discurso autônomo, com “sua própria economia, suas próprias leis de movimento e de estrutura”, como queria Ong; trata-se, ao contrário, de um discurso *do* autônomo: ao invés de ser uma força autônoma que orienta a história, a escrita interage com a cultura por intermédio da fala, moldando e sendo moldada por ela.

Não se confirma, como já advertia Goody (2012, p.144), um “declínio da transmissão oral”, mas afirma-se que o “discurso do autônomo” em Portugal do séc. XIV, embora

originalmente um registro notarial adicional à fala, foi apropriado pela língua falada na corte nos tempos de fundação do Estado Nacional. Numa cosmogonia inspirada nessa emergência, *informação* não apenas *descreve* a realidade, mas também, nitidamente, *cria* a realidade, uma vez que não se refere às “coisas”, mas a uma *película* da coisa, um “estado” da coisa. O que vemos é uma ampla reanálise de um universo em que o homem se via no centro, num espaço sagrado, separado do caos e composto de uma matéria fluida que mantinha integrados os “interiores” e os “exteriores”. O homem moderno “saiu” do mundo e passou a “vê-lo” de fora. Hannah Arendt coloca-o da seguinte forma:

A moderna ciência natural deve os seus maiores triunfos ao fato de ter olhado e tratado a natureza terrena de um ponto de vista verdadeiramente universal, isto é, de um ponto de vista arquimediano escolhido, voluntária e explicitamente, fora da Terra (ARENDR, 2007 [1958], p.19-20).

Quando vistas em sequência, observam Hobart e Schiffman (2000), as três “eras da informação” colocam os três períodos (clássico, moderno e contemporâneo) em uma sequência de crescente abstração e, conseqüentemente, “descrevem uma propensão a afastarmo-nos cada vez mais do mundo”. *Informação* no português moderno foi, de fato, “separada do fluxo do mundo, a partir do imediatismo da experiência”, avigorando a tese. Com a distância que o homem parece tomar de si mesmo, seu afastamento do próprio corpo, sua desconfiança, até sua vergonha dos contatos diretos (ELIAS, 2011 [1939]), o uso da voz sofreu “o mesmo tipo de atenuação e exige o mesmo tipo de práticas substitutivas que os modos à mesa ou o discurso sobre o sexo”:

Uma arte que se baseava nas técnicas do encaixe, da combinação, da colagem, sem cuidado de autentificação das partes, recua e cede terreno rapidamente a uma arte nova, que anima uma vontade de singularização. A teatralidade generalizada da vida publica começa a esmaecer, e o espaço se privatiza. Os registros sensoriais, visuais e táteis (que havia séculos mal eram dissociáveis na experiência vivida da maioria) distinguem-se, separam-se: primeiro entre os letrados, depois em toda parte, na medida (causa ou efeito?) da difusão da escrita à proporção que se afastam umas das outras as “artes” e as “ciências” (ZUMTHOR, 1993, p.28).

As atividades culturais se diversificam nas funções que elas preenchem, nos sujeitos que as operam ou no público a que visam: desenha-se um esboço de uma divisão do trabalho e de uma especialização das tarefas, fatores que são postos em ação “contra a plenitude e onipresença da voz”. Instaura-se a idéia de fixidez do texto, de “letra morta”, supostamente neutra por que inerte. A “não-pessoa” ganha vida.

Para Lakoff e Johnson (2002 [1980]), as atividades amparadas pela metáfora do canal parecem ter se tornado “uma realidade mais profunda, alterando nosso sistema conceptual e as

percepções e ações a que esse sistema deu origem”. Muito das mudanças culturais surge da introdução de novos conceitos metafóricos e da perda de antigos (p. 242-243). As metáforas novas, da mesma maneira que as convencionais, podem ter o poder de “definir a realidade”. Elas o fazem por meio de uma rede coerente de implicações que iluminam alguns aspectos da realidade e ocultam outros. A aceitação da metáfora leva-nos a enxergar como “verdadeiras” as implicações da metáfora (p. 259).

O *mito do objetivismo* não é em si mesmo objetivamente verdadeiro. Mas isso não deve torná-lo “alvo do desprezo e do ridículo”: se faz parte da vida cotidiana de cada membro da nossa cultura, do senso comum, ele deve ser examinado e compreendido. Porém, advertem Lakoff e Johnson, o mito é também pode se tornar “insidioso”: “não somente ele pretende não ser um mito, como também ele rebaixa e menospreza os mitos e as metáforas (p. 294).

A que insídia estamos expostos? Numa sequência *estamos dentro do mundo* medieval > *estou fora do mundo* moderno, o que podemos esperar da etapa que começa com a “mudança na tecnologia da comunicação” que estamos vivendo no Ocidente?

Albagli e Maciel (2009) expressam a tensão no mercado contemporâneo de informações, que caracteriza uma proposta de “capitalismo cognitivo”, tema emergente dentro da Ciência da Informação brasileira: por um lado, “a codificação e a digitalização crescentes do conhecimento, transformado em informação, *pari passu* ao desenvolvimento e difusão das Tecnologias da Informação e da Comunicação, facilitam seu acesso por um contingente crescente de pessoas, bem como a formação de redes colaborativas nas plataformas digitais”, mas pressionam a produção de mais conhecimento, informação, cultura e inovação – daí a importância de se promoverem meios para produção social e interativa. Por outro lado, a informação estocada contribui também para a “mercantilização e apropriação privada” desses saberes, “levando ao aumento da concentração, do controle e da privatização da informação e do conhecimento considerados estratégicos (concomitantemente à tendência à concentração de capitais), seja por mecanismos de proteção de direitos de propriedade intelectual, seja por outros meios de apropriação do conhecimento público e socialmente produzido”. A partir da abundância característica dos bens imateriais, busca-se, com o “capitalismo cognitivo”, dar sobrevida artificialmente à economia da escassez/raridade típica da produção material da economia industrial.

Numa mitologia com essas características, a metáfora INFORMAÇÃO É ALIMENTO exige, para *informação*, os mesmos cuidados reclamados pelo domínio fonte. De acordo com a *Gestalt* terapia, é considerada uma forma “saudável” a assimilação do mundo através do

contato, onde o material vindo de fora é devidamente transformado pela mastigação ou agressividade natural do organismo, facilitando, assim, sua completa integração à estrutura do *self*:

Quero dizer que o alimento psicológico que nos oferece o mundo externo – o alimento de fatos e atitudes sobre o qual se constroem as personalidades – tem que ser assimilado exatamente da mesma forma que nosso alimento real. Tem que ser desestruturado, analisado, separado e, de novo, reunido sob a forma que nos será mais valiosa. Se for meramente engolido inteiro não contribui para o desenvolvimento de nossas personalidades. Pelo contrário, nos torna algo semelhante a uma casa tão superlotada com coisas de outras pessoas que não sobra lugar para as coisas do dono (Perls, 1981 apud TENÓRIO, 2003, p.239).

Um paradigma possível desse próximo passo seria um esforço de “futurologia” se não captasse uma crítica a certa ideologia futurística já vigente entre nós. Sabemos dela porque o discurso crítico que a denuncia foi enunciado, cinematograficamente, no filme *Wall*E* (STANTON, 2008). O filme se passa no ano 2805. O planeta Terra é um planeta abandonado e coberto por lixo, como o resultado de décadas de consumismo em massa, facilitados pela megacorporação *Buy-n-Large* (BnL). No ano 2110, o ar havia se tornado muito tóxico para suportar a vida, forçando a BnL a promover a evacuação da população da Terra em naves estelares totalmente automatizadas, deixando no planeta um exército de robôs compactadores de lixo chamados “Wall*E”. Na nave *Axiom*, os passageiros humanos sofreram severas perdas de massa óssea e se tornaram obesos mórbidos com o passar dos séculos vivendo em microgravidade e dependendo dos sistemas automáticos da nave. Andrew Stanton, idealizador e diretor do filme, concebeu a humanidade como “grandes bebês”, que passam o dia inteiro na posição horizontal assistindo a canais de entretenimento e propaganda.

No começo do filme, apenas uma unidade Wall*E permanece ativa, tendo desenvolvido uma consciência própria enquanto realiza seu dever: coletar vários artefatos do lixo. Um dia, Wall*E descobre uma pequena planta crescendo entre o lixo e a leva para “casa” (um depósito de bugigangas). Mais tarde, uma espaçonave aterrissa e implanta *EVA*, um avançado robô enviado pela nave estelar *Axiom*, programado para procurar sinais de vegetação na Terra. Wall*E se apaixona pela inicialmente fria e hostil *EVA*, que gradualmente se abrande e se torna amiga dele. O tema do filme, conforme declarou Stanton em entrevistas (FRITZ, 2008), é esse “amor irracional derrota a programação da vida”:

«Eu percebi que aquilo que eu estava querendo com esses dois robôs programados era o desejo deles de tentar e entender o significado de viver ... foi necessário esses dois atos irracionais de amor para que se descobrissem ... percebi que isso era uma metáfora perfeita para a vida. Todos caímos em nossos hábitos, nossas rotinas e nossos trilhos, conscientemente ou não para evitar a vida. Para tentar não fazer a

parte trabalhosa. Para evitar ter relações com outras pessoas. De lidar com o próximo. É por isso que podemos pegar nossos celulares e não ter de falar pessoalmente. Eu pensei, “essa é uma amplificação perfeita do objetivo do filme”. Eu queria funcionar junto com a ciência em um modo que logicamente projetasse isso»

Arnaldo Jabor, em sua coluna semanal no Segundo Caderno do jornal *O Globo* (“Futuro pós-humano”, edição de 27 de julho de 2010), escreveu que “a vontade dos homens estaria, hoje em dia, cada vez mais submetida às suas produções”:

As coisas mandam nos desejos e nos programam. Num primeiro momento, isso nos dá o pavor do descontrole racional sobre o mundo, ou melhor, da “ilusão de controle” que tínhamos: “ah... que horror... o humano está se extinguindo” (...) Em nossa cabeça as ideias sempre criaram as invenções, os avanços morais ou políticos. Mas as ideias agora surgem das coisas. Sistemas éticos ou racionais surgirão dos microchips, da tecnologia molecular, e não o contrário (JABOR, 2010).

Mas, pergunta-se o articulista, que humano é esse que os “racionalistas teimosos cismam em idealizar”? Esse homem que, só no séc. XX, foi capaz de produzir Hitler e Hiroshima, está agora construindo uma nova vida social – descrita como “sem finalidade, sem esperança ideológica”. Que esperar dessa nova vida? Embora Jabor confesse que “a rapidez dessas mutações nos dá frio no estômago”, sua visão do futuro pode ser interpretada como otimista: “A tecnociência, o espantoso avanço da comunicação, da cultura da web, dos diálogos em rede no mundo todo, os Twitters e blogs estão roendo os princípios totalizantes e totalitários”.

Jabor acha que a vida “dará um jeito de prevalecer” e que talvez esse atual fantasma que assombra os metafísicos esteja nos libertando de antigos “sentidos tirânicos”, trazendo uma nova forma de aventura existencial e social, que virá justamente da desorganização da “ideia única” e que poderá ser “muito interessante em sua estranheza”. O articulista não duvida que as religiões e o fanatismo estejam florescendo, e que o irracionalismo – “mesmo disfarçado de sensatez” – resistirá bravamente. Ainda assim, “talvez os avanços científicos melhorando a vida possam dissolver os fanatismos e as massas submissos a deuses”.

Por outro lado, há uma sombra constante nesse otimismo: “o ser humano necessita de explicação, de síntese, de consolidação de ideias”, mas o mundo se desunifica, “em forma de uma grande esponja, em vazios, em avessos, em buracos brancos que vão se alargando, à medida que a ideia do tecido da sociedade como um todo se esgarça”. Fala-se de uma “desesperança total”, que estaria parindo “novas formas larvais de sobrevivência” – e isso pode ser, segundo o articulista, “o novo rosto da humanidade se formando”. Não haveria mais “células de resistências”, apenas “buracos de desistência”. Nesse novo mundo, os grupos

sociais “se tribalizariam” sem proselitismos; haveria uma “recusa ao mundo”, aceitando-o como “algo irremediável, mas sem conformismo”:

Os jovens de hoje querem alcançar uma forma de identidade alternativa e não almejam mais o “Poder”, que está em mil pedaços. Antes, lutávamos contra uma realidade complexa, sonhando com utopias totalizantes. Era “Uno” contra o “Múltiplo”. Hoje, é o contrário; a luta é para dissolver, não para unir; luta-se para defender o vazio, o ócio possível, luta-se para proteger o “inútil” da arte, o que não seja “mercável”. Agora, os novos combatentes não sonham com o absoluto, sonham com o relativo.

O otimismo mordaz de Jabor revela-se, então, no tipo de felicidade que ele espera advir desse contexto:

Talvez sejamos robotizados, modificados geneticamente, talvez espantosas tragédias surjam nos corpos e nas sociedades, mas um tempo diferente de tudo o que conhecemos já começou. Os intelectuais falam no tempo pós-humano. Mas a própria ideia de “pós” já é antiga. De qualquer forma, talvez o pós-humano seja interessantíssimo, até divertido. Será que vamos viver como dentro de um videogame planetário? Não sei... Mas é mais interessante que o melancólico lamento pela razão e harmonia que não chegam nunca...

Está no comando “o misterioso rumo da História, com tragédias e comédias” – “como sempre estive”, comenta o autor – e “as tentativas de prevêê-las foram todas para o brejo...”

REFERÊNCIAS

- ABRAÇADO, J. A unidirecionalidade e o caráter gradual do processo de mudança por gramaticalização. *Scripta*, v.9, n.18, p.130-148, 2006.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Novas condições de circulação e apropriação da informação e do conhecimento - questões no debate contemporâneo. In: X Encontro Nacional da ANCIB – Enancib. João Pessoa. *Anais...* UFPB, 2009.
- ALCARAZ, J. L. **Fabliaux III**: Los fabliaux. Murcia: EDITUM. 2003, v.3.
- ALINEI, M. Archeologia etimologica: alle origini del formaggio. Da lat. *coagulum* ‘caglio’ a lat. *caseus/-m* ‘formaggio’; **formaticum* e **toma*. *Quaderni di Semantica*, v.31, n.1, p.73-112, 2010.
- ARAGÃO, A. C. T. **Descrição histórica das moedas romanas existentes no gabinete numismático de Sua Magestade el-rei o senhor dom Luiz I, pelo director do mesmo gabinete**. Lisboa: Typographia universal de T.Q. Antunes. 1870.
- ARENDRT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007 [1958].
- ASSIS, A. W. A. Metáforas do pensamento e da comunicação. In: IV Congresso Internacional sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento. Porto Alegre. *Anais...* Instituto de Letras/UFRGS, 2012, p.155-167.
- AUERBACH, E. Figura. In: PAIXÃO, F. (Ed.). **Figura**. São Paulo: Ática. 1997 [1944]. v.62, p.13-64.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Ed. Unicamp. 1992.
- BAAKE, K. **Metaphor and knowledge: the challenges of writing science**. Albany, NY: State University of New York Press. 2003.
- BACELLAR, B. L. M. **Diccionario de lingua portugueza**. Lisboa: Officina de Jozé de Aquino Bulhoens. 1783.
- BARBOSA, A. *Dictionarium Lusitanico Latinum: juxta seriem alphabeticam optimis, probatisq. doctissimorum auctorum testimonijs perutili quadam expositione locupletatum: cum... Latini sermonis indice, necnon libello uno aliquarum regionum, civitatum, oppidorum, fluviorum, montium, & locorum, quibus veteres uti solebant / omnia in studiosae inventutis gratiam, & usum collecta per Augustinum Barbosam Lusitanum...* Bracharae. 1611.
- BARRETO, T. M. M. Esboço de estudo multissistêmico do item conjuncional *conforme*. In: COSTA, S. B. B. e MACHADO FILHO, A. V. L. (Ed.). **Do português arcaico ao português brasileiro**. Salvador: EDUFBA. 2004. p.13-30.

BARROS, J. D. **Gramática da língua portuguesa**: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (transcrição Z.O.N. Carneiro - PROHPOR). 1971 [1540].

BARROS, M. A.; CARVALHO, A. M. P. A história da ciência iluminando o ensino de visão. **Revista Ciência & Educação**, v.5, n.1, p.83-94, 1998.

BASILIO, M. M. D. P. A morfologia no Brasil: indicadores e questões. **DELTA [online]**, v.15, n.spe., p.53-70, 1999.

_____. Polissemia sistemática em substantivos deverbais. **Ilha do Desterro**, v.47, p.49-71, 2004.

BAUDOIN DE SEBOURG. **Li romans de Bauduin de Sebourg**: IIIe roy de Jhérusale. Valenciennes: De limprimerie de B. Henry. 1841, v.2.

BECHARA, E. **As fases históricas da língua portuguesa (tentativa de proposta de nova periodização)** (Tese de concurso para Professor Titular de Língua Portuguesa da UFF). Niterói, Universidade Federal Fluminense. 1985, 65 f.

BENOIST, A. El mundo de los indoeuropeos. **Urkultur: edición transversal de cultura europea originaria (revista digital)**, v.1, p.3-8, 2010.

BENVENISTE, É. Categorias de pensamento e categorias da língua. In: NOVAK, M. G. e NERI, M. L. (Ed.). **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas, SP: Pontes. 2005 [1958]-a. p.68-80.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: NOVAK, M. G. e NERI, M. L. (Ed.). **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas, SP: Pontes. 2005 [1958]-b. p.284-293.

BERBER SARDINHA, T. **Questões metodológicas de análise de metáfora na perspectiva da lingüística de corpus**: Língua[gem]. São Paulo: Parábola. 2007, v.24.

BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, ...** Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu. 1712, v.1.

_____. **Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, ...** Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu. 1713, v.2.

BOISSIER DE SAUVAGES. **Dictionnaire languedocien-françois, ou, Choix des mots languedociens les plus difficiles a rendre en françois**: contenant un recueil des principales fautes que commettent dans la diction, & dans la prononciation françoise, les habitans des provinces méridionales du royaume, connus à Paris sous le nom de Gascons : avec un petit traité de prononciation & de prosodie languedocienne: ouvrage enrichi dans quelques-uns de ses articles de notes historiques et grammaticales, et d'obvservations de physique et d'histoire naturelle. Nimes: M. Gaude. 1756.

BORDIER, H.-L. **Philippe de Remi sire de Beaumanoir**: jurisconsulte et poète national du Beauvaisis 1246-1296. Paris: Techener. 1869.

- BORNHEIM, G. **Metafísica e finitude**. São Paulo: Perspectiva. 2001.
- BORTONI-RICARDO, S. M. Scaffolding in classroom discourse. In: BROWN, E. K., ASHER, R. E. e SIMPSON, J. M. Y. (Ed.). **Encyclopedia of language and linguistics**. Nova York: Elsevier. 2006.
- _____. Da cultura de oralidade para a cultura letrada: a difícil transição. In: CAVALCANTI, M. C. e BORTONI-RICARDO, S. M. (Ed.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras. 2007. p.239-252.
- BOS, A. **Glossaire de langue d'oïl (XI.-XIV. siècles)**: contenant les mots vieux-français hors d'usage, leur explication, leur étymologie et leur concordance avec le provençal et l'italien; ouvrage à l'usage des classes d'humanités et des étudiants. Paris: J. Maisonneuve. 1891.
- BOUZA, F. Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII. **Cultura - Revista de História e Teoria das Idéias**, v.XIV, n.IIª série, p.105-171, 2002.
- BRACHET, A. **Dictionnaire étymologique de la langue française**. Paris: Hetzel. 1870.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.
- BUESCO, M. L. C. **Gramáticos portugueses do século XVI**: Coleção Biblioteca Breve. Amadora: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. 1978, v.18.
- BURGUY, G.-F. **Grammaire de la langue d'oïl ou grammaire des dialectes français aux XIIIe et XIIIe siècles**: suivie d'un glossaire étimologique. Berlin/Paris: Reinwald/Franck. 1869-1870, v.3.
- BURKE, P. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras. 2010 [1978].
- BYBEE, J. L. **Phonology and language use**: Studies in Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press. 2001, v.238.
- _____. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press. 2010, v.252.
- CAGLIARI, L. C. A descrição fonética na *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536) de Fernão de Oliveira. **Alfa: Revista de Linguística**, v.52, n.2, p.565-577, 2008.
- CALVET, L.-J. **Tradição oral & tradição escrita**. São Paulo: Parábola. 2011.
- CALVINO, I. **Por que ler os Clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.
- CÂMARA JR., J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão. 1985.

CAMENIETZKI, C. Z. **A cruz e a luneta: ciência e religião na Europa Moderna**. Rio de Janeiro: Access. 2000.

CAMERON, L.; DEIGNAN, A. A emergência da metáfora no discurso. In: SIQUEIRA, M. (Ed.). **Cadernos de Tradução - Linguística cognitiva**. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS. 2009. v.25, p.143-168.

CANDEIAS, A. **Alfabetização e escola em Portugal na transição do século**. Lisboa: Oficina do Centro de Estudos Sociais. 1998, v.105.

CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: NAFRÍA, J. M. D. e ALEMANY, F. S. (Ed.). **¿Qué es información? Actas del primer encuentro internacional de expertos en Teorías de la Información - un enfoque interdisciplinar**. León (Spain): Universidad de León. 2008. p.1-26.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciências da Informação**, v.12, n.1, p.148-207, 2007.

CARDEIRA, E. Português Médio: uma fase de transição ou uma transição de fase? **Diacrítica**, v.24, n.1, p.75-96, 2010.

CARDIM, P. “Governo” e “política” no Portugal de seiscentos: o olhar do jesuíta António Vieira. **Penélope**, v.28, p.59-92, 2003.

CARDOSO, J. *Hieronymi Cardosi Lamacensis Dictionarium ex Lusitanico in latinum sermonem*. Ulissypone: ex officina Ioannis Aluari. 106 p. 1562.

CARMO, C. B. D. S. A centralidade das projeções figurativas na rede polissêmica x-ista. In: IV Congresso Internacional sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento. Porto Alegre. **Anais...** Instituto de Letras/UFRGS, 2012, p.275-296.

CASSEB-GALVÃO, V.; LIMA-HERNANDES, M. C. O equilíbrio na mudança linguística: a gradualidade em processo. In: SOUZA, E. R. (Ed.). **Funcionalismo linguístico - novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto. 2012. p.153-169.

CASTILHO, A. T. Mudança linguística multissistêmica. In: MAGALHÃES, J. S. D. e TRAVAGLIA, L. C. (Ed.). **Múltiplas perspectivas em Linguística: Coletânea de trabalhos apresentados no XI Simpósio Nacional de Letras e Linguística e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística, realizado em Uberlândia de 22 a 24 de novembro de 2006**. Uberlândia: EDUFU. 2008. p.505-518.

CASTILHO, A. T.; RAMOS, J. Historiando o Português Brasileiro: perspectivas sobre a Gramaticalização no “Projeto para a História do Português Brasileiro”. In: CASTILHO, A. T. D. (Ed.). **Relatório das atividades desenvolvidas ao abrigo do Programa CAPES-DAAD-PROBRAL, de 2000 a 2003 (Projeto 109/00) - Aspectos sincrônicos e diacrônicos do Português Brasileiro**. Blaubeuren. 2003. p.1-53.

CASTRO, I. A elaboração da língua portuguesa, no tempo do Infante D. Pedro. **Biblos**, v.69, p.97-106, 1993.

CID LÓPEZ, R. M. Imágenes y prácticas religiosas de la sumisión femenina en la antigua Roma. El culto De “juno Lucina” y la fiesta de “matronalia”. **Studia Historica, Historia Antigua**, v.25, p.357-372, 2007.

COELHO, A. **A lingua portugueza**: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe. Coimbra: Imprensa da universidade. 1868.

COROMINAS, J.; PASCUAL, J. A. **Diccionario crítico epistemológico castellano e hispánico**. Madrid: Gredos. 1980, v.2.

COSTA, S. R. A carta de Pero Vaz de Caminha – aspectos informativos, formais e conteudísticos e análise de sua produtividade sufixal. **Linguagem – Estudos e Pesquisas**, v.8-9, p.256-267, 2006.

COUTO, D. **Observações sobre as principaes causas da decadencia dos portuguezes na Asia**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. 1790.

COUZINIÉ, J. P. **Dictionnaire de la langue Romano-Castraise et des contrées limitrophes: (Dictionnaire Patois-Français)**. Castres: Cantié et Rey. 1850.

CUNHA, A. G. **Os verbos dar, dizer, estar e fazer no vocabulário do português medieval**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 1995.

_____. **Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval, versão 1.0**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. p. 2007.

_____. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon. 2010 [1982].

D'INTINO, R. **Enformação das cousas da China**: textos do século XVI. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1989.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. **Corpus do Português (45 milhões de palavras, 1300s-1900s)**, disponível em <http://www.corpusdoportugues.org>. p. 2006-.

DIAS, E. Introdução. In: (Ed.). **Apologia de Galileu, de Tommaso Campanella (1568-1639)**. São Paulo: Hedra. 2007. p.9-26.

DIEZ, X. C. L. Sobre a noção de galego-português. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Patrimônio cultural e latinidade**, v.35, p.61-82, 2008.

DIRKSEN, H. E. **Manuale latinitatis fontium iuris civilis romanorum: thesauri latinitatis epitome**. London/Paris: Dunckeri et Humblotii. 1837.

DU CANGE, C. D. F.; HENSCHER, G. A. L.; CARPENTIER, P., *et al.* **Glossarium mediæ et infimæ latinitatis**. Parisiis: Firmin Didot fratres. 1844 [1678], v.3 e 4.

DUMESNIL, J. B. G. **Latin synonyms, with their different significations: and examples taken from the best Latin authors (trad. J. M. Gossett)**. London: G.B. Whittaker [etc.] Payne. 1809.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes. 1992 [1957].

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar. 2011 [1939], v.I: Uma história dos costumes.

EPICURO. Da natureza. In: (Ed.). **Antologia de textos: Epicuro, Lucrecio, Cícero, Sêneca e Marco Aurélio**. São Paulo: Abril Cultural. 1985 [~séc. II a.C.].

ERNOUT, A.; MEILLET, A. **Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine - Histoire des Mots**. Paris: Librairie C. Klincksieck. 1951.

EUBANKS, P. Understanding metaphors for writing: in defense of the Conduit Metaphor. **College Composition and Communication**, v.53, n.1, p.92-118, 2001.

FEBVRE, L. O homem do Século XVI. **Revista de História da USP**, v.1, n.1, p.3-17, 1950.

FERNANDES, J. A. Polissemia e metáfora no paradigma verbal do Português: o verbo *Colher*. **Revista da Faculdade de Letras, Universidade do Porto: Línguas e Literaturas**, v.17, p.203-230, 2000.

FERREIRA, A. D.; PEIXEIRO, H. A. O "Horto do Esposo". In: MAGALHÃES, I. A. (Ed.). **História e antologia da literatura portuguesa, século XIII e XIV - A prosa medieval portuguesa**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1997. v.3, p.24-25.

FORCELLINI, E.; FACCIOLATI, J.; SCHELLER, I. J. G., *et al.* **A new and copious lexicon of the Latin language**. Boston: J. H. Wilkins and R. B. Carter. 1839.

FORTUNATO, I. V. Gramaticalização e lexicalização das lexias complexas no português arcaico. In: MAGALHÃES, J. S. e TRAVAGLIA, L. C. (Ed.). **Múltiplas Perspectivas em Linguística**. Uberlândia: Edufu. 2008. p.1394-1403.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau. 2005 [1974].

FREITAS, H. R. **Princípios de morfologia: visão sincrônica**. Rio de Janeiro: Lucerna. 2007.

FRITZ, S. **How Andrew Stanton & Pixar Created WALL*E**. Newsarama, 2008. Disponível em: <<http://www.newsarama.com/film/080704-wall-e-stanton-2.html>>. Acesso em: 8 mar 2013.

FRUGONI, C. **Invenções da Idade Média: óculos, livros, bancos, botões e outras invenções geniais**. Rio de Janeiro: Zahar. 2007.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; NOGUEIRA, M. T. Cognição e gramática. In: FELTES, H. P. M., MACEDO, A. C. P. e FARIAS, E. M. P. (Ed.). **Cognição e linguística - explorando**

territórios, mapeamentos e percursos. Caxias do Sul/Porto Alegre: Educs/Edipucrs. 2008. p.71-88.

GALILEI, G. **O ensaiador.** São Paulo: Nova Cultural. 2000 [1623].

GALVÃO, A. M. O.; BATISTA, A. A. G. Oralidade e escrita: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, v.36, n.128, p.403-432, 2006.

GILSON, E. **A filosofia na Idade Média.** São Paulo: Martins Fontes. 2007 [1986].

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pbe Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras. 2006 [1976].

GOLDBERG, A. E. **Constructions:** a construction grammar approach to argument structure. Chicago: University of Chicago Press. 1995.

GOMES, R. C. Gomes Eanes Zurara. In: MAGALHÃES, I. A. (Ed.). **História e antologia da literatura portuguesa - cronistas do século XV (porteiros a Fernão Lopes).** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1998. v.8, p.23-24.

GONÇALVES, M. F. Notas sobre as “Prosas Portuguesas” de Rafael Bluteau e a historiografia lingüística do século XVIII. **Filologia e Lingüística Portuguesa**, v.5, p.7-25, 2002.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C., *et al.* Tratado geral sobre Gramaticalização. In: GONÇALVES, S. C. L., LIMA-HERNANDES, M. C. e CASSEB-GALVÃO, V. C. (Ed.). **Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação.** São Paulo: Parábola Editorial. 2007. v.21, p.15-66.

GONZALEZ, M. *Informar versus enformar:* uma competição morfossemântica com origem no português arcaico. **Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia (CNLF)**, v.15, n.º 5, t.2, p.1904-1919, 2011.

_____. Arqueologia da informação: *Forma* como marcador da periodização do português europeu. In: MOLLICA, M. C. e GONZALEZ, M. (Ed.). **Linguística e Ciência da Informação: diálogos possíveis.** Curitiba: Appris. 2012a.

_____. As metáforas da informação. In: 4º Congresso Internacional sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento. Porto Alegre. **Anais...** Instituto de Letras/UFRGS, 2012b, p.980-1006.

_____. Os primórdios da Comunicação Científica em O Ensaaiador (1623), de Galileu Galilei. In: PINHEIRO, L. V. R. e OLIVEIRA, E. C. P. (Ed.). **Múltiplas facetas da comunicação e divulgação científicas.** Brasília: IBICT. 2012c. p.18-49.

_____. Uma leitura pragmática da *informação*. In: 13º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - Enancib. Rio de Janeiro. **Anais...** Ancib, 2012d.

GOODY, J. **O mito, o ritual e o oral.** Petrópolis: Vozes. 181 p. 2012.

GRADY, J. E. **Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes** (Ph.D. Thesis). Berkeley, University of California. 1997, f.

_____. The “conduit metaphor” revisited: bridging the gap - a reassessment of metaphors for communication. In: KOENIG, J.-P. (Ed.). **Discourse and cognition**. Stanford: CSLI. 1998. p.205-221.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: GRICE, H. P. (Ed.). **Studies in the way of words**. London: Harvard University Press. 1989 [1975]. p.23-40.

GRIES, S. T. Useful statistics for corpus linguistics: selected approaches. In: SÁNCHEZ, A. e ALMELA, M. (Ed.). **A mosaic of corpus linguistics**. Frankfurt: Peter Lang. 2010. p.269-291.

GRUPO PRAGGLEJAZ. PIM: um método para identificar palavras usadas metaforicamente no discurso. In: SIQUEIRA, M. (Ed.). **Cadernos de Tradução - Linguística cognitiva**. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS. 2009. v.25, p.77-120.

GUEDES, V. L. S. **Nominalizações deverbais em artigos científicos - uma contribuição para a análise e a indexação temática da informação** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, Pós-graduação em Linguística/Centro de Letras e Artes/Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010, 109 f.

HANSEN, J. A. Práticas letradas seiscentistas. **Dircurso**, v.25, p.153-183, 1995.

HARBUTT, J. **Cheese: Game & Fish Mastery Library**. Minocqua: Willow Creek Press. 1999.

HAVELOCK, E. A. A equação oralidade - cultura escrita: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON, D. R. e TORRANCE, N. (Ed.). **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática. 1995. p.17-34.

_____. **Prefácio a Platão**. Campinas: Papyrus. 1996.

HECKLER, E.; BACK, S.; MASSING, E. R. **Dicionário morfológico da língua portuguesa**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 1988, v.5.

HEIDEGGER, M. La cosa. In: ZIMMERMANN, I. (Ed.). **Conferencias y artículos**. 1994. v.5, p.127-142.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: University of Chicago Press. 1991.

HOBART, M. E.; SCHIFFMAN, Z. S. **Information Ages: literacy, numeracy, and the computer revolution**. Maryland: John Hopkins University Press. 2000.

HOBBS, T. Breve tratado sobre os primeiros princípios. **Scientiae Studia**, v.4, n.2, p.307-333, 2006 [1630-1631].

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press. 1993.

HORA, D. Teoria da Variação: trajetória de uma proposta. In: HORA, D. (Ed.). **Estudos sociolinguísticos - perfil de uma comunidade**. João Pessoa: UFPB. 2004. p.13-28.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da língua Portuguesa, versão 1.0**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/Editora Objetiva. p. 2001.

IBARRETXE-ANTUÑANO, I. **Polysemy and metaphor in perception verbs** (Thesis of Doctor in Philosophy). Edinburgh, University of Edinburgh. 1999, 235 f.

_____. Metáforas visuais para o intelecto: são realmente interlinguísticas? In: SIQUEIRA, M. (Ed.). **Cadernos de Tradução - Linguística cognitiva**. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS. 2009. v.25, p.121-142.

ILARI, R. **Linguística românica: Fundamentos**. São Paulo: Ática. 2008.

JABOR, A. **Futuro pós-humano**. Jornal O Globo. Segundo Caderno, edição de 27 de julho de: p. 2010.

JOHNSTONE, S. **A history of trust in Ancient Greece**. Chicago: University of Chicago Press. 2011.

LABOV, W. Sobre o mecanismo da mudança linguística. In: LABOV, W. (Ed.). **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola editorial. 2008 [1972]. p.191-214.

LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press. 1993. p.203-251.

_____. The neural theory of metaphor. In: GIBBS JR., R. W. (Ed.). **The Cambridge handbook of metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press. 2008. p.17-38.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana: As faces da Linguística aplicada**. Campinas/São Paulo: EDUC/Mercado de Letras. 2002 [1980].

LANGACKER, R. W. **Cognitive grammar: a basic Introduction**. New York: Oxford University Press. 2008.

LE GOFF, J. **História e memória: Coleção Repertórios**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 1990.

LEITE, E. Cosmogonia védica e judaica. **Phoenix**, p.100-132, 2004.

LEMOS, E. A literatura medieval: a poesia. In: MAGALHÃES, I. A. (Ed.). **História e antologia da literatura portuguesa - século XIII e XIV - Literatura Medieval**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1997a. v.1, p.39-50.

_____. Vertentes da prosa medieval (excertos). In: MAGALHÃES, I. A. (Ed.). **História e antologia da literatura portuguesa - século XIII e XIV - A prosa medieval portuguesa II**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1997b. v.4, p.11-12.

LEWIS, C. T.; SHORT, C. **A latin dictionary - founded on Andrews' edition of Freund's Latin dictionary. Revised, enlarged, and in great part rewritten**. Oxford: Clarendon Press. p. 1879.

LINDSAY, W. M. **The Latin language: an historical account of latin sounds, stems, and flexions**. Cambridge: Cambridge University Press. 2010.

LISBOA, J. L.; MIRANDA, T. C. P. R. A cultura escrita nos espaços privados. In: MATTOSO, J. e MONTEIRO, N. G. (Ed.). **História da vida privada em Portugal. vol. 2: a Idade Moderna**, . Lisboa: Temas e Debates. 2011. p.333-394.

LORENZO, R. **Sobre cronologia do vocábulario Galego-Português**. Vigo: Editorial Galaxia. 1968.

LOURENÇO, N. N.; SILVA, R. S. Variações classificatórias do latim, premissas da modalidade vulgar e sua derivação na românia. **Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, v.41-42, p.169-183, 2011-2012.

MACEDO, A. C. P. S.; FARIAS, E. M. P.; LIMA, P. L. C. Metáfora, cognição e cultura. **Gragoatá**, v.26, p.43-60, 2009.

MACHADO, J. B. Marcadores temporais nos *Evangelhos e Epístolas com suas Exposições em Romance* (Porto, 1497). **Diacrítica**, v.22, n.1, p.57-71, 2008.

MAGALHÃES, I. A. Nota prévia. In: MAGALHÃES, I. A. (Ed.). **História e antologia da literatura portuguesa - século XV - Textos hagiográficos e místicos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1999. v.9, p.82.

MAGALHÃES, J. P. Linhas de investigação em História da Alfabetização em Portugal: um domínio do conhecimento em renovação. **Revista Brasileira de Educação**, v.2, p.42-60, 1996.

MAIA, C. A. A consciência da dimensão imperial da Língua na produção linguístico-gramatical portuguesa In: BRITO, A. M. (Ed.). **Gramática: história, teorias, aplicações**. Porto: Fundação Universidade do Porto, Faculdade de Letras. 2010. p.29-50.

MANGUEL, A. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras. 2004 [1996].

MARCUSCHI, L. A. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In: SIGNORINI, I. (Ed.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**. Campinas, SP: Mercado das Letras. 2001. p.23-50.

_____. A oralidade no contexto dos usos lingüísticos: caracterizando a fala. In: MARCUSCHI, L. A. e DIONISIO, A. P. (Ed.). **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. p.57-84.

MARCUSCHI, L. A.; DIONISIO, A. P. Princípios gerais para o tratamento das relações entre a fala e a escrita. In: MARCUSCHI, L. A. e DIONISIO, A. P. (Ed.). **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. p.13-30.

MARCUSCHI, L. A.; HOFFNAGEL, J. A escrita no contexto dos usos lingüísticos: caracterizando a escrita. In: MARCUSCHI, L. A. e DIONISIO, A. P. (Ed.). **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. p.85-104.

MARIGUELA, A. D. D. B. *A Grammatica da Lingoagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira: marcas de linguagem nas teias da tradição e da ruptura. **Anpox**, v.1, n.23, 2007.

MARTELOTTA, M. E. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: VOTRE, S. J., CEZARIO, M. M. e MARTELOTTA, M. E. (Ed.). **Gramaticalização**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. 2004. p.82-142.

_____. **Mudança linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez. 2011, v.1.

MARTELOTTA, M. E.; ALONSO, K. S. Funcionalismo, cognitivismo e a dinamicidade da língua. In: SOUZA, E. R. (Ed.). **Funcionalismo linguístico - novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto. 2012. p.87-106.

MARTINS, A. M. O primeiro século do português escrito. In: AGRELO, A. I. B. (Ed.). *Na nosa lyngoage galega. A emerxencia do galego como lingua escrita na Idade Media*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/Instituto da Lingua Galega. 2007. p.161-184.

MASSIE, A. **Carlos Magno**: a vida do imperador do Sacro Império Romano. São Paulo: Ediouro. 2009.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação** São Paulo: Loyola. 2000.

MATTOS E SILVA, R. V. Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. In: MATTOS E SILVA, R. V. e MACHADO FILHO (Ed.). **O Português Quinhentista: estudos lingüísticos**. Salvador; Feira de Santana: EDUFBA/UEFPS. 2002. p.27-42.

MATTOSO, J. A cultura medieval portuguesa (séculos XI a XIV). In: MAGALHÃES, I. A. (Ed.). **História e antologia da literatura portuguesa - século XIII e XIV - Literatura Medieval**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1997. v.1, p.23-36.

MCLUHAN, M. **A galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. São Paulo: Editora Nacional/Editora da USP. 1972, v.19.

MENDES, M. V. Cancioneiro geral. In: MAGALHÃES, I. A. (Ed.). **História e antologia da literatura portuguesa - século XVI - Cancioneiro Geral de Garcia de Resende**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1999a. v.10, p.84.

_____. O Cuidar e sospirar na formação da poesia portuguesa renascentista. In: MAGALHÃES, I. A. (Ed.). **História e antologia da literatura portuguesa - século XVI - Cancioneiro Geral de Garcia de Resende**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1999b. v.10, p.19-22.

MIAZZI, M. L. F. **Introdução à Lingüística Românica**: histórico e métodos. São Paulo: Cultrix, ed. da Universidade de São Paulo. 1972.

MICHELAN, K. B. Cronistas medievais: ajuntadores de histórias. **História Social**, v.17, p.265-286, 2009.

MOISÉS, M. **Literatura**: mundo e forma. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo. 1982.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C. e BRAGA, M. L. (Ed.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto. 2010. p.9-14.

MONLAU, P. F. **Diccionario etimológico de la lengua castellana: (ensayo) precedido de unos rudimentos de etimologia**. Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra. 1856.

MORA, J. F. **Dicionário de Filosofia**. Lisboa: Dom Quixote. 2001, v.2 (E - J).

MOURA, H.; ZANOTTO, M. S. Investigando teórica e empiricamente a indeterminação da metáfora. **Gragoatá**, v.26, p.9-42, 2009.

NEVES, M. H. M. Gramaticalização, discursividade e determinações cognitivo-perceptuais. In: LIMA-HERNANDES, M. C. (Ed.). **Gramaticalização em perspectiva - cognição, textualidade e ensino**. São Paulo: Paulistana. 2010. p.13-26.

NIERMEYER, J. F.; VAN DE KIEFT, C. **Mediae Latinitatis lexicon minus**: a medieval Latin-French/English dictionary. Leiden: Brill Archive. 1954, v.12-13.

NÖTH, W. Comunicação: os paradigmas da simetria, antissimetria e assimetria. **Matrizes**, v.5, n.1, p.85-107, 2011.

NOVELLINO, M. S. F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.3, n.2, p.137-146, 1998.

ONG, W. **Oralidade e cultura escrita**: a tecnologização da palavra. Campinas: Papirus. 1998.

OSÓRIO, J. A. Do cancionero “ordenado e emendado” por Garcia de Resende. **Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas**, v.22, 2ª série, p.291-335, 2005.

PAIVA, M. H. Variação e mudança no vocalismo átono quinhentista: práticas escriturais e juízos normativos. **Linguística - Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto**, v.4, p.85-110, 2009.

PALMER, L. R. **The Latin language**. Oklahoma: University of Oklahoma Press. 1988.

PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. **História da Idade Média: textos e testemunhos**. São Paulo: Editora UNESP. 2000.

PEREIRA, J. B. **Thesouro da lingua portuguesa, vol. 1**. Officina de Paulo Craesbeeck. 1697.

PERIN, M. G.; SAMPAIO, C. H.; FROEMMING, L. M. S., *et al.* A Pesquisa Survey em Artigos de Marketing nos ENANPADs da Década de 90. **RIMAR - Revista Interdisciplinar de Marketing**, v.1, n.1, p.44-59, 2002.

PETRONIO, R. Teatro de maravilhas: algumas imagens dos Sermões do Padre Antonio Vieira. **Revista de Cultura Agulha**, v.56, 2007.

PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v.24, n.1, p.42-53, 1995.

POYARES, P. **Diccionario lusitanico latino de nomes proprios de regioens, reinos, prouincias, cidades ...** con o nome latino, dando a esse nome latino o vulgar que hoje tem, peraboa [sic] intelligencia de liuros sagrados, [et] prophanos ... Lisboa: Officina de Ioam da Costa. 1667.

RAYNOUARD, M. **Lexique roman: ou, Dictionnaire de la langue des troubadours, comparée avec les autres langues de l'Europe latine - Lexique A-Z. Apendice. Vocabulaire**. Paris: Silvestre. 1844.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua Castellana: en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua**. Madrid: Hierro. 1732, v.3.

REALE, G. **Platão**. São Paulo: Edições Loyola. 2007, v.3.

REDDY, M. The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and Thought**. Cambridge: Cambridge University Press. 1979. p.284-324.

_____. A metáfora do conduto: um caso de conflito de enquadramento na nossa linguagem sobre a linguagem. **Caderno de Tradução**, v.9, 2000 [1979].

REDONDI, P. **Galileu herético**. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

REIS, J. E. “O mundo visto da terra aqui à nossa volta”. **Dedalus: Revista da Literatura Comparada**, v.11, p.87-112, 2008.

RIO-TORTO, G. Morfologia lexical no português médio: variação nos padrões de nominalização. In: ROSAE (Ed.). **Linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: Edufba. 2012. p.1-15.

ROBOREDO, A. **Raizes da lingua latina mostradas em hum tratado, e dictionario: isto he, hum compendio do Calepino com a composição, e derivação das palavras, com a ortografia, quantidade e frase dellas.** Lisboa: Pedro Craesbeeck. 1621.

RODRIGUES, J. C. **Antropologia e Comunicação: princípios radicais.** São Paulo: Editora PUC/Loyola. 2003.

RONAN, C. A. **Da Renascença à Revolução Científica: História Ilustrada da Ciência da Universidade de Cambridge.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1987.

ROSA, M. C. **Introdução à Morfologia.** São Paulo: Contexto. 2000.

SA, J.-J. C. **Diccionario italiano e portuguez, extrahido dos melhores lexicografos, como de Antonini, de Veneroni, de Facciolati, de Franciosini, do Diccionario da Crusca e do da universidade de Turin...** Lisboa: Regia officina typografica. 1773.

SALGADO, X. A. F. Sobre o réxime do verbo *informar* em galego. **Estudos de Lingüística Galega**, v.1, p.209-223, 2009.

SALLES, R. C. **O legado de Babel: as línguas e seus falantes - dicionário descritivo das línguas Indo-Européias.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 1993.

SALQUE, M.; BOGUCKI, P. I.; PYZEL, J., *et al.* Earliest evidence for cheese making in the sixth millennium bc in northern Europe. **Nature**, v.11698, p.1476-4687, 2012.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem.** Iluminuras. 1999.

SARAIVA, A. J. Fernão Lopes (excertos). In: MAGALHÃES, I. A. (Ed.). **História e antologia da literatura portuguesa - século XIII e XIV - Fernão Lopes I.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1998. v.5, p.43-61.

SCHREUDER, H. **Pejorative sense development in English (reimpressão).** Ayer Publishing. 1970 [1929].

SCLIAR-CABRAL, L. **Princípios do sistema alfabético do português do Brasil.** São Paulo: Contexto. 2003.

SEMINO, E. The metaphorical construction of complex domains: the case of speech activity in english. **Metaphor and Symbol**, v.20, n.1, p.35-70, 2005.

_____. A corpus-based study of metaphors for speech activity in British English: Trends in Linguistics - Studies and Monographs [TiLSM] Series Mouton Select. In: STEFANOWITSCH, A. e GRIES, S. T. (Ed.). **Corpus-based approaches to metaphor and metonymy.** Berlin/New York: Walter de Gruyter. 2007. v.171, p.36-62.

SERRÃO, J. V. Contexto histórico. In: MAGALHÃES, I. A. (Ed.). **História e antologia da literatura portuguesa - cronistas do século XV (portegiores a Fernão Lopes).** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1998. v.8, p.11-17.

SHANNON, C. A mathematical theory of communication. **Bell System Technical Journal**, v.27, p.379-423, 623-656, 1948.

SILVA, A. S. Palavras, significados e conceitos: o significado lexical na mente, na cultura e na sociedade. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e cognição**, v.41, p.27-53, 2010.

_____. Sistema e variação: quão sistemático pode ser o modelo linguístico num modelo baseado no uso? **Linguística - Revista do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ**, v.8, n.2, p.35-60, 2012.

SILVA, L. R. Construções Lexicais Complexas com o verbo *dar*: estruturas de significados ou instrumentos de construção de sentidos. **Estudos Lingüísticos**, v.XXXIV, p.563-568, 2005.

SMEDLEY, E.; ROSE, H. J.; ROSE, H. J. **Encyclopaedia metropolitana: or Universal dictionary of knowledge ... comprising the twofold advantage of a philosophical and an alphabetical arrangement, with appropriate engravings**. London: B. Fellowes. 1845, v.18.

SOBRINO, F. **Nouveau Dictionnaire de Sobrino, françois, espagnol et latin... enrichi d'un Dictionnaire abrégé de Geographie...** Aux dépens des Freres de Tournes. 1775.

SOPHOCLES, E. A. **Greek Lexicon of the Roman and Byzantine Periods (From B.C. 146 to A. D. 1100)**. New York: Frederick Ungar Publishing Co. 1887.

SOUSA, A. 1325-1480: condicionamentos básicos - a ordem (excertos). In: MAGALHÃES, I. A. (Ed.). **História e antologia da literatura portuguesa - século XIII e XIV - Fernão Lopes I**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1998. v.5, p.11-16.

SOUSA DA SILVEIRA, A. F. **Lições de Português**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal. 1972 [1964].

STANCO, M. Aesthetic forms: ancient and modern. In: ROE, J. e STANCO, M. (Ed.). **Inspiration and technique: ancient to modern views on beauty and art**. Bern: Peter Lang. 2007. p.11-32.

STANTON, A. **Wall*E**. EUA: Pixar/Disney. p. 2008.

STREET, B. V. **Cross-Cultural Approaches to Literacy**. Cambridge University Press. 1993.

_____. Perspectivas interculturais sobre o letramento. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**, v.8, p.465-488, 2006.

SWEETSER, E. E. **Metaphorical models of thought and speech: a comparison of historical directions and metaphorical mappings in the two domains**. Proceedings of the Thirteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society. 446-459 p. 1987.

_____. **From etymology to pragmatics: the mind-body metaphor in semantic structure and semantic change.** Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1990.

TAVANI, G. A poesia lírica na literatura hispânica do século XIII. In: MAGALHÃES, I. A. (Ed.). **História e antologia da literatura portuguesa - século XIII e XIV - Literatura Medieval.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1997. v.1, p.51-60.

TENÓRIO, C. M. D. O conceito de neurose em Gestalt terapia. **Universitas Ciências da Saúde**, v.1, n.2, p.239-251, 2003.

TERREROS Y PANDO, E. **Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes y sus correspondientes en las tres lenguas francesa, latina é italiana: correspondencias.** Madrid: Imprenta de la Viuda de Ibarra, Hijos y Compañía, . 1793, v.4.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa.** São Paulo: Martins Fontes. 2007.

TORRENT, T. T.; BYBEE, J. Usage-based models in Linguistics: an interview with Joan Bybee. **Linguística - Revista do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ**, v.8, n.2, p.15-22, 2012.

TOSSATO, C. R. A função do olho humano na óptica do final do século XVI. **Scientiae Studia**, v.3, n.3, p.415-441, 2005.

_____. Os fundamentos da óptica geométrica de Johannes Kepler. **Scientiae Studia**, v.5, n.4, p.471-499, 2007.

TOUSSAINT-SAMAT, M. **A history of food.** Chichester, UK: John Wiley & Sons. 2009.

TRAUGOTT, E. C. From etymology to historical pragmatics. In: MINKOVA, D. e STOCKWELL, R. (Ed.). **Studies in the history of the English language.** Berlin/New York: Mouton de Gruyter. 2002. p.19-49.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. **Regularity in semantic change.** Cambridge: Cambridge University Press. 2001.

VALADARES, C. A. A perspectiva fenomenológico-hermenêutica de Mircea Eliade e a compreensão do Homo Religiosus. **Anais dos Simpósios da Associação Brasileira de História das Religiões**, v.12, 2011.

VANIN, A. A. A construção do significado inferencial sob o prisma da interface Semântica/Pragmática. . **ReVEL**, v.7, n.13, 2009.

VIARO, M. E. **Etimologia.** São Paulo: Contexto. 2011.

VIDEIRA, A. A. P. **As descobertas astronômicas de Galileu Galilei: Ciência no bolso.** Rio de Janeiro: Vieira & Lent. 2009, v.10.

VIEIRA, A. Sermão da Nossa Senhora do Ó. In: PÉCORA, A. (Ed.). **Sermões.** São Paulo: Hedra. 2001 [1640]. v.1, p.465-485.

VIEYRA, A. **A dictionary of portuguese and english languages, in two parts; portuguese and english, and english and portuguese**. London: Ibotson and Palmer. p. 1827 [1773].

VOTRE, S. J. Integração sintática e semântica na complementação verbal. In: VOTRE, S. J., CEZARIO, M. M. e MARTELOTTA, M. E. (Ed.). **Gramaticalização**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. 2004. p.11-49.

WHITTAKER, D.; GOODY, J. Rural manufacturing in the rouergue from antiquity to the present: the examples of pottery and cheese. **Comparative Studies in Society and History**, v.43, n.2, p.225-245, 2001.

WILLIAMS, E. B. **Do latim ao português**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1975.

WILLIS, D. Old and Middle Welsh. In: BALL, M. J. e MÜLLER, N. (Ed.). **The Celtic languages**. NovaYork: Routledge. 2009. p.117-160.

WILSON, V.; MARTELOTTA, M. E. Arbitrariedade e iconicidade. In: MARTELOTTA, M. E. (Ed.). **Manual de Lingüística**. São Paulo: Contexto. 2009. p.71-85.

WISEMAN, R. Ancient roman metaphors for communication. **Metaphor and Symbol**, v.22, n.1, p.41-78, 2007a.

_____. Metaphors concerning speech in Homer. In: CRAIG, R. T. e MULLER, H. L. (Ed.). **Theorizing communication: readings across traditions**. Los Angeles-London-New Delhi-Singapore: SAGE Publications. 2007b. p.7-18.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Cia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo. 1968 [1921].

ZANOTTO, M. S.; MOURA, H. M. M.; NARDI, M. I. A., *et al.* Apresentação à edição brasileira. In: (Ed.). **George Lakoff & Mark Johnson, 1980: Metáforas da vida cotidiana (coord. trad. Maria Sophia Zanotto)**. Campinas/São Paulo: EDUC/Mercado de Letras. 2002. p.9-38.

ZILLES, U. **Teoria do conhecimento**: Coleção Filosofia. Porto alegre: EDIPUCRS. 2006, v.21.

ZUMTHOR, P. **A Letra e a voz**: a “literatura” medieval. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.